

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

O nazi-fascismo nas páginas do *Diário Popular*: Pelotas, 1923-1939.

Rosendo da Rosa Caetano

Pelotas, 2014.

Rosendo da Rosa Caetano

O nazi-fascismo nas páginas do *Diário Popular*: Pelotas, 1923-1939.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Pelotas, 2014.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

C127n Caetano, Rosendo da Rosa
O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular : Pelotas,
1923 - 1939 / Rosendo da Rosa Caetano ; Aristeu
Elisandro Machado Lopes, orientador. — Pelotas,
2014.

248 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em
História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas, 2014.

1. Nazi-fascismo. 2. Nazismo. 3. Jornal Diário Popular.
4. Pelotas. 5. Rio Grande do Sul. I. Lopes, Aristeu
Elisandro Machado, orient. II. Título.

CDD : 981.65

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes – UFPel (orientador)

.....
Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga – UFFS (avaliador)

.....
Profa. Dra. Lorena Almeida Gill - UFPel (avaliadora)

.....
Profa. Dra. Márcia Janete Espig - UFPel (avaliadora)



*Wenn die kalten Stürme dann
Laub und Schnee zusammenfegen
Und man vor dem Winterschlaf
Nur einmal voll ins Schwarze traf
Was gibt es Schöneres als im Feuerschein
Mit der Liebe eins zu sein*

IN EXTREMO - WIND

Agradecimentos

Sem a ajuda e colaboração de muitas pessoas e instituições, essa dissertação não teria sido possível. Neste momento, torno público meu sinceros agradecimentos ao prof. Aristeu Lopes, que me acolheu como seu orientando no programa e soube, pacientemente, conviver com minhas ausências e particularidades; aos colegas de mestrado, pela camaradagem e amizade que tornaram as disciplinas e os encontros ambientes de intenso aprendizado; aos colegas Marília Silveira, Felipe Krüger, Geza Guedes e Rodrigo Pinnow, especialmente, que por afinidades e distanciamento ajudaram a construir e a renovar motivações; às professoras Márcia Espig e Lorena Gill, por qualificarem o texto na primeira avaliação e por se colocarem a disposição para a avaliação final – suas críticas e sugestões contribuíram significativamente para a definição de um campo teórico mais adequado e para a consistência do recorte cronológico; às professoras Denise Bussoletti, Clarice Speranza e Rejane Jardim, pelas sugestões em diferentes momentos, que facilitaram algumas dúvidas pontuais, e em especial à professora Ingard Grützmänn, que como orientadora inicial sugeriu parte da bibliografia que utilizei e a quem devo a motivação de escrever uma pequena parte da história do Partido Nazista em Pelotas; à Biblioteca Pública Pelotense e seus funcionários, cordiais e prestativos; ao Programa de Pós-Graduação em História e a seu corpo técnico e docente, especialmente a Ândria Pereira; à professora Renata Dietrich, pela eficácia do treinamento em alemão; aos amigos Vívian Zamboni, Daniel Sias, Nádia Coelho, Larissa Dogenski, Alexandro Martins, Márcio Gill, João Pinto, Endaira Santos, Daiane Castro, Wagner Rodrigues, Patrícia Mendonça, Simone Rodrigues, Gustavo Andrade, Luciana Vasconcelos e André Barbachan, pelas contribuições “aleatórias”, pela convivência nos ambientes de trabalho e o suporte sempre necessário; aos meus pais e irmãos, que sempre “seguraram as pontas” nos momentos de fadiga e me auxiliaram a superar as pequenas frustrações do caminho, e à Rosimeri Zamboni, sem a qual nada disto teria sido possível, pelo seu amor, compreensão e amizade, que iluminaram os dias de escrita deste tema pesado e sombrio, que é o nazismo. Dedico à ela o meu maior agradecimento.

Resumo

A presente dissertação se propõe analisar como o *Diário Popular*, de Pelotas, entre 1923 e 1939, comportou-se em relação às ideologias fascistas, especialmente em relação ao nazismo alemão. Apoiada em pesquisa documental e na historiografia sobre o tema, buscou-se traçar a trajetória do periódico durante o recorte cronológico estabelecido em relação a seus posicionamentos ideológicos. O *Diário Popular* foi fundado no último quartel do século XIX, ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e constituiu-se representante das classes conservadoras da cidade, sendo órgão oficial da municipalidade até os anos 1930. Após a Revolução de 1930, passou por um longo período de reformulação, desvinculando-se do PRR e opondo-se ao governo varguista. Por fim, após a implantação do Estado Novo, buscou conciliar-se com o regime e aliou-se a concepção estado-novista. O jornal tomou contato com o ideário fascista nos anos 1920, noticiando-o através de sua seção internacional. Posteriormente, a medida que o noticiário deu ênfase a vitória eleitoral de Adolf Hitler e a Coordenação da Alemanha, o nazismo tornou-se tema de capa. Inicialmente o jornal manteve relações cordiais com os representantes fascistas na cidade, especialmente com o Partido Nacional Fascista italiano e, posteriormente, também com a Seção do Partido Nazista. Contudo, após a implantação do Estado Novo, firmou o distanciamento iniciado já em meados de 1936.

Palavras-chave: Nazi-fascismo; nazismo, jornal *Diário Popular*, Pelotas, Rio Grande do Sul

Abstract

The present dissertation aims to analyze how the newspaper *Diário Popular*, from Pelotas, between 1923 and 1939, behaved in relation to fascist ideologies, especially towards German Nazism. Supported by documentary research and historiography about the subject, it attempted to trace the trajectory of the journal over the chronological clipping established in relation to its ideological positions. The *Diário Popular* was founded in the last quarter of the nineteenth century, connected to the Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), and it became representative of the conservative classes of the city, being the official organism of the municipality until the 1930s. After the Revolution of 1930, it went through a long period of reformulation, becoming detached from the PRR and opposing to Vargas government. At last, after the implementation of the Estado Novo, it sought to conciliate with the regime and allied with the Estado Novo conception. The newspaper made contact with the fascist ideology in the 1920s, reporting it through its international section. Later, as the news emphasized the electoral victory of Adolf Hitler and the Germany Coordination, the Nazism became cover topic. At first, the newspaper maintained cordial relations to the fascist representatives in the city, especially with the Italian National Fascist Party and, later, also with the Section of the Nazi Party. However, after the implementation of the Estado Novo, it established the detachment already started in mid-1936.

Keywords: Nazi Fascism; nazism, newspaper *Diário Popular*, Pelotas, Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Funcionários do <i>Diário Popular</i> em 1934.....	53
Figura 2: Um jornalista do jornal em 1934.....	54
Figura 3: Aparência do jornal em 1935.....	63
Figura 4: Representantes da colônia alemã e autoridades do município de Pelotas em 1934.....	133
Figura 5: Convite para a palestra de Joaquim Osório sobre o fascismo.....	151
Figura 6: Convite para atividade do NSDAP de Pelotas, 1935.....	177

LISTA DE NOMES E SIGLAS DE PARTIDOS POLÍTICOS NA ALEMANHA (DÉCADAS DE 1920 E 1930)

Bayerische Volkspartei (BVP)

Bayerischer Bauernbund (BBB)

Christlich-Nationale Bauern- und Landvolkpartei (Landvolk)

Christlich-Sozialer Volksdienst (CSVd)

Deutsche Arbeiterpartei (DAP)

Deutsche Demokratische Partei (DDP)

Deutsche Volkspartei (DVP)

Deutsch-Hannoversche Partei (DHP)

Deutschnationale Volkspartei (DNVP)

Deutschvölkische Freiheitspartei (DVFP)

Kommunistische Partei Deutschlands (KPD)

Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (NSDAP)

Reichs-Landbund

Reichspartei des deutschen Mittelstandes - Wirtschaftspartei (WP)

Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD)

Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands (USPD)

Zentrum

ÍNDICE

Considerações iniciais	12
A título de uma breve revisão bibliográfica.....	14
Imprensa.....	26
A crítica sobre a fonte jornalística.....	27
Definindo um campo teórico.....	29
Ideologia.....	34
Fascismo.....	36
O Diário Popular.....	39
CAPÍTULO 1	
O Diário Popular: a evolução da tinta	42
Pelotas.....	43
Diário Popular: 1923-1939.....	46
Os anos 1920.....	48
Os anos 1930.....	61
CAPÍTULO 2	
As manifestações do nazismo na imprensa de Pelotas	72
As agências de notícias.....	72
1923: um ponto de partida.....	73
1933: Hitler no poder e a nazificação da Alemanha.....	89
1934 - 1935: uma concepção do nazismo.....	118

CAPÍTULO 3

Interlúdio: o fascismo e o NSDAP em Pelotas	150
O Partido Nacional Fascista (o Fascio) de Pelotas.....	150
A Seção Nacional-Socialista de Pelotas.....	177

CAPÍTULO 4

1936-1939: o repúdio aos facismos europeus e a campanha da nacionalização	194
Afinidade ideológica: em defesa da eugenia.....	201
Compreendendo o perigo e afastando-se dele.....	206
Considerações finais	240
Lista de fontes.....	243
Bibliografia	244

Considerações iniciais

Muito já foi produzido sobre o Terceiro Reich e sobre o nazismo. Richard Evans, historiador britânico que recentemente publicou sobre a história do Terceiro Reich, questiona se “será que já não chega?”¹. Quando tentou listar as publicações sobre “um dos poucos tópicos históricos [que] foram objeto de pesquisa tão intensiva”, encontrou mais de 37 mil publicações até o ano 2000² - algo, segundo ele, “tão intimidante, aparentemente tão impossível de coligir, que [muitos] desistiram em desespero”. Por que há, desde tanto tempo, tamanho interesse sobre o tema? O que torna o nazismo e o Terceiro Reich este “objeto de pesquisa tão intensiva” a que se refere Evans? Antoine Proust ajuda-nos a entender, parcialmente, pelo menos porque os historiadores se dedicam a um determinado tema como este tantas vezes: por sua pertinência.

Esta fora a questão levantada, durante outono de 2011, pela professora Márcia Espig, quando ministrava sua cadeira introdutória de Teoria e Metodologia histórica a turma de mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas: o que fazia dos projetos de pesquisa de seus alunos temas relevantes? O que os tornava algo que *necessitava* ser feito? Somente depois de algum tempo a resposta se tornaria evidente. Proust afirma, quando trata do enraizamento social das questões históricas, que o historiador possui um “poder social”, “que decide a aceitabilidade de determinada história e fixa os critérios de apreciação”³. Ao mesmo tempo em que existem “algumas histórias [que] desempenham um papel de diversão, com o objetivo de distrair, de fazer sonhar” e são refutadas não por uma falta de “métodos que podem garantir a perfeita observância das regras da crítica”, mas por sua “futilidade”⁴, outras histórias “apresentam uma pertinência social”, fazem parte de uma “demanda social”. Estas podem, também, ser pertinentes ao ponto de vista científico “ao renovar a problemática, para não citar a documentação”⁵. A pertinência

1 EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

2 *Idem*, pág. 16, APUD RUCK, Michael. **Bibliographie zum Nationalsozialismus**. Darmstadt, 2000 [1995].

3 PROUST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pág. 83.

4 *Idem*, págs. 82-83.

5 *Idem*, pág. 83.

social e a pertinência científica, deste modo, fazem a *relevância* de um tema.

Evans afirma que “o Terceiro Reich marcou a consciência do mundo moderno como nenhum outro regime, quem sabe felizmente, jamais conseguiu”⁶. Ana Maria Dietrich, pesquisadora brasileira da Universidade de São Paulo que escreveu a história do Partido Nazista no Brasil, a propósito da presença do movimento nacional-socialista no mundo, afirma que “esteve presente no expressivo número de 83 países [o Brasil um deles], com 29 mil integrantes. Europa, Ásia, Oceania, África e América: o nazismo se difundiu pelos cinco continentes”⁷. O que foi o Terceiro Reich e o que foi o nazismo, assim como o que especificamente marcou a consciência do mundo moderno e o que (ou como) era esta consciência, são questões que à parte produzem diversas explicações, a partir de muitos pontos de vista (posicionamentos). Evans compartilha o pressuposto em seu livro de que lhe parece ser “inadequado a uma obra de história dar-se o luxo de julgamento moral. (...) O propósito (...) é entender; cabe ao leitor julgar”⁸. Segundo ele, citando L. P. Harley, “o passado é um país estrangeiro: fazem as coisas de modo diferente por lá”⁹ - não saberíamos como teríamos nos comportado porque, simplesmente, não teríamos sido a pessoa que somos hoje. Mas o julgamento é, de certa forma, um pressuposto da história: a história somente é se for crítica e a crítica se faz pelo julgamento, daí não ser possível que exista uma história isenta de parcialidade. Na verdade, é a maneira de questionar e responder que estabelece, *a priori*, o posicionamento do historiador.

Proust afirma que os questionamentos devem estar subordinados a legitimidade (aquilo que faz “avançar” a disciplina”¹⁰). Ele nota que “a escrita da história nunca estará encerrada”¹¹ e que “todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma história da história. ‘Eis por que, em cada época, a história deve ser escrita sob novas perspectivas”¹². Além de legitimidade, a questão histórica deve ter historicidade, deve estar atenta aos acontecimentos contem-

6 *Idem*, pág. 21.

7 DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

8 *Idem*, pág. 21.

9 *Idem*, pág. 20.

10 PROUST, *Op. Cit.*, pág. 80.

11 *Idem, ibidem*.

12 *Idem, ibidem*. Proust também identifica os locais de poder que, dentro da área de produção da história, atuam escolhendo as perguntas pertinentes: as revistas.

porâneos e, conseqüentemente, estar ligada ao que Proust denomina de “enraizamento pessoal das questões históricas”, onde pesam os “compromissos” que o historiador assume e por fim sua própria personalidade. Por isso é comum que descendentes de alemães ocupem-se de escrever a história dos imigrantes ou que militantes comunistas escrevam sobre a história do comunismo, por exemplo. Desta forma, escrever sobre a história do nacional-socialismo e “falar do nazismo e de Hitler” não é apenas uma tarefa necessária em um mundo que assiste ao renascimento dos movimentos de ultra-direita, mas também um *dever de profissão*. Conforme autoriza a fala de Ian Kershaw,

(...) o legado de Hitler pertence a todos nós. Parte deste legado é o dever de continuar a buscar o entendimento de como Hitler foi possível. Somente através da história podemos aprender para o futuro. E nenhuma outra parte da história é mais importante neste sentido do que a era dominada por Adolf Hitler.¹³

Inserida nesta premissa, a presente dissertação buscou, através das páginas do *Diário Popular* de Pelotas, analisar como as ideologias do fascismo e especialmente do nacional-socialismo foram introduzidas na cidade através da imprensa, buscando secundariamente traçar a trajetória das formações políticas que se originaram para propagá-las e pragmatizá-las, assim como relacionar a trajetória do próprio jornal em relação a ambas (ideologia e formações políticas).

A título de uma breve revisão bibliográfica

Recentemente, Richard Evans trouxe uma grande contribuição à historiografia sobre o Terceiro Reich com a publicação de sua trilogia. Os seus livros foram dirigidos “em primeiro lugar às pessoas que não sabem nada sobre o assunto, ou que sabem um pouco e gostariam de saber mais”, mas vão além dos desejos do autor, notadamente, como ele mesmo preconiza, combinando as “virtudes de relatos anteriores”, utilizando uma narrativa cronológica “sem o sacrifício do rigor analítico ou do poder explicativo”¹⁴ e compilando, ao

13 KERSHAW, Ian. **Hitler 1889-1936**: Hubris. Londres, Penguin Books, 2001 [1998], pág. xiv. Tradução minha. No original: “(...) the legacy of Hitler belongs to all of us. Part of that legacy is the continuing duty to seek understanding of how Hitler was possible. Only through history can we learn for the future. And no part of history is more important in that respect than the era dominated by Adolf Hitler”.

14 EVANS, *Op. Cit.*, pág. 19.

longo de suas milhares de páginas, uma vasta coleção de referências bibliográficas que tornam, nos dias atuais, a sua obra uma das melhores produções sobre o Terceiro Reich. Primeiro, porque cumpriu com a finalidade de atualizar e compilar diversos conceitos sobre temas específicos da história do nazismo, fornecendo os parâmetros para que se possa, a partir deles, continuar ou divergir, diante da análise de uma grande coleção de publicações e produções acadêmicas até os dias de hoje. Segundo, porque sua obra é capaz de revigorar o ânimo de quem pretende *ainda* produzir sobre o nazismo.

A historiografia que utiliza é em grande parte de língua inglesa, embora as obras em alemão também estejam presentes. Mas Evans, embora suportado por diversos outros autores, quando detém-se diante da necessidade de um momento mais descritivo e cronológico, apresenta os discursos, conversas, trechos de memórias e diários que, há cerca de 50 anos atrás outro grande autor já apresentara: este era William Shirer.

A obra de William Shirer é pioneira, de certo modo, em tentar estabelecer uma “história do Terceiro Reich” e, por isso, é também uma das mais criticadas. Shirer foi, entre 1934 e 1940, correspondente do *Herald*, de Paris. Como ele mesmo relata em seu *Diário de Berlim*¹⁵, após passar pela Índia, Afeganistão e Espanha, no início de janeiro de 1934 rumou para Paris para assumir uma colocação no jornal e, no início de agosto, chegou a Berlim, onde viveu até 1941, quando abandonou a Alemanha pelo receio de ficar internado com o início da Campanha da Inglaterra. Em 1945, logo após o final da guerra, retornou à sua antiga cidade para iniciar as pesquisas que o levariam a escrever a sua versão da história do Reich alemão. De seus primeiros apontamentos desta experiência do pós-guerra recente, surgiu outro livro, *Fim do Diário de Berlim*¹⁶, onde relatou o retorno a Berlim destruída, acompanhou o julgamento em Nuremberg e o início da “des-nazificação” da Alemanha.

O fato de ser jornalista e não pretender uma história acadêmica teve seu preço cobrado entre os historiadores. Sobre ele, Evans diz que, apesar de ser “de longe a mais bem sucedida [obra sobre a história do Terceiro Reich] (...) o livro de Shirer apresentava um

15 SHIRER, William. **Diário de Berlim**. Rio de Janeiro: Ed. Record, s/d, vol. 1. A edição que possuo, embora não tenha data, apresenta a publicação original em inglês como de 1940, 1941. O livro, em inglês, foi de fato publicado em 1941, quando Shirer deixou a Alemanha.

16 SHIRER, William. **Fim do Diário de Berlim**. Rio de Janeiro: Ed. Record, s/d [1947].

relato ‘inacreditavelmente grosseiro’ da história alemã, fazendo parecer que tudo levou inevitavelmente à tomada nazista do poder”. Além disto, “concentrava-se excessivamente em política de alto escalão, política exterior e eventos militares, e mesmo em 1960 não estava ‘de maneira alguma a par do que se sabia sobre o período nazista’”¹⁷. Contudo Shirer teve, ainda segundo Evans, “um olho jornalístico para contar detalhes e esclarecer incidentes”¹⁸. Sem dúvida, Shirer via em Hitler e na Alemanha os principais culpados da guerra: “um único país – a Alemanha – e um único homem – Adolf Hitler – constituíram a causa precípua de toda a derrocada do continente”, escrevia em 1940¹⁹, posicionamento que se alterou muito pouco durante os anos seguintes, embora as publicações sobre Hitler e o partido houvessem, até 1960, multiplicado-se exponencialmente.

A obra de Shirer em nossos dias é, também, um texto histórico, porque registra a visão de um homem que viveu sob o regime nazista e acompanhou, mais bem informado que a grande maioria da população, talvez, mas fora dos círculos internos do partido, a nazificação da Alemanha e o caminho que conduziu a Europa à Guerra. Talvez a “visão grosseira” de Shirer sobre a história da Alemanha o tenha feito chegar a conclusões diferentes daquelas dos historiadores profissionais, mas estas conclusões são também particularmente interessantes: de certa forma, delas compartilharam os jornais brasileiros que somente tinham acesso às notas que jornalistas como Shirer emitiam para o noticiário internacional.

Em 1960, finalmente *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*²⁰ chegou ao público. Escrita entre 1950 e 1959, Shirer utilizou-se de uma grande coleção de documentos, muitos deles colhidos de Nuremberg e das apropriações norte-americanas que o autor teve acesso privilegiado, assim como outros pesquisadores.

Shirer transmite, no geral, a opinião de Nuremberg e do tribunal instalado à partir de 1945. Sua visão é a do pós-guerra mais recente, aquele que acompanhou pelos jornais e pelos documentos liberados ao público as evidências que levaram a composição de um crime: o genocídio. Para Shirer, existem poucas possibilidades daquilo que um outro histo-

17 EVANS, *Op. Cit.*, pág. 17.

18 *Idem, ibidem*.

19 No texto introdutório de *Diário de Berlim*, pág. 5.

20 SHIRER, Willian. **Ascensão e Queda do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1962. 4 volumes.

riador, A. J. P. Taylor, irá chamar de *oportunismo*, uma década mais tarde. Shirer vê cada ação nazista como uma ação pensada e planejada, longe do acaso, longe da “brecha” que permitiria a astúcia mais momentânea agir. Hitler e o NSDAP foram a personificação desta astúcia, maléfica, calculista. Apesar das críticas cabíveis, a “paranoia” conspirativa que entrelaça sua narrativa é, de certa forma, aquilo que parece interessar mais ao leitor que busca o relato pós-traumático: Shirer viveu o nazismo e imprime em seu livro suas impressões mais trabalhadas. Não raro encontraremos nas páginas do *Diário Popular*, de Pelotas, as mesmas notas as quais Shirer teve acesso quando publicadas pela imprensa alemã, as mesmas que cerca de duas décadas depois denunciaria como engodos (do qual ele próprio foi vítima e, nas circunstâncias do momento, reproduzidor). A particularidade de *Ascensão e Queda* está, assim, justamente naquilo em que é digno de crítica: seu posicionamento. O acesso que teve tanto a entrevistas e fontes coletadas pelas forças aliadas torna também sua obra privilegiada. Embora sem o amadurecimento e o necessário conhecimento historiográfico que exigem os dias atuais, não há como relevar a segundo plano a contribuição de Shirer.

A concorrência sobre as bases de uma historiografia sobre o Terceiro Reich também ganharam outra personagem no início dos anos 1960. Contudo, esta não buscava manter o consenso: chegava para dividir. Originalmente chamado de *The Origins of the Second World War*, o livro que foi publicado em 1963 no Brasil pela Zahar Editores, do Rio de Janeiro, como “A Segunda Guerra Mundial”²¹, foi publicado na Inglaterra em 1961 e projetou seu autor no mundo da historiografia do Terceiro Reich: era este Allan John Percival Taylor.

Taylor teve em Hugh Trevor-Hoper um de seus maiores rivais, que somente “venceu” por uma ironia fatídica: foi o professor Trevor-Hoper quem reconheceu, na década de 1970, a “autenticidade” dos “diários de Hitler”, no escândalo de falsificação documental que envolveu a alemã *Der Spiegel*, num episódio em que o experiente historiador parece ter renegado toda sua trajetória de vida²². Em “As origens da Segunda Guerra Mundial”, como é

21 TAYLOR, A. J. P. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

22 Trevor-Hoper, por ter trabalhado junto ao Serviço de Inteligência britânico logo após a guerra, havia reputado ser o maior especialista em reconhecimento de autenticidade documental nazista. Identificou, entre vários documentos, o testamento de Hitler e sua certidão de casamento com Eva Braun. Também foi responsável, como demonstra em seu livro, por identificar os personagens presente nas últimas semanas de vida de Hitler e compilar suas impressões. Quando os “diários de Hitler” foram encontrados, baseou-se em uma

correto chamar o livro mesmo na versão brasileira, Taylor denuncia que “depois da I Guerra Mundial, os alemães tentaram transferir a culpa para os aliados, ou dar a impressão de que ninguém era culpado. Operação ainda mais simples foi transferir a culpa para Hitler, que estava tranquilizadamente morto”²³. À crítica, dirigida ao espírito alemão, logo resvalou à todos: “como ele era obviamente um monstro, deveriam ter-lhe resistido com firmeza. Portanto, qualquer culpa após a condenação de Hitler poderia ser transferida aos franceses (...) ou a Chamberlain (...)”²⁴, etc.. Embora passados quase 70 anos do final da guerra, esta ainda é uma premissa aceita, senão por alguns historiadores – que a ligam a uma noção de nazismo como um movimento irresistível, como se o nazismo e Hitler fossem os culpados pela Guerra e por tudo de mal que ela causou, unicamente – como também pela sociedade em seus diversos segmentos culturais – que, em última análise, como nota Evans, carece de “embasamento para tudo isso” (é o caso de museus, filmes, documentários, literatura, etc, que tomam esse posicionamento. Evans nota o grande aumento do interesse mundial pelo Terceiro Reich especialmente à partir do ano 2000²⁵). Outro ponto que lhe rendeu críticas, sobretudo da academia, está no caráter *oportunist*a que deu a política hitleriana.

Sua obra é um grande ensinamento de como se pensar um tema convergente de uma outra maneira, sem perder o rigor argumentativo. De certa forma, *As origens* é uma auto-crítica: focada nos assuntos internos ingleses, debate-se sobre todas as visões mal-concebidas do governo de Sua Majestade em relação à Alemanha hitleriana e as consequências que delas resultaram.

Hugh Trevor-Roper, nascido em 1914, ficou famoso logo após o final da guerra ao pu-

lacuna, já ressaltada no *Os últimos dias de Hitler*, deixada para trás pelos russos: no *bunker* havia um grosso volume, esquecido em uma das cadeiras, ignorado por todos e avistado por alguns, perdido para sempre depois da implosão da estrutura. Assim, quando a fraude foi forjada, Trevor-Roper acreditou estar diante daquele mesmo documento, salvo por algum soldado russo oportunista. Falhou, como se viu, porque seu método de comparação era impraticável tantos anos depois da guerra: sem as bases para comparação que dispunha em 1945 quando toda a documentação estava em suas mãos, sem as testenhumas abundantes (em 1945 todos estavam em alguma prisão controlada pelos ingleses ou russos, que lhe permitiam acesso aos prisioneiros e os coagiam aos depoimentos) e obscurecido pelos *table-talks* de Hitler que compilara alguns anos antes, além do afã de ter finalmente encontrado aquele precioso documento, atestou sua autenticidade.

23 TAYLOR, *Op. Cit.*, pág. 12.

24 *Idem, ibidem*.

25 EVANS, *Op. Cit.*, pág.16. A constatação é dada, como vimos, pelo levantamento do índice de publicações sobre o tema de Michael Ruck.

blicar, em 1947, o famoso *The Last Days of Hitler* (Os últimos dias de Hitler²⁶). Quando, nos primeiros dias de maio de 1945 as tropas russas ocuparam Berlim e tomaram o *bunker* da Chancelaria, os cadáveres calcinados de Hitler, Eva Braun, Goebbels e Magda Goebbels foram retirados das covas onde haviam sido depositados nos dias 30 de abril e 1º de maio, respectivamente. Em junho, o comando soviético divulgou que não acreditava na morte do líder nazista e trabalhava na elucidação dos fatos, embora já fosse de conhecimento dos norte-americanos e britânicos, através da prisão de diversas testemunhas do suicídio, que Hitler havia sido incinerado e seus restos mortais depositados no pátio do edifício²⁷. Quando o General Einsenwoher vacilou em acreditar nos relatórios aliados e tendeu a concordar com os comunicados soviéticos, que seguiam a orientação do próprio Stalin, Trevor-Hoper foi contratado pelo serviço de inteligência da Inglaterra para elucidar os fatos do *bunker*. Seu relatório, publicado em 1º de novembro de 1945²⁸, embora não tenha alcançado consenso entre os interessados no tema naquele momento, rendeu-lhe a publicação do livro em 1947 e é, até certo ponto, a primazia das bases das narrativas posteriores sobre os últimos momentos de vida de Adolf Hitler. Trevor-Roper, ao contrário de Taylor, elaborou suas concepções do nazismo e do Terceiro Reich tendo Hitler e seus seguidores não como políticos, mas como religiosos de uma seita nacional. Não era, para ele, Hitler ou qualquer outro os verdadeiros responsáveis por tudo que acontecera, mas a ideologia que criaram: “foi o próprio nacional-socialismo, como religião da revolução alemã, que esteve na base de seus êxitos efêmeros, mas espetaculares”²⁹. Para ele, o nazismo era visto como “nascido da estupidez e da brutalidade nórdicas”³⁰, tão fundamental dentro do governo que somente o aspecto “religioso” de suas crenças levariam a Alemanha a abandonar a campanha do oeste, onde já era vitoriosa, para desabar-se sobre a Rússia e, finalmente, liquidar-se na ruína. “A conquista da Rússia, o extermínio dos eslavos, a colonização do Oriente. Tal era

26 TREVOR-ROPER, Hugh R. **Os últimos dias de Hitler**. São Paulo: Flamboyant, s/d [1947]. A edição utilizada por mim, apesar de não constar a data de publicação, é posterior a 1957, pois apresenta, além de prefácio assinado pelo ex-embaixador francês em Berlim, François-Poncet, nota introdutória de Trevor-Hoper compilando as descobertas feitas até 1956 e que não constavam na edição original, de 1947.

27 Baseio-me nas afirmações do próprio Trevor-Roper.

28 O relatório, na íntegra, é encontrado também em SHIRER, *Op. Cit.*, Fim do Diário de Berlim, págs. 176-186.

29 TREVOR-HOPER, *Op. Cit.*, pág. 63.

30 *Idem, ibidem*.

a verdadeira mensagem do nazismo³¹. Alguns anos mais tarde, conforme relata Joachim Fest³², Trevor-Roper lapidou essa concepção de outra forma. Em 1947, quando lançou *Os últimos dias de Hitler*, havia recebido a Hermann Rauschning como “o melhor, o mais luminoso, o mais importante”³³ homem a contribuir com aquela concepção, que passou a defender. Segundo ele, Rauschning “expôs em dois livros, com terrível nitidez, a verdadeira significação do movimento nazista” em que demonstrou “o niilismo essencial da filosofia nacional-socialista”³⁴.

Esse niilismo, esse sentimento de ódio contra o mundo existente inspirou o movimento nazista em seus primórdios escondido, nos dias de glória, por trás de outros interesses mais positivos que nele se exortavam; mas, em seus últimos dias, (...) quando toda esperança e todo proveito se haviam desvanecido, quando todos os rivais haviam fugido, ou tinham sido eliminados, e o partido, no seu incontestado poder, nada mais tinha de positivo a oferecer, foi ao niilismo que voltou, como filosofia última.³⁵

Conforme Fest, por volta da década de 1960³⁶, já influenciado, como outros, pela publicação de Taylor e Allan Bullock, Trevor-Roper reviu seu posicionamento e “desferiu um primeiro e decisivo ataque” sobre as teses (defendida em primeiro lugar por Rauschning) que viam no nazismo um sistema destrutivo, composto por “revolucionários privados de fundamentos, que não tinham nem seguiam qualquer ideologia, mas delas se serviam com o único fim de conquistar, consolidar e aumentar seu próprio poder pessoal”³⁷.

Trevor-Roper apresentou o ditador, pela primeira vez, sob as vestes de um político caracterizado por fixações ideológicas e guiado em todas as suas manobras táticas por alguns princípios rigidamente obedecidos. As manias e as obsessões, toda a psicopatia daquele homem não se originavam, como Trevor-Roper bem explicou, de uma vontade monstruosa de poder, embora esta entrasse no quadro da personalidade de Hitler. Referiam-se, antes, às certezas presumidas de uma visão rígida e monolítica do mundo, baseada em slogans e rancores, que eram apresentadas, muitas vezes, pela conquista de espaços vitais e por um ódio obsessivo aos judeus.³⁸

Fest compartilhou desta visão que dava a explicação de fundo à motivação de Hitler que Taylor não havia, no todo, encontrado. Não fora, para Trevor-Roper, o oportunismo de

31 *Idem*, pág. 64.

32 FEST, Joachim C. **Hitler**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, 2ª Ed., vol. 1.

33 TREVOR-ROPER, *Op. Cit.*, pág. 63.

34 *Idem*, págs. 63-64. Os livros foram *Die Revolution des Nihilismus* (1938) e *Hitler m'a dit* (1939).

35 *Idem*, pág. 64.

36 Ou seja, “cerca de dez anos após a publicação da biografia de Bullock”, que escreveu a pioneira biografia de Hitler. FEST, *Op. Cit.*, vol 1, pág. xiv.

37 *Idem, ibidem*.

38 *Ibidem*.

Hitler o fator que o levou à política externa belicosa mas, também, não estava correta sua visão extremamente psicológica de suas atitudes (de Hitler) em relação ao “nazismo como religião”, expressa prematuramente em 1947. Esta visão, contudo, já havia se difundido e influenciado a historiografia posterior, que surgia em diversos pontos da Europa. Influenciou, sobretudo, a obra de Alan Bullock, uma das primeiras biografias de Hitler, que veio a ser impressa no início dos anos 1950. Joachim Fest, que publicou a sua própria nos anos 1970, viu em *Hitler, a study in tyranny*³⁹, de Alan Bullock, uma “exceção notável” entre os “retratos confusos e desconcertantes” de Hitler que existiam no início da segunda metade do século:

De uma brilhante objetividade, e sem ostentar os quase inevitáveis preconceitos inerentes a todas as apreciações alemãs sobre o tema, a biografia traçava o homem e a sua política a uma distância conveniente, desapaixonada e, ao mesmo tempo, crítica, e foi considerada, durante longo tempo, a descrição definitiva da sua vida.⁴⁰

Pelo menos em 1962, Bullock reviu sua versão de Hitler e reconheceu nas obras de Taylor e Trevor-Roper contribuições indispensáveis a isto. Em relação a Taylor, apesar “do fato que eu discordo com o Sr. Taylor em sua visão de Hitler e sua política externa – mais do que nunca”⁴¹, reconheceu que *Origins of the Second World War* estimulou-o a reler o conjunto de evidências documentárias sobre a política externa nazista entre 1933 e 1939⁴². Quanto a Trevor-Roper, o *essay* do livro *Hitler's Table Talk 1941-1944: Secret Conversations* intitulado *The mind of Adolf Hitler (A mentalidade de Adolf Hitler)* o fez repensar sua visão de Hitler diante daquelas conversas vindas à tona através da divulgação de novos documentos sobre o ditador nazista, guardados por Martin Bormann⁴³. Fora aquela visão “rígida, monolítica”, que Fest descreveu-nos, o relato sucinto deste texto.

39 A versão que possuo é posterior a 1968, embora não conste na edição a data de publicação. Contudo, apresenta introdução de Bullock assinada em 1962, revendo os dez anos passados. O texto foi, como informa, revisado na íntegra. BULLOCK, Alan. **Hitler, a study in tyranny**. Londres, Penguin Books, s/d [1952].

40 FEST, *Op. Cit.*, vol. 1, pág. xi.

41 BULLOCK, *Op. Cit.*, pág. 14. Tradução minha. No original: “The fact that I disagree with Mr. Taylor in his view of Hitler and his foreign policy – more than ever”.

42 *Idem, ibidem*.

43 Bormann, segundo Trevor-Roper, foi morto após 1º de maio de 1945, embora jamais se tenha encontrado seu corpo (embora também jamais se tenha encontrado indício de que tenha sobrevivido). Foi responsável pela coleta dos diálogos “de mesa” de Hitler entre 1941-1942 e esteve no *bunker* de Hitler até o dia 1º, quando o abandonou. Veja-se TREVOR-ROPER, *Op. Cit.*, Últimos dias, e TREVOR-ROPER, Hugh. R. **Hitler's Table Talk 1941-1944: Secret Conversations**. s/l, Amazon, s/d – edição digital do livro em formato .mobi (*Kindle Edition*).

Embora a obra de Bullock tenha marcado as concepções sobre um “Hitler clássico” (e o que pressupões também “um nazismo hitleriano clássico”), a recente historiografia apresentada em Fest e Kershaw parece ter ultimado uma questão mais profunda e até o momento carente de uma explicação aceita pela maioria dos historiadores: a de como o nazismo pode ter conseguido conduzir um país como a Alemanha a uma guerra de extermínio. Por um lado, Fest viu nos elementos psicológicos do nazismo esta explicação - por isso sua crítica as análises socializantes, que deixavam o indivíduo relegado a segundo plano. Por outro, a mais recente obra de Kershaw⁴⁴ buscou justamente explicar este viés, “desmistificando” o mito e construindo historicamente o contexto. Ambas obras, contudo, prolongam o questionamento.

*

Com relação a bibliografias brasileiras sobre o nazismo e o Partido Nazista no Brasil, existem algumas produções, tanto das décadas de 1980 como 1990, que seriam dignas de uso, como as obras de René Gertz (1987), Sérgio Sant’anna (1991), Luiz Edmundo Moraes (1996) e Marionilde Brepohl (1998). Contudo, já nesta primeira década do século vinte, Ana Maria Dietrich, resolvida a dar as linhas gerais de uma história do nazismo no Brasil, trouxe-nos dois novos trabalhos que dariam novos rumos para a pesquisa sobre o tema. Através da dissertação de mestrado, publicada como livro em 2007⁴⁵ e de sua tese de doutoramento, apresentadas a Universidade de São Paulo, constituiu-se a vanguarda da pesquisa sobre a atuação do Partido Nazista no Brasil.

A importância de suas descobertas para o campo é expressiva porque permitiu dirimir dúvidas que atravessaram vários anos sem uma resposta que se mostrasse suficiente para tanto. A principal delas era a da existência ou não de uma seção genuína do Partido Nazista no Brasil. Mesmo que um esboço desta resposta já estivesse desde a década de 1980 desenhada, o acesso privilegiado que Dietrich teve a arquivos do Departamento de Ordem

44 KERSHAW, *Op. Cit.*.

45 DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas**. O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2007.

Pública e Social do Estado de São Paulo (DOPS-SP), assim como a consulta a diferentes arquivos na Alemanha, acrescentou que o Partido Nazista brasileiro foi a maior seção estrangeira do Partido Nazista alemão, com aproximadamente 2900 membros⁴⁶. O número não parece ser expressivo, à primeira vista, se considerarmos as proporções do Brasil, mas justamente por isso, revela a complexidade das relações estabelecidas na conjuntura política e social dos anos 1930 e especialmente após o Estado Novo, de 1937, marcados pela repressão aos movimentos políticos “estrangeiros”. Em um cenário em que as populações imigrantes e seus descendentes, após mais de 80 anos de colonização alemã especialmente no sul do país, foram tidas como “um perigo”, “o perigo alemão”, o pequeno número de adeptos formais do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães parece ser capaz de dizer que a ação deste em território brasileiro não teve apenas a antipatia do governo, mas também dos “alemães” aqui residentes.

Dietrich, por sua vez, consegue mapear as atividades do Partido na maioria dos estados em que esteve efetivamente organizado, fornecendo dados preciosos para o futuro das pesquisas que tomem a ação partidária nazista no Brasil e na América Latina como tema. A autora afirma que o nazismo no Brasil não era o mesmo nazismo na Alemanha, que seus elementos fundamentais ligados a ideologia de lá sofreram adequações (necessárias) para que tivesse êxito em existir e atrair adeptos aqui. Por mais que o mesmo tema tenha sido trabalhado nas décadas anteriores, destacadamente por René Gertz em seus dois livros dedicados ao fascismo no sul do país, Dietrich teve o mérito de estabelecer uma base explicativa teórica passível de adesão, qual seja o “nazismo tropical”. Não busco limitar as referências na área a sua produção, contudo nos propósitos que assumo, Ana Maria Dietrich teve fundamental importância.

Já René Gertz tornou-se leitura necessária quando pensamos o desenvolvimento do nazismo no sul do país, em suas relações com as “colônias”, com os “alemães” e com a sociedade “não alemã”.

46 DIETRICH, *Op. Cit.*, Nazismo tropical. A versão que possuo foi extraída do banco de dados de teses e dissertações da Universidade de São Paulo e apresenta erro de numeração de páginas, que estão acrescidas de uma centena. Desta forma, a página dita como 121 é, na verdade, 21.

Em “O fascismo no sul do Brasil”⁴⁷, de 1987, o historiador aborda o tema em diversas perspectivas, desde a imigração alemã para o sul à partir da metade do século XIX, as relações comerciais dos colonos com os centros urbanos, a cultura alemã nas regiões coloniais, o desenvolvimento do *Deutschtum* (germanismo), as complexas relações de trocas culturais, o desenvolvimento do fascismo nas áreas urbanas e do interior, à atuação dos membros do partido (*Parteigenossen*) e suas relações conflitantes com os *Deutschbrasilianer* (alemães nascidos no Brasil). Apoiado em documentação diversa, desde fontes jornalísticas a documentais brasileiras e alemãs, seu esforço permanece até nossos dias como o mais significativo na área.

Em “O perigo alemão”⁴⁸, Gertz deixa claro as linhas interpretativas deste “problema” semelhante ao “problema alemão” da década de 1920 para a Europa: nos estudos sociais, havia nos anos 1920 o mito construído em torno dos alemães imigrados, herdado da Primeira Guerra, intensificado com o regime de Vargas e conduzido à ruptura com o Estado Novo. Os paralelos entre ambos estão no desconforto constante que as populações passam a apresentar em relação à Alemanha e, no caso do Rio Grande do Sul, com as colônias alemãs. O “perigo alemão”, como conclui, foi construído de maneira fantasiosa em torno de grupos que jamais demonstraram homogeneidade, que possuíam divergências ideológicas, de classe e de credo e que nunca constituíram um perigo verdadeiro. Analisando sob enfoques étnico, político, cultural e econômico, interpreta o “perigo alemão” também sob as perspectivas da ideologia estado novista, em suas prerrogativas de criação do inimigo comum (o inimigo único) para o estabelecimento e consolidação do regime.

Apoiado em Lorena Gill⁴⁹ e José Fachel⁵⁰, busquei compreender, além da historiografia regional sobre o tema, as bases em que a pesquisa estava estabelecida em relação a Pelotas e até onde os avanços haviam sido feitos, no que, ambos, são capazes de orientar os pesquisadores atuais. Lorena Gill dedica sua atenção aos “judeus da prestação” em Pelotas, desde suas concepções identitárias até o estabelecimento da “questão judaica” no

47 GERTZ, René E. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

48 GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFGRS, 1991.

49 GILL, Lorena Almeida. **Clienteitichiks: os judeus da prestação em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária, 2001.

50 FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

cenário político das décadas de 1920, 1930 e 1940. Sua contribuição fundamental à minha proposta foi elucidar como os judeus em Pelotas sentiram-se durante o cenário mais notável de atividade do nazismo na cidade e durante as perseguições contra alemães e seus descendentes após a declaração de guerra brasileira aos países do Eixo. Por outro lado, Fachel, ao dedicar-se a este cenário verificado em 1942, consegue tecer as premissas políticas da conjuntura local e regional que levaram à queima de igrejas e destruição de casas comerciais alemãs em agosto daquele ano. O livro está repleto de dados orientadores sobre os comportamentos condicionados tanto pela ação coercitiva do Estado Novo quanto pela comoção criada com o estado de guerra, culminando com a ruptura.

Por fim, é necessário que se fale da dissertação defendida por Gerson Fraga em 2004 junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁵¹. Em “Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do Correio do Povo”, Fraga realiza, de certa forma, embora com tema diferente e referencial teórico diverso, o mesmo esforço de pesquisa que me proponho também a realizar: o de compreender como as notícias chegadas do estrangeiro tratavam do tema em foco. No primeiro capítulo, tratou dos referenciais teórico e metodológico; no segundo, da relação entre imprensa e história, estabelecendo os pontos de sua atuação ideológica e pedagógica; já o terceiro capítulo analisou, pormenorizada-mente, seções pertinentes do jornal; o quarto capítulo dedicou-se a alguns episódios da Guerra Civil Espanhola e, por fim, o quinto capítulo estabelece as considerações finais do autor. Como um modelo de síntese e clareza invejável, fico em débito com sua obra, entre tantos pontos, especialmente em relação à concepção de ideologia e de imprensa, que se mostrou próxima ao que, em outras palavras, buscava conceituar, assim como ao esforço de pesquisa dedicado ao jornal, abrindo de antemão algumas perspectivas de análise das quais utilizaria. O estudo sobre as agências de notícias, neste sentido, foram de fundamental importância.

51 FRAGA, Gerson. **Branco e Vermelho**: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: 2004.

Imprensa

A imprensa segundo Gerson Fraga, apoiado em Capelato e Prado, atua como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”⁵². Ele frisa que o entendimento de uma “grande imprensa escrita” passa “a se delimitar a partir do momento em que o jornalismo de cunho político-partidário cede lugar a uma outra forma de jornalismo, composto por grandes empresas que obedecem a uma lógica industrial de produção e são ligadas à ascensão da burguesia”⁵³. Essa mudança teria se processado nas primeiras décadas do século XX e, principalmente, nos grandes centros urbanos. A imprensa como atividade individual, segundo ele, ficou relegada ao interior, onde sobrevive até os dias atuais. Francisco Rüdiger, em seu livro “Tendências do Jornalismo”⁵⁴, delimita o espaço temporal em que essa mudança pode ser verificada, pelo menos para os jornais de Porto Alegre, da passagem de um perfil político-partidário em sua origem, para um perfil informativo, à partir de meados dos anos 1930. De fato, Fraga parece concordar com esta delimitação ao trabalhar com um dos principais jornais analisados por Rüdiger, o *Correio do Povo*. Em meu estudo, esta periodização verificou-se parcialmente, como poderemos mais adiante constatar, quando nos detivermos na análise do *Diário Popular*. Ela é, de certo modo, importante como tendência, mas mais ainda porque a imprensa político-partidária tem um caráter notadamente diferenciado. Contudo, ambas exercem, como meio de intervenção na vida social, um eficaz papel ideológico. Não somente porque de modo geral está ligado as ideias da classe dominante, mas porque se faz dominante. A lógica da imprensa escrita é garantir a sua supremacia ideológica sobre os concorrentes, mesmo que isso signifique sacrificar sua própria coerência⁵⁵. O sacrifício desta coerência está ligado a uma segunda visão da imprensa dada por Fraga, que a enxerga como instrumento pedagógico, de instrução de massas e perpetuador de uma lógica⁵⁶. Estes elementos, juntos, nos aproximam de

52 *Idem*, pág. 14, APUD CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, pág. 108.

53 *Idem*.

54 RUDIGER, Francisco. **Tendência do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

55 Veremos, mais adiante, como isto se processou também no *Diário Popular*.

56 FRAGA, *Op. Cit.*, págs. 24-33. Segundo Márcia Benetti, quando pensamos o discurso de gênero jornalís-

uma definição que compreende a imprensa como interventora da vida social, manipuladora de interesses e ideologicamente engajada, tal e qual classificamos o *Diário Popular*, de Pelotas, nas décadas de 1920 e 1930.

A crítica sobre a fonte jornalística

O professor Cláudio Elmir alerta o seguinte aos “pesquisadores de jornal”: “o jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade (...) devemos fazer uma ‘leitura intensiva’ destes jornais e não ‘uma leitura extensiva’”⁵⁷. Isto também foi abordado por Lionel Brocca⁵⁸, que nos trouxe ainda outra observação:

Elmir alerta que o historiador deve buscar a “regularidade” no trato da sua fonte, para que não se baseie em um fragmento único, isolado do contexto geral da publicação, que comprometeria a análise do trabalho: “em pesquisa com o jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não conhecimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”.⁵⁹

Este é um desafio e de tal maneira problemático que é mesmo questionável a possibilidade de realizá-lo porque envolve, como vimos, a “leitura intensiva”. Mas no que consiste esta leitura intensiva, propriamente, como realizá-la e como saber se de fato a realizamos? Elmir diz que “ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo de experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal”, sendo necessário ir-se mais além, como ele sugere. Entender-se que não somos os “leitores ideais” do jornal, que não somos obrigados a separar o verdadeiro e o falso, que temos de tomar cuidado para não

tico, o mais adequado é o ponto de vista comunicacional, por que os gêneros do discurso “são mais do que gêneros ‘de texto’, pois estão associados a condições específicas de produção, circulação e interpretação” e “da comunicação ‘construída’, elaborada e institucionalizada”, intimamente relacionados com a linguagem, que é um gênero secundário. Segundo a mesma autora, referindo-se a Foucault, “um discurso é essencialmente uma prática” e “se modifica ao longo do tempo e reflete as características da própria sociedade que o torna possível”. BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. In: **V Encontro Nacional de Pesquisadores em jornalismo**, novembro de 2007. Disponível em http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/coordenada_6_.marcia_benetti.pdf. Acessado em 11 de maio de 2013.

57 ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, s/d, n. 13, pág. 21.

58 BROCCA, Lionei A. **As perseguições aos “Súditos do Eixo” através das páginas do jornal Correio do Povo durante a Segunda Guerra Mundial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFRGS, 2010.

59 BROCCA, *Op. Cit.*, pág. 30, APUD Elmir, *Op. Cit.*, pág. 23.

transformar os “textos-objeto de nossa análise em instrumentos de nossos pretextos” e que são necessárias outras fontes para se encaminhar conclusões⁶⁰. Essas premissas, assim, requerem vários movimentos.

O primeiro que tomei foi convergir para Antoine Proust. Proust, em seu livro “Doze lições sobre a história”⁶¹, aconselhou ao historiador que trabalhe com o texto de toda a imprensa o estabelecimento de uma metodologia crítica. Obviamente, não seria necessário que outro mais o dissesse, já que para ele “a crítica é a própria história” - mas “é necessário ser já historiador para criticar”⁶². Analisando o método crítico de Langlois e Seignobos, Proust afirmou que a crítica divide-se, inicialmente, em externa e interna:

A primeira incide sobre os caracteres materiais do documento: seu papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. Por sua vez, a crítica interna refere-se a coerência do texto, por exemplo, a compatibilidade entre sua data e os fatos mencionados.⁶³

Além disto, a *crítica da sinceridade* e a *crítica da exatidão* auxiliam a ir-se mais além, primeiramente questionando-se “sobre as intenções, confessadas ou não, do testemunho” e finalmente a “sua situação objetiva”⁶⁴. Para ele, a imprensa é, de todo, uma coleção de *depoimentos voluntários*, “constituídos para a informação dos leitores, presentes ou futuros”⁶⁵. As críticas da sinceridade e exatidão devem ser mais exigentes quanto a estes depoimentos justamente por sua natureza não espontânea, mas Proust diz também que “a habilidade dos historiadores consiste, quase sempre, em tratar os testemunhos voluntários como se fossem involuntários e questioná-los sobre algo diferente do que eles pretendiam exprimir”⁶⁶. Para isto, não deve haver equívoco quanto ao seu sentido (crítica da interpretação), já que, segundo ele, “qualquer texto serve-se do código de determinado sistema de representações (...) [e] assim, para a interpretação dos textos, torna-se indispensável levar em consideração as ‘representações coletivas’”⁶⁷.

Nestes termos, para que possamos analisar as manifestações do nacional-socialismo

60 *Idem*, págs. 22-27.

61 PROUST, *Op. Cit.*, pág. 57.

62 *Idem, ibidem*.

63 *Ibidem*.

64 *Idem*, pág. 59.

65 *Idem, ibidem*.

66 *Idem*, pág. 60.

67 *Idem*, pág. 61.

na imprensa de Pelotas tendo o texto do jornal como fonte e ciência da crítica inerente ao tipo que representa como fonte, é necessário que entendamos como o “texto” é capaz de comunicar aquilo que está além do meramente impresso, através de um “modo de fazer” e um “modo de ver” que transformam sua ação em algo inteligível⁶⁸.

Definindo um campo teórico

Para Roger Chartier, uma *função simbólica* é definida “como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico”⁶⁹. Desta forma, a “representação” pode ser definida em

duas ordens de razões (...): a representação dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é’.⁷⁰

É aquele primeiro sentido que nos interessa no trabalho que me proponho a fazer, quando se adentrar no campo da história cultural. Como bem a define o teórico francês, “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”⁷¹. Ela pressupõe movimentos como a categorização do mundo social, a esquematização intelectual, capaz de criar “as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”⁷². Por isso, “é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sócias e conceituais próprias de um tempo, ou de um espaço”, e, por outro lado, “esta história deve ser entendi-

68 Utilizo-me dos termos de BARROS, José D’Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, UEM, v. 9. n°1, 2005, p. 125-141

69 CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990, pág. 19.

70 *Idem*, pág. 20.

71 CHARTIER, Op. Cit., pág. 17.

72 *Idem*, *ibidem*.

da como o estudo dos processo com os quais se constrói um sentido”⁷³:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁷⁴

Como Chartier também nota, “as percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros”⁷⁵. Elas concorrem para fabricar a ordem, o respeito e a submissão como forma de violência imediata: os ocupantes de cargos públicos tendem, por exemplo, a defender a submissão ao Estado, de maneira que aqueles que se submetem a ele também se submetem a seus representantes. “A concorrência pelos sinais de prestígio é assim, ao mesmo tempo, uma luta pelos atributos e vantagens do poderio social – a que Elias chama *Machtchancen*”⁷⁶. Como vimos em Fraga, a imprensa é um lugar privilegiado para a instrução pedagógica de qualquer ideologia que a ela tenha acesso e é o momento em que muitos aproveitam-se das *Machtchancen* de seu tempo. Neste sentido, os meios de comunicação e, em nosso caso, o jornal, especialmente, ajudam a construir aquilo que Proust chamava de “representação coletiva”. Para entendermos o que é este termo, e a importância que representa, é necessário que entendamos, antes, o conceito chartiano de *utilização mental*.

Segundo Chartier, o conceito de utilização mental foi formulado, na verdade, por Lucien Febvre nas décadas de 1940 e 1950. Era necessário pensar o “espírito do tempo”, o *Zeitgeist* dentro dos estudos de história intelectual. Tanto para Febvre como para Ervin Panofsky, este espírito era “mais do que aquilo que explica, é justamente aquilo que é necessário explicar”⁷⁷. Distanciando-se, cada um à sua maneira, Febvre e Panofsky posicionaram-se relativamente às noções que até então sustentavam implicitamente todos os trabalhos de história intelectual e, após isto, forjaram novos conceitos para pensar de outra forma as “várias relações (entre a obra e o seu criador, entre a obra e o seu tempo, entre as diferentes obras de uma mesma época)”. Panofsky trouxe os conceitos de “hábitos mentais

73 *Idem*, págs. 26 – 27.

74 *Idem*, *ibidem*.

75 *Ibidem*.

76 *Idem*, pág. 112.

77 *Idem*, pág. 35.

(ou *habitus*) e o de força criadora de hábitos (*habit-forming force*)” e Febvre “o de utensilagem mental”. Este último foi o predileto por Chartier, que o adota:

A cada civilização, a sua utensilagem mental; mais ainda, a cada época de uma mesma civilização, a cada progresso (quer das técnicas, quer da ciências) que a caracteriza” – um utensilagem renovada, um pouco mais desenvolvida para certas utilizações, um pouco menos para outras. Uma utensilagem mental que essa civilização, que essa época, não está segura da capacidade de transmitir, integralmente, às civilizações, às épocas que lhe vão suceder, podendo conhecer mutilações, retrocessos, deformações importantes. Ou, pelo contrário, progressos, enriquecimentos, novas complicações. A utensilagem vale pela civilização que soube forjá-la, vale pela época que a utiliza; não vale pela eternidade, nem pela humanidade: nem sequer pelo curso restrito de uma evolução interna de uma civilização.⁷⁸

Esse postulado, para ele, equivalia a dizer:

Que as categorias do pensamento não são de modo algum universais e, por isso, estão longe de ser redutíveis às utilizadas pelos homens do século XX;
 Que as maneiras de pensar dependem, acima de tudo, dos instrumentos materiais (as técnicas) ou conceituais (as ciências) que as tornam possíveis;
 Que não existe um progresso contínuo e necessário (definido como uma passagem do simples ao complexo) na sucessão das diferentes utensilagens mentais.⁷⁹

Desta forma, quando pensamos na imprensa e em uma de suas formas específicas de veiculação, o jornal, podemos pensar em várias formas de averiguarmos seus papéis de representação: primeiro, na forma do jornal, no papel utilizado (o Correio do Povo) era chamado de “O róseo” por utilizar um papel de coloração rosada, por exemplo), a tinta, a tipografia, as colunas em que o texto se distribui, as fotos que utiliza, a distribuição dos elementos na página, a epígrafe do jornal, os títulos e subtítulos que o vinculam a este ou aquele partido, sociedade, empresa, etc. (que lhe dão, já *à priori*, um posicionamento); segundo, no texto propriamente dito, se propagandístico, se jornalístico, o que diz, como se expressa, o que busca instruir ou no que se contradiz; terceiro, no público, como o lê, como o enxerga, como entende o que relata e como interage com ele, se o joga no lixo e descarta os enunciados, se o mantém e forma par, se o repudia e busca contradizê-lo, se se mantém indiferente – entre muitas outras formas de pensá-lo. O que vêm, a seguir, é descobrir (ou construir) a concepção daquela utensilagem mental que a época e o lugar possuíam, para que o objeto pesquisado tenha, ao final e se exitosa a investida, a sua “representação coletiva” identificada. Essa é a tarefa do historiador, conforme Chartier:

78 *Idem*, pág. 36.

79 *Idem*, págs. 36 – 37.

A tarefa principal do historiador, como do etnólogo, é, portanto, reencontrar essas representações antigas, na sua irreduzível especificidade, isto é, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as medir pelos padrões da utensilagem mental do século XX, entendida implicitamente como o resultado necessário de um progresso contínuo.⁸⁰

Mas há, como vimos, o desafio de não medirmos nosso objeto pelos nossas próprias medidas - “na verdade, um homem do século XVI deve ser inteligível não relativamente a nós, mas aos seus contemporâneos”⁸¹. Este desafio é facilitado, segundo Chartier, pela escolha do conceito de *utensilagem mental* ao de *hábito mental*, de Panofsky, porque aquela “sugere a existência quase objetivada de uma panóplia de instrumentos intelectuais (palavras, símbolos, conceitos, etc.) à disposição do pensamento”, que contrastava com esta, “conjunto de esquemas inconscientes, de princípios interiorizados que dão a sua unidade às maneiras de pensar de uma época, qualquer que seja o objeto pensado”⁸². Ou seja, Chartier opta por uma escolha *consciente*, de Febvre, do que por uma *inconsciente*, de Panofsky (e quando pensamos no conceito de *ideologia*, que veremos a seguir, este jogo também nos é interessante). Além disso, segundo ele

Com Febvre, a utensilagem mental que podiam [sic] manipular os homens de uma época é pensada como um determinado stock de “materiais de ideia” (para retomar a sua expressão). Desde logo, o que diferencia as mentalidades dos grupos sociais é, acima de tudo, o uso mais ou menos alargado que eles fazem dos “utensílios” disponíveis: os mais conhecedores aplicarão a quase totalidade das palavras ou dos conceitos existentes; os mais desprovidos só utilizarão uma ínfima parte da utensilagem mental da sua época, limitando assim, comparativamente aos seus próprios contemporâneos, o que lhe é possível pensar.⁸³

Desta forma, o grupo de redatores de um jornal é uma figuração social, assim como o grupo de diretores do mesmo jornal ou a diretoria de um partido político. Ambos, no caso de um jornal como o *Diário Popular*, interagem entre si e com a sociedade como um todo, também composta de diversas outras formações. Quando o foco se distancia na diferenciação, esta mesma sociedade é uma formação (a sociedade Pelotense, por exemplo), que interage com outras formações (a sociedade de Rio Grande, *idem*). A dinâmica de relacionamento entre ambas é permeada, desta forma, pela interdependência entre ambas, que tendem a um equilíbrio de tensões.

É notório que as noções de formação, de interdependência e de equilíbrio das tensões se

80 *Idem, ibidem.*

81 *Idem, pág. 38.*

82 *Idem, págs. 38 – 39.*

83 *Idem, pág. 39.*

encontram estritamente ligadas umas às outras, permitindo deslocar várias das oposições claras, herdadas da tradição filosófica ou sociológica, e em primeiro lugar a estabelecida entre liberdade e determinismo.⁸⁴

É justamente neste ponto que, por outro lado, a crítica se estabelece ao método de pensamento sociológico. Como percebe Chartier, o método

prefere pensar a “liberdade” de cada indivíduo como estando inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens, limitando o que lhe é possível decidir ou fazer. (...) Elias atribui um papel central às redes e dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, que modificam, por seu turno, a própria figura do jogo social.⁸⁵

Este noção é a do “tabuleiro de xadrez”, em que cada movimento, embora de livre iniciativa, está condicionado (mais adiante em nosso estudo, encontraremos no discurso político dos anos 1920 como este condicionamento poderia ser exposto, muito antes, através de uma outra lógica, mas que reproduzia os mesmos conceitos). Este *condicionamento* é a própria interdependência, que se caracteriza por “séries de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição da sua possível reprodução”:

É por isso que se torna necessário identificar os seus termos, tanto na sociedade de corte francesa do século XVII como no Estado ditatorial do nacional-socialismo. Quando o equilíbrio das tensões que permitia a perpetuação de uma formação social se encontra quebrado – quer por um dos adversário/parceiros se tornou demasiado poderoso, quer porque um novo grupo recusa a sua exclusão de uma partilha estabelecida sem ele – é a própria formação que é posta em perigo e, no fim, é substituída por uma outra, que assenta num novo equilíbrio das forças numa figura inédita das interdependências.⁸⁶

Não é difícil ao leitor perceber, desta forma, como a teoria social de Norbert Elias encontra dificuldade em penetrar na “representação coletiva” e na “utensilagem mental” que a historiografia do nacional-socialismo e de Hitler construíram, ao longo dos anos. O papel determinante das estruturas sociais choca-se com a iniciativa pessoal e, no caso de Hitler, as barreiras que levam a superar este embate são grandes. Joachim Fest percebe a disputa e deixa claro seu posicionamento logo na introdução de seu livro: para ele, desde o ponto de vista historiográfico, a teoria sociológica “mina quase tudo o que existe na história de contraditório, confuso e insuspeitado. Se as estruturas sociais são efetivamente mais determinantes do que todos os outros fatores que dominam a história, todo fato histórico

84 *Idem*, pág. 101.

85 *Idem*, pág. 101.

86 *Idem*, pág. 103.

submete-se a uma limitação determinística”⁸⁷. Ian Kershaw, que durante anos partilhou da escola sociológica em seus estudos medievalistas, também identifica a dificuldade: “não há uma pequena ironia, por outro lado, na minha eventual chegada à escritura de uma biografia de Hitler em que eu vinha, por assim dizer, da direção ‘errada’”⁸⁸. O que buscou, assim, foi ligar (*bind together*) os “elementos pessoais e impessoais”. Nesta dissertação, busco estar a par da discussão, embora não tenda a deliberadamente optar por uma ou outra.

Mas há mais um elemento a ser considerado em tudo isto, como alertei, anteriormente: determinação ou iniciativa também são mediados, assim como os próprios conceitos de representação coletiva e utensilagem mental, pela ideologia.

Ideologia

Neste momento encontramos o segundo ponto em que me aproveito do trabalho de Gerson Fraga, que utiliza os conceitos dados por Marilena Chauí e Eni Orlandi para definir a “ideologia”. Chauí entende-a como um *processo* que transforma “as ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo” (domínio tanto material quanto espiritual⁸⁹). Orlandi, por outro lado, considera ideologia como uma *condição* “para a constituição do sujeito e dos sentidos”⁹⁰. Note-se, assim, como a dualidade entre liberdade e condicionamento perpassa o entendimento de ideologia: por um lado, é permitido tanto que entendamos ideologia como um *processo* e como uma *condição*: uma condição dada por um processo *modificante*. Este *processo modificante* é definido por Hanna Arendt⁹¹, quando diz que

uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objeto de estudo é a história, à qual a “ideia” é aplicada; o resultado desta aplicação não é um

87 FEST, *Op. Cit.*, vol. 1, pág. xvii.

88 KERSHAW, *Op. Cit.*, pág. xii. Tradução minha. No original: “There is no little irony, therefore, in my eventually arriving at the writing of a biography of Hitler in that I come to it, so to say, from the ‘wrong’ direction”.

89 FRAGA, *idem*, pág. 15, APUD CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001, pág. 85.

90 *Idem*, *ibidem*, APUD ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001, pág. 46.

91 DIETRICH, 2007, *Op. Cit.*, pág. 121, APUD ARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pág. 521.

conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um *processo* que está em constante *mudança*.⁹²

Assim, se entendermos ideologia como um *processo* que *modifica* o ideário e ao mesmo tempo *condiciona* o sujeito, então estamos realmente próximos do ponto que nos permite entender como a ideologia nazista tornou-se do *Weltanschauung* de uns poucos na *Weltanschauung* da maioria e estabeleceu uma condição na qual aqueles que “a professassem” detivessem o *status* que excluía os demais, os “não adeptos”. Esta “lógica da ideia” encontra no nazismo um modelo perfeito e, ao mesmo tempo, fornece-nos algo semelhante a ser aplicado entre as posições conflitantes entre história e sociologia.

É desta forma, entendo, que as estruturas sociais interagem para transformar o *Zeitgeist*, a utensilagem mental e, assim, a representação coletiva. Ambos estão permeados pela ideologia e, quando a identificamos, devemos buscar investigar como e em que estruturas ela age e no que resulta. Foi por isso que Trevor-Roper e Alan Bullock repudiaram as ideias de Taylor: porque aquele dera tão pouca atenção ao nacional-socialismo que deixaram um vácuo explicativo no *improvisacionismo* que atribuiu a Hitler. Embora tenha sido louvável que Taylor *des-demonizasse* Hitler, afastá-lo da ideologia nazista e de toda a concepção de mundo que ela trazia fora um erro. Da mesma forma, Fest e Kershaw agem neste sentido ao não relegarem Hitler ao mundo estritamente sociológico: fazem isto com seus seguidores e com as sociedades alemães e do restante do mundo, não com Hitler. Desta forma, lideram uma corrente que mantém a interpretação de Hitler condicionada ao mau, independentemente de qualquer outra explicação. Sendo Hitler um dos personagens centrais do noticiário internacional do *Diário Popular*, teria feito o jornal o mesmo movimento, tendo-se focado na figura do líder nazista ou, por outro lado, teria baseado sua interpretação no “nazismo em si”, no partido, nos membros proeminentes e concebido o nacional-socialismo de maneira adversa?

Por fim, é necessário que faça uma última conceituação sem a qual qualquer avanço seria infrutífero: o que é fascismo?

92 Grifos meus.

Fascismo

Muitos teóricos buscaram, ao longo do século XX, conceituar este fenômeno político que tomou a Europa nas décadas iniciais. A conceituação que mais se aproxima com a visão que tenho é a de Leandro Konder, não só por seus elementos embasantes, mas pela primazia que teve seu texto comigo. Para ele, a origem do fascismo esteve ligada a uma “nova concepção política da direita”, que classificou como uma “espécie” do gênero político que representava⁹³. Em sua essência, a direita para Konder

representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias. Daí o conservadorismo intrínseco da direita.⁹⁴

Este conservadorismo não significa uma resistência passiva à mudança. Por outro lado, os ideólogos conservadores (que Konder chama de “filósofos”) buscam princípios mais universais e essa “busca da universalidade torna a ideologia da direita menos funcional, danifica a solidez das suas articulações pragmáticas, inevitavelmente *particularistas*”⁹⁵:

O próprio sistema em cuja defesa as classes dominantes se acumpliciam – um sistema que gravita em torno da competição obsessiva pelo lucro privado – impede que as forças sociais em que consiste a direita sejam profundamente solidárias: elas só se unem para os objetivos limitados da luta contra o inimigo comum.⁹⁶

Esta união é afirmada através de um “pragmatismo radical”, através de ideias importadas do campo ideológico do “inimigo”: Mussolini foi o pioneiro em usar a doutrina marxista mantendo nela somente o que importava. Para ele, a luta de classes não era superável: era uma “realidade trágica” que deveria ser, contudo, controlada⁹⁷. Também subverteu o confronto entre burguesia e proletariado em uma luta entre nações proletárias e nações capitalistas. Entretanto, o mais importante foi o entendimento que fez do conceito de ideologia de Marx, da “unidade da teoria e da prática”, transformando-o em uma “identidade

93 KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991 [1977], 3ª ed., pág. 5.

94 *Idem*, pág. 7.

95 *Idem, ibidem*.

96 *Ibidem*.

97 *Idem*, pág. 8.

da teoria e prática”: “A teoria perdeu sua capacidade de ‘criticar’ a prática (...) e tornou-se completamente instrumentalizada”⁹⁸.

Essa instrumentalização, contudo, não poderia centrar num relativismo absoluto: requeria uma direção a ser seguida, um objetivo em torno dos quais os homens se aglutinassem. A guerra de 1914 deu a Mussolini um valor supremo a ser seguido: a pátria. A criação do mito da “nação” está nas raízes do surgimento do fascismo. Não era necessário que esse “mito” fosse sequer real, bastaria que fosse “uma fé, uma paixão”⁹⁹. O fascismo também se aproveitou de métodos modernos de divulgação, apoiando-se na propaganda. Seu financiador foi a indústria e, no caso alemão, o capital financeiro. Baseado nestes princípios, Konder define o fascismo como

uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antisocialista, antioperário.¹⁰⁰

Andrew Heywood também define o fascismo como um “medo da liberdade”¹⁰¹. Em seu antirracionismo, tendente ao niilismo. Seu âmago encontra-se na luta (na guerra) do mais forte contra o mais fraco, como uma exigência da “seleção natural”; na luta pelo “espaço vital” necessário para perpetuação da vida e subsistência dos povos. O fascismo, segundo ele, rejeita radicalmente a igualdade e reconhece no elitismo a origem natural da liderança (o *Führerprinzip*)¹⁰². Sua base social está baseada em um sentido de corporativismo, submetido a um estado venerado que busca a totalidade. Além do nacionalismo intrínseco a criação do mito da “pátria”, o fascismo tende ao ultranacionalismo¹⁰³.

Heywood, contudo, identifica tensões entre o fascismo e o nazismo, que é, para ele, uma vertente do fascismo. O nazismo via o estado como um instrumento ao invés de uma

98 *Idem*, pág. 10.

99 *Idem*, pág. 11.

100 *Idem*, pág. 21.

101 HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010, pág. 207.

102 *Idem*, pág. 213.

103 *Idem*, pág. 217.

instituição a ser venerada: Hitler o utilizava, mas não dependia dele para que sua autoridade fosse respeitada. No caso italiano, a autoridade do *Duce* estava subordinada a figura do Rei, que nunca foi deposto. No nazismo, o mito fundamental era compartilhado com a raça e a política era de um “racionalismo radical” ao invés de um “nacionalismo chauvinista”, como no fascismo italiano. Os judeus, “impuros racialmente”, não poderiam pertencer a comunidade nacional. Havia no nazismo, também, um essencialismo de base, que colocava como dever de todo alemão estar ao lado dos princípios ideológicos da nação: no fascismo, havia o voluntarismo, permeável a dissidências. O nazismo buscava a superioridade biológica; o fascismo, a grandeza nacional. A política nazista visava a pureza racial/eugenia do povo alemão e dos territórios conquistados, enquanto o fascismo tinha como objetivo a união orgânica de todo povo. O antissemitismo partilhado por ambos diferia no pragmatismo do modelo italiano em contraste com o genocida, do alemão – este de consequências devastadoras. O princípio idealizante do fascismo clássico era a defesa de sua modernidade e futurismo, que contrastavam com o retrocesso dos conservadores; o nazismo tinha como modelo a ideologia camponesa, um retorno a terra. Os nazistas criaram uma economia baseada no esforço de guerra; os fascistas em um corporativismo econômico. Os alemães buscavam a dominação mundial como fim último de sua ideologia, os italianos a expansão colonial.

De uma forma geral, o nazismo foi uma “forma piorada do fascismo”. Mussolini poderia ter dado como completa sua missão em 1935, quando invadiu e conquistou o último território africano livre de interferência colonialista europeia, a Abissínia. Hitler não concebia sua missão realizada antes que os governos do Leste fossem subjugados e o *Lebensraum* conquistado para a grande Alemanha. É este último fascismo, o nazismo, de Hitler e de seus ideólogos, que vemos, misturado a um grande rol de tentativas de compreensão, de textos explicativos, de notas de jornalistas, de políticos, editores, articulistas, registrado nas páginas do *Diário Popular*, entre 1923 e 1939.

O Diário Popular

Quando propus trabalhar com as manifestações do nacional-socialismo na imprensa de Pelotas e escolhi o *Diário Popular* como fonte privilegiada, tinha ciência de que não seria possível dissociar Hitler do nazismo. Mesmo quando a crítica foi estabelecida e considerei a dissociação de uma coisa e outra, a experiência anterior que possuía com a fonte jornalística insistia em demonstrar que isto seria um equívoco. Fora uma tradição mais “social” que levava a crer-se que a figura de Hitler, em si, não era relevante. Mas foi justamente a pertinência histórica de Proust que provou estar errada esta concepção.

Pretendi ter estabelecido algumas das bases que utilizo para este trabalho, mas estas não bastam para explicar a escolha da fonte primária que utilizo, o *Diário Popular*. Neste sentido, é necessário que se diga que sua escolha foi oportuna. Encontramo-lo, colecionado, na hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense. Embora sua conduta enquanto depositária de um patrimônio cultural valioso, que não é tombado, seja passível de críticas (principalmente em relação às suas políticas e medidas de descarte que levantaram polêmica nesta cidade muito recentemente¹⁰⁴), a organização do jornal e sua conservação foram outros dois fatores que o privilegiaram. De outro lado, estava também o conhecimento prévio que possuía sobre a trajetória deste órgão de imprensa, ligado aos setores tradicionalmente conservadores da cidade, onde, preconcebida, encontraria mais “possibilidades” de uma ligação com o nacional-socialismo do que nos demais jornais que circulavam, seus contemporâneos. Conforme veremos, este *pré-conceito* mostrou-se equivocado, em partes. O conservadorismo, por outro lado, fora e continuou sendo uma das marcas do *Diário Popular*, em todos os tempos.

104 Em abril de 2011, a direção da Biblioteca Pública Pelotense, objetivando liberar o espaço ocupado no porão do prédio sede para a abertura de um museu, descartou parte do valioso patrimônio que mantinha guardado naquele local. Entre as obras elencadas no descarte estavam edições do *Diário Popular*, do *A Opinião Pública*, do *A Federação* e do *Correio Mercantil*. Nenhuma consulta foi realizada aos órgãos públicos que subsidiam a manutenção do prédio e do acervo, assim como também não se buscou doar os volumes a outras instituições que primam pela conservação deste patrimônio. Após denúncia enviada ao Ministério Público e um abaixo assinado que reuniu mais de uma centena de assinaturas, a promotoria arquivou o processo. O descarte beneficiou os “sebos” da cidade, que logo se apropriaram do material descartado para comercializá-los no mercado informal de antiguidades.

O recorte cronológico que fiz pretendia, inicialmente, analisar apenas os anos iniciais do nacional-socialismo, em uma esperança – que confesso tola – de que houvesse na imprensa daqueles anos a repercussão que teve na década de 1930, por exemplo. Mas quase nada havia lá: desde 1923 até 1933, o jornal noticiou pouca ou nenhuma informação que realmente valesse o trabalho de pesquisa ou de escrita somente para aquele período. Está, por certo, repleto de outros temas interessantes, como o esboço de aproximação com o fascismo, mas o nacional-socialismo em sua “plenitude ideológica” (ou seja, baseado nas palavras e na imagem de Hitler) somente aparece a partir da década de 1930. Desta forma, pretendi cobrir de 1923 a 1939 todos os momentos em que o nacional-socialismo foi retratado no jornal. Isto incluiu tanto as manifestações vindas de fora, através do noticiário internacional, como as vindas “de dentro”, através de editoriais, notas, convites, etc. Não mantenho a ilusão de ter observado tudo, obviamente. Tenho plena convicção de que muita coisa deve ter escapado, tanto pela técnica de busca quanto por omissão, mas julgo que uma boa parte foi apreendida.

*

Para os fins deste trabalho, deve-se considerar como *entrada* todo texto impresso no jornal com ligação direta ou indireta ao tema. Entradas, desta forma, tanto podem ser artigos, notas, avisos, convites, anúncios, etc. Da mesma forma, todas as entradas selecionadas tendem a não representar o conteúdo total de entradas, numericamente falando, que o jornal apresenta de fato (neste caso, tendem a diminuir o total geral na perspectiva de uma contagem exata).

Tomo a liberdade, igualmente, de muitas vezes tratar os jornais por abreviações, para facilitar a referência. Assim, o *Diário Popular* pode ser chamado de simplesmente de “DP”, o *A Opinião Pública* de “Opinião”, o *O Libertador* de “Libertador” e assim por diante. As transcrições de todos os jornais citadas no corpo de texto foram atualizadas para o português moderno, suprimindo desta forma grafias já em desuso.

*

No primeiro capítulo, trato do *Diário Popular*: situo-o no contexto da imprensa do final do século XX, suas relações de poder com os partidos políticos nacionais, estaduais e municipais, assim como forneço uma análise de seu funcionamento, desde o recebimento da informação, seu processamento, impressão e distribuição. Nesta análise, também incluo os perfis adotados pelo jornal em relação as diretorias, demonstrando como influenciavam as “linhas” adotadas pelo periódico durante o recorte cronológico.

No segundo capítulo, analiso como o nazi-fascismo começou a ser divulgado pelo DP em Pelotas, avançando até meados da metade da década de 1930. As análises contam com diversas transcrições textuais do noticiário, acompanhadas de breves comentários contextuais históricos, situando alguns deslocamentos.

O terceiro capítulo foi dedicado ao esboço de uma trajetória das associações fascistas presentes em Pelotas, identificando e analisando os indícios registrados pelo *Diário Popular* e relacionando-os com a produção historiográfica já estabelecida. Neste capítulo, focamos somente no fascismo de modelo italiano e no nacional-socialismo. A Ação Integralista Brasileira, embora presente na cidade, não foi abordada.

No quarto capítulo, a investigação iniciada no segundo capítulo é concluída, avançando até o início da guerra. Este capítulo buscou analisar o comportamento posterior do jornal após a instituição do governo de modelo autoritário de Getúlio Vargas à partir de 1930 e institucionalizado em 1934, dando destaque ao posicionamento adotado pelo periódico.

A dissertação é concluída com breves considerações acerca do trabalho desenvolvido, fornecendo um panorama amplo dos principais temas e problemas encontrados.

CAPÍTULO 1

O Diário Popular: a evolução da tinta

O texto clássico de Maria Capelato e Maria Prado salientava, no limiar dos anos 1980, que a imprensa como fonte tivera até então pouca importância para a historiografia e que, quando utilizada, servia apenas como “confirmação” para os fatos históricos¹. Propunha-se, então, dar à fonte jornalística um outro caráter, que valorizasse seu papel como veículo de discussão política, como órgão fiscalizador e por isso também regulador do sistema político, através da análise crítica de seu conteúdo. Da mesma forma, a imprensa comportava-se como “manipuladora e interventora da vida social”, sendo um meio de difusão ideológica por natureza.

O “DP” surgiu em fins do século XIX e era um “jornal” no sentido clássico do termo: periódico diário, circulando de domingo a domingo, encadernado em papel. Sua apresentação se iguala aos demais congêneres como aponta Tânia de Luca para o caso dos jornais de São Paulo². A data de sua fundação remonta ao ano de 1890, quando foi fundado como veículo independente. Porém, logo nos primeiros meses de circulação, foi vendido ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e tornado órgão oficial da administração da cidade, então sob controle deste, como assinala a historiadora Beatriz Loner³. Nesta posição, permaneceu até 1930, quando perdeu seu posto para o jornal *O Liberal*. Posteriormente, em 1938, foi transformado em um grupo consorciado sob a denominação de Gráfica do *Diário Popular* em virtude da legislação do Estado Novo, que proibia os jornais partidários. Desde então até os dias atuais, o jornal continua em circulação em Pelotas e região.

Francisco Rüdiger, em seu livro “Tendências do Jornalismo”, observa que a imprensa gaúcha passou por algumas fases de desenvolvimento até chegar ao modelo que tradicionalmente a identificamos (o modelo que Gerson Fraga classifica como “grande imprensa

1 CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

2 LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

3 LONER, Beatriz Ana. Jornais Pelotenses Diários na República Velha. In: **Ecoss Revista**, n. 2. Pelotas: UCPel, 1988, p. 11-12.

escrita”, um modelo acabado de uma imprensa empresarial). Entre as décadas de 1910 e 1920, a imprensa comumente era uma extensão dos partidos políticos e, não raro, era vista como o próprio partido, no sentido defendido por Rüdiger - um meio de difusão ideológica, política, que produzia matérias opinativas sobre questões públicas⁴. A mudança para um outro perfil, que se afastou meramente da política partidária e tendeu a um jornalismo de cunho informativo, rogando-se imparcial, começa a ser percebida somente após o início dos anos 1930 e, no *Diário Popular* de Pelotas, um pouco mais tarde do que no restante do Estado.

A análise que faço foi pensada sob duas perspectivas principais. A primeira, visa situar o DP dentro do contexto da cidade Pelotas dos anos 1920 e 1930 e buscará discutir os acontecimentos locais e sua relação com o jornal; a segunda, visa descrever os comportamentos do jornal e abordará os aspectos visuais que marcaram as fases da apresentação gráfica do DP – desde os usos da tipografia, métodos de impressão e diagramação e suas relações com o noticiário. De certa forma, desta maneira pretendemos fazer a *crítica* do *Diário Popular*: tanto a crítica externa, destinada a primeira, quanto a crítica interna, destinada a segunda, momento em que trataremos das manifestações fascistas naquele jornal.

Pelotas

A cidade de Pelotas, fundada há mais de dois séculos, teve grande desenvolvimento urbano e comercial durante os séculos XVIII e XIX, apoiada no trabalho escravo nas charqueadas que ocuparam as margens do arroio que deu nome a cidade. Seu desenvolvimento arquitetônico foi financiado pelos grandes escravagistas que aplicavam seus lucros em habitações luxuosas e em atividades culturais que imitavam a Corte brasileira e as modas europeias. A elite da cidade, composta por nomes que estiveram intimamente ligados a administração do país e do estado, tanto no período monárquico quanto no republicano, “desenvolveu” a cultura e a sociedade pelotense importando costumes do Velho Mundo ao “exportar” a juventude rica para os estudos nas grandes escolas da França, Inglaterra,

4 RUDIGER, *Op. Cit.*, págs. 21–23.

Alemanha e também para os Estados Unidos.

Pelotas recebeu por essa “riqueza e desenvolvimento cultural” o que nem mesmo a portuária cidade de Rio Grande, mais antiga e populosa, conseguiu alcançar: a alcunha de “princesa do sul”. Contudo, em fins do século XIX, após a Abolição da Escravatura e a introdução dos frigoríficos no Prata, a cidade perdeu seu prestígio e riquezas de antes, entretanto continuou a sustentar aquilo que o historiador pelotense Mário Magalhães chamou de “opulência”⁵: casarões, solares, ruas esquadrihadas, salões de festas, clubes, associações, teatros centenários⁶. Uma parte desta “opulência” ainda nos dias atuais mantém-se preservada através da proteção e manutenção dada pelos poucos tombamentos federais, estaduais e municipais, de modo que o centro histórico da cidade preserva, como veremos mais adiante, alguns dos prédios e habitações que existiam nas décadas de nossa pesquisa. Importante também notar, sobre o planejamento urbano da cidade, que suas ruas foram planejadas ao estilo das grandes cidades do Prata, em quadriláteros que partiam do centro histórico da cidade em direção aos bairros periféricos. Até a década de 1930, o planejamento urbano era uma preocupação cotidiana registrada pelos jornais – entre eles o *Diário Popular*, como uma das heranças do desenvolvimento e modernidade que Pelotas sempre trouxe consigo. Após o Golpe de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1934, a vigilância diante das ações administrativas cedeu diante do estado autoritário de Vargas, ainda mais pelas intendências municipais⁷ que, ao contrário dos períodos anteriores, tinham a proteção do Estado através de suas indicações e não dependiam do voto.

Pelotas também era um centro de desenvolvimento industrial e comercial, conforme nos apresenta Marcos dos Anjos⁸. Desde a indústria saladeril a de manufaturados, a cidade

5 No livro “Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)”, Mário Magalhães afirma ter sido o período de 1860 e 1890 o de apogeu econômico-urbano da cidade, a *Belle Époque* pelotense, o que fará com que proliferem manifestações sócio-culturais, através de espetáculos, teatro, música, educação, artes plásticas. Conforme GILL, *Op. Cit.*, pág. 83, APUD MAGALHÃES, *Op. Cit.*.

6 Ainda sobre a história de Pelotas, ver: SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines. Estudo Iconológico das fachadas arquitetônicas**. Pelotas 1870-1930. Pelotas: EDUCAT, 2002; GUTIERREZ, Ester J. B.. **Negros, charqueadas, olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL/Livraria Mundial, 1993.

7 Até a constituição de 1930, a administração da cidade era denominada Intendência.

8 ANJOS, Marcos Hallal. **Estrangeiros e Modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária: UFPel, 2000.

prosperou com pequenas fábricas, ligadas a elementos portugueses, italianos, franceses e principalmente alemães. Os portugueses e italianos tinham grande envolvimento com o setor varejista, de vestuário e de hotelaria. Os franceses, com as associações culturais e de ensino. Os alemães, com a indústria, tendo à frente a Fábrica de Fumos Santa Bárbara, de Jacob Klaes, a Cervejaria Ritter, de Carlos e Frederico Jacob Ritter e a Fábrica Lang, de sabão e velas, de Frederico Carlos Lang e Adolfo Voigt⁹.

Pelotas ainda era, em 1920, um grande centro produtivo e difusor da modernidade, se comparada aos demais municípios circundantes. A *Belle Époque*¹⁰ pelotense trouxe consigo as mais modernas técnicas que davam o *tom* a uma cidade atualizada: as ruas empedradas, o bonde elétrico¹¹, o serviço de telégrafo¹², a estação de trem que ligava a cidade ao porto de Rio Grande e as cidades do interior, o serviço portuário que comunicava, diariamente, a cidade a capital do Estado, a rede de distribuição de energia elétrica¹³, que abastecia o centro urbano, os diversos teatros e cinemas, que rodavam em suas telas as mais recentes produções do cinema europeu e norte-americano e apresentavam as grandes companhias teatrais nacionais e estrangeiras, e uma imprensa ativa, tanto escrita quanto radiofônica, contando, entre 1920 e 1940, com pelo menos 3 jornais¹⁴ e uma emis-

9 ANJOS, *Op. Cit.*.

10 Vanessa Lemos afirma, a este respeito, que o fim da *Belle Époque* de Pelotas teve “como ícone a falência do Banco Pelotense, em 1931”. LEMOS, *Op. Cit.*, pág. 53.

11 O serviço de bondes era realizado pela Light & Power Co., empresa norteamericana com capital nacional que operava também na capital do Estado. O serviço era alvo de diversas reclamações por parte dos usuários, que se queixavam ao *Diário Popular*. Os acidentes, como atropelamentos e mortes por eletrocução, eram costumeiros, embora não exista, até o presente momento, um trabalho específico sobre o serviço de transporte público de Pelotas. Novamente, utilizo os relatos de observação pessoa colhidos nas páginas do DP.

12 Na edição do dia 3 de janeiro de 1939, a pretexto de reclamações feitas sob o “ruído” causado nas recepções de rádio pelos aparelhos telegráficos, o *Diário Popular* faz-nos saber que o tráfego diário de telegramas recebidos em Pelotas, segundo o diretor da então agência de “Correios e Telégrafos”, era de 18 mil mensagens por dia e que, para tudo isto, existiam apenas 4 funcionários, 3 deles trabalhando em horário diurno e 1 à noite. Diz-nos também que “ocasiona frequentemente uma injustificada demora de algumas horas na entrega dos recados telegráficos e de até um dia na entrega da correspondência, com manifesto prejuízo para os recebedores”. *Diário Popular*, 3 de janeiro de 1939, pág. 8.

13 Também um serviço realizado pela Light & Power Co.

14 Conforme Beatriz Loner, Pelotas contou com cerca de 14 jornais diários entre 1889 e 1930, de acordo com o arquivo da Biblioteca Pública Pelotense no ano de 1998. Entre estes, foram contemporâneos do *Diário Popular* com circulação praticamente ininterrupta o *Opinião Pública*, *O Libertador* e o *Diário Liberal*. *O Libertador*, ligado a União Democrática Nacional, desapareceu em 1937 com a proibição dos partidos de oposição e seus jornais, assim como o *Diário Liberal*, que teve o mesmo fim, apesar de pertencer a antiga Aliança Libertadora, de Vargas. O *Diário Popular* sobreviveu a proibição após ter se adequadado a nova lei, como veremos

sora de radiodifusão¹⁵. Isto, comparado as cidades circundantes, a tornava uma “ilha” de modernidade nos pampas gaúchos.

Este “aspecto de modernidade”, que ligava Pelotas ao centro do mundo da época, permitiu de certa forma que ela estivesse conectada também com as mudanças políticas do continente europeu. A imprensa escrita valia-se dos correspondentes internacionais através das agências de notícias¹⁶ para estar atualizada e a par de tudo. O tempo de recebimento destas notícias variou durante os anos pesquisados, mas geralmente era de apenas um dia de diferença, somando-se mais um ou outro quando a linha sofria interrupções, como durante a ocupação da cidade pelas tropas Federalistas de Zeca Neto ou os conflitos no interior do estado, em que se cortavam as linhas telegráficas para isolar determinadas regiões.

Diário Popular: 1923-1939

O *Diário Popular* da década de 1920 era, como dito, o órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de Pelotas, destacando esta epígrafe em todas as suas páginas de capa. Dedicava, com cuidadoso trabalho, sua maior atenção às questões próprias do partido, tanto em âmbito Municipal – principal mote –, como Estadual e Federal. Consoante com o modelo de imprensa político-partidária da época, segundo Rüdiger, o *Diário Popular* atuava como um instrumento de panfletagem do PRR, divulgando sua nomenclatura às eleições, “cultuando” a imagem de seus líderes, promovendo campanhas difamatórias contra adversários e promovendo a ideologia republicana do PRR rio-grandense. Este perfil perdurará até a sua desvinculação do partido por meio do Decreto-Lei nº 383, de abril de 1938, que proibiu os partidos políticos e seus órgãos de imprensa.

O “panteão” do DP contava com nomes expressivos na política sul-riograndense e brasileira da época, mas especialmente aqueles ligados a política cidadina. Diversas ruas, praças, escolas e monumentos da cidade ainda guardam os nomes destes personagens

mais adiante, assim como o *Opinião Pública*. LONER, *Op. Cit.*, pág. 8-12.

15 A Rádio Difusora Pelotense, parceira comercial do *Diário Popular*.

16 Tratarei sobre as agências de notícias oportunamente mais adiante.

ativos das décadas de 1920 e 1930. O maior deles, sempre presente nas páginas do DP neste período, foi o do Coronel Pedro Luís da Rocha Osório, apoiador do jornal e seu bem-feitor. Há, contudo, uma grande confusão, causada por outro conterrâneo seu, mas de outra linhagem, que possui quase o mesmo nome: Pedro Luís Osório. Por vezes, o jornal trata de um como se fosse o outro, porque ambos, dependendo do tratamento dado pelo redator, poderiam ser chamados de, simplesmente, Pedro Osório. O primeiro, o “da Rocha Osório”, nada tem a ver com o segundo, o “Luís Osório” – exceto a ligação política com o PRR.

Pedro Luís Osório pertencia a família Osório, descendentes de Fernando Luís Osório e Ernestina de Assunção Osório. Era advogado, como todos os outros filhos da família e foi prefeito municipal entre 1923 e 1926. Era irmão de Fernando Osório (homônimo de seu pai), professor da Faculdade de Direito e historiador da cidade de Pelotas – suas obras ainda são de grande valia para esta cidade. Também era irmão de Joaquim Luis Osório, que foi deputado federal na República Velha e tornou-se, em 1934, diretor do *Diário Popular*. Seu outro irmão era Manoel Luis Osório, também político que foi deputado estadual no governo de Borges de Medeiros e presidente do Banco Pelotense. Pedro Luís Osório, também elegeu-se também vereador em 1935. A família Osório deteve grande poder político enquanto o PRR esteve na ativa. Ela dominou, de certa forma, os destinos da política da cidade entre os anos 1920 e 1930 e voltaremos a discuti-la em outros momentos. Pedro Luís da Rocha Osório, a seu tempo, era originário de Cachoeira do Sul e estabeleceu-se na cidade como sócio de um empreendimento comercial. Ao longo dos anos, adquiriu fortuna e laços políticos que o tornaram um dos homens mais cultuados pelo PRR de Pelotas. Ao final de sua vida, era um dos maiores proprietários de terra do município. A principal praça da cidade recebeu seu nome e uma estátua em homenagem ao seu centenário de nascimento foi inaugurada em 1954¹⁷.

Outras figuras públicas bastante presentes nas páginas do *Diário Popular* eram os prefeitos da cidade, enquanto a folha foi da situação, e os líderes estaduais do PRR. Borges de Medeiros, como substituto do patriarca Júlio de Castilhos, recebeu tratamento privilegiado, tendo, inclusive, diversas fotos suas publicadas pela folha – quando quase não

17 Estas informações foram retiradas do próprio *Diário Popular*.

encontramos fotografias no jornal, principalmente nos anos 1920. O jornal manteve-se fiel as ideias de Borges de Medeiros até o último alento, às vésperas do golpe do Estado Novo. Em 1930, a aliança promovida entre o PRR e a Aliança Liberal cindiu logo após o golpe e com ela o DP tomou o partido do seu partido, o PRR. Os anos seguintes foram dedicados (à semelhança do que acontecera com Assis Brasil, em 1923) de críticas ao governo federal e a figura de seu líder. Assis Brasil, oportunamente, foi o *pária* da Revolução de 1923 para o jornal. O DP lhe dedicou um grande número de insultos, paródias e anedotas, nomeando suas ideias com o pejorativo termo do “assisismo” e de “próceres do assisismo” seus seguidores. Mais tarde, quando a Aliança Nacional colocou-se ao lado de republicanos e federalistas, Assis Brasil tornou-se “amigo”, e devotado, tanto que, alguns anos depois, quando este faleceu em seu castelo em Pedras Altas, o DP já lhe chamava de “apóstolo da democracia”¹⁸.

Durante os anos 1930, ao desvincular-se continuamente da administração da cidade e à medida que seus principais apoiadores distanciavam-se dos círculos influentes da política estadual com o declínio de Borges de Medeiros e do PRR e posteriormente com sua própria extinção, o jornal perdeu seu caráter “bajulador”, ao longo de constantes mudanças de direção e orientação política. A característica sempre presente, contudo, foi a intrínseca ligação com as classes conservadoras da cidade.

Os anos 1920

O DP da década de 1920 geralmente dedicava sua primeira página aos fatos políticos de interesse do PRR até os anos 1930, enquanto foi órgão do partido, diferindo o conteúdo apenas por modificações de enfoque, conforme o Diretor¹⁹ apontava. Contudo, o DP, à semelhança de outras folhas da cidade e do estado, também publicava textos de caráter informativo, propagandas, notificações oficiais, avisos e literatura. Tinha seções dedicadas a assuntos locais (que não eram necessariamente políticos), principalmente entre os anos

18 *Diário Popular*, 27 de dezembro de 1938, pág. 8.

19 Sempre que nos referirmos a direção do *Diário Popular*, usaremos Diretor ao invés de diretor.

de 1924 e 1925 (período marcado pela saída de Pedro Vergara da Direção do DP e a entrada do Major Luiz Pennafiel), textos de terceiros, geralmente sem autoria declarada (por vezes “transcritos” de outros periódicos do estado ou do país), propagandas diversas do comércio pelotense (destacando-se o setor varejista e de confecções) e, o que foi nosso foco de pesquisa mais amplo, “notícias internacionais”, vindas pelo telégrafo (via agências de notícias) ou “transcritas”, novamente, de outras fontes.

O telégrafo era o instrumento mais importante para este tipo de publicação. Já estava presente no *Diário Popular* há muitos anos e encurtava a distância da cidade com o mundo. Segundo Paulo Ferreira, o telégrafo passou a fazer parte do cotidiano dos jornais em fins da segunda metade do século XIX, comunicando por cabo todas as estações transmissoras. Com o advento da descoberta do eletromagnetismo, o telégrafo deixou de depender de cabos e poderia ser recebido por ondas, o que significou uma segunda revolução nas comunicações²⁰. A seção “Telegrammas” do *Diário Popular* era abastecida diariamente com notas recebidas de todo o mundo e sofreu diversas variações, tanto de formato quanto mesmo de nome, mas esteve presente em todos os anos pesquisados, ora como seção propriamente dita, ora sem delimitação gráfica, constituindo-se a partir de meados de 1934-1935, tema de capa.

Neste período o DP circulava de segunda a sábado com um total de seis páginas e aos domingos e feriados uma composição de oito páginas até 1934, quando o jornal visivelmente expandiu-se para o formato tradicional de brochura, apresentando 8 páginas diárias. Como salienta Loner, “favorecido por ser o órgão oficial, será o primeiro a abandonar o pequeno número de 4 páginas, insuficientes para acomodar todas as notícias e especialmente avisos, editais e outros tipos de publicações”²¹. Contudo, como se pode deduzir, a composição em seis páginas, apesar de configurar um conjunto par de páginas, não é múltiplo de quatro, perfil ideal para a composição de impressos que requerem dobradura e montagem ao estilo de livreto. Isto presumivelmente requeria, além das impressoras de tipo

20 FERREIRA, Paulo Henrique de Oliveira. O jornalismo *on line*: do telégrafo à internet móvel. In: **Revista de Estudos de Jornalismo**, Campinas, n. 6, v. 1, jan./jun. 2003, págs. 65-77. Disponível em <http://www.almanaquecomunicacao.com.br/wp-content/files-site-antigo/others/ojornalismoonlinedotelegrafoainternetmovel.pdf>. Acessado em 22 de julho de 2007

21 LONER, *Op. Cit.*, p. 11.

e de uma dobradeira, ao menos uma prensa de corte capaz de realizar um corte adicional – as duas páginas centrais, de número três e quatro requeriam este corte adicional à metade do tamanho do conjunto de duas páginas das páginas dois e cinco, que eram brochuradas.

Como todos os exemplares pesquisados para a confecção desta dissertação se encontram encadernados através de brochura com costura em grandes volumes, recebendo também liga à base de cola, não há como comprovar pela forma que se encontra atualmente como foi, de fato, distribuído naquele tempo. O formato sanfonado – que consiste em uma única folha dobrada em três seções, justaposta de maneira a formar uma “sanfona”, apesar de parecer, sem dúvida, o formato mais econômico embora menos apresentável, é pouco provável. A composição do jornal, qualquer que tenha sido, perdurou durante todo os anos da década de 1920, sendo alterada somente a partir de 1933, quando o DP adquiriu novo maquinário e adicionou mais duas páginas a composição semanal e atingindo o formato ideal, de duas folhas dobrada, compondo o conjunto de 8 páginas. O novo maquinário remodelou também os tipos usados, dando maior clareza de leitura e introduzindo as tipografias que estavam em voga na Europa.

As máquinas de impressão do DP, conforme era comum na imprensa da época²², eram do tipo linótipo (ou linotipo) ou monótipo (ou monotipo) – não há, pela simples observação da página impressa, como identificar o tipo correto, porque ambos produzem o mesmo resultado, divergindo apenas no método. Presume-se que o DP não utilizava o antiquado sistema de montagem tipográfica manual devido ao número de páginas que publicava diariamente. O processo manual exigia muito tempo (entre 1200 a 1500 caracteres por hora)²³, enquanto o processo mecânico organizava de 6 a 9 mil caracteres por hora.

Nesse sistema de impressão (linótipo), os redatores trabalhavam juntamente com os operadores de máquina e a montagem final da página era feita por um montador, que juntava os diferentes elementos da página e dava seu aspecto final. As colunas eram medidas em polegadas (devido ao sistema inglês adotado pelos fabricantes estrangeiros, principal-

22 Veja-se AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *In: Mediação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, jul./dez. de 2009 e PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

23 *Idem*, p. 87.

mente americanos e ingleses, aqueles adotando o sistema desses) ou centímetros (pelos alemães) e o texto medido em linhas e espaços (toques), conforme a tipografia utilizada. Um jornal mediano costumava ter até 40 tipos diferentes para sua composição, variando de tamanho (corpo) e caixa (caixa alta ou caixa baixa – dependendo do lugar onde os tipos móveis eram armazenados nas caixas de tipos, utilizadas pelos montadores. Estas “caixas” eram pequenas caixas justapostas em uma grande gaveta, que tinham no centro os caracteres ou tipos mais usados, ficando as maiúsculas nas caixas de cima e as minúsculas nas caixas de baixo) e suportava até 8 colunas por página.

Os textos eram redigidos enquanto a máquina de linótipo fundia, linha a linha (no caso do linótipo) ou caractere a caractere (no caso monótipo), em chumbo, a coluna de texto, que era então repassada ao montador, que acrescentava o título, quando necessário, e colocava em seu devido lugar no *layout* da página. Os títulos, aí sim, eram montados manualmente. O DP, neste aspecto, não é um jornal rígido quanto a sua estrutura de texto, levando-se em consideração o engessamento que o processo linótipo ou monótipo produz, por trabalhar com quadrantes. Ele apresenta durante as duas décadas uma surpreendente variedade de *layouts*, o que nos leva a deduzir que tantos os montadores como os diagramadores do jornal eram bastante especializados. Isto trouxe, em 1935, alguns inconvenientes, quando o jornal repentinamente retornou ao padrão de 6 páginas - “Ars est celare artem” – a arte está em esconder a arte. Devido, possivelmente, a falta de um especialista, o jornal chegou inclusive a deixar de circular “por não haver técnicos especialistas” na cidade capazes de atender as caldeiras do jornal.

O processo de elaboração da página impressa era dinâmico embora envolvesse procedimentos complexos. Desde o recebimento de uma entrada de telégrafo, por exemplo, até a saída impressa, diversas pessoas atuavam em conjunto. O recebimento da notícia era feito pelo técnico telegrafista, que a imprimia e a entregava ao Chefe de Redação (ou seu auxiliar), responsável pela escolha das notícias e textos que seriam publicados na edição. Assim que selecionada, ele a redigia na máquina de linotipo ou encaminhava para que um dos redatores o fizesse.

Neste momento a “edição” era feita, consoante os espaços definidos restantes na

página. Importante ressaltar que, qualquer que seja o momento da publicação, existem elementos básicos que tendem a permanecer sempre no mesmo lugar, como a epígrafe do nome do jornal e seus acessórios (editores, responsável, número, ano, etc). O mesmo acontecia com as demais páginas, que da mesma forma mantém um padrão de posicionamento de elementos fixos. No *Diário Popular*, a segunda página geralmente era dedicada a “vida social” e necrologia e, durante os anos 1920 e 1930, quase nenhuma alteração destes elementos fixos foi percebida. Igual situação se verificou com as páginas 4 e 5, quando o jornal adotou o formato de 8 páginas, que eram quase que praticamente dedicadas as propagandas e, por não possuírem os anúncios formatos fixos, eram também páginas com grande dinamismo, preenchendo-se os “espaços em branco” – o maior inimigo dos diagramadores, como fosse possível.

Com a entrada de texto redigida, a composição era fundida e então repassada ao revisor. Dependendo do modelo, a caldeira de fundição (que poderia ser acoplada ou independente do linotipo/monótipo) podia chegar a 400°C e a condensação do chumbo fundido era instantânea, permitindo que o redator verificasse a cada instante a linha redigida. O revisor, por sua vez, retornava ao redator a linha ou a palavra a ser corrigida em caso de erro; caso estivesse tudo correto, o bloco era enviado ao montador, que o diagramava na página, juntamente com as demais entradas.

A diagramação era feita em bandejas de madeira ou metal, já com as dimensões finais da área de impressão da página. O *Diário Popular*, como veremos, alterou entre 1923 e 1939 somente uma vez sua área de impressão, tentando dar conta da redução inesperada do número de páginas que teve de efetuar – algo que não deu certo. Depois de montada, a página era enviada a máquina de impressão, que fazia o trabalho de imprimir as folhas em 2 versos. A dobra e embalamento (dobra e montagem de folhas) eram os últimos procedimentos antes da distribuição do jornal. Não nos foi possível apurar quais os modelos e quantas máquinas de linótipo o DP possuía, mas sabemos que pelo menos em agosto de 1934, quando o DP completou 45 anos de fundação, três assistentes trabalhavam na redação e seis funcionários nas prensas²⁴. Os auxiliares de redação eram, todos, oriundos

24 *Diário Popular*, 26 de agosto de 1934, p. 6.

da Faculdade de Direito e o jornal empregava, tanto nas reportagens como nas oficinas, mulatos e negros, como revela a foto da comemoração do aniversário e uma reportagem publicada em março de 1936.

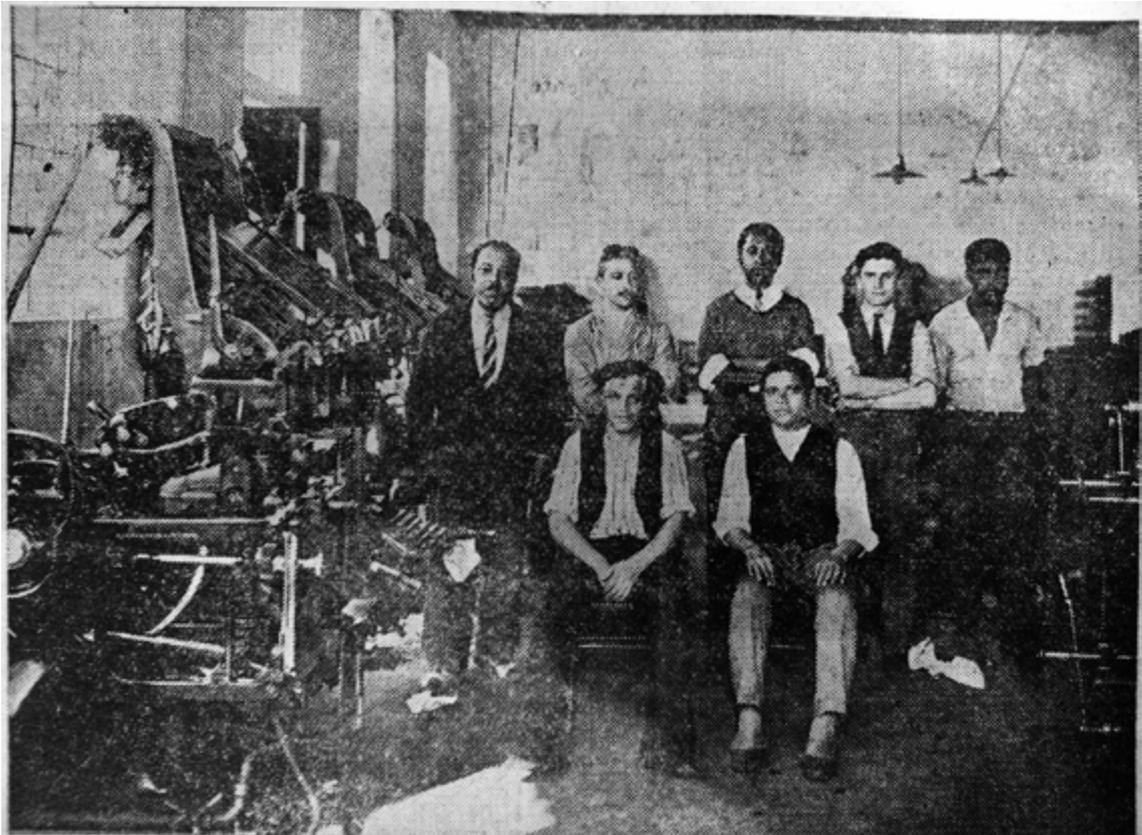


Figura 1: Funcionários do *Diário Popular* em 1934.
Fonte: *Diário Popular*, agosto de 1934. Acervo: BPP. Pelotas, RS. Reprodução do autor.

Uma outra reportagem, sobre o “rpto” de duas adolescentes, que causou certa “polêmica” na cidade, levou o jornal a produzir uma matéria especial sobre o caso, incluindo foto. Nela, nota-se claramente a presença de um colaborador negro do jornal (no texto do diário, “um dos nossos companheiros de trabalho”), de terno à moda da época, com uma grande agenda na mão, indicando a porta de uma residência envolvida no tema²⁵.

²⁵ *Diário Popular*, 20 de março de 1936, sem página anotada.

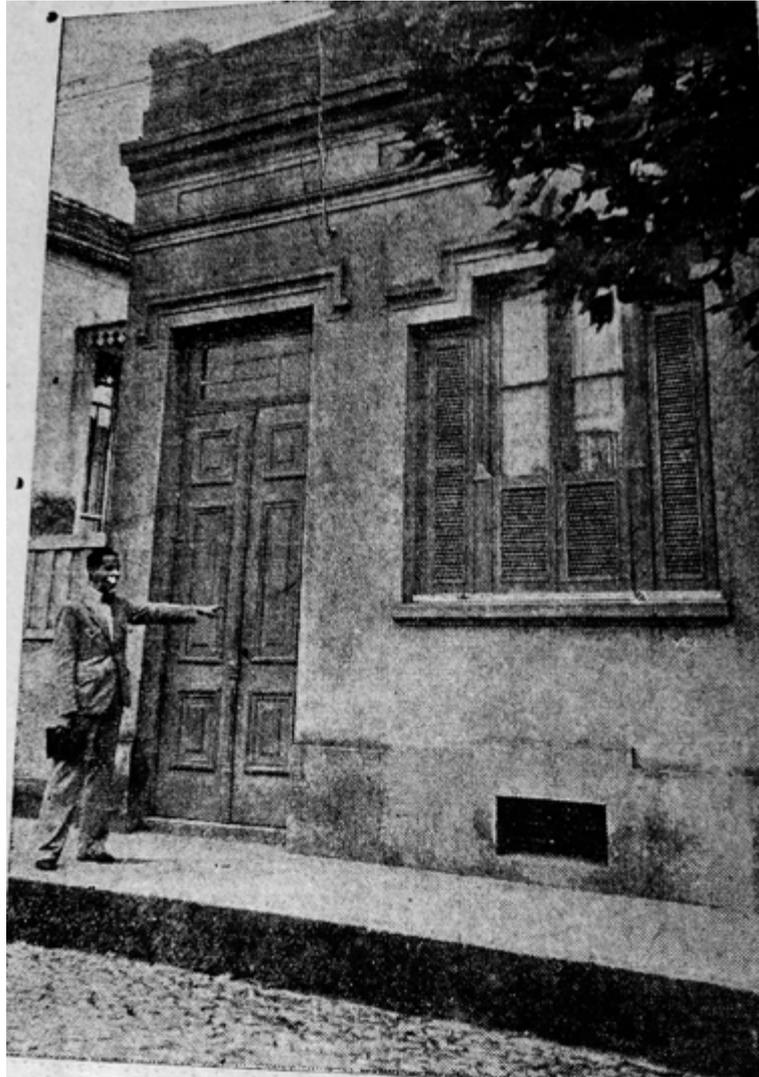


Figura 2: Um jornalista do jornal em 1934.

Fonte: *Diário Popular*, março de 1936. Acervo: BPP. Pelotas, RS. Reprodução do autor.

A primeira página geralmente era dedicada aos assuntos políticos, tanto regionais quanto nacionais. Especialmente entre 1923 e 1925, este perfil não é praticamente alterado. As alterações se verificam com mais frequência no tangente a organização das colunas e textos, quando mudavam-se seções de uma página para outra em função de sua relevância para a publicação do dia. Desta forma, as páginas dois e três, que geralmente recebiam as seções variadas e a seção “O mundo pelo Telegrapho” poderiam ser alteradas, passando “O mundo pelo Telegrapho” para a primeira página quando uma notícia “internacional” recebia destaque ou vice-versa, quando um tema regional era extenso o suficiente para receber também destaque no interior do periódico – e, por diversas vezes, a supressão da seção “O mundo pelo Telegrapho” ou sua publicação mínima na última página, quando não

havia informativos do telégrafo ou eram tão poucos que valessem a publicação.

A partir de 1925, o DP torna-se mais “dinâmico” quanto a sua organização interna de páginas. As seções perdem suas caracterizações e limitações e o jornal passa a contar com uma grande multiplicidade de formatos. Por vezes os editoriais se estendem em outras páginas, as notícias internacionais se distribuem conforme a relevância (aparecendo em qualquer das seis páginas ou não aparecendo em nenhuma), uma seção específica sobre a cidade é criada em 1925 e extinta em 1927, assim como as propagandas automobilísticas tomam grande parte do jornal nos anos anteriores a Grande Depressão e logo desaparecem.

Os clichês fotográficos, contudo, constituem-se escassos quanto ao registro de acontecimentos locais. Poucas fotos foram publicadas nas duas décadas, principalmente durante a década de 1920. Situação diferente ocorre nas páginas com as sessões de propaganda, nas quais a fotografia está presente quase que diariamente e, posteriormente a partir dos anos 1930, na seção de esportes. Assim, o DP não é uma boa fonte para quem procura os “olhos da história”²⁶. Assim como assinala Marçal Andrade, “a fotografia demorou a se integrar satisfatoriamente ao mundo das imagens impressas”²⁷ e, em grande medida, o DP está embutido neste quadro de análise. O fator limitante era o preço pago pelos clichês fotográficos, que era encarecido pela escassez de material e de pessoal qualificado para o complexo processo de gravação. A fotogravura praticada na época consistia, basicamente, na reprodução, em chapas de zinco, da imagem original em preto e branco gravada no filme fotográfico. Esta imagem, através de um processo simples de iluminação direta, era transferida para a chapa de zinco, passando por uma fina camada de vidro reticulado (“cristal finamente raiado com linhas em forma de grade”²⁸), sensibilizada por um agente químico fotorreativo. Depois de gravada, a chapa era fixada em um suporte de chumbo e passava a integrar a composição da página junto aos conjuntos gerados pelo linótipo. O DP, em diver-

26 MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. BASTOS, Lúcia Maria. MOREL, Marcos. FERREIRA, Tania Maria. (org.) **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

27 ANDRADE, Marçal Ferreira de. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. In: CARDOSO, Rafael (org). **O design brasileiro antes do design: aspectos da historia gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 61.

28 AZEVEDO, Op. Cit., p. 88.

Em muitos casos, reproduzia a mesma imagem em diversificadas publicações, demonstrando que as fotos eram, geralmente, reutilizadas – e isto pressupõe que eram feitas, justamente, para isto. As fotografias de que o DP se utilizava eram adquiridas de diversas fontes em Pelotas, como se pode notar nas assinaturas das mesmas, embora muitas fossem publicadas sem créditos.

Quanto aos modelos de caracteres, o DP variou consideravelmente, com mais destaque para os períodos entre 1927 e meados dos anos 1930 quanto a legibilidade e clareza gráfica, que melhorou consideravelmente com a adoção da tipografia sem serifa e racionalizada dos conjuntos de tipos neo-grotescos e geométricos. Embora não haja registros, a tipografia se assemelha a família Akzidenz Grotesk, da Berthold Foundry de Berlim – era comum a refundição de tipos imitando desenhos famosos. Esta tipografia havia sido, nos anos de 1900 e 1910, bastante usada na imprensa britânica e foi uma oposição ao gótico, próprio da imprensa alemã. Posteriormente, a norte-americana Impact foi introduzida na imprensa norte-americana e inglesa e o DP também a adotou²⁹.

O corpo de texto era serifado minúsculo, com epígrafes em negrito de variados tamanhos. O DP não foge aos modelos conhecidos de chamadas (epígrafes), apresentando destaques em fontes grandes em relação ao corpo de texto, assim como variando o tamanho da fonte em textos que mereciam mais destaque com uma fonte maior e agradável de leitura e fontes menores para textos com menor importância. Não encontramos analogia, pelo menos em relação a apresentação gráfica, quanto ao formato “sensacionalista” proposto por Danilo Sobrinho³⁰. Contudo, o uso das “mega-fontes”, que se tornaria tendência nas décadas de 1940 e 1950, durante a Segunda Guerra Mundial - desproporcionais ao tamanho dos textos escritos, muitas vezes suplantando a legenda do periódico - não deixa de denotar uma ênfase em atrair o olho do leitor para aquela seção, mesmo que esta seja ínfima. Como verifica Azevedo, o leitor de fins de 1920 tem pouco tempo para a leitura, e o uso das “mega-fontes” ajuda-o a selecionar o que há de interessante no jornal. Geralmen-

29 Veja-se COLLARO, Antonio Celso. **Projeto gráfico**: teoria e prática da diagramação. 4. ed. São Paulo: Summus, 2000, e JÚNIOR, José Ferreira. **Capas de jornal**: a primeira imagem e o espaço gráfico visual. S/l, Google Books, s/d.

30 SOBRINHO, Danilo Angrimani. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

te, nesta fase da imprensa, as epígrafes estão desacompanhadas do texto, que é inserido no interior do jornal. O DP começa essa transição somente em meados de 1933, com a mudança de direção do jornal e ela é completamente verificada a partir de 1937 em diante, quando as chamadas de uma página podem, inclusive, remeter ao texto de outra. Durante os anos 1920, predomina o padrão anterior, em que epígrafes e texto estão juntos. Tornase comum, também, múltiplas epígrafes para a mesma entrada, escalonadas por ordem de importância pela variação de corpo do tipo utilizado.

Estas pequenas ou grandes alterações no jornal estiveram, contudo, relacionadas com a figura de seus diretores/redatores chefes. Neste sentido, as mudanças de âmbito geral são mais notáveis do que as demais. Em 1923, Pedro Vergara era o diretor do *Diário Popular*. Como os demais diretores nos anos posteriores enquanto o DP foi ligado ao PRR, era membro do partido em Pelotas e incumbido da orientação ideológica do jornal. O ano de 1923, do ponto de vista que nos interessava, foi movimentado quanto ao cenário internacional: chamou a atenção na Alemanha as revoltas e greves no Ruhr e, não obstante, o *Putsch* da Cervejaria de Munique (primeira vez que um desconhecido “Sintler”, depois Hitler, “fascista bávaro” do “fascismo alemão” foi citado no jornal³¹).

O período sob a direção de Paulo Vergara não nos permite uma melhor caracterização em comparação ao seu antecessor, obviamente por não se ter averiguado, mas é o ponto de partida para os demais. Sua saída, em fins de setembro de 1923 não teve maiores esclarecimentos, embora o DP lhe dedicasse, no dia 27 daquele mês, um artigo de capa, incluindo foto.

Na mesma data da publicação do artigo sobre Pedro Vergara, era noticiado no jornal a indicação de um novo diretor, “Major” Luiz Pennafiel. Este ficará no cargo até seu o falecimento, em 1926. Contudo, Pennafiel imprimiu um padrão diferenciado ao periódico em relação ao modelo anterior de Pedro Vergara. Sob sua direção, o DP deu mais destaque a vida cidadina, chegando a possuir entre 1924 e 1925 uma seção dedicada exclusivamente

31 A nomenclatura de Hitler foi por diversas vezes mal transcrita no DP, mas estamos seguros de que o jornal fazia referência a ele. Nos dias posteriores a tentativa de golpe (9 de novembro de 1923), o DP citou Von Khar e Sintler como envolvidos no conluio e Ludendorff como líder do *putsch*. *Diário Popular*, 15 de novembro de 1923.

a Pelotas – esta seção, algumas vezes, comportou-se classicamente como *fait-divers*³². Eram notícias simples mas com um fundo “chocante”, como acidentes de carro, desastres de bondinho, roubos, prisões, mortes e “casos” inusitados que ocorriam pela cidade. “Nos- sa reportagem” era a chamada da grande maioria destas pequenas notícias.

Algumas vezes, o clima espetaculoso era quebrado e o jornal abordava casos pitorescos da cidade, como errantes que passavam, “vagabundos” que faleciam e deixavam “saudade”, ou mesmo artigos como o publicado em maio de 1926, em que o DP fotografou e publicou um longo texto sobre a colheita do arroz realizada nas terras do Coronel Pedro Osório (o “da Rocha”), saudando a empreitada feita por um grupo de oito mulheres negras, esposa e filhas de um ex-escravo, que colheram diversos hectares de terra e, por isso, receberam grande recompensa em dinheiro de seu “bem-feitor”³³. Logo neste ano, 1926, a seção começa a declinar e então desaparece, sem nenhuma explicação, não sendo reinserida posteriormente nem por Sallis Goulart, o sucessor de Pennafiel, que tinha um destacado gosto pelo comportamento regional do “homem riograndense”. O Major Pennafiel, igualmente, remodelou a seção dos telégrafos, espalhando-a pelo jornal - antes ficava concentrada em uma seção específica, “O mundo pelo Telegrapho”. Com isto, o telégrafo (internacional, nacional, regional) ficou distribuído tanto nas primeiras quanto nas demais páginas, por vezes misturando o internacional com o nacional e vice-versa. O modelo de Pennafiel foi mantido nos anos seguintes por Sallis Goulart e somente foi alterado por Joaquim Osório, a partir de 1933, quando tornou-se assunto de capa rotineiramente e perdeu o caráter de seção.

Com o falecimento de Pennafiel em 4 de dezembro 1926, o jornal foi dirigido interinamente pelo secretário-geral, Ildefonso Carvalho - que o faria novamente em 1932, com a saída de Sallis Goulart. Ildefonso Carvalho permaneceu no DP no mesmo cargo durante todo o período entre 1923 e 1934, quando foi substituído por João Couto.

Em 13 de janeiro de 1927, o jornal noticia que o advogado Jorge Sallis Goulart fora

32 Veja-se a concepção de GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira do início do século XX. *In: Artcultura*, v. 11, n. 18, Uberlândia, 2009, págs. 227-240.

33 A reportagem foi publicada em 23 de maio de 1926 na primeira página, patrocinada, ao que indica, pelo próprio Coronel. O relato é simples, fala da quantidade de hectares colhidos, cita o nome do patriarca e matriarca da família e graceja sobre a disposição do grupo, que “trabalhou mais do que todos os demais”.

nomeado presidente do PRR de Pelotas e também diretor do órgão³⁴. Sua entrada na direção do PRR dá ensejo as especulações acerca do partido que, na época, passava por uma de suas primeiras crises de relacionamento com as orientações da Aliança Liberal, ora apoiando Vargas, ora desaprovando. A demora na delegação da função de Diretor do DP e os posteriores desenvolvimentos nas publicações do jornal deixam transparecer que foi uma época de reestruturação do jornal como órgão do Partido. Com a vitória republicana na Revolução de 1923 e o achincalhamento da oposição durante os anos seguintes, principalmente de Assis Brasil e do Partido Federalista, os adversários do jornal entre 1923 e 1927 tornaram-se praticamente inativos (ou pelo menos sua atividade não foi digna de nota do jornal), o que levou o DP a diminuir o espaço dado à crítica política. Somado a isto, a própria prefeitura, que estava sob a administração do PRR, sofria mais por seus “próprios erros” do que da oposição³⁵.

Sob a direção de Sallis Goulart, o DP tornou-se mais *noticioso* do que político. O cenário de polêmicas estava em “baixa” e deixava os “polemistas” ociosos. Estava em pleno andamento a campanha a presidência do Estado que era liderada por Getúlio Vargas. Regionalmente, a situação política da cidade, que era gerida pelo próprio PRR, não despertava grandes interesses, destacando-se apenas as entradas que falavam de ações da prefeitura e os relatórios gerenciais, publicados anualmente. Ganharam destaque, por outro lado, os editoriais publicados pela direção do jornal e alguns de artigos assinados, que primaram em aparecer.

Os editoriais de Sallis Goulart, além da inscrição de seu nome como autor, receberam um tratamento gráfico, separando-os do restante do jornal através de bordas chanfradas e dando a assinatura do editor um estilo caligráfico. Sallis Goulart, diferentemente de Pedro Vergara e Major Pennafiel, costumava assinar seus editoriais que eram bastante opinativos. Seus textos são carregados de eloquência ao estilo da advocacia de então, trazendo como princípio suas concepções humanistas, de justiça e entendimento do homem do sul do país. Trata, em sua maioria, de temas ligados a jurisprudência do direito e, não obstante, é

34 *Diário Popular*, 13 de janeiro de 1927, pág 1.

35 Ao não cumprir com algumas promessas e deixar de publicar a prestação de contas, o jornal publica diversas notas criticando a administração – ambos do PRR, denotavam contradições internas do partido.

sob sua administração que o jornal atravessa a grande campanha anticomunista promovida pela ditadura varguista em seus anos iniciais e, através de suas palavras, o jornal elabora um posicionamento sobre o comunismo que nos pareceu importante: o argumento defendido por Sallis Goulart basicamente afirmava que o comunismo, assim como o fascismo, não teria chances de desenvolvimento no Brasil porque, de fato, o brasileiro era individualista demais para que se comprometesse com ideologias que pregassem o coletivo acima de tudo. Por outro lado, foi sob a direção de Sallis Goulart que o *Diário Popular* enfrentou sua maior crise ideológica quando, à guisa das orientações da cúpula do PRR em Porto Alegre, seguindo diretamente os postulados de Borges de Medeiros – e que o levaria ao isolamento político nos anos seguintes, o DP logo se posicionou contrário ao governo Getúlio. Esta crise de compatibilidade política não tardou em levá-lo a desvinculação como órgão oficial do município já em 1930 e, dois anos mais tarde, à suspensão, em 1932.

Quando Sallis Goulart deixou a direção, desgastado pelos acontecimentos políticos desfavoráveis, a chefia foi confiada interinamente a Ildenfonso de Carvalho, que possivelmente pouco hábil em controlar o conteúdo do jornal e perceber as “armadilhas” do jogo político, deixou que, segundo Loner, um “poema, [que] se lido como acróstico, resultava num insulto ao chefe do governo municipal”³⁶ fosse publicado, o que resultou em sua suspensão entre 9 de setembro de 1932 e 21 de janeiro de 1933.

Tendo apoiado o governo de Borges de Medeiros enquanto ligado ao PRR, o DP foi feroz combatente do federalismo e dos federalistas durante e após a Revolução de 1923. Os líderes da revolução, principalmente Assis Brasil, foram perseguidos e difamados por vários anos até a união do próprio PRR em torno do nome de Getúlio Vargas, que substituiu Borges de Medeiros na presidência do Estado – momento em que teve de dar *meia-volta* em sua campanha política *anti* e tornar-se *pró* federalista - os “gênios do assisismo” e o próprio Assis Brasil, agora na plataforma comum, foram saudados em 1927, como virtuosos companheiros de luta pela democracia.

Posteriormente, com a eleição presidencial de 1930, o jornal enfrentou outro revés por ter apoiado Borges de Medeiros quando este reconheceu a vitória de Júlio Prestes, candi-

36 LONER, *Op. Cit.*, pág. 11.

dato paulista, em detrimento das queixas da Aliança Liberal de Vargas. Com a Revolução que sobreveio em novembro de 1930, o Governo Provisório suprimiu as garantias constitucionais e indicou interventores aos Estados, todos eles distantes do centro político borgista e do próprio PRR. Assim, o DP, por tabela, registrou o declínio do poder de seus antigos apoiadores e apoiados, que se colocaram ao lado de Borges de Medeiros durante toda a década de 1920. Com o desligamento do PRR da administração direta do município e os novos tempos da República, o jornal se desvincularia da política partidária oficial e tendeu a dar mais atenção aos assuntos do noticiário diverso.

A quarta direção do período foi assumida por Joaquim Luís Osório, que fora Deputado Federal pelo PRR e também deputado estadual em anos posteriores. Ao assumir o jornal, após a saída de Sallis Goulart em junho de 1932 e a desastrosa gestão interina de Ildenfonso Carvalho, que resultou na suspensão do jornal, Joaquim Osório tinha o compromisso de “colocar o jornal na linha” e reerguer-se em um cenário completamente adverso.

Os anos 1930

Quando o *Diário Popular* retorna à circulação diária, Joaquim Osório já é seu diretor. Logo em fevereiro há o anúncio de que, no próximo mês, a folha sofreria uma remodelação com a compra de novo maquinário. A “remodelação”, de fato, alterou pouco o jornal. O mais notável foram os tipos utilizados para os corpos de texto e as manchetes. A partir de abril de 1933, pode-se dizer que o jornal já operava com o novo maquinário³⁷. No cenário político nacional, 1933 é um ano de longas esperas e especulações sobre a elaboração do novo texto constitucional. Destaca-se, neste período, o “auto-exílio” de Borges de Medeiros na capital pernambucana e as várias “*démarches*”³⁸ que o DP dá visibilidade, apoiando os defensores borgistas.

Na Europa, 1933 é o ano de Hitler e do Partido Nazista. Após assumir a Chancelaria,

37 Veja-se as edições posteriores a 5 de abril de 1933.

38 *Démarches* eram textos políticos, ao estilo de cartas, endereçadas por líderes políticos a seus corregilhões ou amigos, que a imprensa publicava. As notas, geralmente obtiam resposta, que também era publicizada. O processo todo, às vezes, levava meses.

o Partido colocou em ação o processo de *Gleichhaltung* (“coordenação”) do Estado, com assustadora rapidez e sucesso. O DP cuidou dos acontecimentos, enquanto se envolvia de maneira crescente com os assuntos europeus. A cobertura da indicação de Hitler e de sua faustosa cerimônia de posse, articulada por Joseph Goebbels, recebeu atenção do jornal que a publicou em pormenores. Também o boicote promovido às casas judias rendeu artigos de apoio e contrários, a quem o jornal deu voz para ambas as partes³⁹. No cenário político local, o clima era de deixar a poeira baixar.

A partir de 1934 o jornal apresenta, além de novo gerente, uma diagramação diferente para suas edições desde janeiro. O espaço reservado ao noticiário ocupa, agora, tanto a primeira quanto a segunda página, sendo o restante dedicado à propagandas e avisos. Notável, também, é a estreia de um novo espaço para editoriais intitulado “Meio palmo de coluna”. O “meio palmo” rendia longas “mangas” de discussão, geralmente criticando a administração municipal, então sob controle da Frente Liberal. O jornal reiniciou, com este espaço, um período de críticas e debates, primeiramente queixando-se da falta de publicidade dos atos administrativos, personificados na ausência da lei orçamentária para o ano corrente, e depois dando continuidade a uma outra campanha que já vinha sendo feita nos anos anteriores sobre a “questão dos jogos de azar” em Pelotas. A campanha recebeu apoio de setores comerciais da cidade, que chegaram mesmo a pedir a substituição do prefeito junto ao governo estadual.

O clima “esquentou” com a insistência no assunto por parte do DP e, em fins de janeiro, a folha foi finalmente censurada, à pedido da administração e por meio da delegacia de polícia. Os envolvidos, além do *Diário Popular*, estavam seus tradicionais concorrentes, o *A Opinião Pública* e *O Libertador*, que repercutiam as denúncias e “colocavam lenha na fogueira”⁴⁰. Contudo, o DP continuou a publicar suas cobranças, com tons mais moderados,

39 O tema será retomado no Capítulo 2.

40 Segundo Dalila Müller, “O Libertador” iniciou suas atividades em 02 de fevereiro de 1924, como órgão dos oposicionistas, reunidos na Aliança Libertadora. O Libertador ficará sempre sob a tutela do partido”. MÜLLER, Dalila. A municipalização do Grande Hotel em Pelotas/RS vista por dois Órgãos da Imprensa: Diário Popular e O Libertador. In: **IX Encontro Estadual de História**, Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul - ANPUH-RS: Vestígios do Passado, a história e suas fontes. Disponível em http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212186980_ARQUIVO_MunicipalizacaoGrandeHotel.pdf, acessado em 13 de agosto de 2012.

dando início a uma “guerrinha” com a prefeitura: esta cortou-lhe o abastecimento de gás por não ter quitado a dívida do mês – a qual o DP deu explicações dizendo que a prefeitura lhe devia quantia maior. Por fim, a prefeitura acabou por publicar a lei orçamentária e, pelo que se deduz, o DP teve seu abastecimento de gás restabelecido, mas o clima de animosidade entre a folha e a administração estava estabelecido.



Figura 3: Aparência do jornal em 1935.
Fonte: *Diário Popular*, 8 de junho de 1935. Acervo: BPP. Pelotas, RS. Reprodução do autor.

Uma nova coluna também surgiu, “A vida internacional”. Nela, o DP através de textos selecionados dedicava-se a temas atuais pelo mundo - era um tipo de resumo opinativo sobre fatos, acontecimentos, coisas de conhecimento comum. A partir de maio, anunciou que a passaria a ter 8 páginas nos dias de semana, acrescentando mais espaço para propaganda e, para o desenvolvimento de uma sólida seção esportiva.

No início de julho de 1934, no dia 14, a notícia da promulgação da nova constituição tomou as páginas e discussões políticas e desde aquele momento o jornal tomou a orientação contrária a indicação do nome de Getúlio Vargas ao cargo presidencial. Na campanha eleitoral que aconteceu naquele ano, o diretor Joaquim Osório concorreu ao cargo de deputado federal, não sendo eleito. O foco do DP neste período foi para a política nacional, dando pouca atenção ao noticiário internacional.

Em março de 1935, o noticiário local e nacional principia, novamente, a perder destaque e o internacional volta à tona com o rompimento da Alemanha com o Tratado de Versalhes e as especulações, sempre pessimistas, feitas em relação ao futuro da Europa. Localmente, a campanha eleitoral teve início com a chamada de eleições e a chapa da Frente Única, coligação que reuniu as oposições a Aliança Liberal e foi encabeçada por Pedro Luís Osório, incluindo em sua nominata os nomes de Frederico Carlos Lang Filho, filho de Frederico Carlos Lang, que falecera em agosto de 1933, Carlos Gotuzzo Giacoboni e Adolfo Fetter, que seria, a partir de 1938, acionista da futura Gráfica do *Diário Popular*. Destes, apenas Adolfo Fetter e Pedro Osório seriam eleitos, ao lado de Bruno de Mendonça Lima, advogado que, segundo Loner, a partir daquele ano tornar-se-ia acionista do *A Opinião Pública* e articulária, entre 1936 e 1937, a criação da União Democrática Nacional em Pelotas⁴¹. O resultado geral das eleições, contudo, foi favorável a Aliança Liberal, por pequena maioria. Por outro lado, o DP fez grande propaganda das vitórias obtidas pela Frente Única nas cidades vizinhas. Destacam-se, neste momento, os 152 votos destinados ao “Partido Integralista” de Pelotas⁴².

Em fins de 1935, o jornal introduz algo que se tornará bem mais comum nos anos seguintes: editoriais e artigos assinados, assim como uma seção de quadrinhos, a primeira em todo este período, patrocinada por uma indústria farmacêutica - “As delícias do lar”, contudo, terá curta duração, desaparecendo em janeiro de 1936, assim como sua patrocinadora, a Cafiaspirina. O *copyright* era de 1934, de Dante Quinterno.

41 LONER, *Op. Cit.*, pág. 14.

42 A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi ativa na cidade durante os anos 1930. Sua sede principal era ao lado do Clube Caixeral, pela rua Marechal Floriano. O prédio existe ainda nos dias atuais. O jornal não apresenta, contudo, os nomes dos candidatos que concorreram pela AIB.

O assunto que tomou a atenção do jornal e dos textos editoriais foi a fracassada Revolução Comunista de 1935 e seus desdobramentos políticos e sociais. Na metade de janeiro, Joaquim Osório deixa as funções de diretor e assume o estudante de direito Guilherme Schultz Filho, que era seu aluno na Faculdade de Direito, onde aquele lecionava. Guilherme Filho foi o mais jovem diretor no período de nossa pesquisa e conseguiu imprimir ao DP um novo padrão de jornalismo. Guilherme investiu nas chamadas e é com ele que o jornal assume o perfil de “manchetes livres”, que remetem ao texto contido na página em que aparecessem mas não necessariamente a seguir, ou em outra página da edição.

O jornal teve seu número de páginas reduzido para 6 em fevereiro, e a epígrafe do jornal, que tradicionalmente ocupava toda a porção superior da folha, foi reduzida e colocada “mais a um canto”, às vezes ao canto esquerdo, às vezes ao canto direito, o que liberou lugar para uma “chamada de impacto” no novo espaço. Esta coluna lateral, justaposta a epígrafe, tornou-se rotineira, primeiramente tratando de uma coluna local sobre vitivinicultura e posteriormente também sendo utilizada, tanto à esquerda quanto à direita, para chamadas do noticiário internacional. Os títulos “bombásticos” assumem outro papel sob a administração de Guilherme Schultz, que vai colocando o jornal em seus anos de entrada no formato noticioso, pouco a pouco abandonando o perfil exclusivamente político-partidário. O novo dinamismo, certamente, estava ligado ao novo diretor, disposto a reformular a folha. As fotos começaram a ser mais comuns e relacionadas a eventos da cidade, como jogos de futebol e acidentes de trânsito. A edição das segundas-feiras foi abolida e o jornal deixou de circular neste dia.

Em março, após uma série de editoriais dirigidos contra a prefeitura, denunciando a cobrança irregular de honorários advocatícios vinculados aos pagamentos em atraso de débitos fiscais, e com o estado de sítio e a nova lei de censura à imprensa em vigor, o DP passou a sofrer censuras oficiais. Em 8 de abril, a censura foi denunciada à primeira página da edição deste dia, quando a coluna geralmente dedicada ao editorial estava em branco. Da mesma forma, a última página, que abrigava os textos relativos a cidade e que, nas últimas edições vinha denunciando a regulamentação e a fiscalização dos jogos de azar na cidade, foi censurada. Na edição do dia seguinte, o esclarecimento: por ordem do delegado de polícia, o jornal estava proibido de publicar novos artigos ou reportagens sobre o jogo

em Pelotas ou ofensivas a administração da cidade.

O DP, através de seus contatos em Porto Alegre, reagiu às medidas e conseguiu, nos dias seguintes, licença para retomar a coluna, assegurada por autoridades ligadas ao interventor no estado. Contudo, apesar do protesto e dos artigos que buscaram “esclarecer” os fatos e as acusações mútuas trocadas, debatendo-se diretamente com o delegado, o DP lentamente cessou as publicações sobre a questão do jogo nas semanas que se seguiram e tornou a circular com 8 páginas diárias a partir de maio. Em outubro, como vez ou outra algum texto mais crítico fosse publicado, a delegacia estabeleceu “mais rigor” na censura, “evitando a publicação de notícias falsas ou verdadeiras tendenciosas, que produzam alarme, ou que acarretem intranquilidade pública”⁴³. Também em outubro o DP noticiou, no dia 25 daquele mês, a suspensão das atividades do *O Libertador*, “a fim de remodelar-se” – não voltou a circular. Júlio Ruas, que era seu redator, foi para o *Opinião Pública*⁴⁴.

As medidas de censura foram sentidas nas edições a partir de outubro. Nos dias que se seguiram, nota-se na diagramação das páginas o vazio, o que fez com que o jornal usasse tipografias grandes mesmo nos corpos de texto para tentar preencher os espaços. No dia 10 de novembro, uma pequena nota à primeira página dizia que, “devido ao atraso do vapor que transporta a nossa encomenda de papel, somos obrigados a publicar, por alguns dias, a nossa folha em 4 páginas” – desculpa ou não, o jornal foi reduzido em 50% de seu volume. Voltou a circular com 8 páginas somente no início de dezembro.

No início de 1937, em 26 de janeiro, Guilherme Schultz deixou a função de diretor. A notícia de sua saída foi publicada com tom de pesar porque, embora com agradecimentos e elogios, redigidos em uma minúscula tipografia, também anunciava o jornal que ele o fizera por ter abandonado o PRR e ter-se filiado a recém criada União Democrática Nacional (UDN) – um esboço de oposição. Alguns dias mais tarde, no dia 3 de março, foi publicado na seção “Vida Social” o adeus definitivo de Guilherme Schultz, quando se registrou sua partida para Santa Vitória do Palmar.

A direção interina foi confiada a F. de Magalhães (o primeiro nome é desconhecido

43 *Diário Popular*, 19 de outubro de 1936, pág. 1.

44 Conforme a informação contida no *Diário Popular*.

por mim), que adotou outro nome para o cargo, o de Superintendente Geral. Assim que assume, novamente é noticiada a falta de papel, pelo atraso na entrega. O jornal passou a circular com 6 páginas e uma mudança equivocada de *layout* foi feita, para tentar suprimir a falta de espaço. Cortando os cabeçalhos das páginas, tentou-se utilizar o máximo da área de impressão da página, por vezes chegando mesmo a sacrificá-la (o que ocasionou o corte de algumas partes de texto, assim como a perda das margens interna e externa).

O resultado foi ruim, aparecendo constantemente as marcas de tinta das rebarbadas da montagem e letras borradas, quase ilegíveis, nos cantos inferiores das páginas. Quando o abastecimento de papel foi normalizado, a diagramação foi corrigida.

Em meados de junho de 1937 a censura foi finalmente suspensa e o jornal, aos poucos, retomou o noticiário internacional que, em virtude dessa, havia sofrido um brusco corte de entradas. Em agosto, o jornal comemorou seu 48º aniversário de fundação e produziu matéria em que saudava alguns nomes que haviam feito, até aquele momento, parte da história do DP, entre eles o “capitão Luiz Pennafiel, o gênio tutelar do órgão republicano” e “nosso querido mestre de oficina Armando Vargas e de um pugilo de velhos gráficos que encaneceram nas oficinas desta folha”⁴⁵.

O clima de rejubilamento, contudo, logo é encerrado com a renúncia de Flores da Cunha e a nomeação do General Daltro Filho como interventor do estado. Este recrudescer o serviço policial e as medidas de censura tornam-se, novamente, ativas. Tanto, que no início de novembro, em virtude da formação do Estado Novo, o DP inaugura uma seção intitulada “Estado de guerra”, em que publica os despachos da polícia - que deveria autorizar qualquer tipo de reunião pública. É desta fase em diante que notamos uma aproximação com a “legalidade” do estado varguista.

Já de há tempo Vargas não recebia mais o tratamento dispensado a ele no início da década. Pouco a pouco as críticas ao governo e a sua personalidade foram cessando. Com o advento do Estado Novo, o *Diário Popular* resolveu, pela própria mudança de seu quadro interno de diretores, aproximar-se do governo federal e, nos anos seguintes, principalmente sob a vigência da Lei de Segurança Nacional e das medidas de nacionalização, tornar-se

45 *Diário Popular*, agosto de 1937.

também seu fiscal.

Com a supressão dos partidos políticos, o DP mudou sua razão social e transformou-se em sociedade anônima. A nota, publicada em 4 de dezembro de 1937, explica que “em virtude do decreto do governo da República, foi retirado do cabeço do *Diário Popular* a legenda: órgão do partido republicano”. Através de seu anúncio anual de assinaturas, declarava que fora “por força do decreto lei do Governo Federal (...) [que] o *Diário Popular* deixou de ser órgão do Partido Republicano, para tornar-se órgão dos interesses gerais”, e que, “nessa nova fase, espera continuar a merecer a confiança pública, para o que procurará melhorar e desenvolver os seus serviços telegráfico e informativo”⁴⁶. No dia 5 de dezembro, o jornal publicou a íntegra do decreto lei que dissolveu todos os partidos políticos. Nada comentou opinativamente a respeito, aparecendo o texto “seco”, conforme a publicação do decreto. Finalmente, no dia 6, o jornal relatou as decisões tomadas pelo PRR em Porto Alegre, no sentido de permanecer como sociedade civil – ainda permitido pela legislação e que, ao fim, foi a saída encontrada pela maioria dos partidos remanescentes.

A mudança lenta de “lado” do *Diário Popular* é mais notável com a aprovação por Borges de Medeiros da política varguista. O jornal, sempre fiel a liderança republicana, tomou então a posição pró-Vargas. Exemplo claro disto encontramos em janeiro de 1938, quando Daltro Filho⁴⁷ faleceu e o DP lhe rendeu, por dias a fio, homenagens póstumas. Não fora, obviamente, a primeira vez que o jornal mudaria de posição e também não seria a última.

Desde sua mudança de *status*, de órgão partidário a sociedade civil, o DP esteve sob a direção de Djalma Matos. O novo perfil do jornal, que buscava afastar-se do cenário de discussão política (pelo menos aquele ligado a administração central), trouxe maior interesse dado a política internacional, principalmente a relacionada a europeia de então, que estava às voltas com o fim da Guerra Civil Espanhola e as ações do governo alemão, que investia contra a Áustria e os sudetos na antiga Tchecoslováquia.

No período o jornal dividia-se em uma 1ª página com o noticiário internacional, aparecendo na 2ª página várias entradas, como convites, avisos, notas, etc. A página 3 era

46 *Diário popular*, dezembro de 1937.

47 Então Interventor no Estado.

dedicada aos artigos e publicações oficiais, enquanto a 4ª era reservada aos comentários da vida social e notas de necrologia. A página 5 era tomada pela seção “mundo esportivo”, e as páginas 6 e 7 por notas do comércio e propagandas em geral. A última página era, toda, dedicada ao noticiário local. Este ocupava-se então, de cobrir reportagens diversas sobre assuntos da cidade e do interior. Pareceu-nos ser a primeira vez que o jornal possuía uma equipe de repórteres dedicados a coleta de notícias na cidade. Vemos, nestas edições, diversas fotos publicadas, os “flagrantes” tomados enquanto o repórter, de paletó, chapéu e com um bloco de anotações entrevistava alguma personalidade – desde empresários, políticos e administradores até pessoas comuns.

Em 20 de outubro, Djalma de Matos deixou o cargo de diretor em função de outras atividades e o Conselho Administrativo da Gráfica *Diário Popular* publicou nota dizendo que muito lamentava por sua saída. O novo responsável pela redação seria o então secretário, Pedro Campos. A nota também acrescentava que Djalma de Matos continuaria colaborando com o jornal, com “as produções de sua pena de jornalista adestrado”⁴⁸. Mesmo após sua saída precoce, o jornal mantém o formato apresentado desde os primeiros dias de sua direção.

Em um dos artigos deste período e desta seção local, colhemos indícios de que o jornal vendia seus números através da contratação de menores de idade, os “vendedores de jornais”. Como anteriormente relatei, o DP foi um assíduo crítico do “jogo” em Pelotas (dos jogos de azar), movendo diversas campanhas principalmente entre 1935 e 1936. Com a chegada do Estado Novo e a substituição do Prefeito, conseguiu mesmo que uma legislação fosse levada a efeito coibindo os “banqueiros” da cidade – os banqueiros eram aqueles que comandavam as casas de jogo. Em 1939, o jornal volta a denunciar, mais uma vez, a prática do jogo “disfarçado” de passatempo, buscando deste modo uma brecha na lei.

No caso específico, a atividade era exercida por uma casa chamada “Tiro ao Alvo”, que funcionava na rua XV de novembro, uma das principais da cidade, na época, e que era frequentada, segundo o DP, “quase que exclusivamente, por menores de todas as classes

48 *Diário Popular*, 20 de outubro de 1938, pág. 1.

e idades”⁴⁹. Também revela, por ter entrevistado um dos “jogadores”, alguns aspectos da vida destes vendedores de jornais. O menor chamava-se “Cocada” e era um conhecido como “o popularíssimo vendedor de jornais”. Com 16 anos, era “branco e órfão de pai e mãe”, não tinha “parentes, nem protetor” e “ganha[va] a vida vendendo jornais e dorme[ia] geralmente nos corredores dos hotéis ou no interior de qualquer automovel, desses que passam as noites defronte as casas de seus proprietários”. Cocada (na verdade, segundo a reportagem, Adão Francisco Vieira) era frequentador assíduo do Tiro ao Alvo e ganhara já alguns prêmios (todos eles quinquilharias sem praticamente valor algum, como “bebês de massa, chocalhos, apitos, etc”). Possivelmente analfabeto, mas esperto (“sabido”), o menor desconfiou do convite de entrevista, que prestou na redação do jornal, temendo que aquilo fosse “complicá-lo com a polícia”. Em resposta, na verdade dirigida ao chefe de polícia, o redator rebateu no texto dizendo que o “Tiro ao Alvo funciona[va] livremente, em pleno centro, com portas abertas, conseqüentemente com o consentimento da polícia”.

O populismo de Vargas talvez tenha, de certa forma, inspirado o jornal que, em fins de 1938, ao completar o Estado Novo um ano de vida, rendeu-lhe página completa na data de passagem, com termos elogiosos a administração central e, ao mesmo tempo que bajulava os chefes do poder político, colocava-se ao lado dos menos favorecidos, como no caso das campanhas contra a “Light & Power Co.”, que administrava os bondes e a distribuição de energia na cidade.

As campanhas contra a “Light” tornaram-se ferrenhas, assim como as críticas e cobranças à administração municipal cresceram novamente, mas mudando o argumento de fundo, passando dos “termos políticos” para os “termos sociais”. Se anteriormente, por sua vinculação partidária, os ataques eram políticos, agora passam a ter como “fundo” as questões sociais e de “interesse público”, como exemplifica a cobrança feita à prefeitura para a compra de terrenos na orla da lagoa no Laranjal, a pretexto de tornar o local também de acesso das classes com menor poder aquisitivo. A campanha iniciara-se em 1938 e em 1939 o jornal publicou uma pequena sequência de artigos sobre o tema, ficando a prefeitura comprometida em estudar o caso, como resposta.

49 *Diário Popular*, 22 de janeiro de 1939, pág. 8.

Resta a crítica e a especulação, por certo, as intenções verdadeiras do jornal, mas é inegável, pela coleção de reportagens acumuladas a partir de sua “oposição” que o jornal teve, oportunamente, “rompimentos” com a elite, utilizando-se da mesma demagogia de que era, por outro lado, vítima. Justamente em seus momentos mais delicados, aqueles em que esteve sobre o visor das autoridades, o jornal lançava-se a “campanhas populares”, como um paladino do povo, para poder prosseguir, como sempre, na defesa de sua própria ideologia. Assim ele procedeu nos anos 1920, quando ocupava lugar privilegiado junto a administração da cidade e assim o fez, também, quando mesmo do lado perdedor, desenvolveu os subterfúgios necessários a sua própria sobrevivência. Vale lembrar que, daqueles jornais que Loner cita existentes⁵⁰ entre 1889 e 1920, somente o *Diário Popular* e o *Opinião Pública* resistem ao Estado Novo e, destes, foi o DP o legítimo representante do conservadorismo e das posições políticas do PRR.

50 LONER, *Op. Cit.*.

CAPÍTULO 2

As manifestações do nazismo na imprensa de Pelotas

As agências de notícias

Gerson Fraga, em uma seção dedicada às agências de notícias, afirma que o uso das agências de notícias

possuía uma dupla perspectiva. Por um lado, (...) constituíam-se, na grande maioria dos casos, em textos curtos e anônimos (...) sendo, portanto, um texto caracterizado pela síntese e impessoalidade. Por outro lado, sendo largamente difundidas no círculo do jornalismo, tais informações constituíam-se em um poderoso instrumento para a construção de “uma versão única”, uma vez que o mesmo texto poderia ser enviado para diversos periódicos que celebrassem contratos com a mesma agência.¹

No caso do *Diário Popular*, somente após a decretação do Estado Novo o jornal passou a identificar as notas publicadas e isto sem fazer menção propriamente a agência que era sua fonte. Sabe-se, por certo, que recebia as mensagens pelo telégrafo oriundas destas agências e, igualmente, deveria ter contrato com elas, mas durante todos os anos pesquisados jamais informou suas autorias. Comumente, a notícia era dada pelo local em que fora colhida e pela data. Quando, talvez forçado pela legislação estadonovense, teve que colocar as siglas identificadoras, optou por usar a sua própria, ou seja, a usar a sigla “D.P.” ao lado da nota publicada, logo após a data. Este aspecto em particular levou este trabalho, diferentemente do realizado por Fraga, a adotar outra metodologia para classificar as opiniões contidas no jornal, não pela fonte original (esta ou aquela agência de notícia, como o fez Fraga, que possuía as indicações de origem no seu *Correio do Povo*), mas sim pela maneira como eram *escolhidas e apresentadas* as notas do telégrafo, consoante que sofriam, também, alterações feitas pelos redatores do jornal². Este pressuposto é, de certa forma, também um facilitador para, suprimidas as opiniões de alheios ao jornal, reduzir a ele, a responsabilidade pelas publicações feitas. A “versão única” sobre determinados

1 FRAGA, *Op. Cit.*, pág. 50.

2 Esse pressuposto será aprofundado quando tratar especificamente das matérias publicadas do jornal. As notas eram editadas, pressupõe-se, para caber dentro dos requadros de impressão. Isto foi verificado por mim quando, recorrendo ao jornal *A Opinião Pública* e *O Libertador*, diversas vezes buscava contraponto a determinadas notícias publicadas e que julgava “estranhas” ao padrão de opinião do *Diário Popular*.

acontecimentos, relatadas desta ou daquela forma pelo DP, contudo, parecem se manter.

1923: um ponto de partida

Após as eleições de 1919³, marcadas pela guerra civil em Berlim no Levante de Janeiro (*Januaraufstand*), a Assembleia de Weimar elegeu Friedrich Ebert, do Partido Social Democrata (SPD), como presidente da nova República Alemã. Este, por sua vez, designou Philipp Scheidemann como seu Chefe de Gabinete e como responsável pela formação de um gabinete ministerial. Scheidemann fora o protagonista da declaração republicana na tarde do dia 9 de novembro de 1918, aquela que destituiu a monarquia e tornou a Alemanha uma República.

Assim que constituído, o novo governo republicano tratou primeiramente de reprimir os grupos revolucionários que surgiam em todos os cantos do país, principalmente aqueles que foram dissidentes do próprio SPD – os *espartacistas*. Esta “vingança” marcaria a cisão que fragilizaria os anos iniciais da República alemã e tornaria a Revolução de 1918 a “revolução abortada” (*Verfehltte Revolution*⁴). A Liga Espártaco (*Spartakusbund*) era composta, em sua maioria, por ex-membros do USPD (o Partido Social Democrata Independente, ala da verdadeira esquerda do Partido Social Democrata).

O Partido Comunista (KPD), fundado em 1918, fora resultado da união das esquerdas revolucionárias, incluindo a Liga Espártaco e a esquerda de Bremen (responsável, mais tarde, pela resistência durante a ocupação do Ruhr)⁵. Em janeiro, o KPD, sob protestos da Liga Espártaco, promoveu o boicote às eleições da Assembleia Constituinte e permitiu

3 Faço algumas análises nesta seção e nas seguintes baseado na “breve história política de Weimar”, de Peter Gay. GAY, Peter. **A cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

4 O termo está grifado em GAY, *Op. Cit.*, pág. 24. Existem muitas interpretações sobre a “Revolução Alemã”, desde as que a apontam como uma falha até mesmo as que indicam que ela nunca existiu. Uma boa parte dos historiadores colocou a culpa pelo “fracasso” na esquerda, que não foi capaz de unir-se contra um inimigo comum, mas também há aqueles que culpam o próprio nacionalismo do proletariado alemão e a luta fratricida originada depois de 9 de novembro como os principais fatores. Um bom resumo dessas correntes interpretativas pode ser visto em ARAÚJO, George. Uma revolução que não deve ser esquecida: Alemanha, 1918 - 1923. In: **História Social**, Revoluções no Século XX, n. 17, 2009, págs. 49-73.

5 CAETANO, Rosendo. **As SA e o expurgo de 1934**: Ascensão e queda de Ernest Röhm. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História). UFPel, 2010, pág. 15.

a vitória da Coligação de Weimar e, após os conflitos em janeiro, levantou a greve geral em toda a Alemanha em março, evoluindo para mais um conflito civil, nas Lutas de Março (*Märzkämpfe*).

Gustav Bauer, que substituíra Scheidemann, ficou à frente do governo por apenas dois meses, pressionado pela crise política originada com a assinatura do Tratado de Versalhes⁶ e o *Putsch* Kapp. O cargo passou a Hermann Müller, até junho daquele ano, quando novas eleições foram convocadas e quando o SPD perdeu terreno para o novo Partido do Povo (DVP), de Gustav Stresemann. Konstantin Fehrenbach formara o gabinete que governaria até maio de 1921, quando foi substituído por Joseph Wirth, que ficaria à frente do governo até 1922.

Wirth foi substituído por Wilhelm Cuno, presidente da *Hamburg American Lines* (atuante inclusive em Rio Grande e Pelotas), sem partido, escolhido diante da negativa de Ebert em aceitar uma coalizão com o DVP, de Stresemann. Cuno ficou no poder até agosto de 1923, quando a crise inflacionária levou a Alemanha a bancarrota. O não pagamento das dívidas de guerra (a Alemanha decretaria a moratória em fins de 1922) e a subsequente ocupação da região do Ruhr pelas tropas franco-belgas em fevereiro de 1923 haviam levado o marco a patamares impressionantes: em dezembro de 1922, o dólar custava em torno de 5.000 marcos; em dezembro de 1923, passara de 1 trilhão. Em 15 de novembro de 1923, 500g de pão custavam 80 milhões de marcos, 500g de carne 900 milhões e um copo de cerveja, 52 bilhões!

O Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) foi fundado, na Alemanha, em 1921⁷. Sua atuação entre 1922 e o final de 1923 esteve circunscrita a

6 A Prússia Oriental foi separada da Alemanha, cedendo a Prússia Ocidental, a Alta Silésia e a região de Posen para a Polônia (o famoso Corredor Polonês), além de declarar Danzig, cidade portuária de grande importância para o comércio no Mar do Norte, livre. A Alsácia-Lorena, região rica mineradora e o Saar alemão foram passados para a França, que também ocupou o vale industrial do Ruhr; a Bélgica recebeu Eupen e Malméd; no norte, a Dinamarca ocupou a o Schleswig-Holstein e a Lituânia o Memel, regiões que seriam prontamente devolvidas antes mesmo que a Segunda Guerra tivesse início, selando pacto de colaboração entre estes países e a Alemanha. Ao Sul, também foram perdidos território para a Polônia e a Tchecoslováquia da época. Para outras informações sobre o Tratado de Versalhes, ver BECKER, Jean-Jacques. **O Tratado de Versalhes**. Tradução Constancia Egrijas. São Paulo: Editora Udesp, 2011 e GAY, *Op. Cit.*.

7 Desde 1920, Hitler já era membro do Partido dos Trabalhadores Alemães, fundado por Anton Dexler. Em 1921, após uma cisão com o antigo chefe, Hitler adicionou ao nome do partido o “nacional-socialista”, para atrair, simplesmente, os elementos nacionalistas e socialistas.

Bavária, centro dos movimentos da direita alemã no período. Ainda em 1921, com fundos obtidos junto à organização secreta do *Reichswehr* (a *Schwarze Reichswehr*, que reunia *Freikorps* de diversas regiões do país e formava o contingente militar proibido por Versalhes – que depois seria conhecido como *Frontbann*), Röhm comprou para o NSDAP o *Völkische Beobachter* (o Oberservador Racial), que viria a ser o jornal oficial do Partido e principal divulgador das teorias raciais nazistas. Com o fracasso do *putsch* Kapp e a violenta repressão promovida pelo governo, Munique terminou por reunir os principais líderes de grupos políticos e corpos armados de direita, tornando o cenário ideal para a primeira grande tentativa de sucesso que Hitler empreenderia nos primeiros anos da década de 1920: *putsch* da Cervejaria de Munique, em 1923.

A tentativa de golpe em Munich expôs pela primeira vez neste período o nome de Hitler, tanto na Alemanha quanto no restante do mundo – assim como no *Diário Popular*. Desde o início de 1923, o jornal dedicara um bom número de entradas relativas a Alemanha, cobrindo principalmente os eventos da Renânia. As notas sobre Cuno e mesmo sobre Stresemann foram raras, contudo o jornal publica alguns artigos sobre Thyssen e os Krupp, das indústrias metalúrgicas. Thyssen era visto como o “maior operário da Alemanha”⁸ e os Krupp como “os reis da indústria metalúrgica”⁹. O jornal publica, neste período, quase que diariamente sobre os acontecimentos do Ruhr, principalmente no primeiro semestre, quando a ocupação teve início. No segundo semestre, embora tenha havido uma grande perda de “interesse” do jornal sobre a Alemanha, o *putsch* de Hitler foi noticiado.

As informações sobre a participação de Hitler e dos demais envolvidos, contudo, tardam a chegar e a serem esclarecidas. O jornal dá destaque aos acontecimentos através da seção Mundo pelo Telégrafo, com notas reduzidas. A primeira menção ao golpe, que somente apareceu no dia 15 de novembro, quase uma semana depois, informava sobre o “bombardeamento” do Ministério da Guerra, listando von Kahr¹⁰ e “Sintler” como envolvidos no centro dos acontecimentos e o General Ludendorff como o verdadeiro líder do *putsch*. A versão dada pelo jornal coloca von Khar como acusado de auxiliar o golpe e Hugo Stinnes

8 *Diário Popular*, 2 de fevereiro de 1923, pág. 8.

9 *Diário Popular*, 27 de abril de 1923, pág. 1.

10 Gustav von Kahr, Chanceler bávaro em 1923, morto pelo Gestapo em 1934 durante o expurgo das SA.

de financiá-lo – o DP, inclusive, havia publicado um artigo sobre Stinnes em março¹¹, tratando de sua riqueza. Uma outra nota informava, na mesma edição, que o “capitão Ehrhardt”¹² assumira a chefia do partido, que obedecia a orientação de “Hitler” e Ludendorff¹³.

O *putsch* da Cervejaria de Munique foi a primeira ação política a tornar o NSDAP reconhecido na Alemanha. Hitler contava com o apoio de von Kahr, ainda mais com as revoltas comunistas na Turíngia e Saxônia por parte da esquerda. Assim,

na noite de 8 para 9 de novembro o NSDAP e as tropas SA tomaram a capital, Munique, depois de atraírem a cúpula governamental à mais tradicional cervejaria da cidade. Sob a proposta de uma reunião de negócios que envolveria os altos membros do governo e os principais empresários da cidade, o Chanceler von Kahr, o chefe do exército von Lossow e os principais políticos foram tomados por Hitler e pelas SA como reféns. Hitler, de pistola em punho, exigiu o apoio de Von Kahr para uma marcha triunfante até Berlim, onde um novo governo seria promulgado, liderado pelo NSDAP, com apoio dos *Freikorps* e das SA.¹⁴

Mas, tão logo Hitler tenha se ausentado da cervejaria para organizar a ocupação de lugares estratégicos na cidade, Ludendorff não foi capaz de segurar von Kahr, Lessow e Sesser, que avisaram do *putsch* a Berlim e tomaram medidas de repressão. As ligas armadas nazistas mal-organizadas não ocuparam pontos-chaves de Munique como se esperava - apenas Röhm tomou o Ministério da Guerra, onde acabou sendo aquartelado pelas forças do exército. Hitler encontrou-se só e na manhã seguinte, juntamente com Ludendorff, Göring e aproximadamente 3000 homens arregimentados durante a noite, partiram para o centro de capital bávara, tentando resgatar Röhm, ou, pelo menos, unir-se a ele. Contudo, a poucos metros do Ministério da Guerra, um choque com as forças policiais resultou em 14 nazistas e 3 policiais mortos, e a debandada do grupo revolucionário¹⁵.

O golpe fracassou e Hitler fugiu, apoiado por Göring, que o escondeu até o julgamen-

11 *Diário Popular*, 8 de março de 1923, pág. 4.

12 Hermann Ehrhardt criou fama dentro do movimento nazista depois do *Putsch Kapp*, quando o grupo *Freikorps* que era líder, a *Marinebrigade Ehrhardt*, junto a *Freikorps Löwenfeld*, foi sentenciada a dissolução pelo governo de Berlim (um dos motivos do amotinamento de Ludendorff, Lutwitz e Kapp). Segundo Bernhard Sauer, foi ele quem orientou Hitler a formar sua própria milícia, sendo convidado a organizá-la e treiná-la. *In: CAETANO, Op. Cit.*, pág. 17, APUD SAUER, Bernhard. *Goebbels Raubauken*, pág. 108.

13 *Diário Popular*, 11 de novembro de 1923.

14 CAETANO, *Op. Cit.*, pág. 29.

15 O relato é baseado em SHIRER, *Op. Cit.*, págs. 115-125. EVANS, *Op. Cit.*, págs. 249-251, acrescenta que Göring, baleado em uma perna, acabou fugindo para a Suécia, onde adquiriu seu vício em morfina quando tentava aliviar as dores do ferimento. Hitler tombou, deslocando seu ombro, enquanto Scheubner-Richter, o elemento diplomata do grupo, foi morto.

to, em 1924. Os mortos do confronto entre as tropas leais ao governo e os partidários nazistas, um total de 14, tornariam-se mártires da causa e seriam lembrados pelos NSDAP até o fim, principalmente em novembro de 1933, quando Hitler já se encontrava no poder. As SA (Tropas de Choque – *Sturmabteilung*¹⁶) foram dissolvidas e mantiveram-se sob o comando de Göring, após a saída de Röhm logo após o *putsch*. Mas “o fracasso do *putsch*, longe de destruir as SA, serviram antes para espalhá-las a outras regiões alemãs”¹⁷. Röhm, após liberado, foi para a Áustria, onde substituiu Göring e retornou ao comando das SA. Auxiliado por Erhardt e Gehrhardt Roßbach (que também era líder de um *Freikorps* em Berlim), Röhm organizou as Tropas de Assalto através de seus grupamentos orientais, adotando, desde essa época, o tradicional uniforme marrom¹⁸.

Ainda em 20 de novembro de 1923, o *Diário Popular* noticiou a dissolução do Reichstag e falou, também pela primeira vez, em um “fascismo alemão”¹⁹. Contudo, uma definição mais própria seria dada somente em março de 1924, quando uma série de entradas na seção dos telégrafos informariam sobre o julgamento dos envolvidos no *putsch*. A nota, publicada no dia 1º mas com data de 27 de fevereiro, tratou Hitler como “líder nacionalista” de um “novo partido” da Alemanha:

Munich, 28 [de fevereiro - letras maiores em destaque]

Os acusados por crime de traição compareceram perante a Corte da Baviera.

São eles o General Ludendorff, Adolf Hitler, Ernest Poehner, Wilhelm Fick, Frederick Weber, capitão Ernstrohn [Ernest Röhm], tenentes Wilhelm Brucçeer, Robert Wagner, coronel Hermann Ribel e tenente Heinzhn, tenentes Eilhelm Brugger, enteado de Ludendorff.

(...)

A agitação popular é intensa, pois Hitler, chefe do partido chamado “Nacional Socialista” ainda é um herói das massas bávaras.²⁰

Como “herói” ou chefe do partido “Nacional Socialista”, a passagem de Hitler pelas páginas do jornal seria muito breve e obscura. O golpe foi classificado como um “levante nacionalista” na edição do dia 8 de março²¹ e a justiça acusada de ser “branda” com os

16 Em minha monografia de conclusão de curso traço a história desta criação do NSDAP desde sua origem até o expurgo de 1934. Ver CAETANO, *Op. Cit.*.

17 LITTLEJOHN, David. **The SA 1921-1945: Hitler's Stormtroopers**. Botley: Osprey Publishing Ltd, 2001 [1990], 7a. ed., pág. 4. Traduzido do inglês por mim.

18 CAETANO, *Op. Cit.*, pág. 22, APUD TOLSTOY, Nikolai. **A noite das longas facas**. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1976. (Trad. Alcídio M. de Souza), pág. 31.

19 *Diário Popular*, 20 de novembro de 1923.

20 *Diário Popular*, 1º de março de 1924, pág. 3.

21 *Diário Popular*, 8 de março de 1924, pág. 4.

acusados, conforme a nota publicada no dia 26:

No correr de seu discurso, pronunciado perante o Tribunal, disse o promotor que Ludendorff agiu com entusiasmo real pela causa germânica, levado pelo senso do dever irrecusável, como homem másculo, mas o bravo soldado, prosseguiu, transgrediu a lei e esta lhe deve ser aplicada.

Continuando, disse que Ludendorff no tempo da guerra dera grande exemplo do dever, seria ele, pois, o primeiro a reconhecer que tendo transgredido a lei deve sofrer as consequências desta.²²

Mais adiante, registra a revolta do *Vorwärts*, o jornal do SPD, que dizia ter sido a atitude do ministério público “um ultraje a memória dos patriotas que morreram pela República nas mãos dos partidários de Ludendorff”²³. Como vimos, foram 3 mortos do lado das forças policiais. A nota é interessante porque o *Vorwärts*, órgão do SPD, coloca-se ao lado do governo de von Kahr, quando era sabido que o mesmo havia, há pouco, deposto o governo social-democrata bávaro e, por pouco, não coligira com Hitler para a tomada do poder em Berlim. Foi na última hora que Kahr decidiu-se por não apoiar Hitler.

O *Vorwärts* seria novamente citado em outra nota, na mesma página, referente à notícia do dia 24, quando alertava sobre “os perigos que ameaçam a República alemã, em consequência dos ataques conjugados dos nacionalistas e comunistas” após a divulgação do programa do NSDAP. O programa, na verdade existente desde 1921, quando foi lançado como manifesto, fora divulgado no *Völkische Beobachter* durante e após o *putsch*. Sobre ele, o DP diz que

proclama a inocência da Alemanha na questão das responsabilidades de guerra e reclama a anulação do tratado de Versalhes. Preconiza a educação militar da mocidade, advoga a concessão de privilégios aos oficiais do exército. A restauração das antigas cores nacionais do Reich; a proteção as classes médias e exige medidas severas contra os exploradores mercantis e o aumento das horas de trabalho.

As notas finais sobre o *putsch* de Hitler seriam encontradas nas edições dos dias 4 de abril e 1º de maio. No dia 4, noticiando do dia anterior, também na seção *O mundo pelo telégrafo*, o jornal informava do fim do julgamento dos acusados do *putsch* e suas condenações. Dizia que “o líder nacionalista Hitler foi condenado a 5 anos de prisão, sendo Ludendorff absolvido” e que “os outros implicados foram condenados apenas a um ano de prisão

22 *Diário Popular*, 28 de março de 1924, pág. 4.

23 *Idem, Ibidem*.

e multas”²⁴. Em maio, um resumo do total de condenações foi dado, assim como o desfecho final do evento: “o processo dos cúmplices do ‘líder’ nacionalista Hitler, no movimento revolucionário de Munich, terminou com a condenação de 500 implicados, a 18 meses de prisão. Todos eles, porém, foram libertados sob palavra.

Entre 1924 e 1929, a Alemanha entraria em uma era caracterizada pela aparente calma. Destacam-se a adoção do *Plano Dawes*, que previa a desocupação militar do Ruhr e o retorno do *Reichsmark* como moeda oficial da Alemanha. O Tratado de Locarno foi assinado em 1925, entre Alemanha, Inglaterra e França, tendo a Itália como fiadora. As fronteiras ocidentais foram estabelecidas, comprometendo-se as potências Aliadas a não ocuparem a Alemanha enquanto esta mantivesse a região da Renânia desmilitarizada. O “espírito de Locarno” possibilitou a reinserção alemã na política europeia e, já em 1926, passou a fazer parte da Liga das Nações, tratando um acordo de não-agressão com a União Soviética. Ambos acordos permitiram a entrada de capital no país, acrescentando investimentos na modernização da indústria e no ganho real dos trabalhadores. Por outro lado, as fusões de diversos grupos empresariais que criou monopólios de comércio e uma bolha de investimentos baseados em capital estrangeiro logo encontrariam a crise, que chegou em 1929. Com a adoção do Plano Young, prevendo o pagamento das reparações de guerra por um longo período de tempo, a direita voltou a movimentar-se e a crise, que já não era apenas política, agravou-se. A isto se somou a morte de Stresemann, em outubro de 1929, que significou uma grande perda para a manutenção do espírito republicano.

Hermann Müller voltara ao governo em junho de 1928, substituindo Max. A crise deixou a Alemanha insolvente e sem dinheiro sequer para pagar o seguro desemprego. A retirada de capitais levou a quebra de diversas empresas e, em março de 1930, a situação tornou-se insustentável. Müller, desta forma, renunciou e Hindenburg nomeou um novo gabinete, liderado pelo centrista-conservador Heinrich Brüning.

O período entre 1925 e 1930 despertou pouco interesse por parte do *Diário Popular* em relação a notícias sobre o NSDAP e Hitler. O jornal ocupou-se, como vimos, de diversos outros assuntos, ligados a política tanto nacional quanto europeia, mas não publicou notas

24 *Diário Popular*, 4 de abril de 1924, pág. 4.

sobre o “fascismo alemão” especificamente.

Em 1925, o jornal cobriu a morte do Presidente Ebert, destacado como “o grande estadista alemão”²⁵ e a candidatura e eleição de Hindenburg ao cargo vago de Presidente²⁶. Hindenburg parece ter trazido um novo ânimo ao jornal para publicações sobre a Alemanha naquele período, pois dedicou-lhe no mês de maio algumas publicações. No dia 13, um artigo falava sobre as maravilhas da cidade de Berlim, seus cassinos, teatros, a vida agitada e o dinheiro de estrangeiros que fazia a cidade funcionar²⁷. No dia 20, outro artigo sem autor na primeira página, dizia que a Alemanha tinha o direito de restabelecer a sua soberania e analisava o novo cenário para o país com a chegada do velho Marechal-de-Campo ao mais alto cargo político do estado²⁸.

O fascismo, por outro lado, tem destaque quanto ao modelo italiano, com notícias sobre discursos de Mussolini, entre maio e outubro²⁹. Os discursos do *Duce* eram reproduzidos muitas vezes em resenhas feitas pelas agências de notícias – o mesmo aconteceria, mais tarde, com os discursos de Hitler, mas também o jornal reproduzia os textos do próprio Mussolini (como se sabe, ele publicava periodicamente no *Popolo d'Italia*). Ainda em 1925, o DP noticiou o convite que Mussolini enviou à Hitler, para participar de uma “conferência fascista internacional”, quando o jornal, pela primeira vez, atribuiu o título de “líder fascista alemão”³⁰ à Hitler.

No ano seguinte, 1926, noticiou-se pouco sobre a Itália e muito menos sobre a Alemanha. Entre 1927 e 1930, o destaque dado a Alemanha diminui mais ainda. Apenas breves notas na seção de telégrafos davam conta que quase nada acontecia por lá. Entre elas, o DP noticiou o fim do controle militar francês na região do Ruhr em 1927³¹, o qual estaria

25 *Diário Popular*, 15 de março de 1925, pág. 7.

26 *Diário Popular*, respectivamente: o aceite de Hindenburg a corrida presidencial foi noticiado na edição do dia 15 de abril de 1925, pág. 2; a cobertura das votações, no dia 25, pág. 2, e a eleição de Hindenburg no dia 29, pág. 2.

27 *Diário Popular*, 13 de maio de 1925, pág. 1.

28 *Diário Popular*, 20 de maio de 1925, pág. 1.

29 *Diário Popular*, respectivamente: discurso de Mussolini, em 5 de julho de 1925, pág. 1; texto sobre a nova etapa do fascismo, em 24 de julho de 1925, pág. 1; sobre o cinquentenário da colonização italiana, em 5 de agosto de 1925, pág. 4; sobre o aniversário da Marcha sobre Roma, em 28 de outubro de 1925, pág. 1.

30 *Diário Popular*, 20 de maio de 1925, pág. 7.

31 *Diário Popular*, 3 de fevereiro de 1927, pág. 1.

completo somente alguns anos depois. Nada se falou sobre o Partido Nazista ou Hitler e até mesmo o fascismo italiano, que atraía a atenção dos editores, ficou em baixa. Em 1928 e 1929, nenhuma nota sobre o fascismo europeu foi publicada, embora o DP editasse, vez ou outra, notas sobre assuntos do velho continente.

As primeiras entradas que retomariam o interesse do jornal principalmente pela política alemã e da Europa apareceriam somente na segunda metade de 1930, em decorrência de novos pleitos eleitorais, em setembro. Contudo, foi a partir de 1931 que isto se verificou com maior ênfase.

Em fins de 1931 o tema do “fascismo alemão” retornou à pauta do *Diário Popular* para entrar em um verdadeiro período de *frenesi* de informações. No início de agosto, a situação financeira da Alemanha foi tema de capa do jornal, que durante 3 dias consecutivos publicou notas na seção internacional³². Mas foi em outubro que o jornal publicou a primeira nota desde os acontecimentos do julgamento do *putsch* de Munique que, a partir de então, colocariam a Alemanha no cenário principal da sessão internacional.

Intitulada “O fascismo alemão”, a nota enviada de Berlim falava sobre um congresso da “oposição da direita parlamentar” na cidade de “Harbourg”, nos seguintes termos:

Houve verdadeira parada muito parecida à celebre efetuada alguns anos [antes] dos “Capacetes de aço”.

Toda a cidade esteve embandeirada com as cores da Alemanha imperial ou do partido nacional dos socialistas [sic], considerado “Fascismo alemão”. Compareceram pessoas de destaque na vida política alemã, entre outros o filho do Kaiser, o príncipe Eitel Frederico. Quando chegaram a sala do congresso os srs. Thitler [Hitler] e Dumgenberg [Hugenberg] partiram aplausos delirantes de todos os lados.³³

Logo a seguir, a nota resumia que aconteceram diversos discursos violentos contra os comunistas - que pretendiam eliminar do solo alemão, e pedidos ao presidente Hindenburg para que a direção do país (o cargo de Chanceler) fosse entregue aos elementos da oposição (à direita), que teriam a possibilidade de um governo de maioria. Na mesma edição, em nota avulsa também de Berlim, o DP noticiava que “a fim de evitar agitações na cidade, foram fechadas quatro sedes dos elementos do Partido Nacional Socialista, denominado

32 *Diário Popular*, 4, 5 e 6 de agosto de 1931, pág. 1.

33 *Diário Popular*, 13 de outubro de 1931, pág. 1.

‘Fascismo alemão’, onde havia reunião, como em verdadeiros quartéis, tendo todos os elementos necessários para a luta”³⁴.

A nota, na verdade, tratava da reunião em Harzburg:

Em fins de 1931, a oposição da direita convergia em toda a Alemanha para duas associações distintas que a norteavam: o NSDAP e as SA, de Hitler, e os *Stahlmen* [Capacetes de Aço] de Hugenberg (ligados ao DNVP e ao *Alldeutschen Verband*). Em outubro, Hugenberg convocou o *Harzburguer Front*, reunindo figuras ilustres como o ex-presidente do *Reichsbank* Hjalmar Schacht e o general Von Seeckt. O *front* de Harzburg visava reunir os apoiadores de Hugenberg e Hitler e minar o governo de Heinrich Brüning.³⁵

O *Front* de Harzburg teve impacto na primeira de várias tentativas de sublevação das Tropas de Choque nazistas. As eleições de 1931 haviam colocado pela primeira vez na história de Weimar uma maioria partidária nazista no parlamento e os elementos mais radicais das Tropas de Choque esperavam a tomada do poder pela força. Nas sedes do partido, que foram, de fato, transformadas em verdadeiros quartéis gerais, era iminente a chamada à ação³⁶.

O ano de 1931 também trouxe, na Alemanha, as expectativas do período eleitoral que em 1932 elegeria o novo Presidente. Logo em fevereiro, o *Diário Popular* iniciou sua cobertura, publicando nota que noticiava a candidatura oficial de Hitler ao cargo, em oposição a Hindenburg e ao representante dos Capacetes de Aço e dos “monarquistas”, o tenente-coronel Duesterberg³⁷. Em outra nota na mesma edição, publicou o engodo que tornou Hitler cidadão alemão e, assim, “candidatável”:

BERLIM, 24 – O líder Hitler acaba de adquirir a nacionalidade alemã, nada mais impedindo agora que apresente oficialmente a sua candidatura á presidência do Reich. Efetivamente, o seu secretario particular [Goebbels³⁸] acaba de anunciar que Hitler foi nomeado pela manhã

34 *Idem, Ibidem.*

35 CAETANO, *Op. Cit.*, págs. 36-37.

36 Foi após o *Front* de Harzburg que Hitler, com fundos de Fritz Thyssen, comprou o *Barlow-Palais*, transformando-o na sede do partido e das SA e que em pouco tempo seria conhecido como a famosa *Braune Haus* (Casa Marrom). *Idem*, pág. 37. Röhm foi colocado à frente das SA para controlar a situação.

37 *Diário Popular*, 26 de fevereiro de 1932, pág. 6. Também foi candidato Ernst Thälman, líder do KPD, informação omitida pela nota. Thälmann, segundo Evans, foi o principal responsável pela linha que colocou o KPD em luta dirigida contra os “fascistas-sociais” do SPD e, desta forma, negligenciou o “perigo” nacional-socialista que emergia em fins da década de 1920. “O ânimo ideológico do partido contra os social-democratas fadou-o a impotência. A hostilidade à República de Weimar, baseada na condenação extremista de todos seus governos (...) cegou-os por completo para a ameaça apresentada pelo nazismo ao sistema político de Weimar”. *In: EVANS, Op. Cit.*, pág. 307. Thälmann concorreu ao cargo de presidente em 1925 e 1932.

38 Segundo Shirer, foi Goebbels que anunciou, em 22 de fevereiro, a candidatura de Hitler a presidência.

professor de Educação Popular da Escola Técnica de Brunswick.

Essa nomeação, que lhe concede os direitos de cidadão do Reich, foi assinada pelo ministro do Interior do Estado de Brunswick, sr. Klagges, que pertence ao partido nacional-socialista.³⁹

A campanha, que durou apenas um mês, tomou todo o país. Hitler e o NSDAP usaram do *Völkische Beobachter* e as SA para divulgar jornais, panfletos, filmes e, pela primeira vez na Alemanha, transmissões gravadas de Hitler, que eram escutadas através de alto-falantes instalados em caminhões⁴⁰. Hindenburg, por outro lado, utilizou a rede de rádios controladas pelo governo para fazer sua propaganda, que foi dirigida por Brüning, mas como presidente fez apenas um pronunciamento. Nas ruas, o exército e a polícia foram postos em prontidão para controlar as manifestações populares. Em 12 de março, o DP dava notícias da prisão de quatro envolvidos na delação dos planos policiais de precaução a ação das Tropas de Choque em Berlim. A nota dizia que os acusados foram presos

sob a acusação de comunicarem ao líder do partido nacional-socialista, cujo nome não foi revelado, os planos da polícia e o lugar onde estão situados os depósitos de munições e outras informações e medidas, projetadas para impedir o movimento subversivo que diz devia irromper no dia da eleição à presidência.

Os detidos confessaram tudo.⁴¹

Contudo, nada comentou sobre quaisquer outros aspectos até a divulgação dos resultados.

No dia 15, já transcorridas as eleições, o jornal publicou várias notas, entre elas a porcentagem de 49,2% do total de votantes de Hindenburg, que segundo o jornal fora de 18.680.000 e que, com a vitória de Hindenburg, Brüning saíra fortalecido, mesmo que entre os eleitores de Hindenburg também se encontrassem adversários seus⁴². O percentual, que não superara os 50%, levaria ao segundo turno, que seria realizado ainda naquele semestre. Hitler obtivera 30% dos votos (percentual que não apareceu no jornal), seguindo de Thälmann, que o DP não citara como candidato, com 13%, e Duesterberg, com 7%⁴³.

Mais adiante, dizia que “o partido ‘hitlerista’, com seus 11.325 mil eleitores, é conside-

Hindenburg havia anunciado a sua própria no dia 15. SHIRER, *Op. Cit.*, pág. 239.

39 Ambos anúncios foram feitos no mesmo dia, uma ironia que Shirer chamou de “ópera-cômica”. *Idem*, pág. 240.

40 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 241.

41 *Diário Popular*, 12 de março de 1932, pág. 1.

42 *Diário Popular*, 15 de março de 1932, pág. 1.

43 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 241.

rado como a mais forte organização partidária da Alemanha” e que “caso se aplicasse para as cadeiras do Reichstag a mesma proporção de votos de ontem, os ‘racistas’ teriam cerca de duzentos deputados e o presidente do Reichstag seria um nacional-socialista”⁴⁴.

No dia seguinte, 16, ainda tratando das eleições na Alemanha, mais outro fato inédito foi verificado no jornal: a transcrição de uma fala de Hitler conforme fora enviada. A “fala”, publicada no *Völkische Beobachter* do dia 14⁴⁵, foi possivelmente reproduzida deste pela agência e apresentada pelo DP: o “sr. Hitler”, “líder racista”, dirigia um apelo aos seus partidários:

Está terminada a primeira batalha eleitoral e [o] primeiro ataque contra a nossa frente. A marcha tem que ser reatada de maneira mais viva possível. Concito-vos a recomençar, desde já, a luta para o segundo escrutínio. Já acentuei fosse qual fosse o resultado do pleito de ontem, voltaríamos de novo a ação. Ninguém pode, agora, deter-nos. Eu próprio voltarei á atividade. Espero que todos intensifiquem, sem a menor hesitação, seus esforços para alcançar os objetivos que estão claramente indicados em nossa propaganda. Teremos que enfrentar novas provações e sacrifícios. Somos reconhecidos a todos os que confiaram em nós e em nossos supremos esforços, em prol da vitória da nossa bandeira. Está terminada a primeira batalha eleitoral. A segunda inicia-se hoje e como a anterior, [será] comandada por mim pessoalmente.⁴⁶

Esta primeira “fala” de Hitler é importante para nosso estudo. É a primeira vez que o leitor do DP pode “ouvir” o líder nazista, conhecer seus termos, verificar, mesmo que de maneira breve, como o líder em ascensão se dirige a seus seguidores e como expressava sua visão de mundo. Sua atividade em 1923, nas poucas e breves notas que o jornal lhe dedicara, poderia ter passado despercebida (como tantos outros nomes que o jornal fez menção e que, nos anos seguintes, desapareceriam) e ele estivera em segundo plano: Ludendorff era o líder, ele era um seguidor. Agora, contudo, no início desta nova década, Hitler reaparece, ressurgue: nunca se publicou tanto no DP sobre Hitler dentro deste recorte cronológico como entre 1931 e 1933.

A primeira fala transcrita foi uma brilhante construção de forma, marcada por palavras-chave e pelos *slogans* de campanha. Se a analisarmos com mais atenção, não será

44 *Idem, ibidem*. De fato, como veremos mais adiante, o NSDAP conseguiu 230 cadeiras e Göring foi eleito presidente da casa.

45 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 242.

46 *Diário Popular*, 16 de março de 1932, pág. 1.

diffícil identificarmos estes elementos: “batalha”, “ataque”, “marcha”, “luta”, “ação”, “esforço (intensificado)”, vinculado à “propaganda”, “provações e sacrifícios”, “supremos esforços”, “bandeira”, “comando” (da ideologia)” e “pessoalmente (pessoalidade do líder)”. Shirer, que menciona esta fala, não lhe atribui outra importância senão o fato de Hitler ter chamado para si a responsabilidade pela campanha vindoura⁴⁷ - daí a crítica pertinente feita por Evans⁴⁸. Contudo, foi uma fala dirigida, elaborada pela propaganda de Goebbels com os elementos da luta nazista. Quando chegou ao DP, foi inserida *per si*.

O segundo turno aconteceu no início de abril. O resultado eleitoral foi divulgado no dia 10. No dia 9, o DP, na primeira página, voltou a reproduzir fala de Hitler, desta vez mais breve e menos ideológica do que o texto anterior (talvez pelo espaço reduzido):

BERLIM, 8 – o CHEFE RACISTA [sic] Adolf Hitler, falou da *terrasse* do ex-palácio imperial⁴⁹ a uma multidão de cerca de sessenta mil pessoas, apelando especialmente para os votos das mulheres.

“O governo, disse o sr. Hitler, pode suprimir os nossos jornais, confiscar a nossa propaganda e até mesmo matar-nos, mas não poderá forçar-nos à rendição.

Estamos prontos a lutar um, cinco, dez anos pela vitória”.⁵⁰

Em outra nota, no mesmo dia, noticiava que as forças socialistas estavam planejando ações contra os “trabalhos de Hitler” na campanha eleitoral através de sua organização, a “frente de ferro” (na verdade, a *Eiserne Front*) para “fazer frente ao ‘exército privado’ (as SA) de Hitler” e que esta vinha sendo “particularmente ativa”. As lutas de rua haviam-se tornado ferozes nos dias seguintes a divulgação dos resultados eleitorais e resultavam em mortos dos dois lados. Em outra nota do mesmo dia, o DP publicava que a polícia havia ordenado “o imediato fechamento do quartel racista da Hedemannstrasse, assim como de todos os locais ocupados pelas seções de assalto e os postos de proteção do partido nazista”, tendo em vista as violências ocorridas contra partidários do “*Reichsbanner*”⁵¹.

A violência levou, embora brevemente, ao fechamento das sedes do NSDAP e a proibição dos Camisas Pardas em toda a Alemanha. No dia 19, em nova nota, o DP disse que

47 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 242.

48 Conforme vimos na Introdução.

49 O mesmo palácio em que Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, em 9 de novembro de 1918, haviam proclamado República Socialista Alemã.

50 *Diário Popular*, 9 de abril de 1932, pág. 1.

51 O *Reichsbanner Schwarz-Rot-Gold* era, à maneira das SA e dos *Stahlhelm*, uma formação que fora originada nas *Freikorps* do início da república, fundado, orientado e financiado pelo SPD.

O golpe desfechado pelo governo contra o exército particular de Hitler produziu a maior sensação em todo o país e em todas as classes sociais.

As operações e organizações hitlerianas [o fechamento delas] foram coroadas de completo êxito em toda parte, a não ser no Estado de Brunswinck, cujo ministro do Interior é um dos elementos nacionais e socialistas.⁵²

A ordem, emitida em 14 de abril por Hindenburg e Groener, Ministro do Interior e da Defesa, ordenara a dissolução das SA e das SS, do NSDAP, conforme reunião realizada pelo gabinete Brünnig no mesmo dia da apuração eleitoral, 10 de abril. Naquele dia, o resultado eleitoral deu a vitória a Hindenburg. Com os votos dos nacionalistas de Duestergerg, que não concorreu, Hitler somou 37%.

Com a vitória, Hindenburg pode, tão logo teve acesso ao poder constituído, impor as sanções ao NSDAP e suas tropas. Os boatos de um novo *putsch* começaram então a circular pela Alemanha e novas inquietações tomaram conta da sede do governo em Berlim. Neste momento é que Kurt von Schleicher, General do *Reichswehr* sobre o comando do Conde von Hammerstein, entrou na cena política de Weimar para conduzi-la a seu fim. Schleicher, que era conselheiro de Hindenburg, apoiou a medida de supressão das tropas nazistas quando inquirido por Groener, mas logo procurou Hitler e o partido para colocar-se contra a medida e articulou, nos bastidores, a saída de Groener, que era seu chefe no Estado Maior.

Schleicher, nesse ínterim, articulou junto a Hindenburg também a substituição de Brünnig por outro desconhecido na política de Weimar: Franz von Papen. Centrista católico, então embaixador em Berlim, segundo Shirer, “ninguém acreditava na escolha do Presidente”⁵³. Papen logo chamou novas eleições para compor o novo Parlamento, em julho, e desautorizou a ordem de supressão das tropas nazistas. Com a “alta” de Hitler e a propaganda massiva feita por Goebbels, agora contando novamente com suas SA e SS e com o apoio do governo para suas atividades de terror, as votações ocorrida em 31 de julho representaram uma vitória esmagadora para Hitler e NSDAP: com mais de 230 membros eleitos, maioria partidária embora não majoritária, que deram a Göring, em setembro, após a união com o *Zentrum*, a maioria necessária para a presidência da casa.

52 *Diário Popular*, 19 de abril de 1932, pág. 6.

53 SHIRER, *idem*, *Ascensão e Queda*, vol. I, pág. 249.

Por sua vez, o *Diário Popular* recém no início de agosto reproduziria uma chamada sobre a situação política alemã, quando questionou - “Hitler será o novo chanceler da Alemanha?”⁵⁴. A chamada fazia referência a uma reunião agendada pelo próprio presidente com o líder nazista, quando o jornal adiantava que se esperava que Hindenburg “lhe ofereça o cargo de Chanceler caso sejam satisfeitas quatro condições, a saber”. As condições eram:

Respeitar a constituição; segundo, não empregar a milícia fascista [as SA] como força auxiliar da polícia; terceiro, não estabelecer igualdade de condições para os camisas pardas e a milícia da *Reichswehr* [as tropas apoiadas e financiadas pelo Exército, reunidas na *Frontbann*]; quarto, não organizar nenhum partido governamental apoiado pela força de suas tropas fascistas.⁵⁵

A nota concluía afirmando que seria difícil Hitler aceitar estas condições no momento porque ele exigia “absoluta liberdade de ação para poder governar de acordo com o programa político de seu partido”.

No dia 16 de agosto, o DP reproduziu outra nota sobre o encontro de Hitler e Hindenburg. Comparando a Mussolini, a nota, intitulada “A marcha de Hitler sobre Berlim” fazia referência tanto à “Marcha sobre Roma” de Mussolini como também ao fracassado golpe de 1923. Segundo “pessoa autorizada a falar em nome do governo”, dizia o jornal, Hitler “dissera que a sua posição na Alemanha era como a de Mussolini” e que Hindenburg “irritado com a declaração impertinente de Hitler, estava decidido a negar-lhe apoio na direção do gabinete ministerial”. A nota ainda acrescentava que “é sabido que a atitude assumida por Hitler nos últimos dias tem desgostado profundamente Hindenburg, que está disposto a reagir energicamente no caso de golpe armado contra o governo”⁵⁶.

O golpe armado a que o jornal se referia, era, na realidade, uma nova tentativa além daquela quase propagada nas eleições de março pelas SA. Tão logo a votação de julho teve fim, Hitler e Schleicher encontraram-se em Berlim e Hitler exigira, na formação de um gabinete nazista, o cargo de Chanceler e diversas pastas ministeriais nas mãos do partido. Schleicher, que estava disposto a um acordo, retrocedera e buscava, agora, minar as posições nazistas no Parlamento para favorecer o governo de Papen. O recuo dos aliados

54 *Diário Popular*, 13 de agosto de 1932, pág. 1.

55 *Idem, Ibidem*.

56 *Diário Popular*, 16 de agosto de 1932.

do governo colocou, então, as SA em prontidão, quando Hindenburg decidiu chamar Hitler para uma negociação. O resultado, como se viu, foi negativo. Hindenburg e a presidência publicaram nota em que resumiam as pretensões de controle total do estado pelos nazistas e a negativa do presidente. Conforme afirma Shirer, “o comunicado dando a versão de Hindenburg do encontro (...) foi publicado tão rapidamente que pegou a máquina de propaganda de Goebbels desprevenida”⁵⁷. Uma nota publicada no *Völkische Beobachter*, novamente, foi reproduzida no *Diário Popular* sob o título de “Declarações de Hitler” no dia 21 de agosto:

BERLIM, 20 – Hitler fez declarações sobre a situação do país. Acentuou que os “nazis” nunca reclamaram o ministério de defesa como se propalou.

Não almejam a detenção exclusiva do poder. Ridicularizou os rumores da marcha sobre Berlim, pois seus partidários não precisam recorrer os expedientes ilegais para conquistarem forte posição na Dieta, que obterão só legalmente.⁵⁸

No dia 27, à segunda página, o DP noticiou que a condenação à morte de 5 “nacionais socialistas” na Alemanha causou agitações. Dizia que

O chefe do estado maior das tropas hitleristas, sr. Roehm [Röhm], está sendo esperado na prisão de Beuthen, onde vai visitar os cinco nazis condenados à morte pelo tribunal de exceção local como autores do assassinio de um comunista.

Sabe-se que o sr. Roehm comunicará aos acusados que nenhum início de pressão ou intimidação será poupado pelos racistas para obter do governo a comutação da pena que lhes foi imposta.

e concluía descrevendo que

Afim de saudar o chefe do estado maior racista, o comandante das seções silesianas, senhor Heines, concentrou nas proximidades do Palácio de Justiça de Beuthen fortes contingentes de hitleristas uniformizados que à última hora entoavam hinos nacionalistas, entrecortados de brados ameaçadores. A policia, que já mantinha com dificuldades a ordem, pediu reforços.⁵⁹

As condenações serviram de palco para Hitler, que nas sessões de defesa conseguiu a atenção da imprensa de todo o país. No DP, esta entrada, certamente, estava ligada com o “tema do dia” do jornal, que também publicou uma pequena observação política sobre as “agitações” nazistas: a de que esta dificultava o acerto do partido com o centro para a maioria parlamentar. Conforme o DP, “a explosão de violência do partido ‘nazista’ virá tornar impossível o prosseguimento das negociações entabuladas entre racistas e centristas para

57 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 256.

58 *Diário Popular*, 21 de agosto de 1932, pág. 1.

59 *Diário Popular*, 27 de agosto de 1932, pág. 2.

o estabelecimento de uma coligação parlamentar”⁶⁰.

O capítulo da “tomada de poder” nazista já foi suficientemente narrado pela historiografia sobre o nacional-socialismo. Schleicher buscou trazer o partido para uma coligação de governo e falhou. Papen, mais hábil, conseguiu o apoio do filho de Hindenburg, Oskar, e através deste e de Meissner, secretário do presidente, conseguiram convencer o velho general que somente Hitler forneceria um governo de maioria. Desta forma, em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado Chanceler do Reich.

1933: Hitler no poder e a nazificação da Alemanha

O *Diário Popular* retornou de sua suspensão em janeiro de 1933. No dia primeiro de fevereiro deste mesmo ano, a nomeação de Hitler era fato conhecido. O DP a recebeu com grande interesse, dedicando boa parte de sua seção internacional para o fato. Sob a epígrafe “Como foi recebido (sic) na Alemanha a organização do novo ministério”, iniciou com uma longa nota, referente ao dia anterior, que esclarecia que o Reichstag havia dado “mais prazo do que esperava” ao novo gabinete para que anunciasse o novo plano de governo e a nova composição ministerial⁶¹. Informava também que às 17 horas daquele dia havia se reunido o novo gabinete, “com a presença de todos os nomeados e sob presidência de Hitler” e que este fizera um “discurso no decorrer do qual pôs em evidência a importância [que a] da data (...) representava para a Alemanha”:

Disse que “o dia de que realizou a união e a colaboração das forças vivas do país, pela formação de um gabinete de concentração nacional, será inesquecível na história política da Alemanha”. Frisou a seguir que não deve ser desmentida a confiança que o povo alemão deposita no novo ministério, que, acima de tudo deve levar em conta os superiores e altos interesses da pátria. Esboçou, a seguir, a política que seguirá o ministério e os debates resultaram na aprovação de todos os ministros presentes.

A seguir, os ministros prestaram o juramento constitucional, declarando ao mesmo tempo que não se opõem a breve reabertura do Reichstag.⁶²

À noite, segundo DP,

60 *Idem, ibidem.*

61 *Diário Popular*, 1º de fevereiro de 1933, pág. 1.

62 *Idem, ibidem.*

houve uma grande manifestação dos Capacetes de Aço e de elementos nacional-socialistas. Os Capacetes de Aço desfilarão diante do presidente Hindenburg e de Hitler, e bem assim as tropas nacionalistas. Todos os manifestantes transpuseram a histórica porta de Brandemburgo e pararam defronte da Chancelaria, onde estavam Hindenburg e Hitler. Ambos foram alvo de estrondosa manifestação e apreço, e responderam fazendo a continência fascista.

Mas, além da descrição da parada militar, importante foi o texto da fala de Frick, então novo Ministro do Interior (Frick, o “amigo” de Strasser). O DP assim a reproduziu:

Pouco depois desta manifestação, o sr. Frick, ministro do Interior, quando [falou] aos representantes da imprensa, declarou que o novo gabinete ficaria dentro dos limites traçados pela Constituição. Acrescentou esperar que os comunistas também fizessem o mesmo.

A nota, como veremos, fora planejada com antecedência porque, como se verificou nos dias seguintes, continha somente mentiras. Na verdade, o destino do KPD e dos social-democratas já estava traçado desde algumas horas ao pronunciamento de Frick, quando Hitler fez sua primeira reunião ministerial. Os assuntos discutidos nesta reunião serão tratados logo a seguir, com mais detalhes, porque foram decisivos para a nazificação do Estado alemão. A nota do DP prosseguia:

Disse ainda ser falsa a informação de que o governo vá colocar algumas centenas de nacional-socialistas na polícia e em outras repartições do Estado.

Outra mentira que se verificaria ainda em fevereiro, no dia 24, quando Göring formou, na Prússia, uma formação especial da polícia, reunindo 40 mil homens da elite das SA e SS e elementos *Stahlhelm*. Esta formação seria a base da nova polícia política do Partido Nazismo, a *Geheime Staatspolizei* (Gestapo) e estaria intimamente vinculada a outro órgão de repressão nazista, o *Sicherheit Dienst* (SD), criado por Reinhard Heydrich⁶³ sob orientações de Himmler, nas SS, responsável pela contraespionagem dentro do partido. A seguir, o que parece ser o mais expressivo engodo:

Informou que o gabinete não pretende tratar do plano de reforma da Constituição, idealizado pelo gabinete von Papen e deixado de lado pelo general von Schleicher. Quanto ao Reichstag, Frick se negou a dizer qual a atitude do gabinete diante dele, esperando que o parlamento se manifeste de acordo com os pontos de vista do gabinete, que conta maioria naquela casa, embora a oposição dos comunistas e socialistas.

Assim, após a sessão de juramento em que o novo gabinete foi apresentado e antes

63 Heydrich foi, possivelmente, um dos mais terríveis homens do regime nazista, pelo sistema de vigilância ideológica que criou dentro SD. Alguns afirmam que ele foi o homem mais temido dentro do partido depois de Himmler. Morreu em 4 de junho de 1942 em um atentado na Tcheco-eslováquia. PAILLARD, Georges. ROUGERIE, Claude. **Reinhard Heydrich**, o violinista da morte. São Paulo: Nova Época, s/d [1970].

de qualquer comunicado a imprensa, os chefes nazistas tomaram todas as precauções para a organização futura do governo e seus próprios passos.

No *Diário Popular* daquele mesmo dia, 1º de fevereiro, à página 3, depois de passado o noticiário internacional, encontramos o primeiro artigo em formato editorial que, neste período, opina sobre Hitler. Não há assinatura no texto, ou seja, tanto pode ter sido escrito por algum colaborador do jornal como transcrito de outro periódico, embora naquela mesma página possamos encontrar um outro, escrito por Joaquim Luís Osório, então diretor. O artigo, que não trata apenas da política alemã, é local, ou seja, pelo menos brasileiro, pois faz referência aos telégrafos. Ele inicia considerando a situação política alemã e, logo após, analisa outras situações europeias, com veremos:

HITLER [destacado no texto original], figura singular no cenário político da Alemanha, ascendeu, convidado pelo velho e glorioso marechal Hindenburg, à chefia do novo gabinete alemão. A seu lado como vice-chanceler novamente vai ao poder von Papen, o seu rival de ainda há pouco. Naturalmente, a política do velho império dos “Kaisers” sofrerá a mais radical das mudanças, para gáudio do fascismo e perigo para o oscilante equilíbrio europeu.

Aliás, são cheias de desconcertantes surpresas as bruscas mutações que abalam os organismos europeus. Pouco tempo correu entre o chanceler de hoje, von Papen e Hindenburg, desde aquelas entrevistas em que o primeiro era afastado, tida como perigosa a sua orientação.⁶⁴

O DP, deixando de circular entre setembro de 1932 e janeiro de 1933, talvez buscasse colocar o leitor à par do que, nos últimos dias de retorno a circulação, acontecera. Hitler, quando o jornal deixou de circular, estava sendo introduzido no noticiário através das notas do telégrafo, sem que nenhum texto mais ou menos “opinativo”, de autoria dos colaboradores do jornal, o tenha buscado interpretar. Agora, no retorno, este artigo vem suprir esta “falta explicativa”: Hitler é apresentado como uma “figura singular”. De fato, exceto por alguns nomes como Ebert e Hindenburg, o DP não costumava destacar líderes políticos alemães a ponto de dedicar-lhes mais atenção do que era dedicado através das notas do telégrafo. Exceção havia sido feita com Mussolini no princípio dos anos 1920, mas logo o fascismo italiano desapareceu das páginas noticiosas do DP. Quando as campanhas de 1930, 1931 e 1932 chegaram, na Alemanha, o jornal reacendeu o interesse sobre o destino do país e Hitler, então, ganhou espaço. Seria ele algum novo aventureiro? Algum espertalhão do meio político que brilhava sob os holofotes do interesse da imprensa? A continuação do

64 *Diário Popular*, 1º de fevereiro de 1933, pág. 3.

texto questiona a figura “singular” que agora despertava tanto o interesse de todos, por ter, após vários “tumultos”, chegado ao cargo mais importante abaixo do de presidente na Alemanha:

Os tumultos se sucederam e a passagem de von Schleicher pelo ministério foi rápida e sem brilho como uma estrela que cai, não distinta das outras cuja luz perdera ainda [sic]. Mal grado o programa dos “nazi”, Hitler é uma interrogação. Não recuará ele, considerando o momento que atravessa o velho continente, em cumprir à risca o estatuto da poderosa corrente do fascismo alemão, cheio de ousadas fórmulas e ansioso de reivindicações capazes de provocarem protestos dos Estados europeus?⁶⁵

A interrogação “Hitler” é, a seguir, contraposta com outras situações europeias: a queda do ministério francês, as agitações na Rússia diante do Japão, a questão separatista na Irlanda do Norte... “A Europa dá-nos, assim, o aspecto de quem tem no seio fermentando o *gérmen* de perigosas enfermidades”, conclui. “Resta-nos o consolo de pensar que é lá a sede da Liga das Nações!”. De fato, neste período, como veremos mais adiante, a crença na atuação da Liga é ainda verificável. Mais tarde, quando a Itália ataca a Abissínia e depois quando a própria Alemanha agride a Tchecoslováquia, já não haverão os crédulos. Por fim, o articulista resume, com pesar, que “desgraçadamente, só nos resta pensar!”.

No dia seguinte, 2 de fevereiro, apenas duas notas tratavam sobre a Alemanha, informando de que Londres o gabinete Hitler era visto como o retorno do *Kaiser* e que “estava em iminência a dissolução do Reichstag”⁶⁶. Dois dias mais tarde, no dia 4, confirmava-se: “o Chanceler Adolfo Hitler dissolveu o parlamento alemão”⁶⁷. A nota, breve, introduzia os detalhes contidos em outra, maior:

BERLIM, 3 - A dissolução do Reichstag e a convocação de novo pleito para 5 de março vieram modificar a situação especial da Alemanha, dotando-a de contornos inéditos. Comenta-se, geralmente, o fato do presidente Hindenburg haver negado ao chanceler von Schleicher o decreto de dissolução do parlamento e o haver dado, agora, a Adolf Hitler, que convenceu o presidente do Reich de que as eleições viriam dar maioria no parlamento à aliança que forma o governo.

As eleições de março representarão o sexto pleito a que concorreu o povo alemão no espaço relativamente curto de um ano. O entusiasmo dos nacionais socialistas segundo a opinião de Hitler e von Papen, contribuirá para aumentar muito o eleitorado de Hitler e dar-lhe assim, maior número de deputados no Reichstag, o que garantirá o governo.⁶⁸

65 *Idem, ibidem.*

66 *Diário Popular*, 2 de fevereiro de 1933, pág. 1.

67 *Diário Popular*, 4 de fevereiro de 1933, pág. 1.

68 *Idem, ibidem.*

Como vimos, através de Papen e Hugenberg, Hitler conseguira a ordem de dissolução e, *paripasso*, a convocação de novas eleições. Este é, para a história do nazismo, um período de muitas interrogações ainda não respondidas. Não porque envolva, em outro curto espaço de tempo, nova campanha eleitoral, mas sim porque envolve acontecimentos que foram cruciais para o domínio nazista nos seis meses seguintes a Chancelaria de Hitler e que culminaram com a supressão de todos os partidos políticos e o ato de autorização concedido por Hindenburg.

No dia 7 de fevereiro, um outro texto, destacado do noticiário internacional mas devendo-lhe diversas informações, foi publicado pelo *Diário Popular*. Com o preâmbulo de “Coluna Internacional” e o título “O governo de Hitler”⁶⁹, sem autoria, iniciou por citar os mesmos comentários do artigo do dia 3 de fevereiro (a ascensão de Hitler, o fato de Hindenburg ter-lhe dado o decreto de dissolução, as novas eleições por uma maioria parlamentar). Da mesma forma, citou o fato de serem estas a sexta ocorrência no último ano e o entusiasmo nacional-socialista, para então prosseguir com informações realmente inéditas. Isto nos faz crer que, na verdade, a nota publicada no dia 3 era apenas um resumo desta nota, transformada em artigo (ou desformatada do formato de notas do telégrafo). Seja qual for a origem ou como tenha sido selecionada para publicação, o texto fazia uma previsão certa sobre o novo governo nazista, ao afirmar que “não é de admirar-se dentro de alguns dias se divulgue uma ordem do governo declarando ilegal a existência do Partido Comunista e determinando a sua dissolução”.

Mas, como justificar a dissolução do KPD? Como levar a população e Hindenburg a concordar com a dissolução, inconstitucional, de um partido político com os mesmo direitos que o NSDAP? A solução, planejada pela cúpula do partido e executada por Goebbles através da máquina de propaganda nazista foi a difamação. Conforme o próprio DP irá registrar na sequência do texto,

É que Hitler considera que essa medida [ilegalidade do partido Comunista], além de lhe trazer manifestações de apoio popular e de seus próprios partidários, é aconselhável em vista da oposição sangrenta que os comunistas estão fazendo ao governo e em virtude dos conflitos políticos havidos em diversas partes da Alemanha, os quais se tem repetido com intensidade nestes últimos dias.

69 *Diário Popular*, 7 de fevereiro de 1933, pág. 2.

Além disso, Hitler clamaria por uma união nacional contra o perigo vermelho:

O chanceler Adolf Hitler fez a sua estreia política, como governo, na reunião do Conselho Federal. Afirmou de início que os nacionais socialistas vinham ao poder numa das mais difíceis épocas da vida política da Alemanha, inspirados na fé inabalável no futuro do país. Dirigindo-se aos representantes dos vários Estados que são a pedra angular da Nação e lhes assegura [sic] que o novo governo não há de ferir a sua autonomia, mas conta pelo contrario com a sua pronta e eficaz cooperação [contra os inimigos do Estado].

Os fatos, contudo, seriam mais dramáticos. A democracia em Weimar havia acabado com a indicação de Brüning por Hindenburg em 1930. Hitler era apenas mais um estágio em direção ao totalitarismo. Mas uma parte da população continuava depositando seus votos na social-democracia e nos comunistas em um afã vago de deter, de certa forma, o caminho inexorável a ditadura. Estes, por outro lado, não pareciam também, pelo menos no início dos anos 1930, dispostos a manter a república: os social-democratas viam em Weimar a frustração de longos 14 anos de governos fracos e que não levaram a Alemanha a nenhum lugar senão aquele em que se encontrava agora. Os comunistas, desde o princípio foram fortes opositores da república: a democracia somente lhes interessava se fosse de seu jeito. Conforme Shirer anotou,

Os comunistas, a serviço de Moscou, puseram em prática até o fim a ideia estúpida de primeiro destruírem os socialdemocratas, os sindicatos socialistas e as forças democráticas da classe média existente, seguindo a dúbia teoria de que, embora isto pudesse conduzir ao regime nazista, seria apenas por pouco tempo, já que sobreviria inevitavelmente o colapso do capitalismo, depois do que os comunistas dominariam e estabeleceriam a ditadura do proletariado.⁷⁰

As violências em relação aos comunistas chegaram ao DP através de poucas notas. No dia 3 e 4 de março, divulgou que a Alemanha havia “declarado estar fora da lei o comunismo”, após o partido ter acusado o próprio NSDAP pelo ataque ao Reichstag e que a ofensiva contra os comunistas acontecia em todas as cidades alemãs⁷¹. Entre os dias 5 e 12, novas entradas foram publicadas. No dia 7, relatava os dados das eleições e finalmente, a 8 de março, o DP informou os resultados eleitorais, afirmando que “Hitler, com o recente pleito, conquistou a maior vitória de sua carreira pública” e que “os nacionais-socialistas triunfaram sobre os seus próprios aliados”⁷². Mas isto não era correto. O NSDAP somente

70 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 280.

71 *Diário Popular*, 3 e 4 de março de 1933, pág. 1 ambos os dias.

72 *Diário Popular*, 8 de março de 1933, pág. 1.

conseguiu a maioria no Parlamento com a união com os nacionalistas, que detinham 52 cadeiras. Somadas às 288 dos nazistas, superavam em 16 o quociente necessário. Isto permitia “enfrentar os assuntos governamentais do dia a dia, mas [estava] bastante longe da maioria de dois terços de que Hitler necessitava para empreender um novo e audacioso plano de implantação de uma ditadura com o consentimento do Reichstag”⁷³.

No dia 16 de março, o DP reproduziu matéria que tratava sobre a adoção de uma nova bandeira na Alemanha. A nota dizia que

A antiga bandeira imperial da Alemanha, abolida depois de 1918, foi restabelecida, hoje [15], como sendo a cor nacional oficial, por decreto presidencial assinado pelo presidente Hindenburg e por todo o Ministério. O ato governamental determina que a bandeira branca, preta e vermelha, cores nacionais, seja hasteada ao lado da bandeira Swastika [SIC], “combinando o passado honroso do Reich com a regeneração vigorosa da nação alemã”. “Desta maneira, a bandeira preta e vermelha foi recolocada no seu lugar de honra, enquanto a velha bandeira desapareceu para sempre”.

A seguir, após esclarecer que o decreto fora irradiado “pelo próprio Chanceler Hitler”, detalha os pontos principais da fala, destacando que

A oração do chanceler é, de início, um apelo aos membros do partido nacional-socialista para que se abstenham, daqui por diante, de toda a ação individual que poderia prejudicar o movimento nacional. O chanceler disse que os quatorze anos de lutas pelo poder tiveram um fim simbólico. Por isso todos os nacionais-socialistas devem representar dignamente o novo regime de maneira a se verem livres de qualquer censura pelas gerações futuras.

“A tarefa das autoridades será, agora, planejar e levar avante a obra de reorganização e purificação da Alemanha. Aquele que tenta contra a administração pública perturba os negócios e age em oposição ao governo nacional. Pois hoje somos responsáveis pelo Reich, que foi confiado ao nosso encargo”.

O chanceler preveniu seus correligionários contra a atividade dos agentes provocadores e terminou anunciando que a partir de hoje, segunda-feira, as novas bandeiras – a do Reich e a Nacional-socialista – devem ser hasteadas durante três dias, em todos os edifícios públicos, obrigatoriamente, e nos particulares que o desejam.⁷⁴

Este discurso, discutido por Evans e Shirer, foi notório por sua dissimulação. Ao mesmo tempo em que Hitler e seu novo governo se apresentavam como “a regeneração” da Alemanha, suas tropas armadas promoviam a destruição do país de maneira muito pior do que a propalada pelo próprio partido em relação aos comunistas. “A escala de repressão foi tamanha que os presídios estaduais e as cadeias da polícia mostraram-se completamente insuficientes” e, no dia 20, em Munique, Himmler, que desde 1931 já era o líder das SS,

73 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 294.

74 *Diário Popular*, 16 de março de 1933, pág. 1.

noticiou à imprensa a criação do primeiro Campo de Concentração em Dachau, para “‘custódia preventiva’ de ‘todos os comunistas e, quando necessário, funcionários da Reichsbanner e do Partido Social-Democrata’”⁷⁵. Os campos, seguindo o modelo inglês implantado nas colônias africanas, logo se espalhariam por diversas regiões da Alemanha.

É interessante, neste ponto, observarmos como a falta de informações mais completas dificultou o entendimento da imprensa. Nem mesmo a imprensa “livre” internacional, através de seus diversos correspondentes, escapou a censura nazista. Shirer, ele próprio um destes correspondentes, trabalhando para o *Herald* em Paris, descreve sua chegada a Berlim, em agosto de 1934 (quando o estado já estava com todas as suas bases implantadas): “muito provavelmente nosso primeiro contato com o Terceiro Reich, de Adolf Hitler, esta noite, foi um caso típico. (...) As duas primeiras pessoas que nos receberam à plataforma foram dois agentes da polícia secreta”⁷⁶.

O processo iniciado logo nos primeiros dias de março (segundo Shirer, na reunião ministerial do dia 15 de março, que originou o discurso de Hitler⁷⁷) era “aparentemente simples e possuía a vantagem de disfarçar a tomada do poder absoluto dentro da legalidade”:

Solitar-se-ia ao Reichstag que promulgasse um “ato de autorização”, conferindo ao ministério de Hitler poderes legislativos exclusivos por quatro anos. Ou, mais simplesmente: o Parlamento Alemão seria solicitado a transferir suas funções constitucionais a Hitler e a tomar longas férias.⁷⁸

Evans, adotando a postura de um historiador que não julga, mas relata, não menciona a reunião ministerial de 15 de março e descreve, com brevidade, o primeiro passo em direção a Lei Plenipotenciária nazista: a cerimônia, conduzida por Goebbels, na Igreja da Guarnição de Potsdam em 21 de março, aniversário da sessão inaugural do Reichstag presidida por Bismarck durante o Segundo Reich Alemão. Como uma jogada de “marketing” mais do que qualquer outro objetivo “o ritual foi mais importante pelas imagens visuais que transmitiu do que pelos discursos proferidos”⁷⁹. Os relatos do cerimonial chegaram à Pelo-

75 EVANS, *Op. Cit.*, A chegada, págs. 420- 421.

76 SHIRER, *Op. Cit.*, Diário de Berlim.

77 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 294. A afirmação esta embasada, segundo o autor, na Ata da reunião apresentada em Nüremberg.

78 *Idem, ibidem.*

79 EVANS, *Op. Cit.*, A chegada, pág. 427-429.

tas através do DP no dia 31, exatos 10 dias após. O jornal narrou o cerimonial de maneira cronológica, iniciado com um culto protestante e o deslocamento de Hindenburg. Ao chegar a Postdam, descreveu:

Antes de penetrar no templo o velho marechal a quem já se haviam juntado o ministro da Defesa Nacional [General von Blomberg] e diversos oficiais superiores, passou em revista a companhia de honra da Reichswehr, o destacamento da “schultzpolizei” [possivelmente as SS] e as seções das associações patrióticas [SA e Capacetes de Aço]. No portal da Igreja o presidente Hindenburg saudou os veteranos de 1870 e em seguida penetrou no interior da mesma, que estava decorada com plantas verdes e cujo altar principal fora coberto por lindo pano de veludo. A nave estava coberta por antigas bandeiras simbólicas. O presidente tomou lugar bem de frente do altar principal, tendo à sua direita o chanceler Hitler e à esquerda o ministro sem pasta, sr. Göring. Em seguida ao chanceler encontravam-se os demais ministros do Reich, bem como deputados do Reichstag. Viam-se ainda os presidentes dos conselhos do Império. O corpo diplomático alojou-se nas tribunas.⁸⁰

Como podemos observar, o DP não poupou espaço (palavras) em suas colunas para descrever o cerimonial. Anotou, também, a presença do “ex-kronprinz” na cerimônia, no “camarote da Imperatriz, atrás do presidente Hindenburg”. A seguir, o jornal reproduziu parte do discurso de Hindenburg:

Por decreto que assinei a 1º de fevereiro deste, o Reichstag foi dissolvido a fim de permitir que o povo alemão tomasse por si mesmo uma posição em relação ao governo de concentração nacional por mim organizado. No dia 5 do corrente este povo por significativa maioria ratificou o novo gabinete dando-lhe assim uma base constitucional necessária para agir. As tarefas que o chanceler e os ministros tem a realizar diferem entre si. Tanto interna como externamente graves problemas que exigem solução. O chanceler esta firmemente disposto a solucionar tais questões e espera que o novo Reichstag apoie o governo, a fim de facilitar o exame da situação e tudo fará para sustentá-lo.⁸¹

Hindenburg já não considerava a democracia necessária. Desde a indicação de Brüning dava provas de que encaminharia a Alemanha para um governo autoritário. Embora Shirer tenha defendido sua idade avançada e sua senilidade como os fatores principais que o levaram a ceder diante de Hitler, atualmente compreende-se que agia intencionalmente, apesar das influências que recebera de von Schleicher e de seu secretário particular, Meisner. A eleição de 5 de março não dera, de forma alguma, a “base constitucional” para Hitler agir, como vimos, mas estava certo ao afirmar que Hitler faria de tudo para sustentar suas intenções, com ou sem o apoio do Reichstag. O discurso de Hitler veio a seguir, mas nada trouxe de novidade. Tecendo elogios ao Império e à monarquia, declarou que confiava “que

80 *Diário Popular*, 31 de março de 1933, pág. 6.

81 *Idem, ibidem*.

o espírito da Alemanha antiga anime a geração atual a livrar-se do egoísmo e das lutas partidárias e a regenerar-se espiritualmente para a prosperidade do Reich ativo”. O “egoísmo” estava, obviamente, junto aos comunistas e socialistas, incapazes de unir-se pela Alemanha. Fazendo referência a sua campanha presidencial de 1932, disse que

Milhões de alemães buscam hoje em vão o pão cotidiano. A vida econômica do país enfraquece-o e as finanças estão desorganizadas. A teoria do valor individual de nosso agrupamento étnico prejudicou a noção de necessidade e a vontade comum. Finalmente, porém, o povo alemão atingido pela miséria viu surgir em si o desejo de regeneração.⁸²

A “regeneração” da Alemanha, já aludida pelo DP dias antes, retornava agora. Não há como negar que a fala poderia, ao leitor menos atento, seduzir: nenhuma “mentira” era dita, pois a visão que o DP passara da Alemanha nos anos anteriores fora esta mesma. Assim, quando Hitler apareceu ao público notoriamente a partir de 1931, todas as ações conduzidas pelo NSDAP vinham tendo sucesso praticamente irrefreável. E, quando Hitler teve um primeiro momento de derrota (em novembro de 1932), o DP não circulava e nada podia relatar. Este perfil redentor da Alemanha, que a tornava vítima dos “outros” e de si mesma, confusa como esteve durante os anos do pós-guerra, foi retomado por Hitler no seu discurso publicado na mesma reportagem:

A revolução de 1918 pôs fim a luta na qual a nação alemã estava empenhada na santa convicção de defender a sua liberdade e o direito a vida. Nem o Kaiser, nem o governo, nem o povo quiseram a guerra. Unicamente a decadência da nação e a derrocada geral levaram a geração enfraquecida a aceitar contra a sua convicção, a afirmação da culpabilidade da Alemanha pelo desencadeamento da guerra. Da teoria dos eternos vencedores e vencidos surgiu a loucura das reparações e conseqüentemente a catástrofe econômica mundial.

Assim o DP, através de Hitler, também definia o que fora a Alemanha nos anos 1920: o resultado de uma decadência, imposta por alguns vencedores (os Aliados, e principalmente a França) a alguns vencidos (os social-democratas e seus governos). Hitler foi mais além e culpou as reparações, inclusive, pela crise de 1929 em que a Alemanha mergulhou com o restante do mundo. O DP ainda disse que Hitler

exaltou a jovem Alemanha que por um reerguimento sem exemplo e em algumas semanas fez a união entre o símbolo de sua antiga grandeza e as energias moças de hoje e prosseguiu assinalando que o seu governo está disposto a tudo fazer no sentido de reorganizar a nação afim de elevá-la acima da estrita concepção doutrinária. Desejava o restabelecimento da unidade de espírito e da vontade nacional afim de salvaguardar os fundamentos da existência do Reich e de seu caráter racista.

82 *Ibidem.*

O cenário que foi apresentado pelo *Diário Popular* era o de uma campanha feroz contra o comunismo em todos os ramos da vida alemã, ao que o jornal era simpático uma vez que esta mesma campanha era movida no país, embora de maneira mais branda. Hitler era proclamado o salvador que “tudo fez” para reorganizar a Alemanha, baseado em uma “unidade de espírito e da vontade nacional”, exemplificada pelas SA e suas tropas. O restante do texto falou dos elogios feitos a Hindenburg, a quem Hitler comparou a Bismarck e declarou “protetor da restauração nacional” e do novo parlamento, e que desejava “instituir um governo firme provido de autoridade inquebrantável”. Terminava descrevendo a saída de Hindenburg da Igreja e seu retorno a Berlim. Shirer, que tomou contato possivelmente com a mesma nota, também observou as atitudes de Hitler: de quem preparava o terreno para, apenas dois dias depois, roubar-lhe o poder político.

Assim, no dia 23 de março, no teatro da Opera Kroll, o parlamento reuniu-se sob a presidência de Hitler, que uniformizado como um SA, abriu a sessão e pautou a votação da Lei Plenipotenciária, que lhe daria poderes ditatoriais por quatro anos, dispensando a aprovação do Presidente e a ratificação do Reichstag para governar. Com o prédio e a sala cercados de SA armados e destacamentos SS, sem a presença de 81 membros do partido comunista, que estavam presos ou desaparecidos, com 94 dos 120 social-democratas que compareceram a sessão em um ato de coragem suicida (Evans afirma que o orador social-democrata, Otto Wels, que teria a palavra como oposição, levava consigo em um dos bolsos uma cápsula de cianureto para usar caso fosse preso e torturado pelas SA⁸³) e com a maioria do *Zentrum* já convencida a colaborar com Hitler, a lei foi finalmente aprovada. O *Diário Popular* não tomou nota de sua aprovação, mas no dia 26 publicou que Hitler afirmava que “libertaria a Alemanha do comunismo”:

Sentença de morte do comunismo

PARIS, 25 – Falando em Berlim ao diretor presidente do “La Matia”, o sr. Adolfo Hitler manifestou o seguinte parecer sobre o comunismo na Alemanha:

“Ele constitui uma troca mundial, mas uma troca que cada país deve combater com os seus próprios recursos. Eu não tenho nenhuma dúvida que o processo de desagregação e de desilusão que representa o comunismo na Alemanha, deve ter chegado para tornar possível o desenvolvimento pacífico do progresso do meu país é necessário castigar e extirpar o comunismo [sic]. Não vejo nada detrás nessa doutrina que ele representa e eu tenho confiança

83 EVANS, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 431.

nas medidas que nos tomamos a seu respeito”.⁸⁴

Com a aprovação da Lei Plenipotenciária, Hitler, que já havia excluído o KPD (a *Karl Liebknecht Hause* desde 28 de fevereiro já ostentava a bandeira nazista em sua cúpula, após a ocupação feita pelas SA), agora poderia voltar sua atenção para os demais partidos e para os judeus. O período mais nevrálgico da tomada do poder havia passado, com medidas há tanto almeçadas e orquestradas de maneira sincrônica.

Na primeira semana de abril, o jornal publicou diariamente notas sobre perseguições contra judeus e boicote as casas comerciais destes na Alemanha. No dia primeiro, noticiou a formação de uma associação no Brasil para combater o boicote na Alemanha⁸⁵ ao mesmo tempo em que o noticiário internacional declarava que a luta estava travada contra eles por ordem do governo de Hitler.

Evans dedica duas seções do capítulo “Contra o espírito alemão” sobre estes eventos de março e abril⁸⁶ de 1933. Eles tiveram início logo no princípio daquele mês, após as eleições do dia 5, com invasões de sinagogas, quebras de lojas judias, perseguições a juízes e advogados judeus e assassinatos sumários pelas Tropas de Choque. No dia 10 de março, Hitler manifestou-se oficialmente dizendo que eram ações individuais, das quais o partido não tinha participação⁸⁷. Estas “ações individuais” que aconteciam em diversas regiões do país continuaram, contudo. No dia 15, ocorreram as primeiras grandes queimas de literatura “não-alemã”, levada a cabo por algumas associações de estudantes universitários nazistas em diversas universidades alemãs. A imprensa internacional reagiu a tudo isto, publicando notas e críticas ao que se passava na Alemanha, acentuando o tom no final do mês. Hitler, por sua vez, reagiu denunciando uma campanha difamatória do judaísmo internacional, em especial o judaísmo norte-americano, e anunciou que seu gabinete aprovara um boicote aos estabelecimentos de judeus para o dia 1º de abril daquele ano. Nos Estados Unidos, manifestações em várias cidades pediram então o boicote internacional ao comércio alemão, em represália aquele movido contra os judeus na Alemanha. Como resultados dos eventos experimentados no decorrer da primeira semana de abril, no dia 7 Hitler

84 *Diário Popular*, 26 de março de 1933, pág.1.

85 *Diário Popular*, 1º de abril de 1933, pág. 1.

86 EVANS, *Op. Cit.*, pág. 517-528.

87 *Idem*, pág. 518.

aprovou a lei que excluía do serviço público comunistas e outros cidadãos sem confiança e no dia 11, o novo texto excluiu todos os “não-arianos”.

A divulgação das notas pela imprensa e o apelo ao boicote ao comércio alemão manifestaram-se também em Pelotas. No mesmo dia 7 em que o primeiro passo para a exclusão dos judeus do serviço público havia sido dado, um aviso dirigido pela companhia Hamburg Amerika Linie (companhia de navegação que atendia o transporte de cargas e passageiros entre Pelotas e Rio Grande e Rio Grande e os portos Brasileiros e a Europa e era administrada pelo ex-Chanceler Cuno) foi reveladora neste sentido. O aviso, contido em uma coluna de texto, tinha como título “A Alemanha e os judeus” em fonte negritada. Logo abaixo, “Em Pelotas” anunciava o local da divulgação do tema. O texto é o que segue:

Do apreciado sr. Carlos G. Brenner, agente em Pelotas, da Companhia “Hamburg Amerika Linie”, recebemos a seguinte carta:

Pelotas, 5 de abril de 1933. – Ilmo. Sr. Diretor do Diário Popular – Presente.

Prezado sr. Diretor: Por solicitação dos srs. Teodor Wille e Cia., Ltda., do Rio de Janeiro, Agentes Gerais no Brasil, da “Hamburg Amerika Linie”, tomo a liberdade de transcrever a cópia de um telegrama que os mesmos senhores receberam da mencionada Companhia de Navegação:

“A situação na Alemanha é absolutamente calma, não houve o menor ato de vandalismo ou terror contra os judeus e sim puramente boicotagem comercial que atingiu reduzido número de lojas e somente poucas horas, não afetando a imprensa nem a Banco algum. O boicote recomeçará na quarta-feira se não cessar a propaganda inverídica por parte da imprensa contra a Alemanha. Todas as medidas tomadas pelo Governo da Alemanha foram puramente para a supressão do Comunismo. O Universo inteiro deve ser agradecido à Alemanha ao invés de proporcionar-lhe enormes prejuízos à Navegação e ao Comércio, por dar crédito e espalhar boatos falsos de origem provavelmente Bolchevista. Cônsules Gerais Ibero-Americanos publicaram avisos informando que na Alemanha tudo está completamente calmo existindo a maior disciplina.”

Informe a Imprensa e todos Agentes da “Hamburg Amerika Linie”.

Grato pela publicação, me firmo com a mais elevada estima e consideração, de V. S. Amigo Atto, Obrdo. CARLOS BRENNER, Agente Hamburg Amerika Linie.

Embora os eventos narrados por Evans nos dêem um panorama das ações de boicotagem alemãs e a reação internacional, o DP quase nada publicou se analisarmos as entradas registradas entre 1º de abril e o dia 7. Mas a nota encontrou o jornal mesmo assim, com o objetivo claro de que os “boatos” fossem ignorados e as relações comerciais fossem restabelecidas. É, de certa forma, um tipo de “recepção” que se manifestou, mas a sua classificação requereria uma análise mais aprofundada.

O mês prosseguiu com diversas outras entradas do telégrafo internacional relativas

ao tema. No dia 8, 9 e 11 de abril, falaram também de questões econômicas e do “Dia do Trabalho Alemão”, que seria comemorado em primeiro de maio. No dia 13, o DP noticiava que estava “virtualmente terminada a campanha dos judeus na Alemanha”, quando o governo alemão afirmava que não haveria novas campanhas por ter findo a “difamação” no exterior contra a Alemanha⁸⁸. No dia 18, o jornal introduziu pela primeira vez o termo *führer* ao fazer referência a Hitler: “(...) por ocasião do aniversário do “führer”, que passará a 20 do corrente...”, dizia o jornal, organizar-se-ia uma celebração em Berlim (a nota tinha a epígrafe “A Alemanha empolgada pelo sentimento nacionalista”)⁸⁹. No dia 19, boatos sobre uma tentativa de assassinato descoberta contra Hitler foi divulgada como sensação do dia, mas a nota informava apenas que um homem trajando uniforme SA sem pertencer ao grupo fora preso⁹⁰. No dia 20, o jornal divulgou a dissolução do Partido Populista e a associação de alguns de seus membros ao NSDAP, assim como a publicação da lei que não permitia a nenhum judeu na Alemanha exercer qualquer cargo público⁹¹.

Em 21 de abril, um dia após o “aniversário do führer”, o DP reproduziu parte de seu discurso, pronunciado no Palácio dos Esportes de Berlim “perante 17 mil soldados das ‘tropas de assalto’”. O trecho transcrito era uma apologia às Tropas de Choque, enaltecendo a ação dos camisas pardas na revolução nazista e sua história dentro do partido em prol da Alemanha. Outro trecho polêmico divulgado pelo DP: claramente ideológico e enaltecendor do hitlerismo, é o que segue:

“Não tivessem sido as ‘tropas de assalto’ infelizmente disciplinadas e aqueles que estão reclamando sobre o terrorismo teriam ampla razão para queixa porque os nossos sacrifícios estão longe de se comparar as nossas represálias.”

Prosseguindo, o chefe “nazi” recapitulou os 14 anos de existência das “tropas de assalto”, exaltando a sua coragem, obediência, disciplina e perseverança. Declarou o orador que se os “camisas pardas” conservarem no futuro essa virtude serão invencíveis.

E, a seguir:

“As antigas ‘gerais’ talvez tivessem tido uma vida mais suave, porém, as nossas jamais serão esquecidas”.

Exortou ainda os camisas pardas a estarem sempre prontos para os mesmos sacrifícios dos seus camaradas martirizados.

O discurso do sr. Hitler foi ouvido simultaneamente no rádio por 600 mil camisas pardas em

88 *Diário Popular*, 13 de abril de 1933, pág. 1.

89 *Diário Popular*, 18 de abril de 1933, pág. 1.

90 *Diário Popular*, 19 de abril de 1933, pág. 1.

91 *Diário Popular*, 20 de abril de 1933, pág. 1.

formação militar na Alemanha e na Áustria.⁹²

Tão certo estava, logo mais afirmou que em “sua ascensão ao poder (...) não o fez pela violência nem pela ameaça de armas, mas pelo seu acentuado patriotismo”. Quando resolveu tratar do “bolchevismo”, disse que este seria vitorioso caso não houvesse “um pacto justo, equilibrado e enérgico entre esses países” (as demais nações da Europa) e que o combateria, “como já fez anteriormente, vencendo a onda ameaçadora embora com a perda de 300 patriotas”. Além disso,

mostrou que a Alemanha está desarmada, convidando todas as nações para irem ali verificar essa afirmativa, e disse que todas as fortalezas foram desmanteladas, os aviões e navios de guerra entregues aos vencedores, bem como os armamentos.

Disse que o exército alemão é composto de somente 100.000 homens, e que a polícia, que é controlada pelos estrangeiros, terá que ser extinta no final desse ano.

De fato, nominalmente, o exército alemão era o que o Tratado de Versalhes permitia. Mas existia o outro exército, aquele composto pelas Tropas de Choque nazistas, que em 1934, após suprimirem o DNVP e os Capacetes de Aço, que foram passados ao controle da organização nazista, ultrapassava mais de 2 milhões de homens (20 vezes todo o exército alemão). Além disso, o próprio *Reichswehr* possuía suas tropas secretas organizadas como a *Schwarze Reichswehr* e quando Hitler o transformou na *Wehrmacht* após a morte de Hindenburg, nada poderia deter o rearmamento alemão. Mas, naquele momento, a situação era de apaziguar e desmentir o que vinha sendo amplamente noticiado sobre as ações violentas das Tropas de Choque:

“Se a tentativa feita hoje, por meio de subterfúgios frívolos, para fazer acreditar ao mundo que a Alemanha se arma ou deseja fazê-lo, puder surtir efeito, mal de nós, porque é baseada na mentira e na falsidade. A afirmação de que as tropas nacional-socialistas e os capacetes de aço constituem corpos militarmente exercitados ou reservas do exército, não é verdadeira. A Alemanha está completamente desarmada. A polícia auxiliar, formada durante os dias da revolução, é de natureza exclusivamente política e será absorvida antes do fim do ano”.

O discurso de Hitler, segundo o DP, “termina dizendo, é preciso que se saiba que a Alemanha está unida e que quer a igualdade com as demais nações”. Um dia depois, no dia 20 de abril, ainda repercutindo comentários na imprensa internacional sobre o “discurso da paz”, o DP reproduziu outra fala de Hitler:

O desejo mais sincero do governo alemão é que qualquer solução não satisfatória seja im-

92 *Diário Popular*, 21 de abril de 1933, pág. 1.

pedida e substituída por uma cooperação sincera e ativa. Três pontos de vista dominam a revolução nacionalista alemã, e nenhum deles contradiz os interesses da Alemanha e do resto do mundo. Os três pontos de vista são: afastar a ameaça de uma revolução comunista e trabalhar pela elevação do Estado, unindo as diferentes classes na base da ideia e da propriedade, como fundamento da civilização alemã; solução dos problemas sociais mais difíceis, trazendo os desempregados para o trabalho útil e produtivo; restabelecimento da autoridade dos homens de Estado, dando à Alemanha, parte igual nas negociações internacionais.⁹³

Mas os desejos pacifistas de Hitler tem uma contra-partida clara, pois ele deseja que a renúncia as armas esteja condicionada ao desarmamento do restante do mundo. E uma ameaça velada: a Alemanha não hesitaria em defender-se: “A Alemanha também está pronta a assinar qualquer pacto de não agressão, mesmo porque não pensa agredir ninguém, mas somente na sua própria segurança”. Hitler também asseverou que

apesar de todo o desejo da Alemanha, nem o seu governo nem o seu povo assinarão qualquer tratado que signifique para a Alemanha o reconhecimento da superioridade de qualquer outra nação.

“A tentativa de nos intimidar com ameaças não terá efeito. A Alemanha pode possivelmente ser subjugada pela violência, em desafio à justiça e aos direitos morais. Mas não se deve acreditar que o caráter de violência fosse legalizado pela nossa própria assinatura”.

Mais adiante, o texto dizia

que o mundo, por motivos vários, não tem concepção nítida da miséria político-econômica a qual a Alemanha foi exposta desde que assinou o Tratado de Versalhes. Em consequência, milhões de pessoas de todas as profissões foram arruinadas, e a extensão da miséria aí se acha ilustrada não somente pelo vasto exército de desempregados, mas também pelo fato doloroso de ter 224.900 alemães, homens, mulheres e crianças, procurando escapar-se da tristeza e da infelicidade pela porta do suicídio.

Muitos deles, diga-se de passagem, arruinados pelos próprios nazistas somente nos dois primeiros meses de governo. A retórica vitimizadora, como já vimos, foi a preferida neste momento inicial do governo e o *Diário Popular* a reproduzia nos discursos do Chanceler nazista. Em nenhum outro momento anterior este tipo de tratamento fora dado a qualquer outro governante alemão. Parecia que, de fato, a “revolução nacional-socialista” era algo novo, tão empolgante que o DP justificou acompanhá-la com pormenores. O texto ainda enfatizava que “Isso [a miséria do povo alemão] é testemunho suficiente para provar que assiste razão à Alemanha para reclamar o cumprimento dos tratados e desejar a salvação mundial”, e, portanto, a nota afirmava que

a igualdade é de vital interesse para a vida da Alemanha. Disse que a Alemanha não tem in-

93 *Diário Popular*, 20 de maio de 1933, pág. 1.

tenções agressivas e não pensa na revisão forçada das fronteiras, mas sim num acordo geral de desarmamento, que ponha termo á situação inquietante dos dias que correm. Hitler concluiu seu discurso expressando a esperança “de que as outras nações cheguem a compreender a firme resolução da Alemanha de trabalhar junto a todos para por fim ao período de erros que tem entravado a concórdia universal. O ponto de vista da Alemanha se baseia no desejo de igualdade e de fraternidade. Desarmados, livres e prósperos, que os povos renunciem ao desejo de intentar dominar seus irmãos e pensem no dia de amanhã e na necessidade propícia à grande missão que Deus deu ao homem na terra”.

Quem não se renderia a sinceridade destas palavras? Afinal, não era a Alemanha uma grande vítima da política europeia, dos vencedores da guerra que ela não causou, liderados pela França? Estes que impuseram a miséria ao povo e todas as desgraças de que era vítima, que causaram a crise que mergulhara a Europa e o mundo, que impediam que o trabalho da Providência (de que a Alemanha estava disposta a realizar) fosse levado a efeito pelas mãos do líder?

A receptividade à fala de Hitler apareceu no DP logo depois, quando no dia 21, publicou nota de Nova Iorque. Sob o título “Outro Hitler”, o *New York Times* declarou no dia anterior: “Reconhecemos, com satisfação, que o discurso do chanceler Hitler acalmou as hostilidades que seu atos e discursos precedentes provocaram no mundo”⁹⁴. Da mesma forma a imprensa de Londres festejou Hitler, através do *Times*, do *Daily Herald* e do *Spectator*, segundo Shirer⁹⁵. Isto não significava que todos haviam “aceitado” Hitler ou que as desconfianças haviam sido superadas, mas um passo havia sido dado no sentido de tolerar o regime, algo que seria seguido tanto pela França, embora esta sempre estivesse desconfiada do governo nazista, quanto pela Inglaterra, possivelmente uma das últimas democracias a convencer-se do real perigo representado pela Alemanha.

No dia 25, outro trecho de discurso do Chanceler foi reproduzido, quando

adiantou que a nova unidade alemã não representa perigo de espécie alguma para a tranquilidade do mundo. Mas, se grande é a nossa ansiedade pela paz, não menor é a nossa determinação de tudo fazer para recuperar a igualdade e os direitos de liberdade para o povo alemão.⁹⁶

Esta igualdade de direitos estava relacionada, entre tantos aspectos, também com a chamada “campanha difamatória dos judeus no mundo contra a Alemanha”. Para o DP,

94 *Diário Popular*, 21 de maio de 1933, pág. 1.

95 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 315.

96 *Diário Popular*, 25 de maio de 1933, pág. 1.

foi este o momento, em 11 de junho, cerca de dois meses após o boicote, de receber um pedido de publicação que dava conta de um posicionamento anti-judeu, o primeiro. Intitulado “Em torno da Alemanha e dos judeus”⁹⁷, entendemos que tenha sido “à pedido” a publicação do artigo pelo jornal devido ao tratamento, seco, que este deu à introdução do texto: “Recebemos a seguinte comunicação:”. Após os dois-pontos, era o autor quem argumentava, não mais o DP. A assinatura era desconhecida, sob as iniciais “A. D” – passou-se um ano e meio até que sua verdadeira identidade fosse descoberta, como veremos mais adiante⁹⁸. O texto, em si, concorda com a campanha e está, conforme citação abaixo, muito atrasado. Daí que não é improvável que tenha sido remetido da própria Alemanha para elementos ligados aos interesses partidários em Pelotas. Isto justificaria a demora na publicação, porque de outra forma (se enviado por telégrafo ou por telefone), não haveria como um retardo tão grande em relação ao tema principal, acontecido no início de abril. Como veremos, o texto sugere que quem o escreveu residia na Alemanha ou por lá estava no momento. Também parece possível que seu autor ou quem o tenha representado junto ao jornal possuíse boas relações com a folha, que o aceitou, mesmo com o conteúdo que tinha e com o atraso.

O texto iniciava desmentindo o que se havia noticiado pelo mundo e dando noção de como se encontrava a Alemanha, de fato:

O povo alemão levanta-se contra a propaganda de instigação e calúnias movida no exterior. É grande a consternação de todo o povo alemão à vista das incríveis notícias que, diariamente, tem sido publicadas em determinada parte da imprensa, no exterior, reportagens estas que se referem a supostos e horripilantes atos de violência e perseguições contínuas de judeus, na Alemanha. É tanto maior a indignação, quanto a revolução nacional alemã tem sido levada a efeito na maneira mais disciplinada e exemplar imaginável. Em realidade, o que se vê é o genuíno sentimento de amor pátrio, em sua forma mais sublime, pois tornou a despertar o verdadeiro patriotismo que durante tantos anos esteve como que prostrado em profunda letargia.

Um detalhe que poderia ser relegado a segundo plano nas palavras do articulista, contudo, é muito importante: logo ele fala dos acontecimentos em Hamburgo, dando um número expressivo de 1400 para os mortos judeus na campanha, número este divulgado pelos “caluniadores” da Alemanha - Evans afirma que em torno de 43 judeus foram mortos

97 *Diário Popular*, 11 de junho de 1933, pág. 4.

98 Veja-se o Capítulo 4.

em toda a Alemanha neste período em virtude dos desdobramentos do boicote⁹⁹.

Em Hamburgo, em particular, não se concebe como seja possível estar-se falando, nos outros países, em 1400 execuções de morte, somente nesta cidade, quando as poucas e únicas vítimas que houve, tem sido partidário do movimento nacional que se sacrificaram em prol do ressurgimento nacional. Considerando-se estes fatos, nos parece ser de interesse geral o discurso do sr. Kaufmann, chefe dos nacionais-socialistas alemães, de Hamburgo, que, há poucos dias, se dirigiu, pelo rádio, ao povo alemão para rechaçar, com indignação, a infame propaganda contra a Alemanha e para justificar as razões de boicote que será levado a efeito a partir de 1° de abril, às 10 horas da manhã, contra os judeus residentes na Alemanha, em contestação ao boicote, destituído de fundamento, que está sendo propagado, no exterior, pelos marxistas e judeus contra tudo que seja alemão.

A primeira “denúncia” contra os judeus está neste parágrafo, mas não se tratam apenas de judeus: também os “marxistas” estão contra “tudo que seja alemão”, segundo o autor. Note-se como, já em junho, o que a historiografia posterior chamou de *Gleichhaltung* (coordenação), os nazistas chamaram de “revolução alemã” e o autor do texto publicado no DP dá um ótimo exemplo de como foi vista, naquele momento, pelos alemães.

Durante a luta contra os marxistas e judeus, nos últimos 14 anos, os nacional-socialistas sempre sustentaram que aqueles se haviam valido, sempre, de suas relações internacionais em prejuízo do povo alemão, tanto antes da guerra mundial, como durante a mesma e depois dela. São feitos históricos que estão comprovados por grande número de provas incontesteáveis. A revolução nacional, promovida pelos nacional-socialistas, veio, pelas eleições de 5 de março de 1933, a ser legalizada, também segundo os pontos de vista democráticos, por uma tão sobrepujante maioria, como jamais se teve oportunidade de presenciar na história do povo alemão. A este feito corresponde o voto de confiança que o “Reichstag” deu ao gabinete Hitler, aprovando, com 441 votos contra 93, a Lei de Autorização solicitada pelo Chanceler. Ficam destarte, refutados todos os boatos e falsas notícias que circulam em todo o mundo e que foram lançadas pelos adversários políticos do novo gabinete.

A revolução nacional alemã é a mais disciplinada que se conhece na história. Nunca, nenhuma revolução decorreu tão pacificamente, sem que tivessem ocorrido feitos sanguinolentos e sem que fossem destruídos valores, como a revolução nacional, chefiada por Adolf Hitler. Creio ser desnecessário entrar em detalhes sobre as chacinas bolchevistas na Rússia, sobre os assassinatos de reféns em Munich e os bestiais morticínios em Essen no tempo da revolução marxista depois da guerra, na Alemanha¹⁰⁰. Naqueles tempos nem os socialistas, no estrangeiro, nem os judeus, no mundo inteiro, souberam achar palavras de desprezo ou indignação, não chamaram a ninguém para a luta contra aqueles horrores. Hoje, porém, se bem que não tivesse sido morto um só judeu sequer, na Alemanha, quando nenhum dos numerosos instigadores socialistas responsáveis, ainda nem sequer teve que prestar contas de seus atos prejudiciais à Nação alemã, hoje ambos, judeus e marxistas, valem-se de suas relações internacionais para promover uma propaganda inqualificável de calúnias e mentiras contra a Alemanha, adulterando a verdade de uma maneira jamais vista.

99 EVANS, *Op. Cit.*, pág. 520.

100 Aqui se refere ao Outubro Alemão, realizando um “exagero” e criticando, oportunamente.

A seguir, assegura que o governo alemão através de Hitler não ficaria passivamente observando a situação e que a chamada ao boicote, diante da inatividade dos demais países, fora um dever “natural, arraigado no espírito e na disciplina do nacional-socialismo alemão”, mas que se esperava que ocorresse “na maneira mais calma e em toda a ordem possível, sem atos de violência de espécie alguma e sem fazer correr risco a segurança pessoal de ninguém”. Além do mais, depois que o Parlamento britânico fora questionado sobre os assassinatos em Hamburgo, tornara-se de fato um dever moral dos nazistas defenderem-se:

Semelhante monstruosidade tinha que provocar as mais enérgicas contra-medidas em Hamburgo, pois ninguém poderá sonegar aos nacional-socialistas de Hamburgo o direito de sublevarem-se contra tais calúnias, sistematicamente propaladas. Nós, os nacional-socialistas de Hamburgo temos o sacro dever de defender a honra de nossa cidade natal, à qual cabe tão magna importância econômica no mundo bem como a honra da Alemanha, não deixando de recorrer a medida legal alguma, adequada a fazer cessar a indizível propaganda que prejudica, por tal forma injusta o renome de nossa cidade no mundo.

Neste período encontramos a importância da discussão sobre Hamburgo: o autor era, pelo que denota no texto, um cidadão hamburguês e nazista. É sobre a honra de sua cidade e do movimento que se inspira a escrever. Se o leitor recordar, notará que também de Hamburgo é a Hamburg-Amerika Linie, que atua no comércio fluvial entre Pelotas e Rio Grande e fora a direção da companhia que publicara, não muito tempo atrás, a nota que pedia aos clientes que continuassem os negócios com a companhia. Ou seja, os interesses de Hamburgo estavam em jogo naquele contexto e, ao que me parece, “A. D.” não estava satisfeito com a evolução posterior do pedido – possivelmente não alterada.

O trecho final do texto é capaz também de revelar uma parte de uma falsa concepção que, segundo Evans, os alemães tinham em relação aos judeus: de que eles estavam ocupando, nas áreas mais importantes, os melhores cargos.

As contra-medidas alemãs não visam, em absoluto, privarem-se os judeus de todos os seus direitos, trata-se, unicamente, de instaurar a equidade de direitos dos alemães em sua própria pátria. Durante o regime passado os judeus tinham sabido catar, na Alemanha, um predomínio sobremodo sobressalente, apoderando-se da maioria dos postos públicos influentes, na justiça, entre os médicos, advogados, etc, numa porcentagem que não equivalia em relação alguma ao número da população judia para com o resto dos alemães. Por consequência deste fato de reduzir o novo regime à proporção correspondente, o predomínio judeu na administração pública, não vem a ser mais do que uma exigência absolutamente justificada, direito este que todo o cidadão culto tem o dever imperioso de formular em defesa de sua raça

e de seu conceito pátrio.
A. D.

Como era esperado, mesmo que não por iniciativa do jornal (possivelmente por suas relações de interdependência), a reação ao artigo de A. D. surgiu em torno de uma semana depois no DP, evidenciando uma “luta de representações”, conforme o conceito chartiano. Intitulado “Em torno da Alemanha e os judeus”¹⁰¹, a resposta foi assinada por E. F. E..

Não vale a pena discutir ou refutar as asseverações que o sr. A. D. faz em seu artigo quanto as violências que se praticaram (antes, durante e ainda depois do “patriótico” boicote que foi levado a efeito em toda a Alemanha pelos hitleristas e que teve como corolário a cassação das prerrogativas mais importantes da cidadania de todos os judeus alemães). E isto porque o sr. A. D. não pode nem deve pretender que se lhe dê o devido crédito as suas afirmações, quando, entre outras coisas que primam pelo absurdo, declara que a “revolução alemã foi levada a efeito na maneira mais disciplinada e exemplar imaginável” e “que as vítimas que houve, tem sido partidários do movimento nacional que se sacrificaram em prol do ressurgimento nacional”, porquanto, os jornais diariamente fornecerem informes e o continuam fazendo, que cabalmente põem a calvo o ridículo destas afirmações, a não ser que o sr. A. D. queira também dar a entender que todas as agências telegráficas e a maioria de todos os jornais do mundo estejam a serviço dos “judeus e marxistas” como este sr. confusamente os classifica.

Ainda assim, o articulista justifica a resposta que escreve em relação as contradições que A. D. manifestara em sua publicação como um “hitlerista ‘enragé’, para não dizer ‘acharnée’”. Diz que nenhum dos pontos é justificável, porque o Reich agia contra seu próprio povo e por isso, não poderia esperar que as outras nações interviessem em qualquer tipo de agressão que achava estar sofrendo. Também renega a justificativa de iniquidade, afirmando que não era culpa dos judeus ocuparem os melhores cargos:

Se é verdade que os judeus ocupavam cargos de responsabilidade e influência na justiça, magistratura, política, medicina, finanças, etc., destes não se apoderaram como o sr. A. D. declara desvirtuando a verdade dos fatos, pois, que, em países civilizados, como a Alemanha por exemplo, estas posições não se arrancam nem se dão a qualquer mentecapto, porém a elas se chega pelo valor intelectual e moral de quem se encontra na posse das mesmas e, se os judeus a ocuparam é porque requisitos de sobra possuem para tal.

À sequência, denuncia que as perseguições existem e estão sendo intensamente levadas a efeito:

O sr. A. D. falta com a verdade e se contradiz a si mesmo quando declara peremptoriamente que não existem perseguições e atos de violência contra os judeus de que chegam notícias diariamente, pois que uma vez que os hitleristas estão destituindo os judeus de suas funções que sempre souberam honrar e ainda mais proibindo-os de se candidatarem para os mesmos cargos, conforme o próprio autor da comunicação o declara, conseqüentemente estão

101 *Diário Popular*, 22 de junho de 1933, pág. 4.

praticando um esbulho, uma violência, porquanto assim o fazem amparados na força e em detrimento de todo e qualquer princípio de justiça.

E justifica, finalmente, o verdadeiro motivo das perseguições nazistas aos judeus:

Sem dúvida nenhuma, é público e notório que toda esta campanha não é motivada por nenhuma das razões que os hitleristas alegam em defesa de seus atos e a única razão de ser da mesma é pura e simplesmente o sentimento antissemita de que todos estão imbuídos por se identificar perfeitamente bem com os seus ideais de anarquia. A única culpa que o judeu sempre teve e tem é o de ser demasiado inteligente e, a despeito de todos os obstáculos e perseguições sempre se destacar em todas as esferas da atividade humana. Esta tem, infelizmente, constituído a razão primordial e única talvez das constantes perseguições contra os judeus em todas as épocas.

Embora a resposta pareça demasiado retórica, é claramente um texto de “defesa” diante de um ataque e perfeitamente clara ao dizer que a campanha era “pura e simplesmente antissemita”. Para o leitor do *Diário Popular*, esta foi a última palavra, já que o jornal não voltou a publicar sobre o tema ou a dar continuidade na troca de artigos que se verificou. O debate foi relatado por Gill:

No dia 26 de junho, a polêmica retorna as páginas do jornal *A Opinião Pública*. Com o título “A Alemanha e o judaísmo”, uma pessoa que se denomina “Um ariano” faz críticas às considerações feitas por E. F. E., afirmando que Hitler foi chamado para salvar o país do caos em que se encontrava. Diz estar a maior parte da imprensa mundial nas mãos dos judeus, uma vez que é financiada por estes e que o ódio do povo alemão contra os judeus tem uma explicação bastante factível: o alemão tem consciência da pureza de sua raça, não podendo suportar os hebreus.¹⁰²

Gill ainda acrescenta que a esta réplica outras três aparecem, datadas de 7, 21 e 25 de julho e que “a comunidade judaica de Pelotas não fez nenhum tipo de declaração sobre a polêmicas manifestadas através da imprensa local”, mas chama a atenção por ter sido o ano da união de duas entidades israelitas da cidade, não sem desavenças¹⁰³.

Entre junho e julho, o destaque dado pelo *Diário Popular* à Alemanha e a Hitler voltou a decair. Os grandes eventos, das jogadas políticas e reviravoltas, que atraíram a atenção do DP entre janeiro e maio, sofreram um decréscimo em relação as publicações.

Em agosto, uma nota avisava da chegada à Montevideu de “fascistas alemães”, que vinham fazer propaganda do regime e eram esperados, no cais, “por cerca de 500 indivíduos que pretendiam vaiá-los e agredi-los”. Ainda informava-se que “entre os excursionis-

102 GILL, *Op. Cit.*, pág. 109.

103 *Idem*, pág. 110.

tas ‘nazis’ vem 14 veteranos da grande guerra, apresentando alguns deles graves mutilações”¹⁰⁴. O caso ganharia cobertura nos dias seguintes, dando um bom exemplo do tipo de recepção recebida pelo fascismo nos países vizinhos. No dia 4 de agosto, o DP reproduz nota de Berlim, em que afirma que “os mutilados da Grande Guerra que seguiram no vapor ‘Monte Oliva’, em excursão para a República Argentina, não são fascistas nem comunistas. São patriotas amparados pelo governo, que vão viajar a conselho médico em busca de melhoras de saúde”¹⁰⁵. No dia 5, a polêmica ganha tons mais drásticos, quando o jornal noticiou de Buenos Aires que

A polícia viu-se na contingência de tomar medidas enérgicas, enviando para o cais fortes contingentes de cavalaria e infantaria, afim de dissolver uma multidão de mais de 700 pessoas, que tinham o propósito de receber hostilmente os ex-combatentes alemães, chegados a bordo do “Monte Oliva”. Desse modo, foi evitado um conflito de proporções incalculáveis, diante das disposições de ambos os grupos.

Depois de uma luta corpo a corpo entre operários argentinos e elementos fascistas, durante a qual foram trocados alguns tiros, a polícia interveio seriamente, prendendo 32 indivíduos entre os mais exaltados.

Os contendores usaram durante a refrega pesados cacetes, ocasionando ferimentos graves numa pessoa.

Até agora só desembarcaram alguns dos ex-combatentes alemães, que se serviram de uma lancha. Os outros continuam a bordo, não se sabendo quais são as suas disposições diante da hostilidade com que foram recebidos.¹⁰⁶

No dia 30, o jornal noticiou as repercussões de vários comícios realizados nas regiões ocupadas da Renânia em prol do plebiscito que seria chamado em 1935 para que o destino dessas fosse escolhido pelas populações. Intitulada “A nova Alemanha”¹⁰⁷, a coluna que continha diversas entradas dos telégrafos principiou por descrever os objetivos dos comícios, realizados no Sarre. Sobre o discurso de Hitler, a nota declarava que foi “uma peça cordata e sincera, na qual o chanceler trata do caso do território do Saar, que sempre pertenceu à Alemanha”.

Em seguida, as notas tratavam dos comentários da imprensa alemã sobre os discursos e sobre as críticas publicadas pela imprensa francesa. O *Vossische Zeitung*, segundo o DP, afirmou que “a nova luta vai ser entre a finalidade francesa de desmembrar a Alemanha

104 *Diário Popular*, 3 de agosto de 1933, pág. 1.

105 *Diário Popular*, 4 de agosto de 1933, pág. 1.

106 *Diário Popular*, 5 de agosto de 1933, pág. 1.

107 *Diário Popular*, 30 de agosto de 1933, pág. 1.

e a firme vontade da Alemanha em não se deixar mutilar”; o *Deutsche Allgemeine Zeitung* acentuou “que as afirmações francesas para serem destruídas necessitam ser somente comparadas as palavras de Hitler, pacíficas e cordatas” e que “a insistência desse direito, diz o jornal, não poder ser interpretada como uma provocação”.

Por outro lado, os jornais franceses noticiavam “que enquanto os alemães faziam a manifestação de Niederwald (...) a pátria francesa prestará seu apoio para que o Saar permaneça sendo território francês”. Sobre Hitler, o *Le Matin* afirmava que “o povo alemão se assemelha, hoje, a um barco encalhado há quinze anos e que, pouco a pouco, recebe o impulso de novos ventos” e que o governo de Hitler “estão fora de discussão. O chanceler não tem rivais”. Concluiu dizendo que na Alemanha “há ordem (...) e constata-se um renascimento geral de esperanças”.

No dia 9 de setembro, o DP noticiou o primeiro encontro do partido em Nüremberg após a tomada do poder. O congresso fora encerrado após discurso de Hitler e de “um desfile de cem mil homens das formações de assalto nacional-socialistas e dos capacetes de aço”¹⁰⁸. Segundo a nota, o congresso constituíra “a demonstração política de maiores proporções até agora vista na Alemanha” e “um passo decisivo para a unificação de todos os alemães em torno do governo, projetando o estado totalitário, no objetivo de unir todas as forças em torno de uma única finalidade”. A finalidade, segundo a nota, era “cultural”, baseada nos “princípios raciais”. O texto publicado expunha, pela primeira vez, detalhes mais “bem acabados” da teoria racial nazista, baseado nos pontos de vista expressos no discurso de Hitler, e encerrava uma ideia de Estado e de domínio que o nazismo realizava na Alemanha naquele momento. Foi, possivelmente, um dos mais destacados momentos de divulgação da ideologia que dominava o governo alemão naquele ano. Segundo o texto, ao tratar das raças,

as diferenças de raças podem ser e são interior e exteriormente enormes. A distância entre a escola inferior dos homens e a raça mais proeminente é maior que a distância entre o homem inferior e os seres primitivos da teoria de Darwin. A conveniência de raças superiores e inferiores é que forma o estado da cultura e da economia.

Desta forma, a diferença entre raças segundo Hitler é que determinaria a capacidade

108 *Diário Popular*, 9 de setembro de 1933, pág. 1.

de cada uma. Obviamente, eram os nazistas os capacitados e todos os antecessores, os incapazes (e incapacitados). O texto exemplifica:

Por exemplo, a ideia da propriedade privada está indissolavelmente unida por convicção diferente da capacidade humana. Se a propriedade se justifica moralmente, a diferença de capacidade é maior, diferença a respeito do governo e Estado, onde os homens estão em situação menos apta para regê-los do que o Estado conjuntamente. Amamos o nosso povo e não queremos que a comunidade desapareça unicamente porque a sua direção política está entregue a uma parte falsa, como ocorreu.

O trecho seguinte ia mais além, adulando a parcela “popular” que “apoiara” o regime, destacando-os como “heróis” que venceram os “mitos heroicos” dos incapazes que governavam a Alemanha antes deles sustentados por ações políticas desconectadas das necessidades populares.

Ao receber a burguesia o mando político da nação, quebrou-se o razoável processo orgânico no seu canto mais importante, pois a valorização pertencia aquela classe e não depende de qualidades heroicas, mas sim econômicas e, como geralmente a vida econômica apresenta mais rasgos de covardia do que heroicos, a burguesia alemã foi mais que heroica, o que sentiu o povo perfeitamente.

Ou seja, votar no partido fora um ato de heroísmo. Um ato de heroísmo, continua o texto, contra a propaganda que aliciara ao governo os elementos prejudiciais. O método era o mesmo em ambos os casos, porém: a propaganda. A diferença estava em quem se buscava atingir. Antes,

se se propaga a utilidade como conteúdo de qualquer movimento, todo o egoísta se unirá a campanha. Se se predicasse a submissão, todos os submissos a acolheriam. Se se erigissem as ideias ao roubo e a pilhagem, apareceriam os candidatos. Fala-se de propriedades e negócios e recrutam-se adeptos nos partidos econômicos.

Contudo, o momento pedia outro elemento, pela mesma lógica: “exigem-se sacrifício, valor, decisão, fidelidade e heroísmo (...) apenas parte do povo tem essas virtudes”. Não apenas o povo, mas parte dele. O povo, segundo o subentendido, exclui os políticos que antes governaram, os negociantes (dos “partidos econômicos”) que visaram apenas o lucro próprio, os “egoístas”, os “submissos” que curvaram-se diante de França, os “ladrões” que pilharam a Alemanha durante Weimar e a mergulharam em um caos “democrático”.

Assim a nota continua, dizendo que o nazismo surgiu “da democracia insensata para a ideia nova” e que “a atual revolução na Alemanha explica-se pelo fracasso da burla liberal. Como em outras tantas vezes no decurso da história, a Alemanha está com a missão

de caráter europeu”. Este “caráter europeu”, embora não tenha o texto perseverado em descrevê-lo, era o “novo conservadorismo” da direita alemã, o nacional-socialismo que buscava definir-se pela demagogia dos discursos de seu líder. Ao leitor do DP, os fatos eram interessantes por amplos pontos de vista. Não apenas o próprio país estava vivendo os primeiros anos de um regime marcado pela arbitrariedade, como 1933 encerrava acaloradas discussões sobre o futuro da democracia brasileira. Getúlio Vargas estava no poder há três anos e meio e apesar das cobranças e articulações da política nacional, o texto da nova constituição continuava uma promessa. Os questionamentos à democracia alemã também eram, de certa forma, questionamentos à democracia nacional. A Alemanha “ressurgira” sob Hitler, mas sacrificara suas instituições e regimes democráticos. Seria o preço a ser pago também pelo Brasil?

O DP, contudo, demoraria ainda um tempo a mais para levar este questionamento às suas colunas com um verdadeiro espírito crítico. No momento, encantavam aos editores e redatores os feitos nazistas distribuídos em síntese pelas agências. Por afinidade jornalística que busca o espalhafatoso ou por necessidade de suprir os leitores desejosos de informações sobre, o jornal continuava a noticiar os faustos nazistas.

Hitler fora um fenômeno de manchetes e notas naquele ano e, passado o agito inicial, as reflexões mais amplas começavam a surgir. Em 17 de setembro, o DP dedicou um artigo recebido da França. Seu autor, Eduardo Herriot, propôs-se a estabelecer um julgamento de Hitler e o jornal o comprou, tomando-o como o seu naquela data. O texto tem sua particularidade, pois coloca o Brasil como um anfitrião aos perseguidos europeus, os judeus, e estabelece uma análise sobre linhas de ação do governo nos seis meses decorridos. Iniciou por dizer que “para todos os espíritos liberais é muito interessante observar o significado dessa evolução e defini-la com moderação e imparcialmente, como devem fazê-lo todos os que valorizam o equilíbrio moral e a paz política do mundo”¹⁰⁹. A imparcialidade, contudo, ficava limitada diante das ações nada parciais nazistas. Para Herriot,

Os hitleristas renunciaram a maior parte de seu programa socialista, abandonando toda ideia de confiscação de terras e de municipalização de comércio, concorrendo para maior segurança das poderosas associações industriais.

O governo dirigira a economia política [sic] da nação. Bateu em retirada o anti-capitalismo

109 *Diário Popular*, 17 de setembro de 1933, pág. 1.

com o termo final da revolução. O ministro da Agricultura não fixará limites a propriedade rural. Pelo que se vê os hitleristas abandonaram a revolução econômica.

O termo “economia política” é evidentemente apropriado do discurso nazista. Não haveria uma “política econômica”, mas sim um economia voltada a atender os fins políticos do estado. Assim ele basearia, apoiado por Schacht, os destinos dos investimentos da Alemanha à partir de 1934 após a morte de Hindenburg. A economia voltar-se-ia para a infraestrutura nacional de produção, planejada e ampliada para atender as necessidades militares.

Em relação ao antissemitismo, o articulista francês parece estranhar sua continuidade: durante os anos 1920, os nazistas jamais o negaram ou buscaram escondê-lo, mas nas campanhas de 1928, 1930 e principalmente nas eleições de 1932 o tema do judaísmo esteve fora dos placares e cartazes. Agora, assumido o papel de mandatário do estado, os nazistas levavam a cabo suas promessas. A prática das perseguições, contudo, incomodou não apenas ao analista, mas ao mundo. Este desconforto era tolerável, por outro lado, porque segundo ele “a França, a Inglaterra e os Estados Unidos” eram também antissemitas e havia o “Brasil, a Argentina, a Austrália e a Pérsia [Iraque]” que tratavam de “receber as vítimas”.

Abandonando a questão dos judeus, ainda analisa brevemente as modificações nas igrejas alemãs, submetidas à vontade do estado e ao apartidarismo, para então abandonar qualquer recurso de imparcialidade proposto anteriormente. O trecho final do texto é de denúncia.

A primeira é a da violência enaltecida. “Trata-se de fazer uma propaganda guerreira”, ora irritando os países vizinhos em questões fronteiriças (o exemplo dos comícios no Sarre fora um exemplo), ora discutindo as questões de Versalhes (e nada parecia irritar mais a França do que isto). Também promovia o estado alemão o treinamento de “operários” em exercícios militares, treinando-os contra gases asfixiantes e ataques por “ondas elétricas”. “Procura-se um período de paz a fim de haver preparo científico para a guerra”, conclui, animado possivelmente pelas constatações anteriores em relação ao “discurso da paz” de Hitler.

O restante parece ter sido resumido pelo jornal, pois não há mais parágrafos desen-

volvimentos de argumentação, apenas linhas independentes com acertivas. O artigo antecipa alguns procedimentos nazistas praticados nos anos seguintes. O mais notável é, por outro lado, a sensação de legitimidade que o texto dá aos atos nazistas. Não somente ele, obviamente, mas todo o noticiário internacional até o momento comporta-se de maneira semelhante. As medidas não são promessas nem fazem parte apenas de discursos. Elas se transformam em leis e decretos com vigência imediata, como o próprio jornal já havia divulgado dias atrás. Hitler cumprira a promessa feita ao gabinete de que moldaria o estado conforme julgasse adequado¹¹⁰. Herriot encerra dizendo que o hitlerismo procura

o regresso ao pangermanismo com as características essenciais dessa reação: persistência do antisemitismo, nacionalização do catolicismo, glorificação dos assassinatos políticos, ocultos preparativos de guerra e o materialismo racial.

Em outubro, Hitler decidiu dar mais um passo importante pela liberação da Alemanha: romper com Genebra e com Versalhes e abandonar definitivamente a Conferência do Desarmamento. A decisão fora tomada diante da insistência dos Aliados em estipular um prazo de oito anos para que seus armamentos descessem ao nível dos da Alemanha, o que negava as condições de igualdade que Hitler cobrara em seu “discurso da paz”. Para corroborar sua decisão, chamou um plebiscito nacional para o início de novembro, que também elegeria o novo Parlamento. A data marcada para as votações era 12 de novembro, “um dia após o aniversário do armistício de 1918, data obscura que ainda exacerbava a lembrança dos alemães”¹¹¹.

O jornal dedicou-se, neste período, a reproduzir pequenas notas sobre a campanha em prol do plebiscito, que ocupou as autoridades nazistas entre setembro e outubro. No dia 11, ainda sem saber dos resultados das urnas, o DP publicou uma pequena coleção de entradas que tratavam sobre alguns discursos proferidos nos dias anteriores.

Utilizando-se da opinião do ex-príncipe Wilhelm, que publicara no *Boersen Zeitung* segundo o DP um artigo intitulado “Dias de novembro”, disse que “grandes mudanças, para melhor ou pior, ocorreram durante o mês de novembro” e que “exatamente há 15 anos atrás o império alemão foi traído, desonrado e deposto, pelo que ficou sendo conhecido como

110 EVANS, *Op. Cit.*, pág. 545.

111 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 316.

‘golpe pelas costas’ dos marxistas”¹¹².

A Alemanha foi então forçada a assinar o mais humilhante armistício, a 11 de novembro de 1918. Mas neste ano de 1933, escreve o ex-príncipe, o povo alemão terá oportunidade, a 12 de novembro, de resgatar a sua honra votando em Adolf Hitler até o último homem.

Para Wilhelm, segundo o jornal, “a grandeza psíquica de Adolf Hitler não foi afetada sequer pelos quatorze anos de luta contra a adversidade, que o habilitou a tornar-se o líder de todo o povo alemão”.

O terceiro Estado [Terceiro Reich] está agora fixo firmemente no princípio de autoridade pessoal e responsabilidade. Muralhas intransponíveis protegem agora a atual forma de governo, baseada na autoridade de todo o líder sobre os que o obedecem, e na responsabilidade de todo o trabalhador para com os que estão em cima. A honra nacional e gratidão pessoal tornam dever de toda pessoa, em quem bate o coração alemão, votar sim nas eleições de 12 de novembro.

O leitor pode, neste trecho, perceber pela primeira vez como o “princípio da liderança” (*führerprinzip*) havia sido dado e levado à ação, pois as palavras lidas eram do “herdeiro” do império alemão, ninguém mais. O apelo a personagens da antiga Alemanha não era exclusivo dos próprios alemães, mas reproduzidos também pelo jornal. De maneira semelhante, também, o jornal na edição daquele dia publicou, na sexta página, o resumo das comemorações do NSDAP sobre o 9 de novembro de 1923. Nele estava à frente Hitler, seguido dos veteranos do golpe. A nota dizia que

o cortejo atravessou as ruas em direção aos edifício hoje histórico “Burgerbraeu Keler” [Bürgerbräukeller], onde em 1923 uma grande multidão esperava impacientemente a chegada de Hitler que devia anunciar o golpe de Estado que surtiu o desejado efeito no último momento. O préstito fez alguns na rua onde as primeiras balas foram dirigidas pelas tropas bávaras contra os revolucionários de então, na frente dos quais marchavam os srs. Hitler e o marechal Ludendorff e onde tremula hoje grande bandeira negra com a cruz Swástica, ao centro. Uma banda de tambores se fez ouvir em marcha batida ao mesmo tempo que um tiro de canhão, dando sinal a toda população de Munich para conservar alento absoluto durante um minuto em memória das vítimas caídas no campo de honra, no histórico dia de 9 de novembro de 1923. Depois do silêncio, o cortejo prosseguiu para o edifício “Burgbraeu Keler”, onde se realizaram várias cerimônias.¹¹³

A nota fora a última com algum peso para o ano de 1933. No dia 14 o DP ainda repercutiu os resultados eleitorais, mas sem acrescentar discursos ou resumos sobre a atividade nazista. O plebiscito deu 96% de aprovação a saída da Alemanha da Conferência do De-

112 *Diário Popular*, 11 de novembro de 1933, pág. 1.

113 *Diário Popular*, 11 de novembro de 1933, pág. 6.

sarmamento e de Versalhes. A vitória nazista seria comemorada em breve, novamente, em 30 de janeiro de 1934, quando o regime completaria um ano de existência.

1934 - 1935: uma concepção do nazismo

Logo no início de 1934, o *Diário Popular* publicou um especial sobre o *führerprinzip*. Na coluna da “Vida internacional” do dia 18 de janeiro, o DP discutiu “O princípio da autoridade e a democracia – as novas bases da constituição que será adotada pelo Terceiro Reich”. O texto, sem autoria, chegara pelo telégrafo:

as decisões por maioria, as eleições, os parlamentos, assim como todos os demais aspectos da democracia formal serão extintos da nova constituição que o Terceiro Reich adotará provavelmente.

O princípio democrático será assim substituído pelo princípio de “autoridade”.¹¹⁴

A seguir, este “novo” conceito era esclarecido:

Isso quer dizer que todo o poder executivo bem assim como o legislativo ficarão centralizados em um só homem, o “chefe” da nação (Reichsfueher [*reichsführer*]), e que toda autoridade política só poderá ser exercida por nomeações desse chefe ou de seus substitutivos.

Ironicamente, a nota faz uma comparação com uma instituição a quem o nazismo mantinha completa antipatia: o catolicismo. O modelo de governo hitleriano, desta forma, foi comparado ao modelo católico de organização, em que se reconhece “um chefe espiritual, que não é sujeito a nenhuma forma de controle democrático. A autoridade eclesiástica é conferida ‘de cima’”:

Os nacional-socialistas, elaborando sua reforma constitucional, consciente ou inconscientemente, tomam à igreja católica como seu modelo. Assim o método previsto para a escolha de um novo chefe, depois da morte do antigo, é tipicamente católico.

Não há como especular-se objetivamente se a comparação deveria render ao modelo algum grau de simpatia dos crentes católicos. Continuando, a nota prosseguiu dizendo que

De conformidade com os planos ora em exame, o chefe do Reich – o primeiro detentor da autoridade sendo evidentemente Adolf Hitler - seria assistido pelo “conselho dos chefes”, Fueherrat [*führerrat*], cujos membros seriam nomeados pelo chefe. Se este morrer, seu sucessor é escolhido pelo conselho. Assim, o conselho ocupará a mesma posição que ocupa o Colégio dos Cardeais na igreja católica.

114 *Diário Popular*, 18 de janeiro de 1934, pág. 1.

Embora a nova constituição nazista ainda esteja em preparação, algumas das ideias mais características já foram postas em prática.

De fato, desde a promulgação da Lei Plenipotenciária, Hitler e o NSDAP haviam-se tornado o próprio estado alemão. Isto foi, com o passar dos meses, regulamentado em outras pequenas leis, que deram a base meramente legislativa das atitudes do governo:

Além disso, o Partido Nazista foi elevado a uma posição legal única.

Não somente foi declarado o “único partido legalmente existente na Alemanha” (lei de 14 de julho), mas o partido como tal tornou-se uma espécie de órgão público.

De conformidade com a lei de 1º de dezembro, o partido nazista “integra a ideia alemã de Estado e assim é associado de modo inseparável do Estado”.

Mas isto não significava, segundo o jornal, que todo nazista detivesse a autoridade do estado; pelo contrário,

somente alguns membros de destaque do partido, tais como o chefe (Hitler), o vice-chefe (Rudolf Hess) e o chefe das tropas de assalto (Roehm [Röhm]) tem direito a posições no gabinete devido as suas funções no partido.

Além disso, o partido nacional-socialista é incumbido de certas e determinadas funções públicas, tais como a efetivação do “serviço de trabalho voluntário”. As tropas de assalto deverão agir como polícia auxiliar, e seus membros, assim como os membros do partido, são sujeitos a uma jurisdição especial do Partido. Os tribunais do partido deverão ordenar as investigações e impor sentenças de prisão sobre os membros do partido, o Estado é forçado a por em vigor as sentenças.

Na realidade, isto estava somente no registro escrito. Durante todo o ano de 1933, as tropas de choque agiram inclusive contra as determinações do partido. Hitler mesmo havia admoestado seu estado-maior para que pusesse fim e controlasse os abusos dos camisas pardas. Evans afirma que mesmo alguns membros do partido ocupando cargos públicos (como as promotorias de defesa) abriram ações judiciais contra integrantes das tropas de assalto, acusando-os de assassinato e subversão da ordem¹¹⁵. Quando, em março, o governo anulou as queixas contra o “levante nacionalista” (as perseguições, ocupações, mortes, decorrentes da campanha eleitoral de 5 de março), mais de 7 mil processos foram arquivados¹¹⁶. Mas ao findar o ano, o governo decidiu medir as ações das tropas de assalto e controlar sua atuação, assim como manter o controle de todas as prisões e encaminhamentos ao campos de concentração.

É disto que trata o texto da nota ao referir-se ao “serviço de trabalho voluntário”. As

115 EVANS, *Op. Cit.*, págs. 540-545.

116 *Idem*, pág. 544.

SA como forças auxiliares da política prendiam, torturavam e encaminhavam a campos de concentração sem objetivos definidos pelo comando central do partido. Hitler queria ter este controle e previu que as ordens de prisão e interrogatório, assim como as condenações a trabalhos forçados seriam expedidas somente pelo órgão do Ministério do Interior à partir de 1934, tirando a autonomia desordeira dos camisas-pardas. Também era uma comprovação (que sequer fora muito necessária) de que o discurso de Hitler no início de fevereiro (em que, como vimos, prometera não colocar nazistas na polícia) fora apenas um engodo.

A nota, ao tratar dos tribunais, debate a questão dos direitos civis:

Assim todos os cidadãos não são estritamente iguais perante a lei. A teoria constitucional nazista repudia o princípio da igualdade. Na nova constituição ora em consideração, prevêem-se duas sortes de cidadãos.

Plenos direitos aos postos do Estado, assim como a todos os privilégios cívicos, serão reservados aos “membros do povo alemão” (Volksangehörige) somente. Os alemães não-arianos serão meramente “súditos do Reich” (Reichsangehörige) e serão protegidos pela lei, mas não poderão exercer funções públicas nem culturais.

A nota termina por dizer que existiam alguns empecilhos à adoção da nova ordem constitucional, nomeadamente o presidente Hindenburg, a quem Hitler não pretendia destituir, e Göring, primeiro ministro da Prússia, que se opunha ao fim do federalismo, de quem a Prússia era um das principais beneficiadas.

Em março, no dia 7, o DP comentou sobre uma “nova religião” que surgia na Alemanha:

o hitlerismo que pouco e pouco vai transformando a vida interna da Alemanha e até mesmo velhos e arraigados costumes do povo, cogita agora da criação de uma nova religião oficial, que virá a ser reconhecida oficialmente no país.

O movimento no sentido de ser criada a terceira religião foi iniciado em 30 de julho último, quando com mil hitleristas religiosos, separados da cristandade, celebraram uma convenção em Eisenach, declarando que eram responsáveis perante a divindade de sua origem germânica.

O sr. Rosenberg, que fiscaliza todas as organizações religiosas, é autor de um livro, no qual critica a cristandade, crendo-se, em geral, que implantará o culto germânico.¹¹⁷

Embora faça referência a um “30 de julho último”, não parece ser até o momento analisado no jornal o costume de “requentar notícias”. A nota possivelmente fazia referência a uma data anterior, mas parece improvável que fosse de julho de 1933. Rosenberg era um

117 *Diário Popular*, 7 de março de 1934, pág. 3.

dos principais ideólogos do partido e um inveterado inimigo das religiões. “Intitulada O mal do século XX, em homenagem à obra principal de seu ídolo, Houston Stewart Chamberlain (...) o livro havia vendido mais de 1 milhão de cópias em 1945 e algumas de suas ideias tiveram influência”¹¹⁸.

Em maio, o jornal publicou texto sobre a visão nazista do feminismo, reproduzindo algumas opiniões emitidas por Goebbels.

Acusado de pretender impedir o surto do movimento que, nesse sentido, vai sendo também evidenciado naquele país, quanto a reivindicação de direitos que até agora lhe tem sido negados, o hitlerismo convoca as delegações das associações Femininas nacionais e socialistas para, perante elas, em solene afirmação, conceituar largamente o problema do ponto de vista doutrinário em que o coloca.

Não nega o direito que deve ser reconhecido à mulher de participar do movimento que interessa a vida pública do seu país, estabelecendo, no entanto, restrições que importam certas normas de atividades mais concentradas com o papel nobre e superior que lhe está reservado: o de esposa e mãe.¹¹⁹

Este papel era, contudo, temporário, conforme segue:

Justificando-se da acusação de anti-feminista por pretender colocar a questão nos seus devidos termos, está convencido de que a mulher em breve erigirá ao lado do novo ideal masculino uma nova fórmula de ideal feminino.

Mesmo assim, a mulher ainda não estava “apta” a independência e a livre iniciativa. Para ele, o homem deveria permanecer o líder da casa, dos negócios e dos destinos da família e a esposa deveria dar-lhe o suporte necessário para tanto:

E procurando esclarecer seu pensamento prossegue enquadrando a atividade teatral às relações impostas a vida em comum.

O homem é o diretor e a mulher é o encenador da vida. Cabe ao primeiro traçar as grandes linhas e formas da vida; constitui missão essencial da segunda dar a essas formas vida e colorido.

Daí a conclusão a que chega, atribuindo a cada qual uma função específica no lar, e, consequentemente, considerando a família o terreno natural reservado a mulher: nela é rainha e soberana.

O nazismo negava às mulheres qualquer papel de proeminência. Até mesmo durante os duros anos de guerra, enquanto a União Soviética empregava pilotos e tanquistas mulheres, a Alemanha dava-lhes apenas o serviço manual nas indústrias de armamentos. No campo político, a criação da Liga de Mulheres Nacional-Socialistas foi, entre todas as orga-

118 EVANS, *Op. Cit.*, pág. 233.

119 *Diário Popular*, 10 de maio de 1934, pág. 3.

nizações nazistas, aquela responsável por propagar esta mesma ideologia de submissão e dedicação ao lar.

Para o DP, na verdade, a opinião de Goebbels e os planos nazistas para as mulheres eram um resgate de algo que já deveria ter sido posto em prática muito antes:

Entretanto sem embargo das boas e sãs teorias pregadas, pode dizer-se mesmo fundadas no melhor conceito, a impressão é que a concepção nazista veio tarde demais, disposta, na melhor intenção, a cortar as arestas extremistas do feminismo, que já agora é uma pedra que rolou...

A pedra de fato havia rolado para as incursões especulativas de fundo “filosófico” para o DP. Em junho, com a epígrafe “Jesus Cristo era judeu?”¹²⁰, o jornal reproduziu texto na seção internacional enviado de Berlim que especulava se Jesus poderia ser considerado um ariano e aceito no Terceiro Reich.

A primeira resposta aparece agora no “Deutscher Zeitung”, órgão dos cristãos alemães de Wurtemberg e o autor do escrito, que é presumivelmente algum teólogo nazista, declara logo de princípio que a sua explicação “é a melhor resposta possível”.

A resposta dada pelo “teólogo nazista” era a de que Jesus era um “meio-judeu”. Nascido de Maria, judia, e do Espírito-Santo (ou seja, o pai não era judeu), esta “metade judia” o prejudicava. Mas Jesus se revoltou contra os judeus, o que demonstrava que seu espírito era puro – era, de fato, um espírito como o nacional-socialista.

A Bíblia – escreve [o ideólogo nazista] – dá grande importância ao fato de Jesus não ser inteiramente judeu.

A mãe de Jesus era provavelmente judia: Jesus, porém, era apenas semi-judeu. Ora, não sendo filho de pai judeu, será forçoso admitir que a formação do seu corpo no seio materno tivesse sobre ele influência decisiva?

Corroborando a visão destinada às mulheres no Terceiro Reich, era “forçoso” que a mulher deixasse mais impressões no filho do que o homem. Se José fosse o progenitor, aí sim teríamos um Jesus completamente judeu, mesmo que Maria não fosse judia. Contudo, o fato de Maria ser judia mas somente ela ter participado, de sangue judeu, na geração de Jesus, parece ter-lhe dado um pouco de esperança de ser redimido diante do nacional-socialismo.

Não. No máximo seria possível dizer que o corpo de Jesus era semi-judeu. A alma, o caráter, toda a constituição interna de Jesus não o eram, porque ele se revoltou contra o judaísmo. De

120 *Diário Popular*, 13 de junho 1934, pág. 3.

espírito não era, certamente judeu, porque era divino e gerado pelo Espírito Santo.

O mesmo espírito que gerara Jesus e o libertara do judaísmo deveria ser também aquele que era recebido pelo alemão nacional-socialista. Talvez, inclusive, o fato de ser “menos judeu” o tenha favorecido, pois logo manifestou-se a revolta. A metade-judia de Jesus era como uma verdadeira chaga e foi destinada por Deus para que Jesus a combatesse, fosse sacrificado e renascesse como homem livre (do judaísmo):

Que Jesus tenha nascido em território judeu e se submetesse a uma lei de circunstância, isso significa que ele queria e devia combater o judaísmo e não podia nascer, por exemplo, na Alemanha, onde não havia judeus.

Em conclusão, Jesus era ou não judeu?

Sim, de metade do corpo: de espírito, não. Mas o corpo de Jesus morreu na Cruz e o Cristo que ressuscitou para a eternidade não pertence a nenhuma raça.

O texto era finalizado por algumas observações e uma assertiva. Dizia que “a revolução nacional-socialista se estende à igreja” e que “a igreja católica, sobretudo, combateu o nacional-socialismo (...) mas há também teólogos protestantes que se colocam nas fileiras dessa igreja antinacional”.

É preciso combater apaixonadamente esses teólogos. Preferimos o paganismo que se alia a um amor fanático para a Alemanha. Nosso coração considera a Alemanha a única Terra Santa.

Enquanto o noticiário internacional do DP “filosofava” sobre o feminismo e o judaísmo de Jesus, na Alemanha um passo decisivo fora dado.

Desde que Hitler assumira o poder, principalmente nas semanas seguintes até as eleições de 5 de março de 1933, as Tropas de Choque varreram a Alemanha, de norte a sul. Depois de junho, quando tanto os sindicatos como os partidos estavam sob controle do estado nazista, a revolução havia sido dada como completa, por um lado. Fora a “revolução nacional”, mas a “revolução socialista” ainda aguardava. Röhm a chamava de “segunda revolução”¹²¹.

A tática da revolução legal do modo como a empregou Hitler permitiu que a tomada do poder se efetuasse sem o uso muito aparente da força, sem maior derramamento de sangue e evitou o dilaceramento muito profundo que atinge a todos os países recém-saídos de um período revolucionário. Essa tática, contudo, importava em um risco: ao se adaptarem, os

121 Segundo SHIRER, *Op. Cit.*, pág. 307, o termo foi moldado pelo próprio líder das SA. O mesmo também foi utilizado por alguns ideólogos do neo-fascismo para designar alguns de seus movimentos mais recentemente.

antigos dirigentes poderiam finalmente infiltrar-se no surto revolucionário e colocar em xeque, teoricamente pelo menos, o novo regime.¹²²

Estes infiltrados eram os oficiais do exército, os aristocratas prussianos, os *Junkers* e ricos industriais como Thyssen e os Krupp, colocados em posições de poder dentro da administração nazista, que participavam dos cerimoniais de governo, das reuniões ministeriais, etc. Röhm havia se afastado de tudo isto e deixara o segundo escalão do partido tomar as posições mais altas (Goebbels, Göring, Frick), porque não os tolerava. Segundo Fest, Röhm

deu vazão a seu mau humor nas numerosas críticas referentes ao anti-semitismo, à política externa, à supressão dos sindicatos ou sobre as limitações da liberdade de opinião. Voltou-se com azedume contra Goebbels, Göring, Himmler e Hess, e provocou ao máximo o *Reichswehr*, numericamente bem inferior, ao pretender incorporá-lo na massa do exército pardo e criar uma milícia nacional-socialista, suscitando desse modo a hostilidade dos generais, ciosos de suas tradições e apegados a seus privilégios.¹²³

Ainda em dezembro de 1933, Hitler nomeou Röhm para uma pasta em seu ministério e no final do ano dedicou-lhe uma carta, divulgada pelo jornal do partido, felicitando pela entrada do ano novo e pelos serviços prestados a revolução nacional¹²⁴. No início de janeiro, introduziu o serviço militar obrigatório na Alemanha, levantando uma maré de críticas e ameaças veladas dos países aliados. Röhm, por sua vez, respondeu a Hitler em tons cordiais ao mesmo tempo em que se dirigiu ao *Reichswehr* declarando que tomava as defesas do Reich como obrigação das SA, cabendo ao exército somente o treinamento militar¹²⁵. O *Reichswehr*, por sua vez, através do General von Blomberg, Ministro da Defesa, oficializou o uso da suástica incorporado aos brasões do exército, colocando Hitler em um momento de decisão: ou tomava o partido dele ou das SA.

Sem a formação especializada que o *Reichswehr* possuía, as SA como força armada somente serviria para fins de defesa – algo muito distante de seus planos para o futuro da Alemanha.

A mudança de postura [do exército] veio através de Blomberg, quando as notícias do agravamento do estado de saúde de Hindenburg começaram a repercutir nos círculos oficiais. Em

122 FEST, *Op. Cit.*, pág. 531.

123 *Idem*, pág. 533.

124 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 312. Shirer destaca o uso do pronome pessoal *du*, dado somente aos íntimos de relacionamento.

125 FEST, *Op. Cit.*, págs. 534-536.

abril, durante as manobras militares de verão, Hitler encontrou-se com cabeças-chaves do Reichswehr. Através do Ministro da Defesa, Blomberg, e do Almirante Raeder, a sucessão presidencial foi posta em pauta.¹²⁶

A partir deste momento, segundo Fest, Hitler já estava disposto a agir. Röhm fora chamado, juntamente com Himmler e os demais líderes das SA, para uma reunião com a liderança do *Reichswehr*, onde Hitler transmitiu seus planos de relegar às SA funções secundárias de defesa e primárias de instrução pública na ideologia do partido. O Exército seria revigorado e mantido. Röhm inicialmente manteve-se cauteloso e conciliador, para logo contra-atacar junto a Hitler, propondo um meio-termo em que as SA seriam integradas ao exército alemão e treinadas por ele. Hitler recusou a proposta e, diante disso, Röhm iniciou uma campanha de desfiles e paradas militares, além de intensificar o treinamento das SA, fazendo circular pelos ambientes do partido a iminência do *putsch* que derrubaria o *Führer*¹²⁷.

O “*putsch Röhm*” segundo amplo consenso historiográfico fora propagandeado por outras duas lideranças nazistas: Göring e Himmler. Göring, como Primeiro Ministro da Prússia e chefe da polícia secreta (Gestapo), via a influencia de Röhm, o segundo homem dentro do partido nazista, prejudicar-lhe os planos de poder político que almejava, tendo em vista que as SA e seus 4 milhões de homens eram imensamente maiores do que o próprio partido em toda a Alemanha. Da mesma forma, Himmler, que não passava na época de chefe de uma das divisões das SA – as SS, via na organização liderada por Röhm um dos empecilhos que lhe dificultava a ascensão. Contudo ele, assim como Göring, havia conquistado um grande trunfo interno, ao trazer para as suas SS a responsabilidade de organização do *Sicherheit Dienst* (SD). Coordenados, Gestapo e SD elaboraram listas de líderes SA que deveriam ser exterminados e falsificaram documentos e boatos, conseguindo mobilizar tanto tropas SA quanto o próprio *Reichswehr*, ambos sob o alarme de um ataque recíproco.

Hitler, convencido do *putsch* também por Goebbels, que tomara o partido de Hitler na disputa com Röhm, mandou que o expurgo fosse executado na noite do dia 30 de junho de

126 CAETANO, *Op. Cit.*, pág. 56.

127 Existem divergências se estas ações faziam de fato parte de uma campanha para a deposição de Hitler, pois nada que as evidencie foi até hoje encontrado. Röhm poderia estar, ao promover as paradas e o aumento dos treinamentos, apenas ocupando o tempo livre das tropas que estavam bastante ociosas. Shirer aceita a teoria de um golpe planejado, enquanto Fest mantém-se cético sobre ele.

1934. O número total de mortes até a atualidade não possui consenso. Especula-se que mais de 200 pessoas foram mortas, incluindo grande parte das lideranças SA¹²⁸. A lista, contudo, não se restringiu as Tropas de Choque ou mesmo ao partido, mas também a antigos opositores de Hitler e do regime. Foram mortos, entre diversos outros, Gregor Strasser, que até a tomada do poder fora o segundo na linha de comando do partido nazista; o General von Schleicher, que substituíra Papen; os dois secretários particulares do próprio vice-Chanceler, responsáveis pela redação de um discurso que semanas antes Papen pronunciara e que havia irritado profundamente a Hitler, e o ex-primeiro ministro bávaro Gustav von Kahr, que em 1923 traíra Hitler e Ludendorff no *putsch* da cervejaria em Munique. Röhm foi inicialmente preso em Munique e enviado à prisão. Hitler esteve relutante em dar-lhe fim, mas acabou cedendo aos pedidos de Rudolf Hess e ele foi morto na tarde do dia 1º de julho¹²⁹.

Por mais repugnantes e vulgares que sejam as circunstâncias que envolviam, no caso, a morte de um amigo, cumpre indagar se Hitler tinha outra alternativa. Qualquer que fosse o ponto alcançado por Röhm no preparo de seu estado SA, resta o fato de que ser verdadeiro objetivo, acima de todos os adornos ideológicos, era a primazia de uma visão “soldadesca” do mundo.¹³⁰

No dia 7 de junho uma coleção de notas sobre os acontecimentos do expurgo foram publicadas pelo *Diário Popular* (algo que vinha se tornando hábito). Sob o título de “Os últimos acontecimentos na Alemanha”¹³¹, a primeira nota, de Berlim, dizia que a situação política estava esclarecida.

O comunicado do conselho de ministros acentua discretamente quem seja o fiador da legalidade na Alemanha. O exército pela voz do general Blomberg exprimiu ao chanceler do Reich o seu reconhecimento por haver aniquilado a conspiração que fazia perigar a segurança do Estado. Se a operação de 30 de junho teve completo êxito pode dizer-se de outra parte que a revolução nacional-socialista está definitivamente terminada.

Os dias sangrentos de sábado e domingo foram assim uma verdadeira contrarrevolução.

A contrarrevolução de que fala a nota era, para a especulação do jornal, um fator de

128 KERSHAW, *Op. Cit.*, pág. 517.

129 Desde Shirer, passando por Fest, Kershaw e mais recentemente por Evans, os acontecimentos entre abril e junho de 1934 encontram narrativas semelhantes. Shirer reunira, já na década de 60, os principais elementos para a narrativa do expurgo de 1934, que foram, em ambas obras, utilizadas de maneira semelhante. Fest adiciona os elementos mais psicológicos do comportamento de Hitler no evento, dando grande dramaticidade ao perfil psicológico do líder nazista desde a tomada das decisões políticas durante os meses anteriores até suas atividades após o expurgo. Kershaw apresenta a melhor coleção de dados sobre o expurgo, acrescentando detalhes inéditos. Evans reúne informações de ambos autores.

130 FEST, *Op. Cit.*, pág. 550.

131 *Diário Popular*, 7 de julho de 1934, pág. 5.

ruptura do nazismo. Algo que o poderia fazer declinar nos meses seguintes e que colocava em risco sua continuação no domínio da Alemanha. O temor, propagado pela imprensa internacional, foi reproduzido no DP:

Há, entretanto, várias questões essenciais que permanecem em suspenso. Até o presente o movimento nazista era então movido por uma espécie de impulso místico das massas. Neste sentido, o sr. Goebbels pudera declarar, há cerca de seis meses, que o nacional-socialismo era uma forma aperfeiçoada de democracia. O ministro da propaganda acrescentara recentemente que uma nova consulta plebiscito ao povo daria a Hitler a mesma maioria de 12 de novembro de 1932. O chanceler, porém, no momento em que o curso de toda a sua política parece transformado não anuncia o seu propósito de recorrer ao plebiscito.

A ditadura de Hitler, doravante, para se firmar, terá que se apoiar na opinião das massas, numa popularidade um tanto passada e na lembrança de muitas desilusões. Terá que se estejar em fim de contas na polícia e no exército.

A nota aprofunda ainda mais a relação, que parece ser “inerente”, do nazismo com o exército. Nela, o *Reichswehr*, preterido por Hitler ao invés das SA, dá provas não apenas da simpatia nazista, mas de sua poderosa influência política através do presidente Hindenburg e do vice-Chanceler.

Não é fácil de ver, todavia, sob que forma se apresentará a influência doravante predominante da *Reichswehr* na política nacional da Alemanha.

De fato o general von Blomberg declarou que a *Reichswehr* não se intrometia em lutas políticas internas. O sr. Franz von Papen poderia, talvez, ser o expoente político da nova fase do governo hitleriano a despeito dos avatares dos últimos dias, visto que conserva a confiança do marechal Hindenburg, chefe do exército e a dos meios militares. Como conciliar, porém, a continuação do vice-chanceler no governo, depois das medidas de rigor de que foi alvo e do assassinato, no seu gabinete, de um dos colaboradores mais íntimos, von Bose? Mas, de outra parte, como poderia manter von Papen a sua influência política se deixasse o governo? Falou-se a verdade no nome do general Goering, mas este, além das funções que já exercia acaba de ser nomeado diretor geral das florestas e monteiro-mor do Reich.

Cumprir não esquecer por fim que o sr. Von Papen foi especialmente encarregado da questão do Sarre e nestas condições o seu afastamento do governo não deixaria de produzir impressão desastrosa no ânimo das populações sarrenses.

Como quer que seja, subsiste grande incerteza a respeito da orientação da política interna alemã.

A segunda nota, vinda de Londres, especulava pelo fim do “hitlerismo”, orientado por Mussolini¹³²:

Afirma-se que durante a entrevista realizada em Veneza, Mussolini aconselhou reiteradamente a Hitler que restabelecesse a Monarquia na Alemanha. O novo Kaiser seria o Príncipe Luiz Fernando, segundo filho do ex-Kromprinz. “Se não se proceder a restauração – acrescenta o “Daily Express” – o regime hitlerista tem seus dias contados: só tem vida para seis meses.

132 *Idem, ibidem.*

Esta é pelo menos a opinião de muitas pessoas.

A nota nada parece ter em haver com o expurgo, mas reflete comentários que circularam nos meios jornalísticos sobre a situação econômica da Alemanha, originados nos meses anteriores. A tomada de uma atitude política por parte de Hitler no sentido de solucionar uma crise que era mais interna ao partido nazista do que externa, e sua reunião com Mussolini apenas 2 dias antes do expurgo, parecem ter movido o jornal a relacionar uma coisa com a outra. Ou seja: a crise econômica levava o partido a crise interna, enfraquecendo suas bases, que não resistiriam a mais que “seis meses” adiante. À continuação, nova nota de Berlim dava conta do clima da capital alemã após o expurgo:

O novo chefe das seções de assalto, o sr. Vitor Lutze [Viktor Lütze], que substituiu o capitão Röhm [Röhm], à frente das formações das S.A., atualmente licenciadas, fez fixar em todas as ruas da capital cartazes em que se reproduziu as ordens imperativas proclamadas pelo chanceler Hitler, sábado último.

O aspecto da capital continua a ser normal, salvo o desaparecimento dos uniformes pardos que davam a Berlim o aspecto de imenso quartel.

Somente os membros da S.S., seções especiais correspondentes a guarda hitleriana, continuam a circular com os característicos uniformes pretos, geralmente em grupos.

A repressão da “Revolta Roehm” provocou na população da cidade sentimentos bastante confusos. A maioria do público depois da emoção de terror dos primeiros dias permanece, entretanto, apreensiva visto que aguardava uma exposição completa e coerente das ocorrências ao passo que o governo desde domingo nada comunicou oficialmente. Ignora-se ainda o número das execuções. Consta, segundo boatos correntes, que foram efetuadas e são mantidas numerosas prisões de pessoas cuja sorte é desconhecida, o que concorre para o mal estar geral. Os jornais estrangeiros tem sido arrebatados do pontos de venda.

O público procura saber o que se passou e o que o estrangeiro pensa sobre os acontecimentos da Alemanha. A falta de confiança nos órgãos oficiais parece ser o sintoma mais saliente do estado de espírito reinante. Embora os jornais estejam repletos de telegramas de fidelidade e felicitações ao Führer, as informações publicadas não parecem impressionar as massas.¹³³

O quadro descrito, de desconfiança e apreensão, perduraria pelo menos em relação aos atos oficiais até a metade do mês, quando finalmente Hitler pronunciou-se sobre os eventos. Nesse meio tempo, já no dia 1º de julho o General Blomberg agradecera sua atuação decisiva e no dia 3 o próprio Hindenburg, em nota publicada na imprensa, fez o mesmo¹³⁴.

133 *Ibidem*.

134 A nota, segundo Kershaw, foi redigida pelo secretário Meissner. Possivelmente Hindenburg sequer a tenha visto. KERSHAW, *Op. Cit.*, pág. 519.

A última entrada foi trazida de Madrid, citando o jornal *El Debate*, órgão católico espanhol até aquele momento simpático ao nazismo alemão:

O que espanta, antes de mais nada, é a dureza da sangrenta repressão. Esta foi de tal natureza que, por mais largas que se concebam as atribuições do poder, só com dificuldade poderá ser justificada. Só encontramos uma explicação para essa brutalidade: em face do movimento, o chanceler Hitler julgou que devia firmar o seu prestígio de chefe, que se começava a discutir, por meio de um gesto pessoal de autoridade.¹³⁵

A análise não estava distante de uma explicação aceita atualmente pela historiografia, mas para o leitor da época o conjunto de fatos resumidos nesta edição apareceu como um choque. Até o momento, apesar de todas as atribulações pelas quais Hitler e o partido haviam passado, jamais chegara-se a um ponto de ruptura interna. O partido sempre foi único, indissolúvel. A unidade de seus membros e a coerência de sua ideologia eram os baluartes do nazismo divulgados pela imprensa. Em julho, um sinal claro foi dado: havia uma ruptura na estrutura e que esta se mostrava em cores de sangue.

Como as notícias que chegavam eram confusas, o jornal aguardou mais um par de dias para voltar a reproduzir notas sobre a situação na Alemanha. No dia 11, reuniu outra coleção de entradas que davam conta de aspectos ainda inéditos do desenvolvimento do expurgo.

Tudo indica que o marechal von Hindenburg já está informado de que o vice-chanceler von Papen sofreu humilhações por parte do governo hitlerista. Conquanto o vice-chanceler seja a segunda pessoa do governo, além de amigo pessoal de Hindenburg, foi mantido três dias sob prisão preventiva: os seus secretários detidos, o secretário particular assassinado, os papéis particulares examinados e os seus amigos presos.¹³⁶

A sua posição de vice-chanceler tornou-se, pois, insustentável no governo e tudo faz crer que von Papen insistirá na resignação.

Uma agência noticiosa oficial, referindo-se sucintamente ao encontro de Hitler com Hindenburg, diz que o presidente agradeceu ao chanceler a sua atitude decisiva de sábado, mas não menciona o objetivo real da sua viagem. Dadas as restrições existentes, nunca será publicado, provavelmente, tudo o que aconteceu.

Por ordem de Goebbels, a imprensa alemã foi proibida de publicar os convites para enterro dos mortos no expurgo e apurou o trabalho de censura em relação as notícias divulgadas¹³⁷. O panorama ainda era visto com mais pesar:

135 *Diário Popular*, 7 de julho de 1934, pág. 5.

136 *Diário Popular*, 11 de julho de 1934, pág. 5.

137 FEST, *Op. Cit.*, pág. 552.

Conquanto, tenha terminado a fase dos fuzilamentos, o chanceler adquiriu um número considerável de inimigos, os quais não pode mandar fuzilar, e criou problemas que não podem ser resolvidos à bala nem a prisão. Deste modo está envolvida em uma série de problemas complicados, militares, econômicos e financeiros, ainda inéditos até então no atual governo. Entre esses problemas, figura o afastamento de von Papen sem ofender a Hindenburg, a Reichswehr e aos católicos.

Subsiste ainda o antagonismo entre a Reichswehr e os membros radicais dos nazistas. A questão econômica e financeira, inclusive a cobertura em ouro do câmbio, tem decrescido de dois por cento. Além disso, há o isolamento virtual da Alemanha nas suas relações exteriores.

Por outro lado, a situação das Tropas de Choque parecia ainda não controlada naquele dia:

Diz-se que membros das tropas de assalto em traje civil reuniram-se no bairro Wedding (...) aos gritos de vingança.

Foram tomadas medidas de precaução em toda a capital. Um representante nacional-socialista disse: “alguma coisa mais está fermentando”. E mais: “a determinação de Hitler demonstra que o país está sendo governado com mão de ferro e uma forte vontade”.

Sabe-se que o complô de Röhm tinha grandes ramificações. As tropas de assalto mostram-se agitadas em virtude da notícia de que em breve serão licenciadas e teme-se que vinguem os fuzilados.

A nota de mais interesse continha o depoimento de um jornalista possivelmente britânico, identificado como Webb Miller, da *United Press*. Ele descrevia sua saída de Berlim, assim como a de seus companheiros de trabalho, pois acreditava que uma trégua seria dada aos acontecimentos “mais importantes ocorridos desde 30 de janeiro de 1933” e que “atraíram sobre a Alemanha toda a atenção mundial”.

Ao sair de Berlim fica um sem número de interrogações comprometedoras que não posso satisfazer. Nenhum outro jornalista, aliás, poderia respondê-las. Deixo o enigma de Hitler e não posso compreender porque ele que sempre foi o primeiro em fazer declarações como chefe em momentos de crise, não fez publicar nenhuma declaração desde sábado.

Para Fest, o silêncio de Hitler advira de uma desorientação psicológica, pois teve “grandes dificuldades para esquecer o assassinato de Röhm e de Strasser”¹³⁸. Miller, naquele momento, poderia somente especular junto ao leitor as possibilidades explicativas:

Muitos afirmam que existem fatores na investigação do afaire de sábado que não convém mencionar em nenhuma declaração pública de momento, porque sua revelação resultaria prejudicial às próprias investigações que se estão procedendo.

Quais serão as posições relativas de Göring [Göring], von Papen, Goebbels e da Reichswehr nas próximas semanas ou meses de ansiedade? Qual será, sem sínteses, o futuro próximo do regime nazi que, segundo os observadores, continuará no poder indefinidamente?

Sobre Hitler e seu estado, o jornalista foi capaz de observar que

Hitler, indubitavelmente, está padecendo o tormento das convicções opostas. Pessoas bem informadas com quem palestrei opinam que Hitler porá a Alemanha acima de todos os interesses partidários, e se fosse necessária uma nova depuração radical de seu partido, não vacilaria em fazê-la. Como chefe, é das incumbências de Hitler sempre por-se as fortes emoções da semana passada e trabalhar pela unificação do país, começando pelo ponto último. Hitler goza ainda de grande popularidade entre as massas populares, que crê que ser ele um homem que não comete nenhuma má ação e que foi atraído por aqueles em quem tinha depositado toda sua confiança.

Indiscutivelmente, para milhões de alemães, o curso que adote Hitler será o correto e verdadeiro. Talvez adote a moderação. Seja qual for o programa que tome, não há possibilidade de ser agora definido.

O comentário sobre o “estado das massas” é de todo interessante. Para o jornalista britânico, as massas haviam aprovado a ação de Hitler porque haviam comprado as histórias até agora divulgadas pela imprensa, único meio de conhecimento do que havia ocorrido em 30 de junho. A versão oficial dos fatos, que chegaria em breve, segundo ele, estava sendo preparada:

Tem-se como certo que o ministro da propaganda está preparando uma declaração, em que dá os detalhes do complô que tramavam Schleicher e Röhm, sobre o qual o público alemão não foi ainda informado.

As breves informações oficiais de sábado e domingo deram ao público pouca indicação sobre o que sucedia. Apenas se deu a conhecer a origem dessas informações, cresce intensamente o interesse do público ao conceder-se maior liberdade de informação, da que se tem permitido durante o ano transcorrido, preocupado pergunta o povo alemão: que vai acontecer agora?

Depois de uma entrada sobre a exigência de Papen de que Hindenburg o receba e que os nazistas apresentassem provas de seu envolvimento no complô de Röhm, o jornal informou que o número de mortos “dizem ascender a 441”, somados aos desaparecidos.

De toda forma, no dia 14 de julho o *Diário Popular* reproduziu a última entrada sobre o assunto e não se tratava de nenhum resumo sobre o pronunciamento de Hitler no dia 13. A nota aparecia com mais especulações sobre os eventos, anunciado a reunião marcada para o Reichstag sem citar a data e que muitos dos membros do parlamento que haviam se reunido em 12 de dezembro de 1933 e 30 de janeiro de 1934 não compareceriam, por estarem mortos ou aprisionados.

Vários deputados presentes a reunião de 30 de janeiro não assistirão a sessão posterior,

entre eles Karl Ernst¹³⁹, Edmund Heines¹⁴⁰, George von Dette, Hans Hain, Peter von Heydebreek, Wilhelm Schmidt¹⁴¹ e August Schneidhurber [Scheidenhuber], que figuram na lista oficial dos fuzilados de 30 de julho. É possível ainda que outros membros faltem a chamada. A lista de mortos é todavia pouco clara e alguns deputados provavelmente estarão presos nos cárceres comuns ou nos campos de concentração.

(...)

O governo também não estará completo: Ernst Röhm, ministro do Reich, foi fuzilado. Não se acredita, outrossim, que o vice-chanceler von Papen possa ocupar ao lado de Hitler o seu posto, pois que sua situação ainda não foi esclarecida.¹⁴²

O jornal nos dias seguintes nada publicou sobre o discurso de Hitler. No dia 28, divulgou o agravamento da situação política na Áustria em virtude do assassinado do Chanceler Dolfuss¹⁴³ e no dia 1º de agosto nota em que se afirmava que a Alemanha não havia tido participação alguma. Dolfuss como se sabe foi assassinado por nazistas austríacos, que pretendiam um golpe de estado. Ao contrário, no dia 1º o DP publicou os resumos da comemoração do Dia do Colono, ocorrido nas Três Vendas. A foto, na qual as autoridades municipais aparecem ao lado de representantes da colônia alemã, trazia a bandeira suástica (a bandeira nacional da Alemanha desde 1933) acompanhada da bandeira da cidade e outras não identificadas.

139 Karl Ernst foi líder de um grupamento SA em Berlim e esteve implicado na acusação de ter, a mando de Goebbels, incendiado o Reichstag. Ironicamente, Göring e Röhm compareceram a seu casamento duas semanas antes. Quando Ernst foi preso pelas SS, encontrava-se em lua-de-mel. Ver SHIRER, *Op. Cit.*, pág. 329 e TOLSTOY, *Op. Cit.*, pág. 136.

140 Heines pertencia a *Femmemord* de Roßbach e foi incorporado nas SA em 1925. Acusado de assassinato em 1929, foi anistiado e tomou parte no parlamento em 1930. Foi preso pelas SS em 30 de junho quando dormia com outro homem. Hitler pessoalmente teria entrado em seu quarto e ordenado que se recompusesse. Como negou, foi levado para fora e fuzilado no local junto com o amante. Ver SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 330; FEST, *Op. Cit.*, pág. 548 e TOLSTOY, *Op. Cit.*, pág. 133.

141 Wilhelm Schmidt teve seu nome confundido com o de outro, Willy Schmidt, um crítico musical. Ambos foram mortos pelas SS. SHIRER, *Op. Cit.*, pág. 334.

142 *Diário Popular*, 14 de julho de 1934, pág. 3.

143 *Diário Popular*, 28 de julho de 1934, pág. 1.

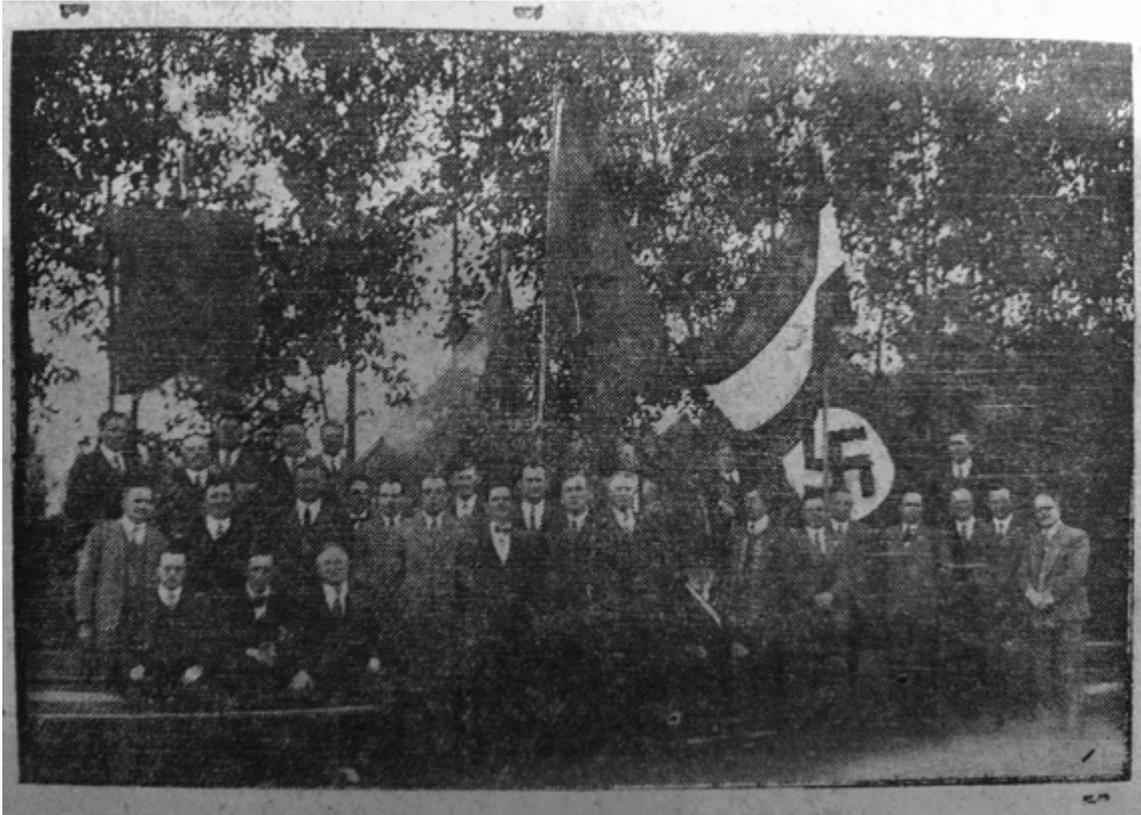


Figura 4: Representantes da colônia alemã e autoridades do município de Pelotas em 1934.
 Fonte: *Diário Popular*, agosto de 1934. Acervo: BPP. Pelotas, RS. Reprodução do autor.

A questão austríaca e o restante, por outro lado, foi prontamente deixada a segundo plano no dia 3 de agosto, quando o *Diário Popular* noticiou o (já esperado) falecimento de Hindenburg¹⁴⁴. No dia seguinte o representante das classes conservadoras, que glorificava o passado imperial alemão e seus representantes também conservadores, resolveu manifestar-se em um artigo assinado por Barros Cassal, então na função de vice-diretor ao lado de Joaquim Luís Osório. Acompanhado de um clichê fotográfico de Hindenburg, intitulava-se “A Alemanha de luto”¹⁴⁵:

De fato: a Alemanha deve estar, nesta hora, de luto. Raras vezes, na história da humanidade, um chefe de Estado e, principalmente, um militar terá alcançado maior prestígio e despertado uma tão grande confiança no seio do povo, como o marechal Hindenburg na Alemanha. Dele se poderá dizer sem sobra de exagero: sua história é a história de sua pátria. O seu espírito, o espírito do povo alemão com o qual viveu e morreu identificado, depois de lhe prestar os mais assinalados serviços, na paz e na guerra.

Os dias de glória, de bem-aventurança e tranquilidade daquela nação europeia, como os de sacrifício, de tristezas e infortúnio, viveu com ela, dando a todos exemplo de rara conduta

144 *Diário Popular*, 3 de agosto de 1934, pág. 1.

145 *Diário Popular*, 4 de agosto de 1934, pág. 1.

cívica e de são patriotismo, fazendo ressaltar no espírito e no coração os contornos morais de sua eminente personalidade. Já na idade proveta, atingira ao posto supremo do governo alemão. É que as suas qualidades de soldado, aliava aos atributos do cidadão e do estadista. É assim que vemo-lo, logo após a tremenda convulsão de 1914, quando a Alemanha atravessava talvez a hora mais delicada e difícil de sua existência política, assumir o governo, em cujo posto vem ele agora de perecer.

Posto que com oitenta e quatro anos feitos, a morte de Hindenburg ecoou, dolorosamente, em toda a Alemanha. Para substituir o velho e glorioso soldado alemão, assumiu já o governo da república o sr. Adolf Hitler.

E que grave responsabilidade pesa sobre os ombros do chanceler...

Pelotas, 3 de agosto de 1934

J. DE BARROS CASSAL

É possível considerar que o jornal nutria uma admiração pelo presidente alemão. Ignorava-se, até então, o papel que desempenhara ao entregar a sua pátria aos nazistas, mesmo quando seu antigo companheiro de farda e velho amigo, Ludendorff, ciente do que o nazismo representaria à Alemanha por ter com ele coligido em 1923, lhe avisara: “esse homem funesto lançará nosso Reich no abismo e mergulhará nossa nação numa miséria inconcebível. As gerações vindouras o amaldiçoarão em seu túmulo por essa atitude, presidente”¹⁴⁶.

No dia 7, o DP divulgou notas sobre a posse de Hitler e as modificações que ocorreriam daí por diante¹⁴⁷. As notas contam com um teor bastante pragmático, notadamente as que veiculam o pedido de Hitler ao Ministério do Interior e o texto do juramento endereçado ao exército.

A primeira nota tratava de informar alguns elementos do novo regime, como a transformação do parlamentarismo de modelo britânico em um regime presidencialista de modelo americano. Nenhum destes modelos, na verdade, era próximo ao regime nazista, mas serviam ao articulista para exemplificar por aproximação a nova forma que surgira em 1933 e que agora ganharia novos contornos.

Com a ascensão de Hitler à presidência da República, desaparece na Alemanha o sistema político inspirado nas regras do parlamentarismo britânico e cria-se uma forma nova que apresenta mais de uma afinidade com o presidencialismo americano.

O regime ditatorial apregoado e posto em prática pelo nazismo não oferece outra alternativa de desenlace e só mesmo o respeito e o acatamento a figura venerável de Hindenburg

146 FEST, *Op. Cit.*, pág. 490.

147 Hindenburg falecera em 2 de agosto e, segundo Shirer, a lei de unificação dos cargos fora promulgada no dia anterior, 1º de agosto. SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 338.

poderia ter retardado a execução desse ideal, já insinuado, posto que não abertamente, na posição contumaz dos chefes nacional-socialistas, as ideias de restauração da monarquia.

Da mesma forma como antes o era, o texto não admitia a possibilidade de um “segundo nome” no governo de Hitler, como acontecia na Itália fascista de Mussolini. Por isso, Hitler englobaria as duas funções, tanto a de chanceler quanto a de presidente em um novo cargo:

Num projeto de futura constituição para o “Terceiro Reich”, um dos mais conhecidos constitucionalistas do nazismo, Helmuth Nicolai, achava que as funções mais destacadas do Reich seriam as de “Reichsführer”. O Reichsführer seria eleito segundo um processo bastante diverso dos que tem sido aplicado até este momento.

Se essas teorias serão postas ou não em prática, nenhum documento oficial o indicou até este momento, ao menos ostensivamente. A lei especial ontem aprovada em reunião do gabinete e hoje anunciada não diz especificadamente, mas os membros de maior relevo no Partido interpretam a fusão do posto de chanceler do Reich com o de presidente como significativa do que Hitler será enquanto viver o incumbido dessas funções, sob o título de “Führer do Reich, para a Nação e o Povo da Alemanha”.¹⁴⁸

Em outra entrada, vinda de Berlim, o novo *Reichsführer* endereçava correspondência ao ministro Frick para que este submetesse ao povo a aprovação de sua iniciativa de assumir o novo cargo. A primeira nota esclarecia sobre o envio, dizendo que

o próprio Hitler transmitiu ao sr. Frick, ministro do Interior, ontem à noite, instruções precisas a esse respeito, fazendo questão de que haja a sanção do voto popular em favor dessa investidura. Em proclamação solene, lançada ao povo alemão, irradiada por todas as estações de rádio e publicada pela imprensa vespertina, o chanceler Hitler disse que a sucessão presidencial exigida pela desventura que assolou o país, com a morte do presidente Hindenburg, exige duas providencias imediatas: - a primeira, que deu ao extinto um título de significação única, fazia com que pedisse ao país inteiro que, a partir deste momento, fosse ele mesmo considerado “chanceler e führer”, até que o futuro decida em contrário; - a segunda era a manifestação de seu próprio desejo de ficar encarregado da chancelaria e da presidência, simultaneamente, conforme a resolução hoje tomada pelo gabinete, recebendo para tal a indispensável sanção do povo alemão.

Nessa proclamação diz em suas últimas palavras o chanceler Hitler: “Convencido de que toda a autoridade do governo deriva do povo, peço que essa resolução do gabinete seja imediatamente levada ao povo alemão, em plebiscito”.

Apesar da iniciativa de um *referendum* popular, até mesmo o leitor mais alheio aos acontecimentos perceberia, pela nota seguinte, que a medida não tinha retorno. Aprovasse ou não o povo, Hitler não seria destituído. A nota seguinte, e última neste dia, continha o texto enviado ao ministro Blomberg, ao qual todos os membros do Reichswehr deveriam

148 *Diário Popular*, 7 de agosto de 1934, pág.5.

prestar juramento. O texto, que foi amplamente reproduzido na Alemanha através da máquina estatal de propaganda e posto em prática já no dia seguinte, era o seguinte, segundo o DP:

Faço perante Deus o juramento sagrado de obedecer sem reservas ao “führer” do Reich e do povo alemão, Adolf Hitler, comandante supremo das forças armadas. Para dar execução a este juramento, estarei disposto a expor a todo momento a minha vida, como um bravo soldado.

Prestado o juramento, será dado um “hurra” em honra do novo comandante em chefe do Exército alemão. Em seguida, serão executados os hinos nacionais “Deutschland über Alles” e “Horst Wessel Lied”.

Logo, 3 dias depois, a repercussão do juramento da *Reichswehr*, que selou a união do exército com o regime nazista, repercutiu no *Diário Popular*. Sob a epígrafe “Hitler, regente absoluto da Alemanha”¹⁴⁹, o jornal começou a redimir, lentamente após o expurgo, Hitler e seu partido, através do noticiário internacional. O uso do “führer” já era constante.

O juramento de fidelidade do exército ao sr. Adolf Hitler, no momento em que o Führer assume a chefia absoluta do executivo, está sendo considerado como golpe decisivo em qualquer prurido de oposição ao governo, seja da parte dos elementos reacionários, seja da parte do nazismo extremista.

Entende-se que a força do sr. Hitler atingiu agora sua mais alta expressão, só podendo ser contra-balançada por movimento revolucionário de larga envergadura, para o qual não há no momento facção alguma suficientemente sólida, ou com organização adequada.

Não se vê, no horizonte político, núcleo capaz de lançar desafio do prestígio e autoridade do Führer.

Apesar de levantar questionamentos se Hitler teria de fato a mesma lealdade que os soldados prestavam a Hindenburg, principalmente entre as castas aristocráticas ainda vivas dentro do *Reichswehr*, o texto concluía que ele não enfrentaria problemas, pois:

- Hitler concluiu formal, íntima aliança com o exército, quando se descartou do capitão Röhm, malquisto pela oficialidade que, tanto ou mais que ao tempo do Kaiser, é a expressão mais forte da nobreza alemã;

- A situação externa, que as individualidades de responsabilidade reputam perigosa, como que proíbe automaticamente qualquer dissídio de certa envergadura na política interna.

Mesmo aqueles que sempre esperaram forte opressão dos círculos mais aristocráticos da *Reichswehr*, contra as manifestações mais extremistas do nazismo, reconhecem a importância do momento atual para liquidação de contas, na política doméstica.

Além disso, Hitler estava “predestinado” a isso. Essa conclusão, escabrosamente tirada das palavras de Ludendorff por associação, conforme veremos, não é simplesmente

149 *Diário Popular*, 10 de agosto de 1934, pág. 1.

contraditória com a posição que Ludendorff tomara nos anos posteriores ao *putsch* de 1923, afastando-se gradativamente de Hitler e da influência nazista, mas também uma forma de “convencimento” aplicada às classes conservadoras de modo geral. O jornal deve ter visto a argumentação também como suficiente para resolver publicá-la nesta edição.

O quadro da política exterior se apresenta, aos olhos das personalidades influentes do momento, sob a mesma luz de intensa preparação para a guerra, do trágico mês de julho de 1914, de sorte que a mentalidade da elite dirigente afina pelos conceitos sustentados pelo general Erich Ludendorff – semeador de princípios que o nazismo assimilou em suas bases – que em seus livros “Recordações da guerra” e “Conduta da guerra e política”, apontou como fórmula capaz de levar a nação ao sucesso, em caso de crise externa, a concentração de todo o poder em mãos de personalidade marcante, argumentando com o exemplo de Frederico II na Guerra do Sete Anos.

Eis a prova da associação inconsequente feita oportunamente. A crise da política externa a que se referia a nota era, em 1934, a movimentação militar italiana que se preparava para um conflito externo com a Abissínia. De fato, para os que temiam a guerra na Europa, qualquer movimentação bélica era motivo para alarme. Era exagero, até mesmo para aqueles anos, julgar o conflito entre Itália e Abissínia como um perigo a paz mundial, tanto porque a Inglaterra, que defendia os interesses abissínios e a França, chamada como mediadora após o início das hostilidades, mostravam-se completamente demovidas de qualquer ação militar (tanto que a Abissínia foi conquistada sem a ajuda prometida pela Inglaterra em sua defesa). Daí a comparar ao assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e o início da Primeira Guerra Mundial era um longo passo, mas não impossível de ser dado. Os livros de Ludendorff, todos publicados durante os anos 1920, não prediziam que Hitler fosse o líder escolhido, mas já que Hitler lá estava e agia daquela forma, ligar as predileções de Ludendorff com Hitler foi um passo mais fácil ainda.

Assim, a morte do marechal Hindenburg ao lado de quem o general Ludendorff teve a responsabilidade técnica de todas as operações militares executadas, sob a chefia daquele no longo período de que vai da batalha de Tannenberg a outubro de 1918, o falecimento do marechal cristaliza-se em duas consequências capitais:

Todo o poder a Hitler, chefe absoluto da nação; e,

Consolidação da Reichswehr como fator decisivo na política interna e externa da Alemanha, servindo de baluarte aos poderes extraordinários de Hitler.

No dia 19, o diário publicou o “Testamento político” de Hindenburg, levado ao conhecimento da imprensa no dia anterior¹⁵⁰. O trecho reproduzido pelo jornal foi aquele em que

150 *Diário Popular*, 19 de agosto de 1934, pág. 5.

o falecido presidente confiava a Hitler o destino da Alemanha:

Meu chanceler Adolf Hitler e seu movimento deram um passo decisivo e de significação histórica para a grande meta de unir o povo alemão e destruir todas as diferenças de classe e posições. Sei que resta ainda muita coisa por se fazer, e desejo de coração que o próximo ato para unificação nacional seja o ato de se reconciliarem todos os alemães pelo bem da pátria. Deixo o meu amado povo alemão na firme esperança de que o que eu lhe medi em 1919 e que após longo processo de amadurecimento, consumou-se em 30 de janeiro de 1933 (quando Hitler subiu ao poder) se desenvolverá normalmente para cumprimento da missão histórica do nosso povo. Assim, firmei na crença de melhor futuro para a Pátria, posso fechar os olhos e morrer em paz.

Deste modo, vencendo Hitler a “crise” que quase o vencera, segundo o DP, com o expurgo das Tropas de Choque e demonstrando, ao que parecia naquele momento, definitivamente sua vitória particular, Hitler tornara-se o primeiro Presidente e Chanceler alemão. A repercussão de Hitler no jornal torna-se, à partir deste momento, significativa.

Não há, até o momento, meios de conhecer-se como o primeiro clichê fotográfico de Hitler chegou ao DP - se foi comprado pelos editores, se foi doado pelos simpatizantes. Contudo, no dia 21 de agosto a primeira foto do *Führer* alemão foi impressa. E naquele dia não havia quase nada a ser dito. A publicação era apenas para mostrar ao público do jornal que esse possuía a imagem do “führer” alemão que nos últimos dois anos e meio vinha cada vez mais chamando a atenção do mundo¹⁵¹.

No dia seguinte, já com os resultados divulgados através do noticiário internacional, o jornal republicou a foto de Hitler para abrir a coluna com as notícias da Alemanha, divulgando os dados numéricos e percentuais atingidos. Segundo o jornal,

como no último plebiscito de novembro de 1933, o número de votos lançados no Palatinado, foi maior do que em qualquer outra seção eleitoral do Reich. O número total de votantes era de 660.877, dos quais 622.359, isto é, 95%, votaram sim, 21.829, ou seja, 3,36%, votaram não, e 4.246, ou seja, 0,74%, anulados. De outro lado, segundo os resultados até agora obtidos, em Hamburgo houve a menor percentagem de votos sim.

O número total de votantes alistados foi de 909.118 dos quais 650.872, isto, 77% votaram sim, 167.990, ou seja, 20%, votaram não e 21.389 ou 2,6% anulados.¹⁵²

Em outra entrada, o jornal dava notícias das comemorações ocorridas por todo o país, destacando os desfiles dos remanescentes das SA. Note-se que os textos são todos elogiosos à vitória nazista.

151 A imagem pode ser conferida na Figura 6, acompanhando outro texto publicado pelo jornal.

152 *Diário Popular*, 22 de agosto de 1934, pág. 8.

Logo que os resultados oficiais deram a conhecer a vitória grandiosa de Hitler, os destacamentos dos camisas pardas organizaram um desfile à luz de tochas, sendo os homens convidados a se reunirem no campo de aviação de Tempelhofer.

Mais de 14 mil camisas pardas reuniram-se rapidamente, entraram em fileiras com as tochas acesas e, acompanhados por suas bandas, marcharam para Wilhelmstrasse, onde saudaram Hitler, ao passarem pela chancelaria. A grande multidão que se alinhava nas ruas aclamaram-no com entusiasmo sem precedentes.

Hitler absteve-se de votar.

Por fim, o jornal divulgou partes dos pronunciamentos de Hitler, então “empossado” pela vontade popular no cargo que já ocupava desde a morte de Hindenburg. O primeiro foi de sua fala pelo rádio após o plebiscito e o segundo em nota divulgada pela imprensa. Eis o conteúdo da primeira:

Homens e mulheres do Partido Nacional Socialista. A gloriosa vitória de ontem do Partido Nacional Socialista é devida em primeiro lugar a vossa lealdade, aos vossos sacrifícios, aos vossos esforços. Como guerreiros políticos do movimento, como homens de SS e das SA, como os membros das nossas organizações de trabalhadores, jovens e mulheres, vós prestastes um serviço sem precedentes.

Cheios de ilimitada confiança em vós, estou determinado a empreender novamente a luta pela alma e unidade do povo alemão. Nesta nova luz para o bem estar de nosso povo, vós estareis ao meu lado como nos últimos quinze anos. Assim como foi possível vencer com mais de 90% do povo alemão, também nos será possível conquistar os restantes 10%.

Este feito será a coroa do triunfo de nossa vitória.

A segunda nota, mais extensa, foi divulgada na íntegra e é, de certa forma, uma confirmação ideológica da primeira:

Homens e mulheres nacionalistas! Povo alemão! Os 15 anos de lutas de nosso movimento pelo poder na Alemanha, terminaram ontem. O supremo cargo do Reich e de todo o país e dos chefes da mais remota aldeia, estão hoje nas mãos do Partido Nacional Socialista.

Esta é a recompensa pelo esforço imenso de inúmeros sacrifícios. Agradeço a todos que, por seus votos ontem, contribuíram para patentear perante o mundo a unidade do estado e do movimento.

Minha tarefa, em tudo, dependerá desta unidade, e a luta continuará firme, até que o último membro da nação tiver aderido ao ideal nacional-socialista.

Já hoje os planos para a execução desta ação estão completos e serão executados com a característica rapidez e perfeição nacional socialista. A luta pela autoridade no estado terminou. Contudo, continua a luta pelo nosso amado povo. A meta continua inalteravelmente marcada. Deve chegar e chegará o dia em que até o último lampião levará em seu coração, como um credo, o símbolo do Reich.

Após a chegada de Hitler ao poder, este foi, certamente, o maior júbilo nazista antes da anexação da Áustria. Embora os eventos ocorridos logo após a unificação dos cargos presidenciais e de chanceler tenham elevado a posição nazista de maneira a deixar a Eu-

ropa e o mundo apreensivos, sua vitória no plebiscito e a forma como foi propagandeada foram triunfos históricos. Shirer, que cobriu todos os eventos na Alemanha como correspondente, anotou em seu livro que, na reunião feita em Nuremberg no dia 2 de setembro daquele ano, “ao cabo de uma exaustiva semana de paradas, discursos, pompas pagas e da mais desenfreada adulação a uma personagem pública que este autor jamais vira”¹⁵³, Hitler estava exultante. Era o senhor da Alemanha, a própria lei personificada.

No dia 31 de agosto, uma interessante nota no jornal tratou das regras do casamento no novo *Reich* alemão, mas foi a única de real conteúdo pertinente sobre o nazismo entre o início de setembro e meados de outubro. A nota dizia que o casamento deveria ser guiado por alguns princípios do nazismo, entre eles a “sanidade da hereditariedade”, da alma e do corpo; a necessidade de casar-se somente com mulheres alemãs e também “sãs” hereditariamente; o casamento por amor, não por divertimento; e finalmente o fim do casamento como a “posteridade são. Só depois de três ou quatro filhos é que a conservação do povo alemão se acha assegurada”¹⁵⁴.

No dia 24, o DP publicou uma seção dedicada a Hitler ao estilo de “imprensa marrom” moderno: nada relativo ao “marrom” nazista. Intitulado “Adolf, o ‘Belo’, dizem, tem uma bela Leni”, o texto tratava das relações entre Hitler e Leni Riefenstahl, a “Du Barry do III Reich”¹⁵⁵. O texto, de autoria de um certo “Thierry”, afirmava que “os extremados partidários de Hitler afirmam que ele não bebe, não fuma, não joga”, mas

mesmo não bebendo, nem fumando, nem comendo carne, o Führer não é insensível as seduções da mulher. Afastou-se implacavelmente de todas as funções públicas, apontou-lhe como destino exclusivo a cozinha, a igreja e a maternidade, mas elas pelos modos vingaram-se e passaram a mandar na Alemanha, tornando-o seu procurador.

Duas mulheres – sempre segundo Thierry – dispõem de incontestado e incontestável poderio. Uma a certa distância – a viúva de Siegfried Wagner, a nora do grande Wagner; a outra, perto, junto dele – Leni Riefenstahl – a favorita.

Sobre Leni o artigo afirmava que ela, mesmo com somente 23 anos, se firmava “pela capacidade de trabalho e, sobretudo, por espírito de audácia e uma vontade invejável pela maior parte dos homens”. Apesar disso, a descrevia como uma “obscura artista dançarina

153 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. I, pág. 344.

154 *Diário Popular*, 31 de agosto de 1934, pág. 7.

155 *Diário Popular*, 28 de outubro de 1934, pág. 8.

vulgar” que alcançara uma “elevada situação”. Através de “andanças amorosas”, teria chegado finalmente ao círculo de Hitler para, no congresso do partido em Nuremberg em 1933, conseguir o contrato para gravar. Termina por narrar pequenas cenas de inveja causada pela artista entre suas “concorrentes” e os favores que obteve do governo alemão¹⁵⁶.

O ano de 1935 iniciou em relação a Alemanha voltado para a questão do plebiscito que aconteceria na segunda semana de janeiro, para o retorno do Sarre a Alemanha. O jornal dedicou-lhe diversas notas internacionais, dando destaque a comícios¹⁵⁷ e negociações franco-germânicas¹⁵⁸, culminando com a divulgação dos resultados¹⁵⁹. No dia 26, o DP noticiou que o Sarre já estava reincorporado à Alemanha¹⁶⁰.

No mês seguinte, nada se falou da Alemanha até o final do mês, quando o jornal reproduziu uma entrevista de Hitler ao representante do jornal *A noite*, do Rio de Janeiro¹⁶¹. Esta entrevista é reproduzida abaixo na íntegra, o que permite compreender, mais uma vez, como os jornais se referiam ao líder nazista. Desta vez, em destaque, o fascínio do jornalista que o entrevistou e foi, de seu próprio punho, registrado.

O texto começa por descrever como e quando a entrevista aconteceu, dando detalhes dos procedimentos adotados até o encontro com Hitler.

Conseguimos obter do chefe do governo alemão, Adolf Hitler, que nos recebesse em audiência particular, honra que bem poucos jornalistas estrangeiros tem obtido. E foi um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Aschmans, quem nos serviu de introdutor e também de intérprete visto como as declarações de Hitler nos foram feitas em alemão. Desde a porta de Wilhelmstrasse até o gabinete do Führer, nenhum aparato, nenhuma precaução nos indicava que houvesse qualquer receio pela segurança do chanceler. Em todo o trajeto apenas divisamos uma farda: o uniforme negro de um jovem SS sem nenhuma arma. Esperamos alguns momentos, numa sala ampla, decorada, solene, na qual se destacava um retrato à óleo do marechal von Hindenburg, em rica moldura.

156 Leni Riefenstahl, que filmou o Congresso de 1934, também havia filmado o de 1933, mas depois da Noite das Longas Facas, sua exibição foi proibida e as cópias do filme destruídas, por mostrar os dirigentes mortos do partido. O filme de 1934 é, por muitos, considerado um dos melhores do século XX, por suas técnicas de documentário, iluminação e tomadas aéreas em profundidade, que inspiraram as técnicas modernas deste tipo de produção. O Congresso de 1934 também foi uma das obras primas de propaganda, reunindo mais de 700 mil pessoas e representantes da imprensa de todo mundo. WYKES, Alan. **As reuniões de Nuremberg**. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1978.

157 *Diário Popular*, 10 de janeiro de 1935, pág. 3.

158 *Diário Popular*, 11 de janeiro de 1935, pág. 3 e 13 de janeiro de 1935, pág. 5.

159 *Diário Popular*, 15 de janeiro de 1935, pág. 1.

160 *Diário Popular*, 26 de janeiro de 1935, pág. 1.

161 *Diário Popular*, 26 de fevereiro de 1935, pág. 3.

Não tantos instantes, porém, que nos dessem prazo a reflexões. Logo após, o comissário ministerial anunciava-nos que o Führer nos receberia imediatamente.

A seguir, Hitler é introduzido e a “conversa” entre ambos, jornalista e Chanceler, é conduzida:

Abriu-se uma porta e, ao fundo de vasto salão, onde logo avulta em valiosa tela o retrato de Bismarck, surgiu a nossa vista o Reichskanzler Adolf Hitler, que tinha ao lado o chefe das Forças de Assalto de Hamburgo. Vestia calça preta e casaco castanho – a farda de comando – tendo no braço esquerdo a cruz suástica.

É um homem simples, vigoroso, de olhar firme e duro, no qual logo se percebe aquela energia sugestiva que o torna irresistível em face das multidões. Nossa entrevista foi curta. Não durou mais de um quarto de hora. O Führer adiantou-se em passadas militares até nós e colocou-se em posição de sentido. Aschmann apresentou-nos:

- Este jornalista esteve no Sarre, antes, durante e depois do plebiscito. Como tem extremo interesse em realizar uma reportagem sobre o momento alemão, veio a Berlim. Manifesta o maior empenho em ouvir os dirigentes do Terceiro Reich.

Hitler sorriu ligeiramente e tomou a iniciativa da palestra com simplicidade:

- Tenho muito prazer em saber que assistiu, como tantos outros jornalistas estrangeiros, a vitória do eleitorado alemão. Estimo, também, que depois disso queira estudar conscienciosamente os problemas alemães, sistema que me permito aconselhar a todos os que pretendem escrever sobre o Terceiro Reich.

Em seguida, algumas perguntas foram dirigidas pela reportagem, seguidas de respostas:

- Como interpreta a vitória plebiscitária?

- Ela não constituiu somente uma profissão de fé alemã da população sarrense, de que nunca duvidamos: valeu, também, como um grande triunfo para a causa universal da paz. Aliás, entendo que essa causa só entrará numa fase de realizações efetivas e duradouras quando ficar estabelecida a igualdade de direitos entre as nações.

Perguntamos ainda ao chanceler se em algum instante tivera dúvida sobre o resultado do pleito. E o Führer redarguiu:

- Nunca duvidei. Conhecia os sentimentos e as tendências da população sarrense, e estive sempre certo de que se manifestaria pelo retorno à pátria.

- Quanto à impressão do plebiscito...

-Ótima. Tudo se processou com ordem, sossego, regularidade e sob estritos preceitos legais. O pleito transcorreu, a todos os aspectos, de modo exemplar.

A partir daí, segundo o texto, é o próprio Hitler quem questiona e o jornalista emite seu parecer:

O Führer prossegue espontaneamente numa ordem de ideias mais ampla, dizendo-nos:

- Se só falassem do Reich pessoas que o conhecessem nas suas intenções reais e no seu exato procedimento, noventa e nove por cento das injustiças que a nosso respeito correm mundo não existiriam.

Agora, o jornalista sente o reverso da medalha: o chefe do governo alemão interroga-nos com evidente interesse, indagando se do que víramos em Berlim nos dias de permanência,

formáramos impressão definida.

Respondemos que sim, e particularizamos:

- Interessamo-nos [sic], sobretudo, as seguintes instituições: Serviço do trabalho, Socorro de inverno, "Kraft durch Freund".

Hitler mostrou-se sensibilizado com a nossa referência a essas criações nazis. A primeira, que será obrigatória dentro de curto prazo, pretende que todos os rapazes alemães, dos 19 aos 20 anos, façam serviços nos campos de trabalho, onde se preparem para luta pela vida, não se deixando vencer pela indolência e não desprezando os que trabalham em misteres rústicos.

A segunda visa, como o nome indica, evitar que a qualquer alemão, de qualquer seio, categoria, idade ou situação, falte durante o inverno, geralmente rigoroso, o trabalho, o pão, o teto.

A terceira faz parte da "Frente de trabalho", proporcionando a todos os operários que queiram pagar a prestações, e por preços muito baixos, longas excursões por mar e por terra, esportes de inverno, ginástica, diversões de toda a espécie.

Fica claro que se trata de um texto propagandístico e que os termos de sua publicação certamente devem ter incluído essa descrição que, "voluntariamente", o jornalista faz. O trecho final é mais claro neste sentido:

Hitler refere-se com entusiasmo ao espírito de ordem e de trabalho que caracteriza o momento social alemão e apela discretamente para o nosso testemunho de visitante. Dizemos ainda que esperadas visitas dos jornalistas estrangeiros proveito moral dá para o país a divulgação da realidade nacional, bem diversa, afirma ele, do que insinuam ou proclamam versões longínquas, meramente literárias ou políticas.

Depois de autografar um retrato, Hitler, com um sorriso de gentileza satisfeita, despede-se de nós, aperta-nos vigorosamente a mão, na posição de sentido – aquela em que, no momento, está toda a comunidade germânica diante de seu chefe supremo.

A razão desta pequena peça de propaganda seria justificada alguns dias mais tarde, como veremos. Era necessário, naquele momento, preparar a opinião da imprensa mundial para um passo decisivo que a Alemanha tomaria em meados de março: o rompimento com Versalhes. No dia 2 deste mês, na primeira página, o DP reproduziu nova série de notas distribuídas pelas agências alemãs que faziam cartaz positivo da Alemanha. Em uma delas, por meio de um discurso feito por Hitler sob "vibrantes aplausos", o jornal declarou que o nacional-socialismo "vencera a democracia por intermédio da própria loucura democrática"¹⁶².

No dia 19, finalmente, as agências divulgavam que o Reich havia rompido com Versalhes ao tornar o serviço militar obrigatório e aumentar o efetivo das tropas de 100 mil (previsto no tratado) para 500 mil, inserindo 400 mil homens a mais no exército, além de

162 *Idem, ibidem.*

considerar a Força Aérea parte deste efetivo, o que, obviamente, irritou o governo Francês, o maior defensor da aniquilação da força aérea alemã¹⁶³. No dia 20 de março, o DP ocupou toda a primeira página de sua edição vespertina para tratar do assunto. Com letras garrafais, intitulou: “Agrava-se a situação internacional, na Europa, com a denúncia, pela Alemanha, do Tratado de Versalhes”¹⁶⁴, seguindo de “Como as nações receberam a notícia dessa medida do Reich” e “a proclamação do sr. Adolf Hitler – o Exército Alemão será elevado para 600.000 homens – o Führer foi alvo de estrondosa manifestação na capital da Baviera – a atitude da França, Inglaterra e de outras potências – Várias notas”. De fato, a página foi ocupada por diversos trechos noticiosos, de diversas partes da Europa, divididos em 7 colunas.

No dia 27, o clima de “incertezas” que o jornal vinha noticiando recebeu um aporte significativo, com nota enviada de Roma em que o próprio Mussolini alertava que “Hoje em dia, a Itália está armada moral e materialmente. Nós estamos prontos para qualquer eventualidade” e que “na presente atmosfera política impenetrável e incerta, a Itália apresenta ao mundo o espetáculo de uma maravilhosa calma. O futuro será nosso. Faremos tomar tudo que impedir a nossa marcha, assumiremos a proteção da paz europeia graças a vários milhões de baionetas”¹⁶⁵.

A declaração poderia, ao leitor, justificar o “grande medo alemão” de um ataque futuro e suas medidas de proteção, mas não era o suficiente para dar conta de tudo. No dia 28, o próprio governo alemão forneceria maiores explicações de suas justificativas em um texto reproduzido pelo jornal através de uma nota. Esta, extremamente extensa em comparação com o padrão dos textos publicados na seção internacional, era toda uma fala de Hitler divulgada no dia 26 em Berlim em virtude da assinatura da nova lei que instituía o serviço militar obrigatório. Logo é possível notar-se a semelhança da retórica inaugural do discurso: praticamente idêntica a declaração feita dias antes, a Alemanha como vítima da Grande Guerra, a Alemanha confiante no Tratado, a Alemanha traída pelos vencedores.

Ao povo alemão:

Quando o povo alemão, em novembro de 1918, ao confiar nos quatorze capítulos enunciados

163 *Diário Popular*, 19 de março de 1935, pág. 1.

164 *Diário Popular*, 20 de março de 1935, pág. 1.

165 *Diário Popular*, 27 de março de 1935, pág. 1.

pelo presidente Wilson, depôs as armas depois de quatro anos e meio de guerra que jamais desejou, acreditou ter comungado uma grande ideia.

Ao sofrer profundamente os resultados desta luta absurda milhões de habitantes acreditaram na situação de igualdade em que ficaria a Alemanha em face das outras nações.

A amargura da derrota pareceu a muitos alemães um sacrifício necessário para salvar a paz do mundo de uma vez para sempre.

Sobre a Liga das Nações, desta vez, o texto aprofunda o descontentamento alemão: mais que isso, dá razões para o ódio que o nazismo sempre possuiu de Versalhes, a Liga mero instrumento, fomentado por este.

A seguir, de maneira semelhante, a Alemanha havia cumprido, mesmo assim, as demandas de Versalhes. Aqui a nota aprofundou-se, dando números e dados do que fora, na última década, destruído a mando do tratado e não fica claro se é parte integrante da nota originalmente divulgada ou os dados fazem parte de algum anexo colocado no texto:

A Alemanha cumpriu as disposições do desarmamento que lhe foram impostas o que poderá ser comprovado pela comissão fiscalizadora que verificou a destruição de todos seus arsenais bélicos.

Os dados sobre o aniquilamento do arsenal defensivo alemão apontavam grandes quantidades de armas e outros equipamentos militares destruídos e se verdadeiros, impressionam ainda nos dias atuais. Parecia querer que o leitor se convencesse não da destruição total ou algo semelhante do material bélico, mas de que a Alemanha, detentora de tudo isto, realmente era uma grande nação guerreira. E, se tudo era parte do passado e fora destruído conforme o Tratado de Versalhes determinara, a Alemanha estava ou não justamente pedindo igualdade?

A segunda parte do texto direciona-se para a justificativa moral que levava a Alemanha a tomar as medidas necessárias para proteger-se. A denúncia não era mais o objetivo, que possivelmente Hitler julgava feito e em nada resultara. A providência do governo, a partir de então, era buscar a igualdade: se esta significasse armar-se e guerrear, isto seria feito desde que a Alemanha estivesse de igual para igual.

Em meio destas nações altamente armadas com forças modernas e motorizadas, a Alemanha era como um salão vazio sujeita a todas as ameaças. O povo alemão se recorda de haver sofrido infelizmente durante dezessete anos sua miséria econômica e a humilhação moral e política.

Como a igualdade não fora atingida, Hitler buscou de pronto justificar sua saída da

Liga das Nações:

Como não se havia dado para a Alemanha a igualdade que solenemente lhe fora prometida em dezembro de 1932 o novo governo da Alemanha, considerando-se como o protetor da honra e dos direitos do povo alemão, decidiu que não poderia participar de tais conferências ou permanecer como membro da liga das nações.

A partir daí, segundo o líder nazista, era necessário fortificar-se para proteger-se e, também, estar em pé de igualdade com todos os demais. O discurso de países como Inglaterra e França eram semelhantes: suas forças também eram de defesa, que mal faria a Alemanha em ter também suas forças para o mesmo fim?

Não obstante e muito a seu pesar o governo alemão se viu obrigado a ver que durante muitos meses o rearmamento havia sido intensificado em todo o mundo. Na criação do exército Soviético da Rússia com 101 divisões, isto é, 970.000 homens que eles admitem como sua força regular em tempo de paz, o governo alemão vê um elemento que não podia ter sido previsto quando o tratado de Versalhes foi redigido.

Também vê na aprovação obrigada das medidas similares de outros Estados novas provas do rechaçamento das antigas ideias de desarmamento. Está muito longe do governo alemão lançar acusações contra Estados, mas deve desejar constância do direito de que com a implantação de um período de serviço de dois anos, a França desistiu de suas intenções de formar um exército de conscrição a curto prazo, preferindo que a sua organização descansa no serviço de longo prazo.

Exatamente este foi um dos argumentos que continham as propostas para que a Alemanha sacrificasse o seu Reichswehr.¹⁶⁶

Assim, Hitler também justificava, ao manter os objetivos compartilhados das outras potências, que a Alemanha não buscava a hegemonia na Europa. Para ele, o novo exército alemão, menor que o da Rússia soviética, da França social-democrata ou da Inglaterra trabalhista, era apenas um aspecto da força moral alemã: um instrumento para impor respeito.

A resposta às declarações de Hitler logo repercutiram no DP, aumentando o clima de preocupações que as notas secundárias vinham dando continuamente. No dia 29, transcrevendo um artigo publicado no *Diário Português*, do Rio de Janeiro, o jornal classificava a Alemanha como “a ameaça de amanhã”.

O articulista, porém, surpreendia: para ele, a verdadeira ameaça, além de uma guerra de extermínio, seria a “invasão” do ocidente pelos “povos asiáticos”, através de forças ocultas que manipulavam a Europa. Essa força, para os bons entendedores, era a União

166 Os dois últimos parágrafos aqui constam da mesma edição do jornal, à página 5. O texto longo demais foi dividido em duas seções.

Soviética, que estaria se aproveitando da situação para lançar as nações europeias umas contra as outras e que traria à América uma “avalanche de desespero e de miséria”. De certo, falava do comunismo, talvez por acreditar que a “revolução nazista” fosse obra dos aspectos socialistas do partido hitleriano. De fundo, o elemento a ser mantido não era muito distante da ideologia nazista, a raça. Esse conflito entre ideias começariam a se tornar mais frequentes no jornal até o advento do Estado Novo e principalmente após ele. O texto continuava:

É contra esta avalanche, tanto quanto contra aquela invasão, que nos devemos unir, os núcleos raciais, deste lado do mundo. Aqui implantamos, com o nosso esforço e o nosso sangue, uma civilização e uma obra que não podem e nem devem ser anuladas. Por elas morremos, por elas vivemos. Elas marcam uma etapa gloriosa da nossa civilização, elas impõem a razão do nosso destino histórico.

Unamo-nos, portanto, para as defender, não, já, como donos da casa, que o não somos de há muito, mas como guardiões de um patrimônio moral e espiritual que temos o dever de conservar inviolável a custa, mesmo da própria vida.

No início de abril o jornal já havia noticiado a concentração de tropas alemãs na região do Memel¹⁶⁷, área em disputa com a Lituânia, e mais tarde, no dia 7, um artigo sem autoria discutiu a questão da guerra e da paz na Europa. Embora tenha utilizado um sistema de analogias variadas, o texto é interessante porque apreende um pouco dos sentimentos vividos com uma sutil ironia, já que o que fala estava à margem dos textos políticos habitualmente divulgados. Vejamos:

Nos tempos bíblicos, a paz era simbolizada pelo ramo de oliveira, ao bico de um pomba branca; nos dias de hoje, ramo e ave formam apenas uma parte do símbolo; para completa-lo é preciso que se agregue uma boca de canhão. É isso, pelo menos, o que se torna lícito deduzir das afirmativas mais categóricas dos senhores atuais do mundo. Afirmam que querem a paz; e, por isso, constroem canhões, fabricam armamentos em quantidades fantásticas e enchem o espaço de aviões maravilhosos.

Cada um deles, porém, não quer que o seu vizinho faça o mesmo. A Alemanha se arma; a França, que possui o mais poderoso exército da Europa Ocidental, grita que isso é um indifeso culto à força; os Estados Unidos podem, de um momento para outro, transformar suas gigantescas usinas em fábricas de morte; mas gritam contra o Japão, que lança de quando em quando, um pequeno submarino, bem japonês, à imensidade dos mares; a Inglaterra se diz “proletária da paz” mas, com a ameaça dos seus tremendos canhões de marinha, pretende entrelaçar a Alemanha com a Rússia, para viver do outro lado da Europa, com mais conforto e menos dores de cabeça. E assim por diante.

Uma vez que a paz tem de ser armada por não ser concebível a tranquilidade desprotegida, por que será que os senhores do mundo não resolvem fazer a guerra sem canhões? A inversão dos valores se torna lógica pela inversão precedente. Se só é possível a paz com as

167 *Diário Popular*, 4 de abril de 1935, pág. 1.

armas – façamos uma guerra geral de mãos no bolso. E todos nós viveríamos tranquilo, em plena guerra, neste mundo que Deus fez e os homens estão querendo destruir.¹⁶⁸

Entre o dia 10 e a metade de maio, não foram encontradas outras entradas expressivas sobre a Alemanha. O que o jornal publicou neste período ainda tinha a ver com o rompimento de Versalhes e as movimentações políticas e militares. A França, na edição de 10 de março, continuava a enviar tropas para a fronteira¹⁶⁹, em Nanci; no dia 12, os aliados encontraram-se em Stressa e o jornal informava que a Alemanha também estava enviando forças à fronteira francesa¹⁷⁰.

Conforme Evans, a votação no Sarre no início do ano “injetou no Líder alemão uma nova audácia para os assuntos internacionais”¹⁷¹. Em abril anunciou a existência de uma nova força aérea alemã¹⁷² – que secretamente vinha sendo construída desde 1933¹⁷³, e anunciou o alistamento militar obrigatório. A reação internacional foi moderadora, formando então a frente reunida em Stressa, resolvida defender a autonomia austríaca, censurando o programa de rearmamento alemão através da Liga das Nações e, surpreendentemente, com um acordo entre Rússia e França, que fragilizou as relações desta com os aliados do leste, como a Polônia¹⁷⁴.

168 *Diário Popular*, 7 de abril de 1935, pág. 3.

169 *Diário Popular*, 10 de abril de 1935, pág. 3.

170 *Diário Popular*, 12 de abril de 1935, pág. 3. A reunião de Stressa, encabeçada por Inglaterra, França e Itália, visava formar um frente capaz de deter a política externa alemã através de um acordo de cooperação mútua. Nada, contudo, foi de fato acordado: a França procurou a Rússia e firmou um pacto de mútua proteção e esta também o fez com a Tchecoslováquia, minando os dois interesses mais próximos da Alemanha: a Renânia e os sudetos.

171 EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 704.

172 A nova Força Aérea treinava, secretamente, com os *experts* russos. Quando a Guerra Civil Espanhola iniciou e Hitler enviou a Legião Condor para tomar parte junto aos nacionalistas, Werner Mölders e Adolf Galland encontraram-se diante das mesmas técnicas aprendidas nos céus russos, lutando com as forças do governo soviético. Os novos Messerschmitts Bf-109 então dividiram o palcos com os Polikarpovs I-15 *Rata*. Sem dúvida, o Reich somente poderia tirar proveito deste encontro. PRICE, Alfred. **Luftwaffe**, a arma aérea alemã. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1974; URBANKE, Axel. **Luftwaffe im focus**. Osnabrück: Druck- und Verlagshaus Fruomm, 2002; GALLAND, Adolf. **The first and the last: The Rise and Fall of the German Fighter Forces, 1938-1945**. Nova Iorque: Ballantine Book, 1957.

173 Na época, Willy Messerschmitt havia projetado o Me-108 *Tainfun*, modelo comercial de 4 lugares que chamou a atenção do governo nazista. O projeto foi vendido para a *Bayerische Flugzeugwerke* (BFW), que logo tratou de transformá-lo em um moderno caça de combate, o Bf-109 (também nomeado de Me-109), o caça padrão da Força Aérea Alemanha (*Luftwaffe*) na Segunda Guerra. CAIDIN, Martin. **Me-109**, o caça magistral. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1976.

174 EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 705.

No dia 15, uma epígrafe espetaculosa chamava o leitor: “Hitler prefere enforcar-se!” aparecia no topo da primeira página do jornal, seguindo, em letras consideravelmente menores de “a ter de assinar um pacto de assistência mútua em que sejam incluídos os soviets”¹⁷⁵. O texto transcrito na sequência vinha de Nova Iorque, do *Daily Digest*, concedida a Edward Price, incluído dentro do programa de “boa propaganda” do *Reich*.

Ninguém na Alemanha – declara o Führer – deseja a guerra e mais ninguém tomará aqui disposições que possam provocar a guerra. Estamos dispostos, sempre estivemos, aliás, dispostos a subscrever todo e qualquer instrumento cujas obrigações possam ser compreendidas e cujo objetivo evidente seja a paz. Assinaremos pactos de não-agressão com o mundo inteiro, mas não assinaremos nenhum pacto unilateral de assistência mútua no este da Europa. Em circunstância alguma a Alemanha se baterá pelos bolchevistas. Antes de assinar semelhante pacto, eu preferiria enforcar-me.

Até este momento, o jornal havia coberto a chegada de Hitler ao poder e o desenvolvimento das políticas nazistas na Alemanha. Noticiou, como vimos, muitos dos acontecimentos que seriam posteriormente definidores do nacional-socialismo e que lhe dariam a “identidade” histórica comumente aceita: o papel de partido único na Alemanha, a exclusão da vida social dos judeus, o controle estatal sob quase todos os aspectos da vida dos indivíduos, a liderança personificada na imagem do ditador nazista. Em Pelotas, apesar de algumas manifestações, até este momento não havia por parte do jornal um repúdio franco. Lidando com o noticiário internacional, mantinha-se na mesma linha dada pelos correspondentes internacionais. Contudo, foi neste período, entre abril e maio de 1935, que um outro indício não menos importante foi encontrado no *Diário Popular*.

175 *Diário Popular*, 15 de maio de 1935, pág. 1.

CAPÍTULO 3 **Interlúdio: o fascismo e o NSDAP em Pelotas**

O Partido Nacional Fascista (o Fascio) de Pelotas

Lorena Gill e José Fachel já haviam registrado a existência de “nazistas” na cidade de Pelotas¹ sem, contudo, fornecer detalhes de sua organização ou caracterizá-los. Nesta dissertação, julgo ter encontrado elementos suficientes para contribuir com este tema, indo um pouco mais além: busquei, desde 1924, identificar como o fascismo organizou elementos na cidade e constituiu suas formas de atuação. Como veremos, os nazistas de Pelotas estavam organizados segundo o modelo proposto por Ana Dietrich, mas não foram pioneiros. Antes deles, os fascistas italianos haviam se estabelecido em Pelotas.

Em maio de 1924, um navio trouxera ao Rio de Janeiro uma exposição ambulante sobre a produção industrial e cultural italiana. No dia 15, o jornal publicou a transcrição da fala de Fernando Osório em homenagem ao embaixador Giurati, proferida no Teatro Guarani, mas esta não fornecia indícios se haveria na cidade uma organização fascista ou não.

Em 30 de outubro desse mesmo ano, uma entrada inserida na primeira página do jornal, em formato de convite, registrava a existência de uma sólida organização: o “Fascio”, como era chamado o “Partido Fascista Italiano em Pelotas”. Nesta mesma data, em 1922, Mussolini realizara a “Marcha sobre Roma” e, em função de seu segundo aniversário, a seção organizava um evento “público”, na Biblioteca Pública Pelotense.

Além de registrar que, pelo menos em 1924, o Fascio já estava organizado em Pelotas, a entrada também nos dá conta que não era uma associação débil. O convite foi publicado na primeira página (o valor mais alto entre os anúncios), ocupando três colunas (o jornal possuía 7), com duas fotos em clichê (de Mussolini e D’Annunzio) e, mais importante, contando com a participação de uma “personalidade” política da cidade.

1 GILL, *Op. Cit.* e FACHEL, *Op. Cit.*.

A nova Italia

D'ANNUNZIO

MUSSOLINI

O GRANDE DIA DO FASCISMO

A patriótica secção, em Pelotas, do disciplinado partido que, na gloriosa Italia, obedece a direcção suprema do eminente politico Benito Mussolini comemora, hoje, o 2º anniversario da entrada em Roma da valorosa phalange "Camisa preta". Saudamo-la, pela querida data.

A's 20 horas, na Bibliotheca, realiza-se brilhante comemoração, assim organizada:

conferencia pelo illustre dr. Ernesto Ronna, secretario da secção:

conferencia do distincto dr. Joaquim Luis Osorio, em nome dos brasileiros sympathicos á politica italiana, ora em pleno desenvolvimento benefico.

Um grupo de gentilissimas senhorinhas e dignos cavalheiros cantará o vibrante hymno fascista: -- "Giovinezza, Giovinezza"!

O habil maestro sr. Angelo Celega o dirigirá.

Terá o acto, que é publico, a presença das autoridades, corpo consular e exmas familias de ambas as nacionalidades amigas.

Figura 5: Convite para a palestra de Joaquim Osório sobre o fascismo.
Fonte: *Diário Popular*, 30 de outubro de 1924. Acervo: BPP. Pelotas, RS. Reprodução do autor.

A nova Itália²

O grande dia do fascismo

A patriótica seção, em Pelotas, do disciplinado partido que, na gloriosa Itália, obedece a direção suprema do eminente político Benito Mussolini, comemora, hoje, o 2º aniversário da entrada em Roma da valorosa falange "Camisa Preta".

Saudamo-la, pela querida data.

Às 20 horas, na Biblioteca, realiza-se brilhante comemoração, assim organizada:

Conferência pelo ilustre Dr. Ernesto Ronna, secretário da seção;

Conferência do distinto Dr. Joaquim Luis Osório, em nome dos brasileiros simpáticos à política italiana, ora em pleno desenvolvimento benéfico.

Um grupo de gentilíssimas senhorinhas e dignos cavalheiros cantará o vibrante hino fascista: "Giovinezza, Giovinezza"!

O hábil maestro, Sr. Ângelo Celega, o dirigirá.

Terá o ato, que é público, a presença de autoridades, corpo consular e exmas. famílias de ambas as nacionalidades amigas.

Conforme Marcos dos Anjos já destacara em seu trabalho sobre os labores dos imi-

² *Diário Popular*, 30 de outubro de 1924, pág. 1.

grantes na cidade, os descendentes italianos figuravam entre os mais ativos, destacadamente nos setores de comércio e hotelaria³, enquanto os alemães, por exemplo, além dos demais, dedicavam-se especialmente aos empreendimentos industriais (curtume, sabão, enlatados). Na vida cultural, a Associação Italiana (ainda existente) era o centro que reunia os “culturalistas” italianos da cidade, os natos, descendentes e aqueles com parentesco (esposas, cunhados, amigos não ligados de outra forma a cultura italiana). Não obstante, a “identidade italiana” era bem vista pelas classes culturais mais organizadas por ser, naturalmente, europeia.

É possível verificar-se não somente na tradição oral chegada até nossos dias, mas também na análise dos discursos e falas registrados nas páginas do jornal daqueles dias esta admiração – além do mais, como revela a historiografia de Mário Magalhães, Pelotas buscava ser em diversos aspectos um espelho da modernidade europeia, tanto na sua arquitetura, nas atividades culturais, na literatura, etc. Desta forma, parece fazer sentido que os elementos inseridos neste modo de produção da cultura (que compartilhavam desta utensilagem mental, destes signos de demonstração cultural) reproduzissem e ampliassem, como signos de poder, os costumes herdados da “tradição europeia”. Assim, os elementos que lideravam a seção local do Fascio também detinham estes signos por serem herdeiros “de nascimento” da cultura de seus ancestrais. Ao associarem-se ao fascismo, a hipótese de serem também capazes de atrair os elementos das classes dominantes pelotenses para ele, apesar de necessitar de um estudo mais aprofundado, pode ser considerada.

Aqui é necessário que se explique como entendo a “classe dominante” de Pelotas neste período. Ela era a classe que detinha tanto o poder político quanto o poder econômico, uma associação comum na República Velha. Os maiores expoentes deste período circulam pelo jornal, enquanto este era o órgão jornalístico do PRR. De um lado, estava o Coronel Pedro Osório, fazendeiro que fez sua fortuna investindo no comércio e depois na rizicultura (conforme textos diversos publicados no *Diário Popular*). De longe foi, segundo o jornal, um dos políticos mais “venerados” e deixou seu nome à principal praça da cidade. Sua contribuição às letras ou ao conhecimento foi pouca, mas o legado da trajetória polí-

3 ANJOS, *Op. Cit.*

tica, sendo inclusive um dos primeiros apoiadores do DP quando este foi comprado pelo PRR, marcou os anos 1910 e 1920.

A seguir estavam os demais, em formações diversas, mas associados pelos vínculos partidários. Haviam os Simões Lopes (Ismael Simões Lopes – deputado estadual; João Simões Lopes – deputado estadual em dois mandatos, deputado federal em 8 mandatos (cada mandato durava 2 anos); João Simões Lopes Filho – deputado estadual, participou da constituinte de 1934-1935; Augusto Simões Lopes, intendente municipal, participou da constituinte federal de 1930), Victor Russomano (deputado estadual por três mandatos), João Py Crespo, (deputado estadual por 2 mandatos e intendente municipal por um) e os Osório (Joaquim Luís Osório – deputado estadual por 2 mandatos e deputado federal por 5 mandatos, Manuel Luís Osório, deputado estadual por 2 mandatos e diretor do Banco Pelotense e Pedro Luís Osório, intendente municipal em um mandato e vereador por um mandato)⁴.

A família Osório ainda tinha o irmão Fernando Luís Osório, que, embora não envolvido no meio político oficial à época⁵, advogava e foi professor (assim como Joaquim e Manoel) da Faculdade de Direito de Pelotas. Nas obras de Fernando Osório, a trajetória que faz de sua família (descendentes do Marechal Osório) e sua ligação com as letras e a historiografia (a segunda edição da *História de Pelotas* de Fernando Osório foi editada em conjunto com o irmão, Joaquim) os ligam a “cultura de elite” da cidade. Joaquim Osório, como vimos, que tornara-se diretor do *Diário Popular* em 1934, era, certamente, o mais influente político entre eles, o que comprova suas sucessivas eleições ao parlamento federal entre 1912 e 1926. No tempo do discurso na reunião da Biblioteca Pública, estava em seu quinto e último mandato – e possivelmente em campanha eleitoral para as eleições no final daquele ano.

Assim, o convite do Fascio associava-se a elite cultural e à classe dominante ao reunir-se em um dos símbolos da “ostentação” da cultura pelotense, a Biblioteca Pública Pelo-

4 LONER, Beatriz Ana. GILL, Lorena Almeida. MAGALHÃES, Mário Osório (org). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, 2ª ed., págs. 100-101.

5 Fernando Osório fora deputado geral ainda no período monárquico e, apesar de afastado os cargos políticos oficiais, desfrutava de grande influência política a exemplo de seus irmãos, conforme DOGENSKI, Larissa Coppati. **Um pelotense na política nacional: a trajetória de Alexandre Cassiano do Nascimento (1859-1912)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFPel, 2010.

tense (em que o “público” tinha uma significação diversa da que hoje atribuímos), e ao ter como palestrante um dos destacados políticos pelotenses.

Não sabemos, posteriormente, como a reunião se deu, se houve atrasos, o que se comentou, o que se disse nos bastidores. Parece certo que o cônsul italiano em Pelotas compareceu, como foi hábito posterior nas reuniões comemorativas do Fascio, assim como sua família. O secretário do partido, Dr. Ernesto Ronna, como seria revelado posteriormente nas páginas do DP, era também professor da Escola de Agronomia sediada no Lyceu Rio-Grandense e costumava publicar artigos em revistas de circulação nacional, além de apresentar-se em congressos e seminários, conforme os relatos colhidos no próprio jornal. Ronna era italiano e, mais adiante, seria empossado vice-cônsul na cidade.

Nos dias subsequentes, não encontrei nenhuma notícia à respeito do que ocorrera naquele dia 30 de outubro. A frustração tornou-se grande, porque geralmente o DP costumava dar alguma nota sobre os eventos “públicos” assim que ocorridos, ainda mais de sua nata cultural. Contudo, quase um mês depois, também à primeira página, o jornal trouxe não apenas o resumo do que fora dito naquele encontro como também a transcrição completa da fala do então deputado federal Joaquim Luís Osório.

Esta fala, cercada de adulações e palavreado confuso, é uma das mais prolixas sobre o fascismo que encontramos em todo o período de abrangência deste trabalho. Certamente não é uma obra ideológica acabada porque parece ter sido elaborada mais para satisfazer os ouvidos daqueles presentes no evento do que para um registro histórico, mas é significativa para que, hoje, entendamos uma das maneiras como o fascismo veio encontrar alento entre os “não italianos”.

O caminho que percorreu até ser publicada é desconhecido. Presumimos que fora escrita pelo autor, Joaquim, e discursada, não sendo obra de improviso. A demora em sua publicação pode explicar um melhor acabamento dado ao texto, mas também pode significar muitas outras considerações. A fala chegou aos leitores em 29 de novembro de 1924 e era, assim como outras, uma obra longa, permeada de capítulos. Ao público presente na palestra original, às 20 horas de 30 de outubro, deve ter-lhes consumido em torno de, pelo menos, uma hora e meia considerável tempo de audição. Curioso também foi o fato da pa-

lestra anterior, de Ernesto Ronna, não ter sido mencionada.

O fascismo⁶

Suma da conferencia realizada pelo Dr. Joaquim Luís Osório, na Biblioteca Pública de Pelotas, em 30 de outubro findo. Sessão cívica comemorativa do segundo aniversário do fascismo na Itália.

I

Senhoras e concidadãos,

Quis a “Sessão do Partido Nacional Fascista” em Pelotas, que uma voz brasileira se fizesse ouvir na gloriosa data que, hoje, comemora, do advento do fascismo na Itália; e que, no seu alto e generoso conceito, para mim sobremaneira honroso, entendeu que eu deveria alçar essa voz, tal a minha simpatia manifestada desde a primeira hora, pela ação providencial de Benito Mussolini.

Note-se que desde o princípio o tom da fala é elogioso. Acostumado aos discursos na Câmara dos deputados, em que era um dos “gritões”⁷, talvez o público de Pelotas não se aprazasse dos pulmões vigorosos e também o silêncio proporcionado pela plateia demandasse menos volume e mais tato: “alto e generoso conceito”, “sobremaneira honroso” era o Fascio de Pelotas e, para início de conversa, o fascismo era uma “ação providencial” de Mussolini, ou seja, emanada de Deus.

O feito é realmente assombroso e a Pátria Brasileira, pela palavra autorizada de seus estadistas, já significou toda a homenagem admirativa pela portentosa obra das saudações cordialíssimas endereçadas ao Embaixador Givani Giurati e ao Príncipe Humberto de Saboia, nas suas recentes e fraternas excursões a América do Sul.

Recordemos.

Achava-se a Itália, após a cruenta guerra mundial, trabalhada de um lado pelos elementos retrógrados, sem material prestável para construir, de outro lado, pelos elementos revolucionários, visando a subversão da ordem social.

Aqui, novamente, chama-se a atenção para o “portentoso” estilo oratório de Joaquim: a maneira como ele classifica os “elementos retrógrados”: “sem material prestável para construir”. Esta definição é importante e deve ser considerada.

Os velhos partidos constitucionais mostravam-se impotentes para a empresa da reorganização nacional.

Os governos arrastavam-se frouxos, eram a expressão do parlamento, este num regime crescente de concessões e acordos, sob a influência terrorista dos agitadores das doutrinas bolchevistas, cujo sopro violento irrompia intenso da Rússia.

Os retrógrados eram os bolchevistas e os elementos parlamentaristas – estes, “constitucionais”, ou seja, permitidos pela antiga constituição italiana. Mussolini a derrubara e

6 *Diário Popular*, 29 de novembro de 1924, pág. 1.

7 A referência encontra-se no *Correio da Manhã*, do Rio, de Janeiro, edição do dia 3 de maio de 1930.

erigira uma nova constituição. Mas não esqueçamos dos retrógrados; vejamos o que era sua política:

Era a política do “laissez faire”, do “laissez passer” dominando a Itália, submersa da débâcle comunista, abatido o sentimento cívico, pelo desdém à ideia de Pátria. Era uma fase de graves apreensões internas, aliás, preocupando todo o universo, sob a guante do socialismo dissolvente.

Eis a fórmula. Os retrógrados (ousaríamos pensar em liberais?) eram os parlamentares e os comunistas (bolchevistas é um termo forte para a época porque ele não significava apenas os bolchevistas, aqueles que praticavam o comunismo, mas uma “raça” de destruidores da cultura ocidental) que, para esclarecer o ouvinte, praticavam o *laissez-faire*, *laissez-passer*. A confusão é grande.

À Roma! Tal o brado de Benito Mussolini erguido em Milão, a 24 de outubro de 1922, no início da memorável marcha sobre a cidade eterna, em favor de uma nova Itália.

Achava-se no poder o ministério Facta que tentou enérgicas medidas repressivas para debelar a grave comoção intestina. O estado de sítio era reclamado.

Foi quando o Rei Magnânimo, cedendo ao império das circunstâncias, ao mesmo tempo em que, revelando notável percepção política, resolveu apelar para Benito Mussolini, entregando as rédeas governamentais ao Partido Nacional Fascista, há dois anos presidindo os destinos da Itália com proveito real para a Pátria e para a humanidade.

Honra a Victor Manoel III, o “Rei Digníssimo” como o cognominou Gabriel D’Annunzio, em 1915, ao incorporar a Itália a livre causa dos Estados Aliados, traduzindo, assim, o sentir geral da raça.

Com o novo alevantado gesto, Victor Manoel III evitou a guerra civil, arrancando a Itália das mãos da rotina, impedindo-a de cair nos braços da anarquia, prestando a civilização o inestimável serviço de chamar à postos a escola conservadora, cujo programa científico é o de conciliar a ordem com o progresso, afastando os revolucionários e os retrógrados.

De fato, como os anos posteriores iriam revelar e os filósofos teorizariam, o fascismo foi, de longe, um fenômeno político de fundo conservador. Este fundo conservador deve, por certo, já nos anos 1920, ter agradado à sua representação nacional e local, aqui destacadamente os partidários do PRR. Mas não havia, pelo menos para Joaquim Osório, clareza alguma sobre o liberalismo econômico. Assim como não havia (e isto não pode ser simplesmente colocado como por sua culpa) uma concepção do bolchevismo, porque nem do comunismo o havia. Bolchevismo, comunismo e socialismo andariam naqueles anos significando muitas vezes a mesma coisa e geralmente significavam a pior delas para os conservadores.

Após a guerra de 1914, os problemas da Europa foram geridos por partidos ligados

ao socialismo ou a uma orientação de esquerda. Contudo, a direita naquele período estava ligada às monarquias nacionais mais do que a um posicionamento econômico, ou seja, a um tipo de política praticada pelas monarquias – em um período em que a economia não se desvinculava da política. Na Alemanha, a política fora beligerante e acabou catastrófica: tão logo a rendição alemã se projetou no horizonte, os Habsburgos perderam seu poder e logo o trono. O exército alemão, ao retirar seu apoio ao Kaiser em 1918, abriu espaço para a república, que tão logo fez-se existir, aliou-se a ele. Na Itália, a monarquia resistiu porque era parte da parcela “vitoriosa”, mas diferentemente da França e da Inglaterra, que já contavam com sistemas sólidos de representatividade (na França, o congresso e na Inglaterra, o parlamento), entrou em convulsão social semelhante a alemã, em que os espaços deixados pelas lideranças parlamentares permitiram a rápida ascensão das ideias totalitárias, como as do partido fascista de Mussolini. Mussolini, ele mesmo um ex-membro do Partido Socialista italiano, divergindo da doutrina marxista em postos de análise do desenvolvimento histórico das classes (Marx acreditava que a revolução do proletariado levaria ao fim da luta de classes – o comunismo, enquanto Mussolini acreditava que a luta de classes não podia ser superada, mas sim disciplinada⁸), erguera-se no pós-guerra como uma força política avassaladora, com uma ideologia que superava o particularismo intrínseco da direita e propunha um pragmatismo radical.

O fascismo, por isso e pelos sucessos iniciais na Itália, ao vencer o “parlamentarismo” e o “bolchevismo”, era atraente aos conservadores de todos os cantos do mundo, que poderiam adaptá-lo às suas realidades locais. Também a Itália estava, na década de 1920, inclinada a fortalecer suas relações diplomáticas com o Brasil:

No decorrer dos anos 20, o regime fascista recuperou a antiga idéia de criar uma Itália no exterior via emigração (ainda que sob um novo enfoque) e o seu objetivo de expandir as fronteiras econômicas e culturais italianas através da mesma. Essa política – que dura, grosso modo, até o final da década de 20 – se refletiu nos interesses italianos no Brasil. De fato, em vez de ver no país mera válvula de escape para a exuberância demográfica italiana, o governo fascista passou a ver, no Brasil, um terreno fértil onde se podiam perseguir objetivos econômicos, culturais e mesmo políticos.⁹

Os objetivos políticos estavam ligados, naturalmente, a difusão das ideias fascistas. A

8 KONDER, *Op. Cit.*, pág. 8.

9 BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1942. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*, n.40, v.2, 1997, págs. 106-130.

plateia reunida era o público desta ideologia mais do que os italianos já “fascistas”. Por isso o exercício feito pelo orador da Biblioteca Pública Pelotense em prol do Fascio.

II

A humanidade está ligada por fortes cadeias morais e materiais, padece os efeitos das crises que afetam a vida de cada povo. Nenhuma nação, podendo manter-se isolada, todas elas encontrando-se em dependência de interesses, natural é o anelo [elo] pela sorte comum, sob pena de observar-se o desequilíbrio do mundo. De modo que, os heróis nacionais são também heróis do universo: servindo e honrando a pátria de origem, servem e honram o gênero humano, deixando de ser exclusivamente acervo regional para constituírem patrimônio sagrado da imensa sociedade internacional.

Muito em breve, com a chegada do Estado Novo, este tipo de posicionamento seria negado e combatido. Os verdadeiros heróis seriam apenas os nacionais. Tudo que viesse do estrangeiro deveria ser “abrasileirado” para ser realmente quisto. Mas fica claro que o *internacionalismo* do fascismo, neste momento, satisfaz ao orador, mesmo que, nos países de origem, este fator fosse negado e tendesse para as características mais gerais do *particularismo* da direita.

É o caso de Benito Mussolini que justamente figurará entre os vultos históricos da humanidade, tal o alcance e a extensão de sua obra – a defesa da sociedade atual em seus legítimos fundamentos.

Bem merecerá da posteridade o título de “grande cidadão do mundo”, que já galardoa o nome imortal de Wilson.

Aqui mais um dos equívocos de percepção do nosso orador, mesmo em 1924. Equívoco, refiro-me, mesmo a compreensão do cenário daquele momento. O fato de Thomas Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América entre 1912 e 1921, ter conquistado as simpatias políticas dos teóricos internacionais de mesa de café, compará-lo a Mussolini ia muito além do que um gracejo com a plateia. O que Joaquim Osório tentou fazer com a analogia entre os dois estadistas estava no fato de ambos terem “vencido”.

Wilson venceu ao propor as metas de um acordo pós-guerra que era capaz, *a priori*, de restabelecer a ordem social e econômica na Europa diante da situação do fim da guerra e foi, por todos, aplaudido. Fora, como vimos, uma vitória política e rendeu, não obstante, aos Estados Unidos, os maiores ganhos econômicos de sua história no início do século XX. Mussolini, por outro lado, nada tinha a compartilhar com os seus colegas norte-americanos: desprezava a democracia, não era de nenhuma forma liberal, e estava muito longe de “defender a sociedade atual em seus legítimos fundamentos” – não somente porque a

maior parte da Europa naquele momento estava do lado da esquerda mas também porque a própria Itália ainda não tinha absorvido por completo o próprio ideário fascista – como se veria logo adiante, em 1925, quando o Vaticano colocou o regime em sério perigo. De fato estava certo, naquele momento, que o nome de Mussolini ficaria gravado na história; não como presumiu o orador, é certo.

Com efeito, o mundo atônito contemplava o quadro negro que o ameaçava, tendo ante os olhos o drama sangrento da Rússia. Pode, enfim respirar desafogado com vitória da pacífica revolução conservadora fascista de 30 de outubro de 1922.

A humanidade havia vencido a guerra: enfrentava o problema da paz, com as suas complexas questões político-sociais. Impunha-se o surto de “estadistas de pulso”, servidos por uma “sã consciência” e por uma “vontade férrea”, orientados por um “espírito orgânico”.

Esse gênio político, na Itália, foi Benito Mussolini, expoente máximo da nacionalidade latina, agrupando sob o estandarte fascista os conservadores e os liberais, os representantes do capital e do trabalho, os bravos soldados e mutilados da grande guerra, que nas trincheiras, tão alto elevaram o renome pátrio. É Benito Mussolini, hoje, a encarnação viva da Itália: Tipo perfeito de condutor de homens, é a imensa força motora que a Itália segue, obedece, consciente e livre para a realização dos seus sonhos e ideais.

Dir-se-á um predestinado. Redimindo a Itália, projetou sobre o orbe um facho de luz, que irradia fulgurante.

As dúvidas do esclarecimento de Joaquim sobre os liberais, os conservadores, as classes operárias e tudo o mais parece desfazer-se aqui. O fato de ter-se feito deputado estadual e federal, mesmo que considerando o método da época, poderia por estas dúvidas longe de consideração, mas julgamos que o texto aqui apresentado o faria por si. Parece que há certa intencionalidade na confusão: não para que o público não o compreenda, mas para que compreenda que neste momento não há clareza. A Rússia era um exemplo de sangue e seria, não somente em 1924 como nas décadas seguintes, um terror psicologicamente trabalhado através das publicações jornalísticas pelo resto do mundo. Os estadistas de pulso, até o momento, era Mussolini: na Rússia, apesar de Stalin já gozar de um grande poder como Secretário Geral do partido após o desaparecimento de Lenin, levaria alguns anos até que todos os seus inimigos políticos do Comitê Central fossem subjugados. Na Alemanha, não havia poder algum: durante os 13 anos de Weimar, os governos sucederam-se um após o outro até a ascensão de Hitler, mergulhando em crises econômicas e sociais. Naquele ano, em particular, a direção da Alemanha passara por dois nomes. A

França, apesar de dominar a assembleia das nações vencedoras, não era um exemplo de “pulso firme” como o locutor afirmara, muito menos a Inglaterra, do outro lado do canal, fortalecendo sua política de *apaziguamento*. A Espanha poderia ter um novo governo firme com a chegada de Primo de Rivera, no ano anterior, 1923, mas era o único exemplo além da Itália a autorizar um governo deste tipo e ainda assim recente demais. Daí talvez porque no momento final daquele capítulo Mussolini surgia como um “facho de luz” sobre a Europa: um predestinado.

O capítulo seguinte não nos diz muito: tece elogios e diz o que se faz, segundo o político, na Itália. Em resumo, constrói uma imagem idealizada disto.

III

O Partido Nacional Fascista, fundado em 1919, já era em 1922 um partido com plano definido, construtor sustentado por um formidável exército de 75.000 camisas pretas, admiravelmente arregimentado.

A sua ação edificadora patenteia-se nestes dois anos de governo.

A Itália ressurgiu, cheia de fé e entusiasmo, animada por uma política vigorosa.

Libertada do furacão comunista, a indústria desenvolve-se; o comércio exercita-se sem peias; a ordem preside o trabalho; o capital encontra garantias; a autoridade governa; a administração remodela-se, a justiça assegura todos os direitos; as finanças equilibram-se; a economia nacional fortalece-se; a liberdade não se confunde com a licença. Novos métodos políticos e administrativos são empregados na gestão da coisa pública; a bandeira da pátria paira bem alto, respeitada e enaltecida.

Tais os resultados morais e materiais desse biênio de governo fascista, impelido pelo ardente desejo de promover a salvação e a grandeza da Itália.

A próxima seção, contudo, é digna de algumas observações. Após ter falado do gênero do fascismo e como ele chegou ao poder, era necessário falar-se do que era propriamente no campo político: seu programa. E, como o foi antes, na breve introdução, aqui o é novamente, uma mistura de ideias que não parecem condizer umas com as outras mesmo para as concepções daquele período.

IV

Era o programa do fascismo um programa nacionalista e econômico.

No campo político, a defesa da ideia de Pátria e do princípio da autoridade do Estado, de combate ao antipatriotismo e de reação ao nefasto predomínio parlamentar; no campo social, a resistência ao anarco-socialismo bolchevisante.

Supremos ideais!

A ideia de Pátria é, realmente sublime sentimento que só doutrinas subversivas poderão pretender suprimir.

Negar a Pátria é negar toda a vida social e moral, pois a pátria é um elo que se liga intermediariamente entre dois outros elos – a Família e a Humanidade. O que é preciso é não sobre-

por aos sagrados direitos da humanidade egoísticos interesses nacionalistas.

“Pátria” é uma ideia que, como vimos, está dentro de um campo de atuação política. Logo, é um campo ideológico por natureza (doutrina), que a subversão (o bolchevismo, por certo, por ser *internacionalista*) pretende suprimir. Quando se nega a pátria (quando se nega a ideologia nacionalista – conservadora, particularista), nega-se a sociedade em que se vive (“a vida social e moral”). O que é confuso no trecho é a ligação “intermediária” entre aquela (pátria) com dois outros conceitos (família e Humanidade), colocados aqui, ao meu ver, somente por uma retórica elogiosa ao cristianismo. A Humanidade, com H maiúsculo, busca representar toda a obra e o conjunto humano, enquanto a família parece estar mais associada a um conceito cristão do que o anterior. O que subverte o conceito maior de nacionalismo (pátria), contudo, é o fato de Joaquim tê-lo colocado subordinado a “família e Humanidade”: aquele não se pode sobrepor, egoisticamente, a estes.

O autor não desenvolve esse conceito no momento e parte para o assunto seguinte:

A política dos Estados fortes, só ela permite assegurar a organização nacional.

O governo do predomínio dos parlamentos é o sistema dos governos fracos, é o regime das agitações, da instabilidade, do jogo dos interesses políticos do momento, dos ministérios de semana impossibilitando a vida administrativa da Nação.

O fascismo dentro da forma representativa, assegurando o sufrágio universal, a representação proporcional de todas as opiniões políticas no congresso, culmina o aperfeiçoamento do sistema institucional, como se vê do discurso proferido em 8 de julho de 1923 no Senado, por Benito Mussolini, no qual acentuou o absurdo da acefalia do governo ante o parlamento, não podendo o governo ser subordinado as câmaras, porque a vida de uma nação moderna, disse, é enormemente complexa e difícil e os parlamentos não podem conter toda a vida de uma nação, devendo ser mantidos, mas melhorados, corrigidos, de modo a serem uma coisa séria, solene.

A crítica ao parlamentarismo parece ser arraigada no orador. A disputa, que também foi verificada no Brasil, entre os sistemas democráticos tem nele o apoio ao sistema representativo, a exemplo da Itália. Desnecessário dizer que ao criticar o parlamentarismo criticava-se a Inglaterra, um dos maiores expoentes do sistema, à época. A Alemanha, contudo, poderia ter servido de pior exemplo, diante do sistema idêntico que adotara na Proclamação da República Alemã e que descambara para o quadro político que se vivia naquele momento. Mas também não haveria necessidade de extinguirem-se os parlamentos: era necessário melhorá-los, torná-los “solenes” (mitificá-los, possivelmente).

É o poder executivo, hoje, na Itália, de fato o grande órgão central, em torno do qual giram os

outros órgãos do aparelho governativo, cooperando para o objetivo comum, por isso mesmo que os governos não são uma máquina mas um organismo vivo.

Um aspecto não explica o outro. É possível que o termo “cooperando” denotasse que haveria trocas entre os poderes e que a harmonização destas trocas, à semelhança de um organismo vivo, autorizasse a comparação. O mais provável é que se adotasse simplesmente o vocabulário fascista (onde o termo “elemento vivo” era utilizado geralmente para designar a soma de todas as forças unitárias dos partidários). Mas, além de organismo vivo, o orador vai além e, exemplificando as misturas esdrúxulas de seus simpatizantes, logo descamba para uma teoria científica de tudo: tenta ligar os dois pontos que só fazem sentido em relação ao conforto ideológico do próprio autor.

Compreendeu Benito Mussolini que só um regime político fundado na ciência poderá garantir a ordem e progresso. “Melhorar conservando”, eis a verdadeira reforma, do contrário será derruir, abrir brecha a retrogração ou a anarquia.

É a marcha para o espírito positivo que inspirou a organização das instituições brasileiras, notadamente as rio-grandenses do sul, obra também de um gênio político, Júlio de Castilhos, que relegou as falsas doutrinas de Rousseau e Montesquieu, para adotar, neste Estado, normas de direito público, constitucional, consoantes com a realidade dos fenômenos sociais.

Com semelhante concepção política do Estado, não sofre a liberdade, ganham a ordem e a autoridade sem cujo consórcio não há governo possível.

Os inimigos de Benito Mussolini dizem que ele aprisionou a liberdade. Interpela, porém, os seus adeptos: “mas que é liberdade?” e respondem: “Ninguém poderá defini-la como o direito que atenta contra os direitos individuais e os da comunidade. O homem livre acha-se sujeito a uma férrea disciplina – o dever. A democracia constituída sob a base de respeito aos caprichos e conveniências pessoais, redundará numa verdadeira escravidão”.

Tal a sublime situação moral que S. Paulo condensa a esta fórmula, “Estando preso sinto-me livre”, caracterizada por Augusto Comte, nesta máxima – “A submissão é a base do aperfeiçoamento”.

Torna-se claro, agora, qual o caminho que poderia fazer do fascismo uma ideologia aplicável ao conservadorismo republicano rio-grandense: sua analogia (ou aproximação) com o positivismo. Não é novidade, como já revelara René Gertz e Ana Dietrich que todo o esforço foi feito no sentido de “adaptar” o fascismo a realidade brasileira.

No caso do nazismo, a perseguição aos judeus foi anulada, deixada em segundo plano. No fascismo italiano, Joaquim Osório deu seu exemplo: aproveitou-se dele os elementos conservadores, anti-liberais, as concepções genéricas de pátria (enquanto não interferisse nos valores da família e não atentassem contra a Humanidade) e o sistema de governo representativo com uma “mão firme” na liderança. Pode ser, de certa forma, inconsequente

ou direcionado, mas a ascensão de Vargas parece atender a esta visão tropicalizada de fascismo. Manter-se-iam estes elementos com Vargas a partir de 1930.

Quando o fascismo italiano entrou em crise com o Papado e a cisão se verificou, o afastamento dos crédulos no Brasil foi sentido rapidamente. O próprio DP cessou as publicações sobre Mussolini e os anúncios do Fascio desapareceram. Embora o DP e o republicanismo gaúcho tenham ficado contrários a Vargas pelo menos até a metade da década seguinte, negavam o governo de Vargas, mas não sua autoridade. De fato, a fala justifica esta autoridade, justifica a subserviência ao Estado (e à própria pessoa do orador, já que este era uma autoridade do Estado) e que o sacrifício da liberdade seria em prol de um benefício maior. Esta concepção, igualmente, será aceita na Alemanha (embora em outros termos), quando Hitler, para engrandecer o povo, aprisionou-o em sua ideologia.

O texto encerrou-se neste trecho no dia 29 de novembro e alertou para a sua continuação, no dia seguinte. Assim, em 30 de novembro, a parte final foi publicada e de pronto, nas duas primeiras assertivas, nova contradição:

V

O conceito fascista do Estado sob o aspecto econômico, Benito Mussolini expôs claramente em Roma, perante a Câmara de Comércio Internacional.

“Os princípios econômicos nos quais” o novo governo italiano entende inspirar-se são simples: eu creio que o Estado deve renunciar as funções econômicas, sobretudo aquelas que tenham um caráter de monopólio, funções para as quais o Estado se mostra incapaz.

Não era o mesmo Joaquim, há poucos brados atrás, um combatente do liberalismo? Se o governo deveria “liberar sua economia” aos mais aptos, renunciando aos monopólios, não deveria ser, ele mesmo, um praticante do *laissez-faire*? O leitor atento, à época, poderia ter tido dificuldade para deglutir essas palavras:

Eu creio que um governo que se proponha aliviar rapidamente as populações da crise surgida após a guerra, deve deixar a iniciativa privada o máximo de liberdade de ação e renunciar a toda legislação de intervenção e de entrave, que pode sem dúvida satisfazer a demagogia dos parlamentares, da esquerda, mas que, como a experiência o demonstrou, só pode tender a ser em absoluto pernicioso aos interesses e ao desenvolvimento da economia. Eu não creio que este conjunto de forças que, na indústria, agricultura, o comércio, os bancos e os transportes, pode ser chamado pelo nome global de capitalismo, esteja próximo do declínio, como certos teóricos do extremismo social se comprazem afirmar. Desde longamente, a experiência que bem de se desenvolver aos nossos olhos, e que é uma das maiores da história, prova que uma maneira brilhante que todos os sistemas de economia abandonando a livre iniciativa e os recursos individuais, são em muito breve espaço de tempo destinados a uma falência

mais ou menos lamentável. Mas, a livre iniciativa não exclui o acordo dos grupos, tanto mais fácil quanto a defesa dos interesses individuais é feita lentamente.

O que se presume é que a concepção de economia “livre” está condicionada a política de controle do estado das “liberdades totais”. O preso que se sente livre é o sujeito desta economia. Senão, não há lógica possível. E note-se: o fato do governo renunciar a legislação de controle (intervenção e entrave), para o autor, poderia satisfazer a “demagogia dos parlamentares, da esquerda” - ou seja, dar-lhes-ia argumento para seus discursos, suas reclamações e seus agravos. Joaquim via-se como pertencendo a um grupo de contestação ao sistema opressor, apesar de todos os elementos definidores da direita estarem presentes tanto em seu grupamento político quanto em sua fala, o comportamento negativo é colocado ao inimigo: os problematizadores, os controladores, os que impendem o desenvolvimento eram os esquerdistas (ou, em suas palavras, os retrógrados).

A associação, se feita a partir de elementos explicativos, pode ser posta em razão da concepção de um estado totalitário de esquerda, com uma economia planificada, controle estatal dos meios de produção, etc, como seria o modelo soviético mais adiante. A contradição de sua fala, neste sentido, estaria mais no fato do autor negar o liberalismo do que associar-se ao fascismo, que classicamente foi, de certa forma, um controlador de todas as instâncias do Estado e da vida civil, embora deixasse as iniciativas econômicas de amplo aspecto para a iniciativa privada. Este modelo é perfeitamente exemplificado pelo modelo nazista. A Alemanha, depois de 1933, embora mantivesse amplo controle sobre a sociedade e economia alemãs, permitia a livre concorrência econômica dentro de uma lógica em que o Estado guiava os objetivos finais.

O adjetivo “retrógrado”, aplicado a esquerda, encontra outra explicação, muito mais simplória do que poderíamos imaginar. Segundo os republicanos, dentre os quais Joaquim Osório era um expoente, o positivismo comtiniano era moderno, era uma “filosofia” capaz de conduzir a humanidade a um futuro mediado pelo progresso e pela ordem sem destruir as instituições existentes. O marxismo, que visava alterar as estruturas sociais e levá-las a uma comunidade ideal, onde os bens seriam partilhados entre todos, era mais antigo, mais velho: daí o “retrógrado” empregado por nosso locutor. Isto é percebido perfeitamente no trecho que se seguiu:

VI

Do formidável choque entre o fascismo e o negativismo democrático, há de resultar para o velho mundo uma nova mentalidade política, que levará a substituição das constituições artificiais e a meditação sobre a verdadeira solução do problema social.

Já Augusto Comte previra as comoções da época determinadas por organizações políticas que não correspondem a relia [sic] dos fenômenos sociais.

No regime da escola conservadora poderá a Humanidade alcançar a transformação que aspira, sem necessidade de alterar a estrutura das sociedades.

Basta organizar o trabalho segundo os princípios da justiça e da moral.

Todas essas correntes marxistas, atacam a propriedade individual da riqueza, o que é contrário a instituição sociológica da força material. São doutrinas retrógradas. Foi nos primitivos tempos que se observou a propriedade comum. São teorias falidas nos países onde foi tentada a sua aplicação.

A sociologia demonstra a legitimidade da apropriação individual da riqueza.

Não obstante a crítica a democracia (em seu negativismo) possivelmente herdado da leitura dos textos fascistas, o conservadorismo defendido por Joaquim não parece ser, de todo, uma denúncia autoritária: como podemos perceber durante os anos pesquisados, o discurso público apresentado pelo jornal sempre foi o democrático. Poderíamos, obviamente, estar enganados, conduzidos a falsas avaliações pelo jornal naquilo em que de mais manipulador a imprensa política poderia apresentar, mas não creio que este seja o caso do *Diário Popular* neste período, assim como o da imprensa de Pelotas, em geral. Quando Vargas assumiu o poder e pôs-se a trabalhar, deixando de lado os velhos detentores do poder (entre eles Borges de Medeiros), não havia no plano político regional força mais autoritária que o próprio Vargas e o DP foi seu adversário.

O que depreende-se do posicionamento anti-democrático de Joaquim Osório é, meramente, reflexo da sua linha discursiva, que pretendia agradar a platéia que o assistia. Pode ser que, no fundo, não tivesse, de fato, todas as simpatias pela democracia, mas enquanto atuou, não temos registro de que tenha feito mais do que discursos como este contra ela. A sequência de sua fala caracteriza a “força material” a que fizera referência e tece a sua própria teoria sobre a luta de classes:

Dois são os elementos componentes da força material: o número e a riqueza; o número, representado pelo proletariado; a riqueza, pelo patriciado. Da convergência dessas duas forças resulta a ordem, o progresso: do conflito de ambas a desordem, o regresso.

O problema consiste, por conseguinte, em harmonizar esses elementos componentes da força material. Tal a estatística social ou a teoria da ordem exposta e desenvolvida pela filosofia positivista.

Se esta era, de fato, a concepção máxima da “filosofia” positivista, no momento não cabe buscar respostas e questionamentos. Interessa-nos mais, a seguir, o desenvolvimento da interação entre proletários e patrícios:

VII

A incorporação do proletariado na sociedade moderna é, com efeito, o problema máximo, para o qual deve convergir a atenção de todos os estadistas, sob pena de assistir o mundo novos e profundos abalos.

Na constituição do capital há uma colaboração de toda a humanidade: do proletário, do patrão, do cientista, com as suas descobertas industriais.

O capital não pode pertencer, portanto, a uma classe exclusiva: é do patrão como do proletário, como do cientista. Se, por consequência, o proletariado não pode pretender apoderar-se da riqueza para dirigi-la, por outro lado os patrões precisam compreender que são meros depositários do capital, devendo o mesmo ter uma equitativa distribuição.

Eis os ensinamentos ministrados pela sociologia que nos revela: “social na sua origem, o capital há de sê-la também no seu destino”.

Governantes e governados tenham sempre em mente estes sábios conceitos.

Aos detentores do capital ou do poder político (que naqueles tempos significava a mesma coisa), a frase pareceria “Humanista” ao extremo. Haveria de haver bondade e racionalidade entre os patrícios, para que os proletários também participassem do banquete. Se não os alimentassem, eles se insurgiriam; se os alimentasse, manter-los-ia submissos. Esta era a concepção elitista de Pelotas, em sua mais plena exposição. É possível afirmar, se se considerar as publicidades gratuitas do DP em relação aos seus venerados políticos, que essas eram as pessoas mais generosas, mais bondosas, sempre prontas a atender aos menos favorecidos. Este fora o caso do Coronel Pedro Osório, por exemplo, em maio de 1926, quando jornal lhe dedicou matéria de capa, incluindo foto, de colhetores de arroz, em suas propriedades: um velho homem negro e suas 7 mulheres (esposa, filhas, netas) que, em virtude de terem realizado um grande esforço conjunto, haviam ganho uma boa quantidade de dinheiro. O jornal descrevera as sacas colhidas, o número de dias, e felicitava o bondoso coronel por ter permitido esta “fartura” à família. Ao cruzarmos com o discurso de Joaquim Osório em um momento como este, em que era convidado a expor sua ideologia sem os rodeios das falas parlamentares, de maneira concisa, visando impressionar a plateia “que estava ali para ser doutrinação”, percebemos a maquiavélica lógica daqueles que dominavam. O Coronel, em 1926, realizou o programa da “filosofia positivista” e partilhou as migalhas com o “proletariado”, recebeu os louros da imprensa, manteve-se fora de problemas. Mas a partilha era uma demanda contra os problemas. E, se estes pudessem

ser evitados por outros meios, para quê serviria? Leandro Konder já enfatizara, na busca pela conceituação fascista, que entre a direita conservadora

cada grupo se esforça por apresentar seu ponto de vista como mais válido, quer dizer, mais *universal* que o dos demais grupos. A cínica confissão do caráter pragmático, “arbitrário”, de uma mera defesa de interesses particulares enfraqueceria a posição de um ideólogo conservador de tipo tradicional nesta competição. Por isso, os ideólogos conservadores tratavam de formular princípios “generosos”: tais princípios revelavam na conquista das consciências uma eficácia mistificadora superior à da segura pragmática.¹⁰

Este parece ser o caso de Joaquim Osório. Não fora ele, anteriormente, que dissera que “os egoísticos interesses” não deveriam ser sobrepostos aos “interesses da humanidade” (vulgo “seus interesses”), em um exaspero de demagogia? Não era isso, colocar-se egoisticamente a frente dos demais, exatamente a razão e o motivo de sua fala? Não eram estes “princípios generosos” o exemplo dado de “equitativa distribuição” pela casta “patricia” detentora do capital? E que, além de todo o mais, rendiam-lhes a “mistificação” suficiente para que a imprensa bajuladora e também conservadora lhe rendesse os mais altos louros? Ora, vejamos: os patrícios dominavam, não os proletários, esta era a realidade. Caso os proletários se revoltassem, ele alertaria, estariam então, todos, diante do terrível bolchevismo:

Aplicá-los [os ensinamentos do “positivismo”] será opor barreira ao socialismo bolchevisante: desprezá-los será contribuir para o seu incremento.

A incorporação do proletariado na sociedade moderna é, porém, problema mais religioso do que político, e só os charlatões filosóficos poderão pensar na reorganização da sociedade a golpe de leis e regulamentos.

Formem-se convicções comuns, aperfeiçoem-se os instintos altruístas, abandone o capitalismo, a sua fase imperialista, usurpadora, em que permanece, que só ela tem despertado as doutrinas do socialismo revolucionário, e está resolvido pacificamente o mesmo problema.

Aqui Joaquim faz o retorno, necessário, a sua mesma lógica de antes: se as migalhas constituíam a ação “Humanitária”, a motivação para fazê-la pertencia a religião, à família. Recordemos que isto estava logo antes em seu discurso: acima de tudo, “família e Humanidade”. O discurso era moralizador.

Em suas falas finais na noite de 30 de outubro de 1924, Joaquim Osório colocou-se como um baluarte do sistema opressor, sem meios termos:

VIII

10 KONDER, *Op. Cit.*, pág. 7.

A Itália é dos mais importantes berços da civilização. Sede do pensamento humano, a influência de suas ideias se estenderá pelo universo, tão intensa a coragem cívica e tão grandiloqua a eloquência de seus pregoeiros.

Não tardarão multiplicar-se os apóstolos da religião da humanidade, no embate ao egoísmo pela regeneração social, que repousa na dedicação dos fortes pelos fracos e veneração dos fracos aos fortes, fórmula da harmonia geral.

Conquanto essas palavras fossem brutas demais, embora a “dedicação dos fortes pelos fracos”, amaina-as de outra forma:

Incumbe aos líderes da opinião pública guiá-la na diretriz a seguir.

Uma forte pressão da opinião será decisiva, no sentido de que os proletários sejam encarados pelos governos e chefes industriais como homens e não máquinas de bruta passividade.

E conclui, já não para espanto de ninguém, que o fascismo seria o modelo esperado, o comportamento ideológico perfeito para harmonizar as teorias e os desafios que até agora colocara em pauta:

As questões da habitação operária, da higiene das oficinas e fábricas, da participação dos obreiros nos lucros, do seguro de vida, das greves, das assistências na invalidez e na velhice, são aspectos em que o estado e os chefes industriais poderão exercer eficaz influência, sem necessidade do intervencionismo perturbador do socialismo dissolvente.

O fascismo, amparando todas as fontes da produção, garantindo os justos direitos do capital e do trabalho em um regime de liberdade e autoridade, permite o fraternal solucionamento da incorporação do proletariado na sociedade moderna.

O reforço ao religioso, ao aspecto moral da “família”, é reforçado, da mesma forma:

IX

É o fascismo também uma escola religiosa. Obedece a fundamentos morais: tem por base o dever e a virtude; assenta em princípios de alta pureza, como no-lo revelam estes mandamentos:

“Italianos!

sêde cidadãos: fazei da observância da lei uma veste imutável da vossa personalidade.

Sêde homens no sentido estritamente moral e social da palavra: disciplinais todos os vossos atos por um conceito claramente preestabelecido no vosso Íntimo.

Sêde fortes: os cidadãos fortes fazem a pátria forte.

Sêde justos para com os vossos semelhantes. O espírito de justiça nobilita os indivíduos e engrandece os povos.

Sêde generosos: a generosidade suavizará a vida.

Sêde serenos: o que vos ajudará a serdes fortes.

Sêde parcios de palavra e atos. As grandes obras são o fruto do silêncio”.

Belo catecismo cívico!

E, finalizando, exaltou, como no início, sem os truncamentos da sua teorização, à Itália e Mussolini:

X

“Fecunda a obra de Benito Mussolini”

Marcharemos, disse o herói estadista com passo firme, para fins infalíveis: queremos fazer uma Itália grande e majestosa, a Itália dos nossos sonhos, dos nossos poetas, dos nossos combatentes, dos novos mártires!

Eloquentes palavras!

Formosa Itália, iluminada pelos clarões dos teus diletos filhos, gênios políticos, que o passado pode simbolizar-se em Dante, Mazini e Cavou, e no presente em Benito Mussolini e Gabriel D’Annunzio, não falhará a tua missão histórica!

E o Brasil, agradecido, acompanha de perto o desdobrar dos acontecimentos sociais, o Brasil que há muito compartilha dos louros italianos comemorando os 20 de setembros, data que também é sua, o Brasil que se acha ligado a Itália pelo popular herói dos dois mundos e por sua excelsa companheira Anita Garibaldi associa-se jubilosamente a faustosa data fascista, em que a Itália vibra efusivamente, recordando a triunfal marcha sobre Roma.

Ditosa Pátria de Dante!

Em brilhante oração, ao aportar a Rio de Janeiro a nave exposição Itália, Giovanni, Fiurati, o eminente embaixador, proclamou que o lema inscrito na bandeira brasileira encerra palavras romanas e concordava com a profunda convicção de Benito Mussolini, com as ideias de seu glorioso partido, afirmando que, numa sadia democracia a base dos governos há de ser a ordem, origem de todo o progresso.

Puras verdades!

O encerramento que foi direcionado aos presentes na cerimônia, poderia ser censurada alguns anos depois, mas exprimia o que na época era corrente: liberdade ideológica para todos, desde que todos fossem conservadores da ordem e do progresso, obviamente.

Italianos, que me ouvis, cultivai orgulhosamente o fascismo e tereis honrado a vossa Pátria; descendentes de italianos, nascidos em plagas brasileiras, educai o vosso espírito no regime da disciplina fascista para bem servirdes o solo natal; brasileiros, reflitamos todos na obra conservadora de Benito Mussolini; tiremos dela os úteis ensinamentos, arregimentemos os nossos partidos na escola da ordem e da lei, da submissão consciente ao princípio da autoridade, em combate enérgico e decisivo as lutas sem ideais, que só podem fazer parecer a fé, a esperança e o amor.

Salve a radiosa Itália, pela sua ardente fé patriótica, pela sua doce esperança regeneradora, pelo seu acendrado amor a ordem e ao progresso e férteis lições que, nesta hora solene oferece a Humanidade.

Salve!

Até o fim de 1924 não encontraríamos mais nenhum indício de atividade fascista na cidade, registrado no *Diário Popular*. Somente em maio de 1925, o DP publicou um telegrama recebido da Itália enviado ao Fascio de Pelotas¹¹

Um novo indício da atividade do Fascio somente seria registrado em 1926, em virtude da comemoração do VII aniversário da criação do partido na Itália¹² e quando a seção

11 *Diário Popular*, 21 de maio de 1925, pág. 1.

12 *Diário Popular*, 28 de março de 1926, pág. 1.

comunicou ao jornal e a sociedade pelotense que havia reestruturado sua organização, naquele dia da comemoração do aniversário, fornecendo os nomes do quadro da nova diretoria:

Partido Fascista¹³

Seção Pelotas

Recebemos a seguinte participação do Partido Nacional Fascista, seção de Pelotas: Ilustrada Redação do “Diário Popular” – Nesta.

Temos o agrado de vos comunicar que, na sessão realizada hoje, sob a presidência do dr. Ernesto Ronna, foi eleita e empossada a seguinte diretoria, que deve reger os destinos da Associação, durante o ano social 1926-1927

Presidente, dr. Ernesto Ronna, reeleito.

Secretario, Giuseppe Oliosi.

Secretario administrativo, Felippo Lopresto.

Queira receber a segurança de nossa consideração.

– Obr. Den. Dr. Ernesto Ronna presidente, Giuseppe Oliosi, secretário.

Pelotas, 28 de março de 1926.

Em 29 de julho, o presidente do Fascio, Ernesto Ronna, publicou pequena nota no jornal informando que Hitler seria recepcionado por Mussolini em Roma para a comemoração da marcha, em outubro¹⁴ - encontro que não aconteceu. Em outubro, no dia 28, o mesmo Ronna, em comemoração da data da marcha, publica outro artigo, enaltecendo o feito de Mussolini em libertar a Itália. O texto é breve e não faz menção ao Fascio, sendo assinado por ele sem o título de presidente da associação política¹⁵.

No ano seguinte, 1927, os fascistas italianos de Pelotas viram-se diante de um administrador que se propunha, na Biblioteca Pública Pelotense, denunciar o regime fascista de Mussolini. Cientes do acontecimento, ocorreu de ambas notas serem publicadas no mesmo dia: o convite para a palestra e o convite para que não se comparecesse nela.

No convite à conferência constava o seguinte:

Combatendo o Fascio

Realiza-se hoje, às 20 horas, na Biblioteca Pública, uma conferência pelo ilustrado jornalista Sr. Cândido Testa, a qual versará sobre a “Ditadura de Mussolini”. A entrada será franca.

O Fascio rebatia:

Italiani!

13 *Diário Popular*, 30 de março de 1926, pág. 1.

14 *Diário Popular*, 29 de julho de 1926, pág. 1.

15 *Diário Popular*, 28 de outubro de 1926, pág. 6.

Ache pelotas partropo dovrà subire l'affronta di una conferenza contro Il Governo attuale d'Itália, e per conseguenza contro Il brio patriotico di tutta La nostra colônia Che segue com soddisfazione e orgoglio La risurrezione grandiosa della Patria dorata.

Contro questa offesa Che ci lancia un ex-italiano, ne(...)una razione Che non siadegna della nostra dignità e Del nostro decoro in questa terra ospitale.

Al suo invito di propaganda rispondiamo com La piu onesta astensione, Che certamente sara seguita dai Brasiliani conscienci e veramente amici Del nostro Paese.

Questa La nostra protesta contro la perpetracione do questo nuovo delitto di lesa Patria.

Per Il fascio locale

Dr. Ernesto Ronna

Filippo Lopresto

Giuseppe Oliosé

Pelotas, 19 marzo 1927

As duas entradas demonstram, tacitamente, que, se por um lado o fascismo era disseminado na sociedade pelotense (pelo menos entre os descendentes italianos), por outro, ele era combatido, ou seja, haviam pessoas contrárias a sua ideologia e procuravam explicar, através de reuniões como esta, na Biblioteca Pública, suas razões. O jornal não distribuiu comentários sobre a fala de Cândido Testa nos dias seguintes, mas em abril publicou novo artigo de Ernesto Ronna sobre o aniversário do Fascio¹⁶, ao que podemos concluir que o prestígio do líder fascista não se abalou.

Entre 1927 e 1930, com exceção de 1929, o DP seguiu publicando atividades da seção do Fascio em Pelotas, como um telegrama enviado aos membros do partido em São Paulo, em 26 de de abril de 1926¹⁷ e que José Oliosí, secretário do Fascio na cidade, informava através de nota que a direção do partido havia sido reeleita¹⁸. Em maio, novo texto de Ernesto Ronna dava conta da data comemorativa italiana de entrada na Primeira Guerra Mundial¹⁹ e, um mês depois, em 5 de junho, novo artigo de Ronna falava sobre o aniversário da Constituição italiana de 1948²⁰.

Em julho, no dia 13, o DP publicou nota aparentemente desvinculada do Fascio local, à pedido da Sociedade Italiana que realizara a eleição de sua diretoria para aquele ano e o seguinte²¹. Mas, de outra forma, os nomes eleitos eram os mesmos do Fascio de Pelotas:

16 *Diário Popular*, 21 de abril de 1927, pág. 4.

17 *Diário Popular*, 26 de abril de 1927, pág. 1.

18 *Diário Popular*, 26 de abril de 1927, pág. 6.

19 *Diário Popular*, 24 de maio de 1927, pág. 3.

20 *Diário Popular*, 5 de junho de 1927, pág. 3.

21 *Diário Popular*, 13 de julho de 1927, pág. 3.

Ernesto Ronna como presidente e José Oliosi como secretário, demonstrando que o Fascio ocupava a associação.

Em 1928, em março, novamente, no dia 8, o Fascio local comemorou seu quarto ano de fundação (o que esclareceu-nos que sua fundação, de fato, remonta a 1924 e que esta não foi noticiada pelo DP²²) e um novo telegrama era enviado a São Paulo, compartilhando da programação das comemoração na sede da Sociedade Italiana. Em 6 de abril, uma nova nota foi encontrada assinada pelo Fascio, participando da recepção de uma enviado do governo italiano a Pelotas²³ – sem detalhes nos dias seguintes do que ocorreu neste encontro.

Em julho, no dia 8, e em agosto, no dia 18, encontramos artigos assinados por Ernesto Ronna, em que destaca, no primeiro, os “últimos recordes aviatórios” italianos obtidos pelo aviador Carlos Del Prete²⁴, que em breve visitaria o Brasil, e, no segundo, sobre a chegada de Del Prete ao país²⁵. Ironicamente, naquele mesmo dia, o aviador morreria em um desastre durante a decolagem. No dia seguinte, 19, Ernesto Ronna publicou uma homenagem a Del Prete, assinando em nome do Consulado Italiano em Pelotas²⁶.

Somente em 1930, no tradicional mês de março, nova nota daria conta da eleição de José Oliosi para a presidência do Fascio, noticiando que Ernesto Ronna se dedicaria somente as suas funções na Escola de Agronomia e no Consulado Italiano Pelotas²⁷. Em 23 de março, intitulado de “Sezione fascista”, um convite do Fascio divulgava as atividades para data:

Ricordo a tutti i camerati presenti in città che orggi alle 15 (ter pomeridiane) avrà luogo la riunione straordinaria, nei locali indicati e per lordine del giorno esposto nella circolare inviata personalmente.

Pelotas, 23 marzo 1930 (VIII).

Il segretario Giuseppe Oliosi²⁸

José Oliosi assinava como Giuseppe, possivelmente seu nome verdadeiro, não abra-

22 *Diário Popular*, 8 de março de 1928, pág. 1.

23 *Diário Popular*, 6 de abril de 1928, pág. 3.

24 *Diário Popular*, 8 de julho de 1928, pág. 4.

25 *Diário Popular*, 18 de agosto de 1928, pág. 4.

26 *Diário Popular*, 19 de agosto de 1928, pág. 1.

27 *Diário Popular*, 22 de março de 1930, pág. 5.

28 *Diário Popular*, 23 de março de 1930, pág. 2.

sileirado. No dia 25, uma pequena nota dava alguns detalhes da comemoração²⁹.

Em 1931, Jorge Sallis Goulart, então diretor do DP, publicou dois artigos opinativos sobre a crise entre o catolicismo e o fascismo na Itália. No primeiro artigo, de maio de 1931³⁰, criticou a condição de subalternidade que a Igreja era colocada em relação ao Partido Fascista, o que era constrangedor. Alguns dias mais tarde, em junho³¹, em outro artigo, deu meia volta e criticou a Igreja Católica de Roma, que era intolerante e pretendia o exclusivismo na Itália. Este é um dos exemplos do quadro que encontramos no *Diário Popular* em relação a luta entre o clero e o fascio na Itália. Embora os posicionamentos mais políticos, como o de Sallis Goulart, a luta entre ambos parece não ter agradado ao jornal de um modo geral. É a partir deste ano que os anúncios do fascio de Pelotas desapareceram das páginas do DP.

Em outubro, o último anúncio relativo ao Fascio foi divulgado naquele período, em forma de convite, assinado por Ernesto Ronna enquanto Cônsul em Pelotas, para cerimônia de hasteamento da bandeira italiana³².

Cerca de quatro anos depois, em 1935, reencontrou-se a atividade do Fascio divulgada no DP. Contudo, não foi possível averiguar o que possa ter acontecido durante este enorme hiato de publicações.

Em 28 de abril de 1935 foi publicado um convite semelhante aos anteriores, assinado por Ernesto Ronna, à respeito de uma comemoração na Sociedade Italiana relativa ao dia do trabalho³³. Publicado em italiano, o texto era o que segue:

Festa Italiana

Invito i componente del Fascio e della Societá Italiana locali, nonche tutta la collettività italiana per la riunione di domenica prossima 28 aprile in commemorazione dell'anniversario del natale di Roma e della Festa del lavoro.

La festa sará nei locali della Societá alle ore quindici (3). Oratore ufficiali il reduce di Guerra Ragioniere Severino Ricardini.

Dr. Ernesto Ronna

R. Agente Consolare

29 *Diário Popular*, 25 de março de 1930, pág. 4.

30 *Diário Popular*, 29 de maio de 1931, pág. 1.

31 *Diário Popular*, 6 de junho de 1931, pág. 1.

32 *Diário Popular*, 11 de novembro de 1931, pág. 1.

33 *Diário Popular*, 28 de abril de 1935, pág. 4.

Note-se que Ronna assina pelo Consulado e não pelo Fascio. No dia 30, dois dias após a reunião, o DP publica artigo em que relata as atividades da festa. Não nos é estranho, por outro lado, o motivo: também a seção nazista em Pelotas organizara evento semelhante e o jornal parece ter dado tratamento igualitário a ambas associações.

Natal de Roma e festa do Trabalho italiano³⁴

Como o Partido Nacional Fascista de Pelotas comemorou, anteontem, essas efemérides históricas da pátria de Mussolini – o discurso do sr. Ricardini Severino, “vecchio” fascista [foto de Mussolini]

Os filhos da grande pátria de Benito Mussolini aqui residentes e que constituem a colônia laboriosa que tem colaborado pelo progresso de nosso meio social comemoraram, anteontem, condignamente, a data jubilosa do Natal de Roma e Festa del Lavoro italiano.

Foi um acontecimento que encheu de civismo a alma italiana em Pelotas, pois os membros e correligionários do Partido Nacional Fascista local, reuniram-se em sessão cívica às 15 horas, na sede da Sociedade Italiana.

A seguir, o texto passou a descrição dos convidados e do ambiente preparado para o evento, dando alguns detalhes que nos permitem imaginar, mesmo que brevemente, como o Fascio organizava seus eventos sociais abertos:

O salão da sociedade apresentava luzido aspecto com alegorias alusivas à data e as personalidades eminentes de S. M. Rei Emanuel, Rainha e José Garibaldi, tendo ao centro o retrato em grande destaque do “Duce”, o condutor dos destinos gloriosos da gente italiana.

Passado já das 15 horas, quando enorme era assistência de fascistas e exmas. Famílias, o sr. Dr. Eduardo Sica, representando o sr. Dr. Ernesto Ronna, vice-cônsul da Itália, nesta cidade e ora em viagem como delegado da caravana de vitivicultores deste município a Caxias, abriu o ato solene, expondo em palavras repassadas de patriotismo os motivos da assembléia.

Em pouco, entre ruidosas ovações, surgiu à tribuna o sr. Ricardini Rag. Severino, orador oficial da solenidade e que se acha em Pelotas, em missão do ilustre consul geral do Estado de São Paulo, sr. Comendador Vecchiotti.

O orador, que milita desde a fundação do fascismo na Itália, acedeu gentilmente ao honroso convite da direção do Partido Nacional Fascista e dissertou de maneira eloquente e de fácil apreensão, sobre a gênese do Partido de Mussolini, historiando com nitidez e episódios flagrantes, os fatos que antecederam, desde a conflagração europeia até o advento em 1922 da implantação do regimento corporativo de que Mussolini se fez o líder e o consolidador da Itália.

Passados 13 anos da Marcha, parecia alentar aos que discursavam os fatos mitificados da conquista do poder, como percebemos pelo relato. Era a função de recordar uma reafirmação ideológica, como se verifica no trecho seguinte: os aplausos e as interrupções calorosas destes confirmam o sentimento de aprovação.

Por vezes, tal o entusiasmo que se deixava possuir, o sr. Ricardini era interrompido por pro-

34 *Diário Popular*, 30 de abril de 1935, pág. 1.

longados aplausos da numerosa assembléia para, de novo, mais arrebatado, disrecrear [sic] sobre a evolução e o triunfo integral do Partido na sua longínqua Pátria.

No decorrer de sua oração, o sr. Ricardini aludiu a ação espartana do Duce, sua influência na marcha triunfal sobre Roma, recordando trechos do discurso de Mussolini então proferido perante uma incalculável multidão.

Tópicos dos postulados do regime fascista, numa síntese bem estudada, foram esmiuçados pelo orador, valendo-lhe, ao descer da tribuna, uma vibrante saudação e felicitação pela direção do P. N. F. de Pelotas.

Não é possível apontar, e certamente nunca se revelarão os aspectos mais simbólicos do encontro fascista em Pelotas: as vestes, os gestos, o comportamento mais geral do público que assistia ao evento, entre outros aspectos. No que apresenta o texto, contudo, finda as falas, partiu-se para a confraternização, com mesa de comidas, músicas e leitura de cartas.

Em seguida, foi a sessão cívica encerrada pelo sr. Dr. Eduardo Sica, que agradeceu o comparecimento de todos, muito especialmente das exmas. famílias que deram grande realce a mesma.

Noutra sala do edifício social foram os presentes cumulados com uma farta mesa de doces e líquidos.

Ouviram-se vários brindes e saudações que mais evidenciaram o patriotismo que reinou entre os convivas.

Seguiu-se uma hora de música patriótica italiana, tendo, nessa ocasião, ocupado o piano o sr. Prof. José Faini, que executou a marcha "Addiu Giovanezza", hino do P. N. F e outras vibrantes canções.

Foram lidos vários telegramas de felicitações, inclusive um do sr. Prof. Dr. Ernesto Ronna, congratulando-se com os italianos de Pelotas.

A mesa, unânime, subscreveu e expediu patriótico telegrama ao Comd. Barbarisi, cônsul geral da Itália neste Estado.

Pelo desusado brilho das comemorações reveladoras do acendrado culto às glórias imarcescíveis [sic] do povo italiano, damos parabéns à nobre colônia radicada entre nós.

Finalmente, em 18 de junho de 1936, o DP noticiava o falecimento de Ernesto Ronna em um artigo de duas colunas, à primeira página³⁵. Foi o primeiro texto realmente esclarecedor sobre este personagem obscuro da história do Fascio de Pelotas. Segundo o jornal, Ronna era

Descendente da distinta família de sua pátria de origem, seu pai, general do exército daquela nação, e sua progenitora, dama de fina cultura e distinção da corte italiana, aqui falecida, veio para Pelotas o preclaro extinto há vinte anos, em companhia de seu ilustre irmão professor dr. Antônio Ronna, alto funcionário do Ministério de Agricultura de nosso país, ingressando ambos no magistério da Escola de Agronomia desta cidade.

35 *Diário Popular*, 18 de junho de 1936, pág. 1.

Também destacava que os feitos de sua vida acadêmica e profissional:

Nesta faculdade superior o dr. Ernesto Ronna era catedrático de Entomologia e Fitopatologia, lecionando ainda outras matérias concernentes à História Natural, em que era proveta autoridade, podendo mesmo ser considerado o digno substituto, nessa especialidade, do saudoso cientista pelotense dr. Francisco José Rodrigues de Araújo.

Foi diretor da Revista do Centro de Cultura Científica de Pelotas, de 1918 a 1921, e membro da diretoria do mesmo Centro desde a sua fundação; professor de botânica e zoologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia desta cidade desde 1932 e professor do Ginásio Gonzaga, distinguindo-se nessas funções pelo saber e devotamento.

Deixa precioso arquivo e coleções de História Natural, organizadas à primor, volumes prontos a saírem publicados, bem como estudos de mais de vinte anos e observações enfeixadas em mais de trinta volumes. Correspondia-se com sábios nesses assuntos de sua especialização, havendo espécies classificadas com o seu nome.

Na exposição Farroupilha sobressaíram os quadros únicos no Estado, por ele organizados sobre Fitopatologia.

Colaborou em vários dos mais importantes jornais do Rio Grande do Sul e do país, notadamente na revista de São Paulo “Chácaras e Quintais” que editou o seu notável livro “Os insetos do Brasil”, em 1928.

Foi autor, ainda, de várias obras científicas, destacando-se como orador aprimorado, escritor de mérito e vibrante poeta, tendo traduzido para o italiano a letra do hino nacional brasileiro.

Sobre sua conduta política, o jornal destacou que foi

um fervoroso patriota e dedicado amigo do Brasil; um fino cavalheiro, elemento social de relevo entre nós, querido da mocidade e respeitado pelos colegas, pelo seu caráter e bondosas qualidades.

Deixa a prantear-lhe a morte prematura, sua digníssima esposa, d. Inêz Bevilaqua Ronna e seus dois filhos, senhorinha Elsa e sr. Jorge Ronna, profissional do Laboratório Leivas Leite, seu irmão dr. Antônio Ronna, ora no Rio de Janeiro e seus sobrinhos, srs. Antônio Moreira, residente em Porto Alegre e Giuliano Rati, residente em Caxias.

Consternados com a perda sensível do notável cientista, enviamos pêsames à sua enlutada família, à colônia italiana, e aos centros intelectuais pelotenses, de que foi figura saliente o dr. Ernesto Ronna.

A última nota relativa ao Fásccio foi divulgada em 31 de outubro de 1937, assinada por Henrique Lorea, Agente Consular da Itália em Pelotas, e tratava da comemoração do 16º aniversário do fascismo na Itália³⁶.

36 *Diário Popular*, 31 de outubro de 1937, pág. 3.

A Seção Nacional-Socialista de Pelotas

**Faz Anos, Amanhã, O
Chanceler Do Reich**

Sessão Cívica Dos Nacional-Socialistas
De Pelotas



ADOLF HITLER

É de jubilo cívico para os alemães aqui residentes a efemeride de amanhã, pois regista 45 anos de idade o chanceler do Reich, sr. Adolf Hitler, figura destacada dos estadistas da Velha Europa e «fuhrer» do Partido Nacional-Social alemão que vem dirigindo os destinos da grande Pátria de Bisnark e Hindenburg.

No momento delicado porque atravessa a política europeia, dado o curso que tomaram as negociações do desarmamento, a ação posta em cheque do chanceler Hitler lhe tem grangeado largo prestígio no seu povo, que o admira e acata.

Comemorando a data natalícia do «fuhrer», a seção do Partido Nacional-Social, nesta cidade, realiza amanhã, às 20 1/2 horas no edifício do Colégio Alemão, uma sessão cívica, na qual falarão diversos oradores.

Serão cantados os hinos do Brasil, alemão e marcha Nacional-Socialista.

Figura 6: Convite para atividade do NSDAP de Pelotas, 1935.

Fonte: *Diário Popular*, 19 de abril de 1935. Acervo: BPP. Pelotas, RS. Reprodução do autor.

Lorena Gill, no livro *Clienteltchiks: os judeus da prestação em Pelotas (1920-1945)*, quando fala sobre a existência de associações nazistas em Pelotas, anota que

no dia 13 de abril de 1938, na primeira página, [o jornal *Opinião Pública*] publica notícia intitulada “Desmascarado o nazismo em Pelotas”, onde se lê que a polícia conseguiu fechar uma organização nazista existente na cidade, apreendendo material de propaganda e importantes documentos “comprometedores”.

O material recolhido e os nazistas envolvidos, mais adiante, são pormenorizados:

O material recolhido, que constava de retratos de Hitler, livros nazistas, registro de alemães filiados ao Nacional Socialismo, registradores de correspondência, revistas de propaganda, filmes, prospectos e inclusive um arma foram encontrados na casa de G. Wender, considerado o “chefe do nazismo local e agente do Terceiro Reich”. As reuniões aconteciam nas proximidades do bairro Três Vendas, onde se havia fixado o maior número de alemães residentes na cidade.

Após a prisão, G Wender foi “convidado a se retirar do nosso território”, o que fez indo até Rio Grande com o objetivo de embarcar para a Alemanha.³⁷

G. Wender, na verdade, chamava-se Gustav Wender e fora, de fato, o líder da seção do Partido Nacional-Socialista de Pelotas. O partido, que já existia há pelo menos 3 anos -, conforme os indícios coletados no *Diário Popular*, parece ter seu momento de publicidade à partir de abril de 1935, logo após o plebiscito que tornou Hitler Presidente e Chanceler da Alemanha após a morte do Marechal von Hindenburg.

Ao contrário do Fascio, que desde meados de 1924 estava organizado em Pelotas e contou com a colaboração do DP em diversas ocasiões para a divulgação de suas atividades, a seção do Partido Nazista foi mais comedida: divulgou-se pouco na imprensa durante o período em que o nazismo ainda contava com simpatia das autoridades brasileiras, por cerca de dois anos após a ascensão de Hitler. Já em 1936 os ventos da política nacional tenderam para o fechamento político às ideias estrangeiras e com isto também os nazistas de Pelotas perderam as oportunidades junto do DP.

Em 20 de abril de 1934, em virtude das comemorações do aniversário de Hitler, pela primeira vez desde o surgimento do Partido Nazista na Alemanha, uma nota foi divulgada pela “colônia alemã” de Pelotas no *Diário Popular*, comemorativa ao aniversário de Hitler:

HITLER
SEU ANIVERSÁRIO

37 GILL, *Op. Cit.*, pág. 116.

Passa hoje a data do aniversário do chanceler Adolf Hitler.
Por esse motivo a colônia alemã, aqui domiciliada, festejará a data condignamente.³⁸

Mas foi apenas isto: uma nota avisando da comemoração. Outro indício somente apareceria no início de abril de 1935, também relativa ao aniversário de Hitler. Esta, de outra forma, muito mais rebuscada do que a anterior e, de fato, a primeira vez que fornece indícios da presença de uma organização política nazista (pelo menos no nome) nos moldes de associação. No dia 19 daquele mês, à quinta página do jornal, uma foto de Hitler encabeçava o texto sucinto que convidava para as atividades de comemoração do aniversário do *führer*.

Faz anos, amanhã, o Chanceler do Reich
Sessão cívica dos Nacional-socialistas de Pelotas
[foto de Hitler]
Adolf Hitler
É de júbilo cívico para os alemães aqui residentes a efeméride de amanhã, pois registra 45 [sic] anos de idade o chanceler do Reich, sr. Adolf Hitler, figura destacada dos estadistas da Velha Europa e “führer” do Partido Nacional-Social alemão [sic] que vem dirigindo os destinos da grande Pátria de Bismarck e Hindenburg.
No momento delicado porque atravessa a política européia, dado o curso que tomaram as negociações do desarmamento, a ação posta em cheque do chanceler Hitler lhe tem grangeado largo prestígio no seu povo, que o admira e acata.
Comemorando a data natalícia do “führer”, a seção do Partido Nacional-Social, nesta cidade, realiza amanhã, às 20 ½ horas no edifício do Colégio Alemão, uma sessão cívica, na qual falarão diversos oradores.
Serão cantados os hinos do Brasil, alemão e marcha Nacional-Socialista.³⁹

A designação do Partido como “nacional-social” deixa dúvidas quanto a origem do texto: fora elaborado por membros do partido e entregue ao jornal do jeito que foi publicado? Se sim, os membros do próprio partido não tinham exata ciência do que tratavam. Ou teria sido “ditado”, por telefone, possivelmente, à sala de redação do DP, para que fosse montado e publicado? Então os redatores do DP não teriam noção do que se tratava o partido. Neste caso, inclusive as seções dos telégrafos, editados pela redação do jornal, não levantam tanto espírito crítico visto que o termo “nacional-socialista” era frequente. Ou teriam os nacional-socialistas de Pelotas contratado uma empresa de propaganda, que redigiu o texto, montou a composição tipográfica e enviou para o jornal? A foto de Hitler utilizada neste convite, por certo, era destacável e foi permutada, se este o caso, porque o DP a utilizaria

38 *Diário Popular*, 20 de abril de 1934, pág. 1.

39 *Diário Popular*, 19 de abril de 1935, pág. 5.

depois de 1935 em diversos casos em que o DP resolvia colocar uma imagem de Hitler. Sempre no mesmo tamanho.

Mas, se prestarmos a devida atenção ao texto, veremos que há, no primeiro e segundo parágrafo, informações que dificilmente seriam fornecidas pelos nazistas de Pelotas. A comparação deve ser feita, neste caso, com os convites do Fascio. Se a nota foi solicitada pelo telefone (ou até mesmo no balcão, com um breve rascunho do texto), faria sentido a incorreta grafia, às pressas possivelmente, por um técnico não bem informado do correto nome do partido em sua tradução para o português (algo comum até mesmo em nossos dias). Daí a grafia errada, mas com os comentários políticos adequados sobre “a pátria de Bismarck e Hindenburg” e aquele comentário sobre “o momento delicado da Europa”. É possível que presumamos que os redatores do DP tinham conhecimento do momento europeu, pois, naquele período, como vimos, recebia diariamente notas dos telégrafos. O jornal acompanhara a crise que levava a Alemanha a abandonar a conferência do desarmamento meses antes. Caso tenha este sido o caso, o DP “floreou” o convite, inserindo seus próprios comentários e isto pode ter sido feito possivelmente pela doação do clichê fotográfico de Hitler ou de algum acordo com a seção partidária, que pode ter solicitado todo o serviço: foto, texto, moldura. O fato é que o clichê ficou com o jornal, que o utilizou posteriormente. Os comentários, também, podem ter sido feitos pela agência de propaganda, no segundo caso.

Além de qualquer outra especulação, o mais importante elemento textual deste convite é a localização da sociedade civil em que o evento se realizaria. A exemplo do Fascio, que costumava reunir-se na Sociedade Italiana (e com ela partilhava sua diretoria), a seção nazista de Pelotas reunia-se no Colégio Alemão, uma entidade de ensino fundada e ligada aos “alemães” da cidade.

No *Libertador*, do dia 20, o convite também foi reproduzido, com menos preparo gráfico do que o do concorrente: sem fotos ou moldura e escondido na quinta página. O texto era também resumido:

Homenagem dos nazistas de Pelotas⁴⁰

40 O *Libertador*, 20 de abril de 1935, pág. 5.

Promovido pelo núcleo do Partido Nacional-Socialista de Pelotas, realiza-se hoje, às 20:30 horas, no edifício do Colégio Alemão, uma sessão cívica comemorativa à data da passagem do aniversário natalício de Hitler. O “Führer” completará, hoje, 46 anos. Presidirá a cerimônia o sr. Gustavo Wender, que pronunciará vibrante discurso alusivo ao ato. De acordo com as teorias do Partido Nacional-Socialista, a sessão se revestirá da máxima simplicidade.

No convite do *Libertador*, como vimos, não há o erro de grafia colhido no DP, nem tampouco qualquer comentário político sobre a Alemanha. O comentário incluído é sobre o próprio NSDAP, relativo a “máxima simplicidade” do evento.

Passados, então, os dias 19 e 20 de abril, não foram encontrados na edição do dia 21 do DP quaisquer comentários referente a festividade, mas este dia, em especial, está faltando na coleção da Biblioteca Pública. No dia 22, uma nova busca resultou sem frutos. Recorrendo aos demais jornais, encontramos no *O Libertador* uma breve suma:

Hitler⁴¹
 Partido Nacional-Socialista
 Realizou-se sábado, a anunciada reunião do Partido Nacional-Socialista, para comemorar o aniversário natalício do sr. Adolf Hitler, presidente do Reich.
 Além do orador oficial, sr. Gustavo Werder, falou um súdito alemão, recém-chegado daquele país, o qual expôs a invejável situação da nova Alemanha, sob o domínio de Hitler.
 Por último, foram entoados cânticos patrióticos.

Um novo personagem entrava em cena: o “súdito alemão, recém chegado daquele país”. A pesquisa, então, se dirigiu ao jornal *Opinião Pública*. E, de fato: era manchete de capa, com foto.

O aniversário de Hitler⁴²
 A data foi comemorada, nesta cidade, pela colônia alemã
 [foto]
 [legenda] Hitler, o gênio condutor da Nova Alemanha
 Na sede do Colégio Alemão, à rua Felix da Cunha, entre Dr. Cassiano e Voluntários, realizou-se, sábado, uma grande reunião promovida pelo núcleo alemão do Partido Nacional Socialista de Pelotas para comemorar a passagem do 46 aniversário natalício do Führer e Chanceler Adolf Hitler.
 A reunião teve caráter simples, de acordo com as normas do Nacional Socialismo alemão.

Aqui o indício de duas questões importantes: ou o pedido de divulgação partiu da mesma pessoa, ou um dos jornais (*Opinião* ou *Libertador*) copiou os preceitos um do outro. Como o texto do *Opinião* é mais extenso e rico em detalhes, parece ter sido este o plagiado.

41 *O Libertador*, 22 de abril de 1935, pág. 2,

42 *A Opinião Pública*, 22 de abril de 1935, pág. 1.

Contudo, a origem de ambos pode ter sido a mesma, um dando mais destaque, o outro não.

Na reunião, que teve início às 20:30h, presidida pelo sr. Gustavo Wender, fizeram-se ouvir vários oradores que falaram sobre a data.

Além disso, houve diversos números de canto por senhorinhas e cavalheiros, tendo ainda se feito ouvir o coro da Associação de Cantores Alemães, com sede em Três Vendas.

Após, um membro destacado do núcleo, recentemente chegado da Alemanha, fez copiosa exposição de suas observações acerca da Nova Alemanha, assim como uma interessante e completa descrição do grande Congresso Nacional Socialista, reunido em setembro do ano passado, em Nuremberg.

O mesmo “destacado membro” e “recém chegado da Alemanha” não era nomeado também pelo *Opinião*. À continuação, a nota destacava o que acontecera depois das falas:

A reunião de sábado na sede do Colégio Alemão, cujas salas se achavam repletas de famílias e cavalheiros, prolongou-se em meio da maior cordialidade até cerca de zero hora, quando foi servida aos presentes farta mesa de chopps e sandwiches, erguendo-se, por essa ocasião, vários brindes ao Führer e a destacados membros do núcleo alemão do Partido Nacional Socialista de Pelotas.

Ao retornarmos ao DP, na edição do dia 23, surpreende-nos uma pequena nota, à quarta página, dedicada aos assuntos sociais da cidade: tratava-se, mesmo, do resumo da reunião nazista na noite de 20 de abril. Aparentemente, o jornal nada havia publicado tanto no dia 21, ao qual não tivemos acesso à edição, nem no dia 22.

O aniversário de Adolf Hitler⁴³

Foi festejado pelos Nacional-Socialistas de Pelotas

Na sede do Colégio Alemão, reuniram-se, sábado, à noite, os alemães aqui residentes e pertencentes a Seção do Partido Nacional-Socialista, sob a chefia do sr. Gustavo Wender.

A sessão cívica teve o objetivo de comemorar a data do aniversário natalício do chanceler Adolf Hitler que se passou [sic] além de exmas. famílias, grande número de correligionários do eminente “Führer”.

Discursaram os srs. Gustavo Wender, Revd. P. Simon, vigário da igreja evangélica São João, narrando a grandiosidade do congresso em Nuremberg, no ano passado, no qual tomou parte, e Germano Goennemann, comerciante em Blumenau, ora em Pelotas.

A distinta senhora Aida Lang cantou várias canções patrióticas.

Também os manifestantes cantaram o hino alemão e Horst-Wessel Lied, debaixo de entusiasmo.

A nota do DP foi mais esclarecedora sobre o “súdito alemão” do que as demais, embora tenha deixado ambígua sua identidade. Por um lado, o texto diz que este era, na verdade, o Reverendo Pastor (Alfredo) Simon, que estivera na Alemanha e fora ao congresso em Nuremberg⁴⁴. Por outro, cita a presença de Germano Goennemann, vindo de Blumenau.

43 *Diário Popular*, 23 de abril de 1935, pág. 4.

44 Se verdadeiro, Simon esteve no Congresso de 1934, o sétimo na história do partido, que foi filmado por

Alguns dias mais tarde, no final daquele mesmo mês de abril, um novo convite veiculado nos três jornais (*DP*, *Opinião* e *Libertador*) dava conta das comemorações que ocorreriam em virtude da passagem do “Dia do Trabalho Alemão” (como ocorrera, em relação ao Fascio, com o Dia do Trabalho Italiano). O convite do *Diário Popular* era o mais completo – os demais jornais reproduziam as mesmas informações, de maneira sucinta:

Dia do Trabalho alemão⁴⁵

Essa data N. [nacional] do Reich vai ter uma expressiva comemoração, em Pelotas, amanhã, no Clube Germânia.

Condecorações aos ex-combatentes da grande Guerra

[foto de Hindenburg]

A colônia e a Seção do Partido Nacional Socialista Alemão, aqui radicados, preparam-se para festejar, amanhã, o Dia do Trabalho Alemão, a maior data nacional do Reich, presentemente, e que tem na grande pátria de Adolf Hitler, grandiosas manifestações de júbilo patriótico.

Vibrando no mesmo ritmo de patriotismo, os filhos da terra de Bismark e marechal von Hindenburg que conosco trabalham pelo engrandecimento deste solo acolhedor e amigo, vão comemorar a data com um sessão cívica e dançante na sede do clube Germania, por iniciativa do Partido Social Nacionalista Alemão, cujo presidente sr. Gustavo Wender, presidirá a cerimônia.

Esta terá lugar às 20 horas. Falará sobre a data o sr. Guilherme Schimiemann, vice-presidente do P. N. S. A. seguindo-se, conforme o programa elaborado, números de cantos e marchas alemães ao som de uma excelente orquestra.

Antes, o sr. André Doormann falará saudando o Brasil e a assistência cantará o hino brasileiro. Serão entregues, ainda pelos sr. Doormann, como representante do sr. Cônsul Geral de Alemanha no Estado, e em nome do Führer e chanceler do Reich, Adolf Hitler, a Cruz de Honra, condecoração máxima instituída pelo Marechal Hindenburg, de imperecível memória, aos ex-combatentes sobreviventes da grande guerra, aqui residentes ou às suas viúvas e pais.

Essa solenidade, das mais tocantes, constituirá uma expressão altamente significativa e de gratidão aos heróis longe da pátria estremecida.

A sessão cívica terminará com baile, cujas danças terão a animação de uma orquestra alemã.

No *Opinião Pública*, o convite saiu no dia 27 de abril, na segunda página e, no *Libertador*, também à página 2, no dia 29, como lembrete.

Pode-se notar, somente pelo convite, a riqueza de informações fornecidas: sabemos agora que Gustav Wender (ou Gustavo Wender), presidente da seção do partido, possuía um vice, Guilherme Schimiemann e que André Doormann, representando o consulado alemão de Porto Alegre faria a oração “brasileira” e entregaria a tradicional e honrosa condecoração alemã da Cruz de Ferro a ex-combatentes, alemães, da Primeira Guerra Mundial

Leni Riefenstahl e tornou-se o clássico *Triumph des Willens*. Shirer, como correspondente, também compareceu a reunião.

45 *Diário Popular*, 30 de abril de 1935, pág. 8.

que residem em Pelotas, ou às suas viúvas. O leitor que aguardava desde o episódio do boicote, na Alemanha, a revelação do autor do artigo antissemita, “A. D.”⁴⁶, é capaz de identificar nesta personagem a semelhança: André Doormann⁴⁷. Seria ele, de fato, o orador antissemita de um ano e meio atrás? Infelizmente, não há outro indício no DP que faça a ligação, senão o fato de ambos terem sido registrados, em momentos diferentes, e compartilharem de iniciais semelhantes.

O *Opinião* foi o primeiro a divulgar o resumo do encontro. Na edição do dia 2, na capa, resumiu:

Dia do trabalho alemão⁴⁸

Como foi ele comemorado no Club Germania

O “dia do trabalho alemão” foi ontem, solenemente comemorado pela colônia germânica residente nesta cidade.

A festa do trabalho levada a efeito nos salões do Clube Germania, que achavam-se literalmente cheios de uma concorrência seleta representada especialmente por exmas famílias.

De quase todos os distritos rurais vieram representações, inclusive oito associações alemãs que se apresentaram com as respectivas bandeiras.

(Seriam bandeiras ao estilo dos estandartes nazistas?)

Tal como havia sido anunciado, foi desempenhado, fielmente, o seguinte programa:

Entrada da bandeira.

Cumprimentos.

“Povo às armas” – canto em conjunto.

Discurso pelo sr. A. Doormann, referente ao Brasil.

Côro do Partido Nacional Socialista.

Apresentação da Sociedade de Cantores “Frohsinn”, com sede em Três Vendas.

Discurso pelo sr. W. Schmiemann.

Cação pelo coro “Gemischer”.

Discurso pronunciado pelo sr. H. Funck.

Saída da bandeira.

Aqui podemos imaginar a imagem da bandeira nazista entrando no recinto, seguida (se de fato foi) de 8 bandeiras das associações, em filas, carregando os estandartes acima dos ombros, como no cerimonial alemão. Que outros elementos faltariam para esta cena? Também descobrimos que Guilherme Schmiemann (ou Schmiemann) era Wilhelm

46 Veja-se o Capítulo 3.

47 Maria Angela Fonseca, em sua dissertação defendida junto a Universidade Federal de Pelotas, em 2007, sobre o Colégio Alemão, cita que Gertrud Dorman fora alfabetizadora na instituição, “muito doce, muito querida”, segundo o relato de uma ex-aluna do colégio. FONSECA, *Op. Cit.*, pág. 131.

48 *A Opinião Pública*, 2 de maio de 1935, pág. 1.

(W. Schmiemann) e que havia um outro elemento, H. Funck, que discursara.

Pelo sr. A. Doormann, após expressiva oração, foi feita entrega da Cruz de Honra aos ex-combatentes da Grande Guerra, residentes nesta cidade, divididos em três grupos:

1 grupo, ex-combatentes que se achavam na fronteira.

2 grupo, ex-combatentes que se achavam fora da fronteira.

3 grupo, pais ou viúvas dos ex-combatentes.

A solenidade foi encerrada com o Hino do Partido Nacional Socialista, cantando em coro pelos presentes.

Após foram iniciadas as danças que se prolongaram, sob intenso entusiasmo, até às 4 horas da madrugada de hoje.

Essa festa, como sempre acontece, como as que são promovidas pela colônia alemã, caracterizou-se pela cordialidade reinante.

Para as danças tocou um conjunto orquestral, organizado no Morro Redondo.

Acontecido o cerimonial, cantou-se o hino (possivelmente a Horst Wessel Lied) e os convivas partiram à confraternização livre, ao som das “bandinhas”, regadas a *chopp* e diversão “como sempre acontece”. De fato, o Club Germânia aparece recorrentemente como um lugar tradicional, na época, para os encontros “dos alemães”. Localizava-se na “Praça Vinte”, que na época nada mais era do que uma longa avenida, de chão batido, que levava para o campo em direção ao atual bairro Fragata. Foi fundada na década de 1880, dentro do “Jardim Ritter”:

o Jardim Ritter, na década de 1880, era o local onde funcionava o Clube Germânia, no bairro Fragata. Ocupando uma grande área arborizada, chamava a atenção por sua beleza natural e por ser um local de fácil acesso, através de bondes de tração animal. As bandas musicais eram freqüentes, e a entrada se dava mediante o pagamento de “500 réis com o direito a uma garrafa de cerveja. As mulheres nada pagavam”.⁴⁹

No mesmo local funcionava a “*Der Deutsche Schützenverein* (o Clube de Tiro Alemão) (...) juntamente com a *Verein Concordia* (Sociedade Concórdia), a *Deutsche Krankenverein* (Sociedade de Assistência à Saúde Alemã), e o Clube Alemão de Gymnastica”⁵⁰.

O Colégio Alemão, por outro lado, localizado no centro da cidade, na rua Félix da Cunha, entre a rua Dr. Cassiano do Nascimento e Voluntários da Pátria, n° 763⁵¹, era uma das sociedades educacionais alemãs na cidade, juntamente com o Colégio Comercial, a *Ellementarschule für Mädchen* (Escola Elementar para meninas) e a *Deutsche Schule* (Es-

49 FONSECA, *Op. Cit.*, pág. 75, APUD ANJOS, *Op. Cit.*, págs. 162-163.

50 *Idem*, pág. 75.

51 O número não aparece no DP em nenhum momento. Fonseca o cita, apoiada em “Faustine, 2006”. A autora não cita, na bibliografia, a referência correspondente.

cola Alemã). Segundo Fonseca, o Colégio Alemão foi fundado por iniciativa da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas (*Deutsche Evangelische Gemeinde in Pelotas*), que tinha como presidente Francisco Behrendorff e como tesoureiro Frederico Carlos Lang, dois dos mais prósperos industriais da cidade⁵². Em 1898, quando fundado, sua diretoria foi composta por “Herr (Senhor) H. Kuhn, presidente, Herr W. Sauter, vice-presidente, Herr F. Ritter, tesoureiro, e L.C. Bernhardt, secretário”⁵³. Também, segundo a autora,

Por ocasião da fundação do Collegio Allemão de Pelotas, o industrial Carlos Ritter era o presidente da Comunidade Evangélica Alemã. Além de sócio fundador da Sociedade Escolar, mantenedora do Collegio Allemão, ocupou o lugar de membro de honra da diretoria da citada sociedade a partir de 1906 até 1923. (...)

O Collegio Allemão estabeleceu-se em Pelotas, cumprindo as expectativas de uma política de emigração, para a conservação do bem cultural germânico (Deutschtum), com vistas à criação de um mercado consumidor dos produtos das indústrias alemãs. Era imperativo conservar a memória por uma razão política e econômica, vinculada a um pertencimento étnico e cultural.⁵⁴

Fica claro, portanto, que os nazistas estavam inseridos em duas das mais importantes associações alemãs de Pelotas – e não à toa. O Colégio Alemão, posteriormente, em 1939, passou a chamar-se Colégio Carlos Ritter, e encerrou suas atividades em 1942, porque tornara-se caro demais⁵⁵.

O *Diário Popular* não circulou (ou pelo menos não foi colecionado) nos dias 1º e 2 de maio. Na edição do dia 3 ele trazia o relato da comemoração alemã, também à primeira página:

Dia do trabalho alemão⁵⁶

As comemorações celebradas, anteontem, pela Colônia e NSDAP no Clube Germânia Tiveram grande entusiasmo e revestiram-se de júbilo cívico as comemorações realizadas, anteontem, na sede do Clube Germânia e promovidas pela facção do Nacional-Socialista DAP [sic] e os elementos mais destacados da nobre colônia alemã desta cidade, pela passagem do dia do Trabalho Alemão, festa de notável relevância na história da Alemanha.

Com o salão de festas literalmente ocupado por exmas famílias e pessoas gradas do mundo germânico, foi instalada a sessão cívica, vendo-se ao centro, postados em filas, os membros do Partido Nacional-Socialista, uniformizados, com bandeiras do Brasil e do Reich.

Aqui podemos completar a cena, com os elementos faltantes: uniformes. Houve uma

52 *Idem*, págs. 80-81.

53 *Idem*, pág. 83.

54 *Idem, ibidem*.

55 *Idem*.

56 *Diário Popular*, 3 de maio de 1935, pág. 1.

entrada, a bandeira nazista à frente, seguida de oito estandartes. Todos entraram, uniformizados, com braçadeiras vermelhas com a cruz gamada. Em algum lugar, a bandeira brasileira. Após a entrega da Cruz de Ferro aos ex-combatentes, que devem, em algum momento, ter realizado a saudação nazista (fora instituída, se recordarmos, já em agosto de 1933), todos fizeram um minuto de silêncio, de braços erguidos em direção à suástica.

Deu início ao ato o sr. André Doormann, que produziu eloquente saudação ao Brasil seguindo-se a execução do hino brasileiro que foi cantado pela numerosa assistência.

Falaram, ainda, o sr. Gustavo Wender, chefe local do NS e os demais oradores que discorreram sobre a data e foram muito aplaudidos.

Os cantores da Sociedade alemã Frohsinn, das Três Vendas, obedientes às ordens do maestro diretor, sr. Prof. Romeu Tagnin, cantaram com impecável acerto a canção “Deutschland dir mein Vaterland”.

O exímio conjunto de vozes foi ovacionado com entusiasmo.

Procederam-se no decorrer da festa a entrega da Cruz de Honra aos ex-combatentes da Grande Guerra.

Essa cerimônia tocante, foi presidida pelo sr. André Doormann, representando o cônsul geral da Alemanha no Estado e a condecoração foi colocada no peito dos soldados alemães em nome do chanceler e Führer, Adolf Hitler.

Consiste a condecoração de uma medalha de bronze, formato de cruz, com as datas 1914-1918, fita de gorgurão seda, das cores do Reich e foi instituída pelo imortal marechal von Hindenburg.

Finda a entrega foi prestada homenagem aos mortos da guerra, tendo a assistência, de pé, com o braço direito estendido para a frente, permanecido um minuto em silêncio, enquanto o sr. Wolf, ao piano, executava marcha.

Encerrado o programa das comemorações teve começo animado baile ao som de uma excelente orquestra de executantes alemães.

Os promotores e a colônia alemã devem estar ufanos pela grandiosidade e pelo patriotismo que culminaram durante os imponentes atos do dia do Trabalho Alemão.

Não menos importante, também naquele dia, *O Libertador* divulgou o resumo do evento, sem, contudo, aporuguesar os nomes: daí descobriremos, também, que André Doormann era Andreas Doormann.

Assim, à partir destes indícios, os únicos encontrados na coleção e no período consultado, é necessário que entendamos como aqueles elementos (a seção, o presidente, o vice, as datas comemorativas, o uso de entidades associativas, etc) funcionavam dentro da estrutura organizativa do Partido Nazista no Brasil.

Ana Dietrich é, neste contexto, o ponto de referência mais sólido para que compreendamos como a ação dos grupos do partido teve entrada no país e como organizavam suas atividades e metodologias de divulgação política. Segundo a autora, o nazismo no Brasil foi

tropicalizado, ou seja, adquiriu características únicas que permitiam que a ideologia nazista encontrasse aceitação entre a comunidade de alemães e seus descendentes. Uma destas características foi o pouco apelo ao antissemitismo, transformado em um preconceito mais generalizado aos mestiços e negros, mas que não interferia de forma decisiva na relação do partido com “os brasileiros”.

Ainda com relação ao processo de tropicalização do nazismo, ele se deu de diferentes formas nas áreas rurais e urbanas do Brasil. Enquanto que no campo o processo, por sua vez, se desenvolveu no âmbito do universo sectário dos colonos, nas cidades ele foi institucionalizado em clubes, bancos e escolas. Os mecanismos de difusão, entre eles, rádio, jornais e palestras, variavam de acordo com esta diferença.⁵⁷

Da mesma forma, o partido não deveria ter finalidades políticas regionais, ou seja, era orientado a não se envolver em assuntos políticos nacionais, apenas servindo para a fortificação dos laços existentes entre os residentes no Brasil e a Alemanha:

(...) não era permitida aos partidários a participação na política local (eleições ou movimentos revolucionários). Os nazistas deveriam se manter neutros com relação à política interna e não poderiam divulgar suas ideias a estrangeiros. (...) A neutralidade na política local era, muitas vezes, utilizada como bandeira de negociação para que o partido nazista continuasse suas atividades em território estrangeiro.⁵⁸

A filiação ao NSDAP somente era permitida aos alemães natos (*Reichsdeutscher*) e não aos descendentes nascidos fora da Alemanha (*Volksdeutscher*). Conforme Dietrich destaca, segundo René Gertz, para o caso dos nazistas de Porto Alegre, “a maneira agressiva com que agiam seus integrantes [do partido nazista] gerou uma antipatia generalizada por parte da população teuta, a qual, apesar de sua simpatia pelo regime de Hitler, não se filiou ao partido local”⁵⁹. O mesmo parecia acontecer nas regiões interioranas, devido a grande diversidade de orientação política encontrada nas mesmas⁶⁰. Gertz ainda comenta que “em 1933, a situação se torna tão tensa que o grande público toma conhecimento do fato”, o que levou o então Prefeito da cidade, Alberto Bins, a pronunciar-se através do *Correio do Povo*, quando declarou que havia uma diferença entre ser simpático a Hitler (como ele declarara ser, muitas vezes) a ser partidário de Hitler, ao que conclui asseverando que “sempre achei

57 DIETRICH, *Op. Cit.*, Nazismo tropical, pág. 133.

58 *Idem*, pág. 147.

59 DIETRICH, *Op. Cit.*, Caça às suásticas, pág. 66.

60 KRAUSE, Silvana. A diversidade de comportamento político das zonas coloniais alemãs no sul do Brasil: indícios sob uma perspectiva histórica. *In: Textos de História*, vol. 16, n. 2, 2008, pág. 108-114.

que a propaganda hitlerista ficava bem na Alemanha, mas nunca no Brasil...”⁶¹.

Por outro lado, se buscarmos no DP, veremos que muitos membros influentes da comunidade (e da elite) de Pelotas eram membros também influentes das sociedades germânicas. Carlos Behrendorf, benemérito do Asylo de Orphãos e Frederico Carlos Lang Filho, industrial próspero, estiveram ligados tanto ao Colégio Alemão quanto ao Club Germânia em gestões de diretoria. A sra. Aida Lang, esposa de Frederico Lang Filho, como vimos, estivera presente na comemoração do aniversário de Hitler e isto pressupõe, pelos costumes da época, que também seu marido – o fato do DP não mencionar Carlos Behrendorf pode deixar dúvidas quanto a sua presença ou não, mas lembramos que o jornal não citou Carlos Lang Filho, embora sua esposa sim. O mesmo se infere quanto aos demais membros da elite de origem alemã da cidade – o próprio Joaquim Osório era casado com uma das filhas de Carlos Behrendorf, a sra. Emma Joana Engel Behrendorf⁶². Mas os nomes à frente do partido em Pelotas não aparecem senão quando relacionados com as festividades do próprio Partido. Sobre este tema, Gertz fornece importante contribuição ao analisar também como a germanidade (*Deutschtum*) encontrava a adesão dos descendentes teutos no sul do Brasil. Gertz trabalha o conceito de germanismo como aquele construído pela comunidade germânica relacionado com o cultivo “do sangue e da raça”. O *Deutschtum*, que também poderia significar o *Deutschtumpflege* (o dever de conservar a pureza étnica) preconizava a conservação da etnia, da língua, da tradição alemã⁶³. Segundo ele,

no meio rural minifundiário, sem grande dinamismo econômico, os traços culturais alemães se mantém, sobretudo quando as colônias são homogêneas do ponto de vista étnico e às vezes também religioso. Esta conservação, porém, deriva basicamente de pressuposto sociológico universal de que o homem, por natureza, tende a viver da forma como sempre viveu. As camadas médias, em especial as que se urbanizam nas nascentes cidades do interior, vão perdendo gradativamente sua germanidade, quando não a renegam ostensivamente. Por fim, identifiquei o principal local de cultivo do germanismo nas elites econômicas urbanas e seus aliados intelectuais.⁶⁴

Estas “elites urbanas e seus aliados intelectuais” tomaram para si as iniciativas de ade-

61 GERTZ, *Op. Cit.*, págs. 82-83.

62 Carlos Behrendorf era, na verdade, Karl Julius Ernst Franz Behrendorf, alemão, casado com Charlotte Johanna Engel. Emma foi a única filha do casal. Os filhos de Joaquim Osório e Emma Behrendorf passaram a usar o sobrenome Behrendorf Osório.

63 *Idem*, págs. 92-93.

64 GERTZ, *Op. Cit.*, pág. 43.

são ou não *também* em relação ao nazismo e ao partido nazista. Conforme Gertz, “não há como negar que encontramos poucas manifestações de oposição” em relação a ele: “não se conhece a postura da ‘maioria silenciosa’, mas personalidades ligadas ao germanismo veem, de forma geral, com simpatia o regime na Alemanha pelo que representa como reerguimento da ‘pátria-mãe’ e de retomada e aprofundamento dos princípios germanistas”⁶⁵.

Porém, havia uma diferença quando a postura adotada em relação a adesão ao nazismo local: aqui, traria grandes dificuldades ao próprio germanismo, que desde a década de 1920 sofria perseguições quanto a criação dos “quistos sociais”, conforme Gertz, e também porque os *Parteigenossen* (os membros do partido) julgavam-se os verdadeiros portadores do “novo espírito alemão”⁶⁶. Gertz também destaca uma das técnicas utilizadas pelos nazistas, “de comparecerem em número compacto às assembleias de associações esportivas, culturais e educacionais – e aprovarem resoluções sobre a filiação a centrais localizadas na Alemanha, com que estas instituições se submetessem ao controle de fora e perderiam sua independência”⁶⁷. Para o caso de Pelotas, esta constatação parece bastante sensível se considerarmos que a cidade possuía os três tipos de associação: o Colégio Alemão, o Club Germânia (onde funcionavam, como vimos, o Clube de Tiro Alemão, a Sociedade Concórdia, a Sociedade de Assistência à Saúde Alemã e o Clube Alemão de Gymnastica⁶⁸, além do Jardim Ritter), o Club de Regatas Alemão, a Sociedade de Beneficência Alemã⁶⁹ são apenas exemplos – todas, contudo, originadas em fins do século XIX. Não é de se descartar a possibilidade desta “técnica” também ter sido utilizada por parte dos nazistas em Pelotas.

Dietrich ainda elenca, na versão tropicalizada do Partido Nazista, as principais atividades que eram desenvolvidas. Entre elas, as atividades organizacionais, que incluíam “(...) reuniões semanais com seus integrantes (...) de caráter organizacional” e “eram realizadas em diversos pontos das cidades, em locais onde havia células do partido”. Nestas células, as estruturas ligadas ao partido também foram organizadas, como

65 *Idem*, pág. 50.

66 *Idem*, págs. 50-51.

67 *Idem*, pág. 51.

68 Veja-se acima.

69 LONER; GILL; MAGALHÃES, *Op. Cit.*, págs. 10-13.

a Juventude Hitlerista, a Frente de Trabalho Alemã, Associação de Mulheres e a Associação de Professores. Os integrantes destas instituições reuniam-se regularmente e algumas, como a Frente de Trabalho Alemã e a Associação de Mulheres, possuíam suas próprias células e hierarquia interna.

Outra atividade do partido era a coleta de donativos dos associados, partidários e simpatizantes.⁷⁰

As atividades de propaganda, que envolviam a comunicação com a comunidade germânica e suas relações com a imprensa, eram desenvolvidas com a

elaboração de jornais nazistas, programas de rádio, sessões de filmes, viagens dos dirigentes ao interior do Brasil para realização de palestras sobre a ideologia nazista e a divulgação dessas ideias em instituições alemãs, como clubes, igrejas, firmas e escolas.

Além disto, era costume, segundo a autora, a comemoração de dias festivos, “transportados para o Brasil”. Segundo ela,

Aqui, a comunidade alemã comemorava o 1º de Maio, o aniversário de Hitler (17[sic] de abril) e o Dia da Juventude e outras datas, como festas escolares, Dias das Mães, Páscoa, Natal e festas em homenagem aos mártires do nacional-socialismo (...). Eram comuns também as tardes de teatro, concertos e o *Eintopf* (prato único).

Além destas celebrações, a A. O. [Ausland Organisation] organizava festividades para o alemão no estrangeiro que aconteciam na própria Alemanha, muitas vezes em Stuttgart. Nestas ocasiões, legações de representantes de grupos do partido nazista de todo o mundo visitavam a Alemanha e participavam de tais eventos. Na década de 1930, foram levadas diversas comissões de alemães que moravam no Brasil para participar de tais eventos, que tinham a presença das autoridades nazistas responsáveis pela divulgação do nazismo no exterior.⁷¹

Como se pode notar, era este o comportamento, pelo menos quanto a atividade de divulgação, adotado pelo NSDAP de Pelotas e, também, pelo Fascio. Os italianos, que chegaram antes, abriram as portas para o modelo que os nazistas adotaram. Esses também comemoravam as datas italianas, o aniversário do *Duce*, etc., quando a seção fascista italiana entrava em contato com o jornal e o que permitiu que os indícios hoje fossem compilados. É muito provável que existissem outros meios de divulgação, como revistas ou jornais de circulação interna, como sugere Dietrich. Também o rádio, neste momento, era um veículo bastante disseminado. Pelotas contava, naqueles anos, com duas emissoras, pelos menos.

A estrutura organizativa do NSDAP no Brasil estava da seguinte forma, segundo a autora:

70 DIETRICH, *Op. Cit.*, Nazismo tropical, pág. 136 e seguintes.

71 *Idem, ibidem.*

Abaixo dos *Landesgruppen* [no] caso do Brasil, estava[m] os *Ortsgruppen* (grupos regionais), caso das cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Blumenau e outros; *Stützpunkte* (pontos de apoio), caso de cidades menores na hierarquia de importância do partido (...). No quarto lugar, os *Blocks* (departamentos), subdivisões dentro dos *Ortsgruppe* ou *Stützpunkte*. (...) Por fim, havia as *Zellen* (células), geralmente bairros de uma grande cidade.⁷²

No caso de Pelotas, devido ao pouco material coletado, não nos é permitido avançar muito em definições do modelo adotado. É provável que o grupo da cidade fosse um *Stützpunkte* (“pontos de apoio”, em tradução livre), mas está longe de ser uma *Zelle* (“célula”) como se presumia⁷³. As 8 delegações que estiveram presentes na comemoração do dia do trabalho poderiam estar ligadas a central de Pelotas, como *Zellen*, mesmo que de fora da cidade, ou poderiam ser, cada uma, *Stützpunkt* em suas cidades de origem.

Conforme ainda afirma Dietrich, “o *Landesgruppe* do NSDAP (grupo nacional do Partido Nacional-socialista) no Brasil funcionou legalmente de 1928 a 1938, quando foi, então, proibido. O partido, até 1933, priorizou o “combate ao comunismo e o favorecimento das eleições de Hitler”⁷⁴ e, enquanto o governo alemão gozou de amizade e cordialidade do governo brasileiro, “qualquer ação contra o partido significou, no período de sua legalidade, uma ação contra o próprio III reich”⁷⁵. Os indícios do NSDAP de Pelotas, como vimos, surgem no DP em 1934, mas o partido, pelo grau de organização apresentado nas notas do jornal, faz crer que era mais antigo.

Com relação a chegada do nazismo às populações da cidade e do campo, Dietrich desta que

(...) no campo, a divulgação do nazismo não se fazia apenas pela presença física dos partidários; enquanto as crianças eram doutrinadas dentro do espírito nacional-socialista nas escolas alemãs, os adultos ouviam rádios da Alemanha, liam jornais germânicos, falavam alemão como língua corrente, iam a cultos de pastores protestantes pró-nazismo e festejavam os feriados alemães. Caracterizava-se então o que se chama de *nazismo rural*.⁷⁶

Nas cidades, os métodos de contato não incluíam aqueles relacionados à educação,

72 *Idem*, pág. 148-149.

73 Embora não haja, até o momento em que escrevo, um trabalho específico sobre o partido nazista em Pelotas, diversas pessoas com quem conversei e que tinham algum interesse no tema manifestaram a opinião que a cidade deveria ter, pelo menos, uma célula do Partido. Em parte, isto é verdadeiro, mas os indícios apontam para uma estrutura maior, com o comportamento de um *Stützpunkte*.

74 *Idem*, pág. 153.

75 *Idem*, pág. 160.

76 *Idem*, pág. 167.

aos cultos e ao rádio, até onde sabemos. O meio de difusão mais usado eram os jornais editados em língua alemã e as atividades promovidas nos clubes, onde os alemães costumavam reunir-se para celebrar.

A comemoração do Dia do Trabalho Alemão de 1935 foi o último indício mais detalhado do NSDAP de Pelotas até 1939. Contudo, em 1937, o jornal ainda registra a ação do partido sob ações da “colônia alemã”, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

1936-1939: o repúdio aos facismos europeus e a campanha da nacionalização

Entre o final de 1935 e o início de 1936, a “frente de Stresa” havia desmoronado quando a Inglaterra e a França, incapazes de, através da Liga das Nações, conterem Mussolini, permitiram o ataque militar da Itália à Abissínia. Uma série de sanções foi imposta pela Liga tanto à Alemanha (em virtude da constrição militar) e à Itália. O mais importante resultado foi, no entanto, que a frente estava dissolvida. O pacto franco-soviético negociado e assinado em março de 1935 por ambos signatários foi finalmente votado pelo Congresso francês em 27 de fevereiro de 1936, sendo aprovado. No início de março, precisamente no dia 7, Hitler ordenou a ocupação militar da zona desmilitarizada do Reno (rompendo, deste modo, o Tratado de Locarno) e confirmando os boatos que já circulavam pelos meios diplomáticos e políticos desde novembro de 1935.

A ocupação da Renânia foi, segundo diversos historiadores, “a última oportunidade”, a última ocasião em que a Alemanha poderia ter sido detida sem todo o sacrifício e sofrimento de uma grande guerra”¹. A França possuía 100 divisões contra os 3 batalhões alemães que atravessaram a fronteira, podia ter-lhes detido com facilidade. Hitler sabia do poderio francês, mas sabia também do grande temor de uma nova guerra - foi sua habilidade e nervos firmes que mantiveram o “golpe”². Para os aliados franceses, em especial a Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária, era o fim do sistema de proteção oferecido por Versalhes, porque com a ocupação do Reno a Alemanha teria a chance de erguer as defesas necessárias atrás da Linha Maginot, o que poderia pelo menos retardar uma ação francesa em suas defesas. A ocupação da Renânia foi uma ação tática arriscada mas bem sucedida.

O jogo de nervos de Hitler, no *Diário Popular*, foi retratado com uma nota publicada no dia 8 de março de 1936, à primeira página. A ocupação da Renânia foi justificada pela

1 Por exemplo, TAYLOR, *Op. Cit.*, pág. 101 e SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, Vol. II, pág. 33.

2 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, tomo II, pág. 30, afirma que a ocupação da zona desmilitarizada foi um “golpe” porque “aparentemente tomou os governos e os estados maiores da França e da Inglaterra, em completa surpresa”.

quebra de Locarno, quando a França decidira concordar-se com a Rússia para ter no Leste uma potência aliada - mas já estava antes determinada quando a essa, contrariando a Inglaterra e a própria Itália, decidira rearmar-se diante da negativa de Hitler em permanecer na conferência do desarmamento.

Alega o Reich que este último tratado [pacto franco-soviético] contradiz fundamentalmente o tratado de Locarno e ameaça fortemente a soberania alemã.

Diz que a Alemanha não poderá continuar consentindo que, ao passo que a França e a Bélgica fortalecem constantemente suas fronteiras com a Alemanha, esta permaneça com a sua fronteira inteiramente desguarnecida, o que, em face do novo tratado franco soviético, é uma gravíssima ameaça à Alemanha.

Diz que a atitude alemã ocupando desde hoje a zona desmilitarizada do Reno, não deve ser considerada como uma ameaça aos países mencionados, e sim como uma medida preventiva, tendente a evitar qualquer atentado contra a soberania alemã.

Junto a justificativa também foi divulgado uma proposta da Alemanha, que, dirigida à Inglaterra, propunha um acordo de 25 anos em que a Alemanha abdicaria de qualquer pretensão na Europa. Mesmo Taylor, que retirara de Hitler o maquiavelismo que a historiografia de seu tempo o impusera, reconhece que a proposta feita após a ocupação era premeditada. Era necessário um prazo de pelo menos dez anos para que o rearmamento estivesse completo (no que também Mussolini concordava) e era também necessário que, após a ocupação, houvesse um certo período de calma (um “*low profile*”, nos termos de hoje)³.

Declara que a Alemanha está disposta a entrar imediatamente em conversações com a França e com a Bélgica, no sentido de ser discutido e realizado um novo tratado, que possa assegurar a paz europeia, qual o de um convênio de não agressão entre os três países, pelo prazo de 25 anos, tratado esse que poderia ser assegurado, ainda, pela Inglaterra e Itália e, também, pelos países baixos. Propõe um outro tratado capaz de garantir a absoluta liberdade do território do Memel, entre Alemanha e Lituânia.⁴

Os observadores internacionais do período estavam atentos a estas conjecturas, assim como o DP. No caso daqueles, a constante mudança de posicionamentos de potências militares era preocupante, principalmente em relação a Itália, que naquele período buscava ocupar o melhor lugar. Inglaterra e França estavam unidas em defesa própria. A França era a maior potência territorial e possuía o maior exército entre todos os países europeus. A Inglaterra possuía o domínio nos mares, com a maior frota naval do mundo. A Itália estava armada, mas seus efetivos eram pequenos e mal liderados. Conquanto a Alemanha tivesse

3 EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 725. O mesmo comportamento foi utilizado no ano posterior.

4 *Diário Popular*, 8 de março de 1936, pág. 1.

pretensões sobre a Áustria, nos primeiros meses de governo nazista, deslocou suas forças para a fronteira com o Tirol. Hitler reagiu divulgando que não tinha interesses na Áustria, que deveria conservar sua independência. A Polônia, que temia tanto uma invasão pelo Oeste como pelo Leste, firmou um pacto de não agressão com a Alemanha, que no cenário de 1934 fazia mais promessas de paz do que a Rússia Soviética. Ao mesmo tempo, era respaldada pela França, que tomava posições defensivas e reunia tanto Itália como Inglaterra ao seu lado. A França, porém, não via com bons olhos as pretensões colonialistas da Itália, que vinha ameaçando a Abissínia com uma conquista militar e firmara com a Rússia um pacto particular.

Diante disto, a Itália decide romper o tratado de Locarno e abandonar as duas potências a própria sorte, enquanto lançava-se em guerra na Etiópia. O cenário para Hitler era favorável em todos os casos no caso italiano: se perdesse, poderia desenvolver suas ambições pela Áustria mesmo contra o Duce; se ganhasse, poderia aliar-se a Mussolini contra França e Inglaterra⁵. O temor de um novo conflito, iniciado pela Itália, poderia levar todo o continente a tomar posicionamento. Mas os primeiros meses do conflito não se mostraram favoráveis a isso: a Liga foi convocada e deliberou por uma cessão do Império abissíneo as reivindicações italianas; a França manteve-se neutra e a Inglaterra, que possuía um acordo de proteção com a reino etíope, não agiu. Ainda assim, quando a Alemanha decidiu ocupar o Reno, este temor era grande. No dia 13, o *Diário Popular* manifestou, através de seu segundo editorial sobre Hitler desde 1933 e o primeiro que parece ter sido redigido pelo próprio jornal, como o medo de um novo conflito era visto pelos redatores da folha. O título principal do artigo era “Provocando a guerra ou garantindo a paz?”, seguindo de um subtítulo, “Como devemos interpretar o gesto da Alemanha denunciando o Tratado de Locarno?”. O texto inicia por dizer-se cético sobre os temores de uma nova guerra, em ceticismo pouco virtuoso, diga-se de passagem:

Os acontecimentos que se vêm desenrolando, nestes últimos dias, no cenário político-internacional da velha Europa, em consequência à denúncia brusca, pela Alemanha, do tratado de Locarno, prendem as atenções do mundo civilizado, dando margem a que surjam as mais sombrias perspectivas aos observadores do momento europeu. Incontestavelmente, a situação é delicadíssima. Entretanto, somos daqueles que não acreditam na possibilidade de uma guerra na Europa, neste momento. Fatos da mesma natureza e gravidade se tem verificado,

5 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, Vol. II, pág. 26.

ultimamente, e a paz não foi alterada [Itália e Abissínia].⁶

A seguir, coloca-se ao lado do posicionamento “do Reich”, por considerar justas as reivindicações alemãs, um reflexo, como veremos, do posicionamento inglês:

Sem pretendermos discutir o mérito da questão em si, as declarações de Hitler, segundo às quais a atitude do Reich, transgredindo o Tratado de Locarno e militarizando a zona da Renânia, foi assumida em defesa da paz europeia – tem pra nós a sua razão de ser.

Aliás, a própria imprensa de um dos países signatários do pacto violado pela Alemanha – a Inglaterra – assim já encarou os acontecimentos que agitam, na hora presente, os círculos diplomáticos do velho continente.

A referência é feita, com razão, à imprensa britânica. O *Times*, de Londres, o mais influente jornal da ilha, conforme Shirer, “conquanto deplorasse a atitude precipitada de Hitler ao invadir a Renânia, intitulou seu principal editorial [de] “uma oportunidade para reconstruir”⁷. Depois dele, uma boa parte dos jornais e a própria “opinião pública” inglesa estava do lado alemão. A este posicionamento, Taylor chamou de “revisonismo”. Este revisionismo via a Alemanha como presa a um sistema (Versalhes e seus sistemas de segurança) que não lhe permitia ser livre e que era responsável pelas mazelas que sofrera durante a década de 1920. O próprio *Times* declarara, ainda em 1934, que “nos próximos anos, há mais razões de temer pela Alemanha do que temer a Alemanha”⁸.

O editorial prossegue expressando a opinião que a guerra seria uma questão de tempo, protelada por manobras evasivas das grandes potências em meio a fortificação interna de suas defesas:

Muito embora nos pareça um paradoxo absurdo, não se pode negar, ante a observação dos fatos, de que todo movimento militarista das grandes potências europeias, verificado nestes últimos tempos e tendentes a fortificar os seus meios de defesa, tem concorrido, já não diremos para a garantia da paz no continente, mas, ao menos, para protelar, por tendo indeterminado quiçá, o desandar da hecatombe que o ameaça.

O já tão decantado “fantasma do pavor”, que paira, protetoramente, sobre as grandes potências do Velho Mundo, constitui, indubitavelmente, a mais forte barreira interposta para evitar a guerra. O exemplo sangrento de 1914 ainda está bem vivo na memória dos povos, com todo o seu cortejo macabro de misérias e de sacrifícios. E ninguém mais deseja a sua repetição. Qualquer das grandes nações da Europa teme sustentar uma guerra com um adversário forte e temível, apto para oferecer resistência enérgica, o que poderia redundar numa conflagração de consequências duvidosas e imprevisíveis, capaz de mudar a face dos destinos dos povos e transformar, nas suas próprias bases, a engrenagem política das nações.

6 *Diário Popular*, 13 de março de 1936, pág. 1.

7 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, Vol. II, pág. 32.

8 TAYLOR, *Op. Cit.*, pág. 76.

Esse mesmo “fantasma do terror” é uma das explicações recorrentes para Taylor, um dos motivos (e mais a “cegueira ocidental”) que mantiveram tanto França quanto Inglaterra sujeitas aos termos da política externa de Hitler. Por outro lado, Shirer, Bullock, Fest e Kershaw veem em Hitler o grande manipulador, que se aproveita desta mesma justificativa para agir⁹. Estas duas visões antagônicas sobre o posicionamento de Hitler são, ainda hoje, pontos controversos de tradições históricas diferenciadas. Taylor recebe – e os que seguem sua teoria, neste sentido, a maior parte das críticas. Por fim, o texto termina por resumir o fundamento da ocupação da Renânia pelo governo nazista como apenas uma manobra para dirigir o medo, uma manobra entre outras que já exerceram o mesmo papel. Apesar de simples, esta foi a lógica que o jornal encontrou na nuvem de apreensões e achados da política europeia.

Por outro lado, a marcha da política internacional cria, dia a dia, novas barreiras ao livre curso dos interesses particulares de cada país, instigando rivalidades e provocando a guerra.

Mas surge o temor recíproco, contendo as ânsias de cada um. A menor negligência, ou fraqueza, pois, de uma das partes, seria o facho que incendiaria a Europa. Surgem alianças, pactos de defesa mútua, com o objetivo de atemorizar o adversário, que, por sua vez, exhibe a sua capacidade de resistência. Vêm as negociações. Surgem novas propostas e das discussões dos gabinetes resulta a tranquilidade, para esbarrar mais adiante no choque de um outro interesse contrariado. A mesma tática se repete. E o “fantasma do pavor” dissipa novamente as nuvens da hecatombe.

O gesto alemão é, apenas, uma habilidade política anteposta ao pacto franco-soviético...¹⁰

Em um editorial publicado em 15 de março, o jornal demonstra, mais uma vez, os temores reinantes naqueles dias de março de 1936 e como a ocupação da Renânia os representava. Por outro lado, é capaz de deixar ver traços da crença que a Liga tinha papel fundamental nas decisões – uma crença que a história demonstrou estar incorreta.

Até o momento em que redigimos este ligeiro comentário, o telégrafo ainda nada nos adianta de definitivo a respeito dos resultados da reunião em Londres, do Conselho da Liga das Nações, a mais importante e transcendental, sem dúvida, de quantas haja levado a termo a Instituição Genebrina, nos seus 17 anos de existência. É natural que parem, ainda, portanto, no ambiente, inquietando o espírito público, que se agita na ânsia da incerteza, as mais sombrias interrogações acerca do amomentoso problema europeu, que polariza, na hora presente, as atenções do mundo civilizado. Incontestavelmente, nessa memorável conferência de Londres estão em jogo a ordem política dos povos europeus, as instituições vigentes nos países envolvidos, direta ou indiretamente, na grave questão, e – acima de tudo isso – o próprio destino

9 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. II, pág. 42, inclusive cita documento que comprova a tática.

10 *Diário Popular*, 13 de março de 1936, pág. 1.

da civilização do Velho Continente. Daí a inquietude do mundo em torno dessas conversações, que assumem, neste instante duvidoso e crítico, o caráter de um grande acontecimento histórico. Da habilidade dos diplomatas, a quem coube a difícil tarefa de resolver tão relevante problema, depende o futuro da Europa.

Oxalá, pois, as consequências da hecatombe que se a avizinha tenham sido medidas e pesadas com a maior prudência e meditação. Que os responsáveis pela gravidade do momento se revistam da suprema coragem da renúncia e saibam colocar acima de interesses particulares e de orgulhos feridos, a tranquilidade dos povos, o progresso da civilização...¹¹

Para corroborar ou ilustrar o que fora dito em seu editorial, uma das notas diversas publicadas dizia que “A Alemanha apresenta-se como um grande ímã que atrai grande quantidade de aço. Essa enorme quantidade de aço é a totalidade do povo germânico, que segue, fiel, passo a passo, a Hitler”¹². O momento era de tensão, como vinha sendo desde o início dos encontros diplomáticos e da constante pressão alemã sobre seus vizinhos. O jornal parece estar particularmente alarmado com a situação, reproduzindo os comentários “sensacionais” que chegavam pelos telégrafos.

Em 17 de março, novo editorial, seguido de fotos de Hitler e Mussolini. Desta vez e diante das notas enviadas pelos telégrafos, a própria instituição da Liga das Nações era questionada pelo jornal – mas que no fim, ainda depositava nela todas as suas esperanças.

A grave situação político internacional que agita a Europa, neste momento, constitui uma tarefa escabrosa para a instituição Genebrina, a quem coube a resolução do intrincado problema. Para a liga das nações se voltam as atenções e as esperanças do mundo. Com o destino dos povos, está em jogo, também, nesta hora duvidosa e sombria, o prestígio da Entidade Wilsoniana, que cairá por terra, para sempre, caso se verifique um malogro. Do seu bom êxito nas negociações, que desde sábado, se vem realizando em Londres, depende a afirmação da sua razão de ser, fato aliás posto em dúvida em consequência dos seus sucessivos fracassos no resolver casos semelhantes, embora menos graves, ultimamente registrados no cenário político-internacional do mundo. A questão, que, atualmente, está a depender da habilidade diplomática dos componentes do Instituto de Genebra, é indubitavelmente, a mais séria e de maior responsabilidade que até agora tem surgido aos seu julgamento e decisão.

A ocasião é oportuna, portanto, para que a Liga das Nações demonstre ao mundo a alta significação que representa, recuperando a confiança dos povos.¹³

Este foi, contudo, o último editorial da redação publicado sobre a ocupação do Reno pelo jornal. Não se voltou a discuti-lo, novamente, nos dias seguintes, muito menos quando a Liga decepcionou ao mundo e ao DP, certamente, pouco fazendo para que a situação de

11 *Diário Popular*, 15 de março de 1936, pág. 1.

12 *Idem, ibidem*.

13 *Diário Popular*, 17 de março de 1936, pág. 1.

instabilidade e de temores fosse reduzida. No dia 18, notas informavam que Berlim considerava morta a negociação da Liga em Londres e que o ambiente criado era favorável à Alemanha¹⁴. No dia 21, dizia-se que na fronteira com a França na Renânia, as tropas permaneciam em prontidão, aguardando os resultados da conferência¹⁵ e no dia 24, que a Alemanha não capitulara: a Liga decidira-se a não agir¹⁶.

A nota do dia 29 divulgou trechos do discurso de Hitler feito em Essen para operários do Reno, “em linguagem simples, através da eloquência objetiva, causando profunda impressão”.

Julgo necessário que a paz se faça sobre alicerces novos. Não há paz entre duas pessoas, quando uma terceira ata as mãos de uma delas, apontando a pistola para cada lado e interrogando: queres confessar-te culpado? Si negares, desataremos as tuas mãos para que assines a confissão e, em seguida, te amarraremos, novamente, mas aquilo que assinaste constitui tratado, um contrato, uma escritura sagrada, que nunca poderá negar e terá de honrar a tua assinatura!

Isso não é paz e sim manifestação da força bruta. Mau trato ao indivíduo e a um povo!¹⁷

Mais adiante, prossegue:

(...) o chanceler pede aos povos vizinhos, através de seus homens de Estado, que deixem a Alemanha trabalhar e diz: “só me ocupo com o grande problema pacífico da Alemanha. Nada mais vejo que milhões de pessoas sofrendo a falta de agasalho no inverno, talvez passando fome. Vejo, sobretudo, o enorme programa de trabalho diante de mim, o qual consiste em aproximar os homens uns e os outros. Hei de auxiliar os sofredores! Lamento que certos estadista se ocupem de outros povos, quando tanto tem a fazer com os seus próprios.

[Hitler] Qualifica de insuportável essa intromissão e assevera que se esses estadistas consultassem os seus povos, através de infundáveis discursos, que sempre terminam com promessa irrealizáveis, [os] povos responderiam: não fale, não fale, faça a paz!

Eis o que Hitler dizia e o jornal reproduzia. A medida que a Liga resolvia pela inação, apesar de todas as desconfianças (fundadas, no fim das contas), o cenário que se mostrava ao leitor pelo jornal, oriundo dos posicionamentos e das impressões da imprensa internacional era este. A Alemanha firmava suas tropas no Reno e de lá não sairia; e mais, o fazia em nome da paz europeia, pois estava “amarrada” e buscava a libertação. E quando Hitler disse que os estadistas deveriam consultar os seus povos, afirmava que ele mesmo consultava e que o povo estava com ele. No dia 31, divulgando o resultado do plebiscito

14 *Diário Popular*, 18 de março de 1936, pág. 1.

15 *Diário Popular*, 21 de março de 1936, pág. 1.

16 *Diário Popular*, 24 de março de 1936, pág. 1.

17 *Diário Popular*, 29 de março de 1936, pág. 1.

chamado para confirmar a vontade popular da ocupação da Renânia, o povo do Reich havia votado a favor de Hitler: “No dia de ontem Hitler recebeu a maior consagração que até hoje um estadista conseguiu do seu povo. [...] Pode afirmar-se que nunca na história houve um pleito em que a concorrência iguale este. Com o resultado deste pleito foi mostrado ao mundo que, quando fala Adolf Hitler, de fato fala o povo alemão”¹⁸.

Em abril, nenhum novo editorial ou artigo foi divulgado pelo jornal em relação a Alemanha ou ao nazismo. Noticiou-se as propostas de Hitler enviadas aos signatários de Locarno (a proposta dos 25 anos de paz)¹⁹ e as tentativas de aproximação com a França²⁰, ao mesmo tempo em que foi denunciado um pacto secreto entre a Alemanha e o Japão²¹. Sob a orientação do *low profile* nazista, a seção local do partido não promoveu grandes anúncios festivos em comemoração ao aniversário de Hitler. Apenas uma pequena nota na seção “Várias” dava conta da passagem da data²².

Afinidade ideológica: em defesa da eugenia

Entre março e abril, como já abordei em capítulo específico²³, o *Diário Popular* foi censurado pela Delegacia de Polícia em virtude de críticas dirigidas contra a administração municipal e o governo de Vargas. A Frente Única, que fazia oposição ao partido de Getúlio, havia eleito vereadores na cidade na última eleição e, dentre estes eleitos, estava Pedro Luís Osório, irmão de Joaquim Osório, que deixara a direção do jornal em janeiro de 1936. Neste período, em entrevista exclusiva ao DP, o vereador falou de um projeto de lei seu que, se relacionado com a ascensão nazista e principalmente com a ideologia ligada a eugenia, é considerado polêmico nos dias de hoje.

A educação eugênica²⁴

Na última reunião da Câmara Municipal, conforme noticiamos, por ocasião de ser votado o

18 *Diário Popular*, 31 de março de 1936, pág. 1.

19 *Diário Popular*, 1º de abril de 1936, pág. 1.

20 *Diário Popular*, 3 de abril de 1936, pág. 1.

21 *Diário Popular*, 15 de abril de 1936, pág. 1.

22 *Diário Popular*, 19 de abril de 1936, pág. 2.

23 Veja-se o Capítulo 1.

24 *Diário Popular*, 26 de abril de 1936, pág. 1.

projeto criando o selo municipal de educação, destinado exclusivamente a despesas com a instrução pública e estímulo a educação eugênica, inclusive subvenção a institutos de ensino e auxílio a alunos pobres, sem desvio para aplicação diferente, o vereador dr. Pedro L. Osório, que também é médico, ressaltou perante os seus colegas e assistência da Câmara o valor da eugenia.

Fomos, ontem, procurar o dr. Pedro Osório, para transmitir aos leitores suas interessantes impressões sobre tão importante assunto, por ser a última palavras nas funções do Estado. S. s., de início, declarou que aceitou a criação do selo de educação, alvitre do digno vereador dr. Bruno Lima, por vir favorecer, exclusivamente, a educação em geral, a manter institutos de ensino e a auxiliar a alunos pobres.

Os requerimentos, petições, memoriais, recibos, conhecimentos da Prefeitura, só estarão, agora, sujeitos a selo municipal.

Bruno (de Mendonça) Lima, conforme Loner, dirigia, na época, o *Opinião Pública*²⁵. Os “selos” eram designações para autorizações de pagamento e certificação de documentos: tudo que se gastaria, por exemplo, com a reforma de uma escola ou a compra de material para esta estaria condicionado a existência de recurso dentro do selo, novidade criada com a constituição de 1934. Da mesma forma, os recursos seriam coletados através de rubrica, paga nos órgãos municipais, que confeririam autenticidade (o “selo”, neste caso, anexado ao documento requerido).

O dr. Pedro Osório, em seguida, disse que a Lei orgânica em suas disposições preliminares dispõem competir ao Município também estimular a educação eugênica.

O estado do Rio Grande do Sul desenvolve grandes esforços – governo e criadores – para melhorar as raças de gado que povoam as estâncias por ser bela fonte de receita e de benefícios.

Nestes últimos tempos os governos vem procurando estimular o melhoramento da própria raça humana.

Esta comparação é feita pela reportagem do *Diário Popular*, mas está baseada na conversa com Pedro Osório, como veremos, que a requinta:

Longe de se estabelecer para a espécie humana o rigor da seleção dos rebanhos de animais. A pretensão é colocar a nossa geração em plano superior, respeitadas as leis biológicas. Crescei e multiplicai-vos, instituiu o divino mestre, acrescente-se – como seres humanos e com instintos refreados.

A nossa raça está sujeita às mesmas leis que governam a hereditariedade das raças de gado, isto é, dos animais e das plantas em geral. A hereditariedade é “um fenômeno de continuidade biológica, pelo qual as formas vivas repetem-se nas gerações que se sucedem”.

A suprema importância da eugenia, dentro do seu dogma – a saúde integral do corpo e do espírito – é indiscutível.

A seguir, Pedro Osório define, em sua visão, as qualidades da eugenia:

25 LONER, *Op. Cit.*, pág. 14.

Ela, sem qualquer prática amoral ou desvirtuadora de costumes, é grande corolário da teoria da evolução. Pede pais sadios. Pede o aperfeiçoamento moral e físico da raça humana. Ressalta que ninguém transmite o que não herdou, e, quem puxa aos seus não degenera.

Foi mais além, caso o leitor questionasse as bases de seu argumento:

Em milhares de anos, a natureza, pela seleção natural, vem agindo nos reinos animal e vegetal, com lentos processos de melhoria.

Já a seleção provocada, que foi tão acentuada entre a civilização helênica, como pioneira do eugenismo no mundo antigo, vai tomando o lugar que lhe compete, provocando proles vigorosas.

A eugenia, como ciência da vida, aplica a seleção humana aos fins de sua própria degeneração e age sob o controle social das leis da hereditariedade.

Francis Galton, o fundador da eugenia, com a aplicação das leis do famoso frade agostinho – Mendel – a espécie humana, obteve soluções claras, regras para a formação de proles sadias de corpo e de espírito. Baseado em cálculos matemáticos confirmados na prática, pelo cuidadoso exame de estatísticas e experiências biológicas, bem interpretou o fenômeno da hereditariedade.

Assim, sabendo que tudo fora “cientificamente comprovado” através de “cálculos matemáticos” e “cuidadosos exames de estatística e experiências biológicas”, Pedro Osório tece a parte mais comprovável da eugenia: exemplos de caso. Por certo não eram somente os alemães que, neste período, se dedicavam ao empirismo.

O valor eugênico do indivíduo é calculado de acordo com as suas qualidades físicas, intelectuais e morais.

É indiscutível que a tendência hereditária em certas famílias para o crime, por exemplo, é real, como de outras propensas para o câncer, a tuberculose e a lepra.

Aqui, a mistura clássica entre os fatores biológicos e os fatores morais e sociais é percebida. A seguir, sem se deter em pormenores, Pedro Osório narra a trajetória de um norte-americano chamado Max Jukes, que nascera em 1720 e que, até os seus dias atuais, havia gerado prole de assassinos, ladrões, mendigos “de profissão”, além de inúmeros natimortos registrados. Uma herança de “crimes” que causara ao governo norte-americano um prejuízo “para mais de um milhão e duzentos mil dólares”. De outro lado, estava a descendência de Jonathan Edwards, que

entre os 1934 descendentes, se encontram 395 laureados, 35 professores, 60 médicos, para mais de 100 advogados, 30 juizes, 80 funcionários públicos, 3 membros do Senado dos Estados Unidos, uns poucos diplomados, vários diretores de banco e de importantes casas de comércio. Não se conhece qualquer condenação a um membro dessa família.

Como um exemplo tão distante não bastasse, o vereador cita um caso próximo, de Pelotas, que as pessoas suas contemporâneas poderiam lembrar-se:

Entre nós a boa memória dos mais velhos reconstituem fatos, contam a história de tristes descendências aproximadas pelos casamentos de incapazes, mas que, por falta de estatística, não estão registrados para exemplo dos vindouros.

Em Pelotas, a que família pertenceria o alcunhado Tadinho e que poderia se dizer de sua ascendência ou descência?!

Tadinho possivelmente fora um destes homens, “sem descendência”, que contavam com “o valor do Humanismo” segundo Joaquim Osório, daqueles donos do capital que deveriam repartir seus lucros com “o proletariado” antes que o mal do bolchevismo os dominasse e os fizesse rebelarem-se contra os patrícios. Mas, mais que isso, segundo Pedro Osório, era para estes homens que a eugenia fora criada: ela visava, mesmo, “os verdadeiros fracos e doentes”. Em que sentido, contudo, era a dúvida. Para o vereador e médico,

Dos municípios deve partir o brado de alarme: as populações tendem a crescer em quantidade, mas a decrescer em qualidade.

O município de Pelotas, competindo estimar, porém, não privativamente, a educação eugênica, cabe a Câmara Municipal tomar a iniciativa, agora com a criação do selo de educação, de se dirigir à Assembleia do Estado, para também votar um auxílio em defesa dos ideais eugênicos.

O Conselho de Educação e a direção do serviço sanitário do Município devem especialmente assumir essa campanha regeneradora, obedientes aos processos da propaganda generalizada: imprensa, cinemas, conferências, etc.

Não bastariam apenas as medidas dentro do ambiente escolar: era necessário que a eugenia fosse posta em campanha nas ruas, nas salas de cinema, nos salões onde a elite cidadina reunia-se para filosofar sobre seu domínio social. Mas o que se requeria da eugenia na formação social? Pedro Osório possuía também a resposta:

que a sociedade forme uma opinião forte em prol dos casamentos conscientes e capazes, aumentando os tipos humanos normais, construtores da nacionalidade;

que do berço venha a herança de certas qualidades para luta pela vida sob a ação do meio físico e do ambiente social;

que se afaste do meio social aqueles reconhecidamente como criminosos incorrigíveis, incluídos os alcoólatras inveterados;

que se executem as leis contra os assassinatos, os estelionatários e demais crimes em prejuízo da sociedade;

que se faça a completa segregação dos alienados;

que se tomem medidas especiais contra a propagação do câncer, da tuberculose, da sífilis, da lepra e demais males hereditários;

que o ato de gerar não seja apenas um ato fisiológico, como entre os irracionais, mas tenha uma finalidade moral elevada sem consequências fatais;

que seja permitida a imigração das raças vigorosas;

Aqui, podemos questionar se o palestrante buscava um incentivo a vinda de mais ale-

mães ou italianos. Ele prossegue:

que a descendência não tenha que mal dizer o instante em que nasce;
 que as repartições de higiene se encarreguem da propaganda e tratem de classificar eugenicamente os munícipes;
 que os médicos com funções de inspetores escolares, zelem pelas crianças e propaguem as boas ideias eugênicas entre elas.

Neste trecho, não há como afastar-se da concepção nazista, de classificação dos tipos, de segregação, de propaganda, e imaginar as enfermeiras, em seus uniformes brancos e seus instrumentos de medição de crânios, dorsos, ante-braços, mãos e pés. Chama a atenção o afastamento dos “incorrigíveis” e a esterilização dos “degenerados”.

Para finalizar, o DP afirma que o vereador considerava estas medidas, se fossem aplicadas e propagadas tanto em Pelotas quanto no resto do país, “dentro de duas ou três gerações a raça brasileira apresentará ainda maior aperfeiçoamento”. Para completar, na máxima de René Gertz que a simpatia não queria dizer necessariamente a partidarização,

Diz S. S. que os povos que dominam o mundo são os fortes e capazes. Haja vista o que fazem Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, ambos apaixonados pelos processos eugênicos. A opinião pública bem esclarecida auxiliará os nossos esforços e darão aos pelotenses um grande exemplo recebendo com simpatia a propaganda e o estímulo a educação eugênica.

Em sua fala final, no entanto, cede a usual mistificação oratória, mas finaliza com a assertiva também tradicional da classe conservadora (e neste momento, tendendo ao autoritarismo):

O riograndense, com sua prova de robustez pela vida em geral que leva ao ar livre, pode livrar-se com maior rapidez desses males sociais, bem autenticados nas densas populações. A família é, apenas, depositária de legados eternos. A educação eugênica impõe-se. Ela não visa criar o gênio, o famoso atleta. Procura obter o tipo normal sadio de corpo e espírito, para salvaguardar gerações futuras.

Conclui o dr. Pedro Osório: o objetivo desta campanha é vencer pela persuasão, pelo estabelecimento do exame espontâneo ou obrigatório pré-nupcial e pela esterilização oficializada dos degenerados típicos, mas que não ficam dessexualizados.

Ou seja, ao fim e ao cabo, as medidas deveriam ser levadas mais adiante do que a simples conscientização. Este deveria servir de preparação para aquelas: a esterilização oficial dos “degenerados”. Não há apenas meras semelhanças: há muitas semelhanças com uma parte da doutrina de governo alemão. Evans destaca que

A eugenia em si, inclusive a esterilização forçada, era comumente aceita por cientistas e comentaristas ao redor do mundo como a face moderna da política social. Para aqueles que

desposavam essa ideia, a crença na centralidade da raça nas questões humanas também extraía legitimidade do que consideravam as últimas descobertas da ciências moderna.²⁶

Este era o “fascismo” politicamente negado e, ao mesmo tempo, praticado no cotidiano, que confundia a todos e ainda em nossos dias confunde ao historiador, apresentado nas páginas do DP. O mais interessante, em relação ao jornal, é seu posicionamento dualístico: aproxima-se mantendo certa distância. A reportagem se encerra dizendo que “o Diário Popular, tomando a iniciativa de ouvir o dr. Pedro Osório, coloca-se ao lado de justa causa, tão importante para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da raça humana”.

É digno de nota, também, que fora uma das últimas vezes em que um dos membros do antigo republicanismo do PRR dos irmãos Osório recebeu tanto destaque. Com o passar dos anos, sua influência política desapareceria das páginas do jornal. Por outro lado, seu legado seria mais longo: nos dias seguintes, o jornal noticia a sanção da proposta de Lei pelo prefeito, Sylvio Barreto. A Lei nº 2 previa a criação do Selo de Educação e, em seu artigo sexto, destinava os recursos “exclusivamente a despesas com a instrução pública, inclusive subvenção a institutos de ensino e auxílio a alunos pobres, e estímulo a educação eugênica”. Uma vitória (já prevista) da concepção descrita pelo DP, orientada e dirigida pelo vereador Pedro Osório.

Compreendendo o perigo e afastando-se dele

Em maio de 1936 e no restante do ano, e como verificaremos nos anos seguintes, as notas internacionais em formato de artigo diminuem drasticamente. O jornal mantém as pequenas notas telegráficas, com fundo informativo. Isto foi fruto da censura do estado, que limitou a divulgação “sensacionalista”, que perturbasse a calma, que promovesse a insegurança. O fato da censura ter atingido o jornal e ele ter perdido o apoio das autoridades policiais, que obtivera na década anterior enquanto principal aliado do partido tradicionalmente no poder, o tornavam na metade da década de 1930 um jornal como qualquer outro de Pelotas. Já não era mais o favorito nem o protegido, embora continuasse, como sempre,

26 EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 793.

a posicionar-se do lado da “legalidade” instituída.

Por outro lado, uma série de artigos, assinados, começou a circular no jornal, ligados, muito provavelmente, ao círculo de colaboradores do diretor, Guilherme Schulz, que era ex-acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas e que teve como mestre o seu predecessor, Joaquim Osório.

A iniciativa e a adição de colunas assinadas repercutiram de certa forma na imprensa de Pelotas. No dia 16 de junho, a respeito do artigo assinado por Dulce de Matos e publicado no dia 15 pelo DP, o *Opinião* publicou texto de repúdio. O artigo de Dulce defendia a história de perseguição dos judeus, desde sua expulsão de “Canaã” até os dias atuais, no sentido de que foi injusta e dolorosa. “Sofreis há séculos a mais infame das perseguições, por não vos a sujeitardes a respeitar os que quiseram fazer-vos escravos”, ela declara e, indo além, acrescenta que havia uma outra “perseguição”, daqueles que “quiseram fazer-vos adorardes a um homem que nasceu sob o céu da Palestina e que combatia as leis de seu tempo”²⁷. Esta afirmação, deduzimos, não agradou alguns católicos, a quem era obviamente dirigida e que, ofendidos, no dia 16, mandaram publicar nota no jornal concorrente, o *Opinião Pública*, criticando, não somente a autora, denunciada por possuir “sentimentos comunistas, como é público e notório”, mas também por “aninhar” em “seu coração, sentimentos ínfimos”. O articulista do *Opinião Pública*, com firma reconhecida, intitulado “uma filha de Maria”, ainda adverte: “O *Diário Popular* deve ter mais cuidado em publicar artigos e notícias que venha a ofender aos sentimentos da maior parte da população de Pelotas, que inegavelmente professa a religião Católica”.

Este episódio, embora não tenha gerado outras manifestações nos dias seguintes, é importante dentro de nosso estudo porque revela, além da simples crítica ao catolicismo e a defesa da posição judia, alguns preconceitos de fundo que, possivelmente, eram comuns naquela sociedade. Por não encontrarmos no *Diário Popular* até a metade da década de trinta opiniões expressas sobre o tema do judaísmo (embora, como fique claro no trabalho de Lorena Gill²⁸, elas existiam), este artigo e sua réplica são reveladores desta “realidade”.

27 *A Opinião Pública*, 16 de junho de 1936.

28 GILL, *Op. Cit.*.

Ainda no artigo de 16 de junho, Dulce, ao defender a causa judia, também denuncia as acusações que lhes são feitas. Uma delas é sobre a martirização de Cristo, que, sabemos, tanto através da propaganda nazista quanto pelos preconceitos históricos do anti-semitismo de fins do século XIX, era atribuído aos judeus. Ela diz, em certo trecho: “Levastes [os judeus] este homem à cruz, porque naquela época esse era o castigo infringido aos condenados por crime, e como possuir-se um ideia contra as leis em vigor é considerado crime, esse homem foi punido... Mas qual a nação que não mata, que não condena os homens que surgem com nova concepção da sociedade e da política?”. Mais adiante, justificou porque eram os judeus considerados “traidores”: “Só vós fostes considerados pelos outros povos como traidores, porque um homem de vossa raça denunciou a Cristo, como reformador utopista” - novamente argumentando a seguir que também outras nações possuíam estes denunciadores.

Finalmente, ao encaminhar a conclusão do texto, revelou outra perseguição corrente contra os judeus: a avareza. Ao afirmar que apesar da perseguição “demagógica” do fascismo, há quem entenda a luta “subterrânea, que os vossos perseguidores denominam de astúcia e de espírito usurário” travada pelo judaísmo, e que esta luta é que faz aliviar “as chagas dos vossos sofrimentos”, ao atirar “dinheiro aos algozes, que muitas vezes chegam a ruína”. Se estes (os não judeus) chegam a ruína (e aqui subtende-se que o dinheiro tirado não é gratuito, ou seja, possui retorno), esta é “produzida pelo seu próprio procedimento”, ou seja, a ruína é a vingança contra a perseguição.

Tanto ofensiva para a mentalidade de Pelotas à época que a nota do *Opinião* se fez publicar. Será correto inferir que estes preconceitos eram partilhados por ambos, tanto judeus quanto não judeus, em Pelotas? Ou seja, que eram, de um lado impugnados e de outro ajuizados? De momento, nos parece fazer sentido que sim. Quanto ao DP, em resposta a ambos artigos, no dia 17 divulgou uma pequena nota. Dizia que, apesar do anonimato de seus críticos, “espíritos intolerantes, que se escondem sob o manto da venerável religião católica”, tomavam posição de “censores da conduta alheia”. Mais além, denunciou que “estes anônimos, cujos preconceitos os fazem distinguir nacionalidades e cores (...), estão semeando ventos e que, assim procedendo, irão colher tempestades”. Não fica, como vemos, clara a crítica nas entrelinhas, dirigida, possivelmente, contra o fascismo e, neste caso,

contra o fascismo católico. Não existem evidências da ligação possível entre os dirigentes religiosos católicos e os elementos italianos fascistas em Pelotas, mas a comparação com o que ocorrera na Itália é plausível. De fato, parece fazer sentido esta motivação da crítica do DP se considerarmos como o noticiário internacional do jornal narrou, nos meses e anos anteriores, a posição do Vaticano em relação ao governo nazista e, ultimamente, ao governo italiano. Destacadamente, cabe salientar o posicionamento da Santa Sé em relação ao ataque da Itália a Abissínia, em que aquela cedeu inclusive fundos do Núncio para apoiar financeiramente o esforço de guerra do *Duce*. Ou seja, “por tabela”, o DP parece ter criticado o fascismo através do catolicismo de Pelotas, representado pela “filha de Maria”.

Ironicamente, na edição do dia seguinte, 18 de junho, o DP noticiava, em sua primeira página, com destaque, o falecimento do Dr. Ernesto Ronna²⁹.

A ocupação da Renânia minara as posições francesas e inglesas na Europa. Ao permitir que o governo nazista permanecesse militarmente no Reno, ambos permitiram que os planos de fortificações do lado oriental da Linha Maginot pudessem ser elaborados e levados a cabo, isolando os antigos aliados do Leste, como a Polônia e a Tchecoslováquia, que estavam diretamente ligadas aos planos alemães em um futuro próximo. Isto ajudou ao governo alemão a desenvolver uma “nova constelação” na Europa. O principal atingido foi, obviamente, o Chanceler austríaco. Após a morte de Dolfuss, assassinado pelos nazistas em julho de 1934, Papen (ainda vice-chanceler alemão), foi enviado para Viena como embaixador e tratou de minar as posições no novo governo austríaco e atrair as classes conservadoras para Hitler. Quando a Itália decidiu-se ao ataque contra a Abissínia, Schuschnigg, o novo chanceler austríaco, viu-se sem o protetorado italiano e, após a ocupação do Reno, mesmo sem a possibilidade de defesa francesa. Assim que a Liga confirmou que não agiria de forma positiva na situação (ou seja, não movimentaria tropa alguma), não lhe restava alternativa senão aquiescer e procurar o governo alemão para, na tentativa de não perturbar a Alemanha, também não ser perturbado.

O início das negociações se deu logo em março, cerca de um mês após a ocupação italiana na costa africana, e o acordo foi firmado em 11 de julho de 1936, em Viena.

29 Veja-se o Capítulo 3.

Ainda em julho, Dulce de Matos voltou a publicar um novo artigo, no dia 29, intitulado “A humanidade marcha”, e que manifestava temores sobre a nova guerra na Espanha. Nada mais se comenta sobre o Fascio – o desgaste provocado pela guerra contra a Abissínia marcara o final das boas relações do jornal com os fascistas, possivelmente.

Outubro foi o mês do encontro de Hitler com o Conde Ciano, cunhado de Mussolini, que deu origem as negociações para a criação do Eixo Roma-Berlim. No dia 9, com foto de Hitler abrindo a seção, informou que fazia-se conhecer na Alemanha que a aproximação com a Rússia soviética era impossível e que num futuro próximo a guerra seria inevitável³⁰.

No Brasil, no dia 2, o jornal noticiou que se anunciava que os governos do Rio Grande do sul e de Alagoas decretariam, muito em breve, o fechamento das sedes integralistas e, no dia 4, um artigo do noticiário internacional trazia uma entrevista de Oliveira Salazar (portanto, um “fascista”) em que o mesmo falava sobre o comunismo, o fascismo e o nacional-socialismo, julgados por ele³¹. Em relação ao fascismo e ao nazismo, dizia que

o fascismo e o nacional socialismo, divergentes do comunismo pelas suas concepções econômicas e exigências espiritualistas, a ele se assemelham pelo conceito do Estado totalitário. Em ambos os partidos é o Estado, a cujos fins está subordinada a toda a atividade dos cidadãos: os homens mesmo não existem senão para a grandeza e glória do Estado. Se o Estado tem em si mesmo o seu fim e razão de ser, não há regra exterior que lhe limite a atividade, nem fora de si existe qualquer direito. Os que o Estado define ou outorga são precisamente os que interessam a consecução dos seus fins próprios. Se na prática e na generalidade dos casos tal regime se comporta perante os indivíduos como qualquer outro, devido a uma feliz concordância de interesses, isso não quer dizer que os princípios postos não pudessem levar a e não levem às vezes a conclusões bem diferentes.

Interessante perceber, desde o princípio, que Salazar, que assumira o poder não há muito tempo (em 1933), não se reconhecesse como um “totalitário” naquele momento, embora sua história frente ao Conselho de Ministros demonstrasse, posteriormente, fontes fascistas e nacionalistas inspiradas nos modelos italiano e alemão. Naquele momento, o DP o recebia como um grande sábio, ex-Ministro e professor da Universidade de Coimbra. Salazar prosseguiu:

A quem observa de longe o nacional-socialismo, parece que o aspecto NACIONALISTA do movimento tem muito maior realce que o SOCIALISTA; por ora, ao menos, se bem que seja tratado com diligencia e desvelo, o aspecto social, as realizações desta ordem não tem qual-

30 *Diário Popular*, 9 de outubro de 1936, pág. 1.

31 *Diário Popular*, 4 de outubro de 1936, pág. 1.

quer cunho de socialismo ortodoxo.

O nacionalismo, sim; esse é bem diferente na exaltação sentimental que atravessa toda a Nação, na consciência da sua grandeza e da sua força, e na obra de unificação política, a maior e mais completa que se poderia imaginar. Infelizmente, este nacionalismo aparece, por ventura, por circunstâncias especiais da situação interna, com características racistas bem fincadas, e no campo de direito surge, com possibilidades das mais graves consequências na política interna e na política externa, a distinção entre o CIDADÃO e o SÚDITO alemão. Algumas antigas noções do direito romano se assemelhavam a estas.

Eis a importância, neste trecho, da escolha da publicação, porque Salazar apresenta noções que até o momento não haviam sido vistas nas páginas do DP. Mas, o mais importante: porque sua opinião é muito semelhante com o que o novo estado brasileiro também procurava inculcar:

Em Estados tão absorventes é natural que existam todas as atividades, que tenham direito interesse político ou interesse para a formação da consciência nacional, estejam nas mãos do Estado ou sejam por ele dominadas: a educação, a imprensa, as reuniões públicas, as organizações desportivas ou de simples recreio, e mesmo por vezes as de caráter religioso não podem estar fora do Estado e muito menos se consentirá que contra o Estado.

Este é forte e não receará mesmo, sendo preciso, revelar a maior violência, sem que na lógica do sistema, esta se possa considerar contra o direito, mas antes manifestação de um direito mais alto.

A fala estava inserida dentro de um contexto do DP sob a direção de Guilherme Schulz. A campanha, preconizada no início de maio, não era contra o “totalitarismo” do estado ou contra suas violências mais amplas: era contra o fascismo. Se o estado não fosse “fascista”, mesmo que se utilizasse de suas práticas, então tudo estaria bem.

Em outubro, um artigo do noticiário nacional abordava o pedido da “Jewish Colonization Association”, para a implantação de 76 judeus no estado do Rio de Janeiro, fora negado pela administração pública, porque, conforme “observações feitas pessoalmente na Alemanha e na Polônia, em que se comprovava que os imigrantes judeus sempre se destinam a centros urbanos, dedicando-se, na realidade, a tudo menos à agricultura”, “vieram para aplicar sua atividade nos centros urbanos, em detrimento do trabalhador nacional e, muitas vezes, constituindo elementos perigosos à ordem social do país”³². Salieta que a única organização agrícola da JAC [*Jewish Colonization Association*] existente no Brasil era a Colônia de Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul. Esta notícia parece um claro indício de que a ligação entre “judeus e marxistas” (elementos perigosos) era mais disseminada do

32 *Diário Popular*, 18 de outubro de 1936, pág. 3.

que parecia. Ironicamente, como acontecia às vezes no DP, a diferença entre o nacional e o local é abismal: na página de recados e eventos, aproximadamente um mês depois, o jornal divulgava a “Ping pong”: Associação Israelita versus Congregação Mariana (revanche)³³.
Revanche!

O ano de 1937 foi um ano quase sem publicações de qualquer ordem relevantes sobre a Alemanha ou sobre o nazismo³⁴. E, à medida que as estruturas de controle do Estado Novo tomavam forma e aumentaram suas ações de controle, mais raras se tornaram mesmo as notas mais simples. No início do ano, o governo varguista decretou, no Estado, a dissolução de todas as associações partidárias estrangeiras e, no final do ano, colocou em prática uma campanha de nacionalização no ensino que renderia, no ano seguinte, o fortalecimento de uma postura “anti-germanófila” diversa. Os elementos pelotenses ligados ao nazi-fascismo que, entre 1935 e 1936, haviam esboçado um aparecimento e buscaram, de certa forma, a estabilização de suas associações, desapareceram – pelo menos das páginas do *Diário Popular*.

Por outro lado, são as manifestações locais que, dia a dia, tomam o espaço destacado a discussão nacionalista e anti-fascista, como vimos, iniciadas em 1938, possivelmente pelo perfil de Guilherme Schulz, que era advogado recém formado e, talvez por isso, com mais forças de resistência contra o conservadorismo que costumava dirigir o periódico – uma resistência, obviamente, que avançava até onde aquelas mesmas forças mostravam-se mais poderosas.

Em 16 de janeiro, sobre a dissolução das sedes integralistas, o DP publicou um artigo assinado por Antoni F. Martin em que este dizia que “O integralismo é fascismo”³⁵. O artigo, extenso, tentou comprovar que o integralismo era um tipo de fascismo (ou tentava ser), através de citações do livro de Gustavo Barroso, seu ideólogo. Antoni afirmara isto com um propósito principal: “convém esclarecermos aqui, para evitar qualquer *quiproquó* possível, do que podem tirar proveito aos fascistas de Pelotas”. Depois:

33 *Diário Popular*, 11 de dezembro de 1936.

34 Conforme SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. II, pág. 41, Hitler declarara ao Reichstag em janeiro de 1937 que “o tempo das chamadas surpresas havia terminado”.

35 *Diário Popular*, 16 de janeiro de 1937, pág. 3.

Agora, com vistas aos fascistas pelotenses. Vivem eles a *cacarejar* que possuem cinquenta e tantas obras de combate e que contam com elas para vencerem. Fiquem, pois, sabendo: apesar de todo esse estrume, a flor do fascio não vingará entre nós. A liberdade é a Vitória-Régia da nossa terra, da nossa gente e da nossa Democracia.

Por isso combatemos e havemos de combater o fascismo *botocado*, venha de onde vier, e ainda mesmo que acobertado, insidiosamente, como já aconteceu, num jornal religioso.

Os conhecedores da imprensa de Pelotas saberão que o “jornal religioso” a quem se referia era *O Libertador* (o mesmo da querela com o artigo a favor dos judeus de Dulce de Matos e a resposta “mal-educada” da “filha de Maria”).

Em 26 de janeiro, como vimos, através de carta endereçada ao PRR de Pelotas, Guilherme Schulz Filho deixou a função de diretor do DP por ter-se filiado a nova UDN (União Democrática Nacional) e em seu lugar assumiu F. de Magalhães, como superintendente geral. Logo, como se percebeu, o “posicionamento” do jornal demonstrou-se vacilante: no dia 29, a despeito de tudo averiguado até o momento sob a direção de Guilherme Schulz, o DP voltou a noticiar assuntos dos nazistas de Pelotas.

Na edição daquele dia, na terceira página, introduzida pela clássica foto de Hitler, um artigo resumia os “Quatro anos de governo fecundo”³⁶ de Hitler. O texto, como se deixa claro, fora produzido por elementos locais:

Amanhã fará quatro anos que Adolf Hitler foi nomeado chanceler e incumbido, pelo falecido marechal Hindenburg, então presidente da Alemanha, a formar o novo governo. De acordo com o convênio firmado entre o velho presidente e o jovem líder do partido nacional-socialista, a sua nomeação foi feita para quatro anos, tempo exigido por Hitler para realizar o seu primeiro programa. Amanhã se finda este prazo e já há meses que o programa traçado está realizado.

O vultoso número dos sem trabalho na Alemanha, que chegou a mais de seis milhões diminuiu para um pouco mais de um milhão, isso quer dizer que o sem trabalho desapareceu virtualmente do território alemão.

A indústria alemã que estava trabalhando com menos que a metade do operariado, trabalha hoje dia e noite, em quase todos os seus ramos. Os navios que estavam parados nos principais portos, por falta de cargas, estão todos navegando lotados até o último porão. O comunismo, que estava prestes a tomar conta da Alemanha, enfraquecida pelo desgoverno dos anos anteriores, desapareceu por completo do seu território. O bolchevismo, que já contava com a Alemanha como uma presa certa, se viu enganado no último momento nas suas esperanças de poder assenhorar-se do mundo inteiro, pois encontrou na Alemanha nacional-socialista, o seu inimigo número um, o baluarte invencível contra a infiltração pretendida da humanidade com suas ideias nefastas. A Nova Alemanha, a Alemanha nacional-socialista, ocupa hoje, outra vez, o seu lugar entre as grandes potências. A sua voz está ouvida com

36 *Diário Popular*, 29 de janeiro de 1937, pág. 4.

atenção por todos os povos. Isso tudo o povo alemão agradece ao chanceler e Führer Adolf Hitler.

Para agradecer-lhe e para comemorar a passagem do quarto aniversário do seu governo tão fecundo, a colônia local alemã se reunirá, hoje, em sessão solene, nos salões do Clube Germânia, par qual estão convidados todos os alemães, todos os teutos e amigos da Nova Alemanha. O discurso oficial será pronunciado pelo sr. Heinz Ott, vindo, em comissão, da Alemanha, que falará sobre a Nova Alemanha.

A fala, como observamos, é uma verdadeira profissão de fé: ressalta a união entre o conservadorismo monarquista e a nova Alemanha, passada de Hindenburg a Hitler; descreve a Alemanha de ontem (corroída pelo bolchevismo) com a Alemanha de hoje (próspera através do nazismo) e coloca Hitler como uma “nova voz” na Europa, a voz da Alemanha, renascida. Note-se, também, que não há, na finalização, nenhuma menção ao NSDAP de Pelotas, embora fique implícito que “a colônia alemã” faz as vezes dele.

Não muito depois, em 17 de fevereiro, encontramos no DP outro convite, desta vez singelo, escondido entre diversos outros na coluna da “Vida Social”³⁷:

SONNABEND, den 20. Februar, abends 8 ½ Uhr
 IN DIE Paeumen [sic] des Verein Germania
 HELDENGEDENKFEIER
 Zu Ehren der im Weltkrieg Gefallenen und der Toten der Partei.
 Alle Reichsdeutschen, deutschen Volksgenossen und Freund des Neuen Deutschland mit ihren Familien sind herzlich eingeladen.

Ou seja:

Sábado, dia 20 de fevereiro, às 20:30h
 Nas dependências da União Germânia
 FESTA À MEMÓRIA DOS HERÓIS
 Em honra daqueles que tombaram na Guerra Mundial e os mortos do Partido.
 Todos os alemães, membros do povo e amigos da nova Alemanha com suas famílias estão cordialmente convidados.

Aqui encontramos a referência faltante na publicação de 29 de janeiro e que nos comprova que, ainda em 1937, o NSDAP de Pelotas continuava ativo. O mesmo aviso foi republicado nos dias 18 e 19 de fevereiro. Não restam dúvidas de que os “membros do povo”, os “amigos da nova Alemanha” e a celebração dos “mortos do partido” são referenciais que revelam o NSDAP de Pelotas.

Uma nota na “Seção Livre” do dia 21 de março, assinada pela Chefia Municipal de

37 *Diário Popular*, 17 de fevereiro de 1937, pág. 2.

Pelotas da Ação Integralista Brasileira, demonstrava igualmente que a AIB continuava ativa na cidade.

No dia 23, do *Diário Popular* publicou trechos das repercussões na Alemanha da ordem de dissolução das associações políticas alemãs no Brasil. Citando o *Deutsche Diplomatisch Politische Korrespondenz*, divulgou o posicionamento do governo nazista:

Esperamos que os alemães domiciliados no estrangeiro não somente vivam escrupulosamente, de acordo com as leis daquele país, mas também compreendam que cada um é um embaixador de nosso país. Temos o mesmo direito de insistir nisto como os americanos em Berlim, por exemplo, em insistir em observar o Thanksgiving Day ou conservar as suas ideias liberais, em um país que não acredita no liberalismo. Quanto aos alemães no Brasil adotaram a cidadania brasileira, Hitler naturalmente quer que sejam leais apenas à sua nova pátria. Nós estabelecemos nitidamente a distinção entre as duas classes alemãs.

Em outra nota, como a imprensa havia recebido a notícia:

As medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos alemães residentes no Brasil, isto é, de não poderem cogitar os assuntos políticos da Alemanha, causou má impressão ao povo alemão. A imprensa não cessa de rebater as medidas do governo do Brasil, exaltando que a Alemanha não deseja intrometer-se nos negócios brasileiros, mas seus filhos ali residentes tem o direito de acompanhar de perto os assuntos políticos ocorridos na Alemanha, respeitando como respeitam as leis brasileiras.

Em março o jornal também divulgou, entre 12 e 18, uma série de artigos que tratavam da relação comercial entre Brasil e Alemanha diante do novo modelo adotado por esta, que limitava o número de negócios realizados com países não simpáticos ao governo nazista e introduzia uma nova cotação de troca de moedas³⁸. Entre outubro e novembro, nada foi publicado sobre a Alemanha e o jornal encerrou o ano de pouca polêmica relacionada ao nazismo com a divulgação da saída da Itália da Liga das Nações³⁹ e a proibição, no Rio Grande do Sul, do Partido Nazista⁴⁰. A nota, enviada de Porto Alegre, era a seguinte:

Proibidas as associações Nazistas no Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 21 – Em entrevista que concedeu a imprensa, o chefe da polícia declarou que, de fato, ordenou a execução de certas medidas, para acabar com o movimento nazista no Rio Grande, mormente pelo dissídio que esse movimento vinha causando no seio da colônia alemã. Acrescentou que, a respeito do assunto teve um entendimento com o cônsul da Alemanha. Como já foi noticiado, o chefe de polícia determinou, por ordem superior, que seja dissolvida toda e qualquer sociedade de orientação nazista, ficando proibido o uso de emblemas e distintivos. Também não poderão funcionar as sociedades recreativas, que tenham ligação

38 *Diário Popular*, 12, 13, 16 e 18 de março de 1937, págs. 6, 1, 1, 3, respectivamente.

39 *Diário Popular*, 14 de dezembro de 1937, pág. 1.

40 *Diário Popular*, 22 de dezembro de 1937, pág. 1.

direta com a sede central existente na Alemanha. Serão igualmente dissolvidas as entidades escoteiras de orientação nazista. As medidas agora adotadas tem o objetivo de impedir a propaganda nazista direta ou indiretamente.

Infelizmente, não há registros de como o anúncio foi recebido pelos nazistas em Pelotas, mas sabe-se que eles tomaram pouco cuidado em precaver-se das futuras ações policiais, como veremos.

Da mesma forma que 1937, 1938 será um ano de poucas notas internacionais sobre a Alemanha. Como vimos, o jornal tomará novos rumos logo que o golpe estado novense se processa e buscará, de forma quase desesperada, alinhar-se com a ideologia do novo governo, o que não será suficiente para evitar que seja suspenso por longos meses.

Já em janeiro o posicionamento favorável a orientação anti-nazista posta em prática por Daltro Filho, interventor do Estado Novo no Rio Grande do Sul, era perceptível na escolha das notas publicadas. No dia 16, uma delas dizia que “a civilização será destruída se as democracias não se levantarem contra a Alemanha, Itália e Japão”⁴¹ e, em fevereiro, anunciava que “a paz da Europa estava em perigo”⁴².

No dia 25 de fevereiro, não menos importante foi a prisão de Ernst Dorsch, em Porto Alegre, ligado a Frente Alemã do Trabalho, noticiado pelo DP em sua primeira página: “Frente Alemã do Trabalho: tinha ligação direta com Berlim, desenvolvia atividade em quase todo o Estado”⁴³. A nota informava que o governo vinha trabalhando nos últimos dias após a promulgação da nova constituição federal para o controle dos grupos estrangeiros “que se apresentavam com uma finalidade muito diversa da verdadeira”:

Dessa forma, ficou esclarecido que muitas organizações, compostas de elementos da colônia alemã, aqui radicada, estavam diretamente ligadas com Berlim, correspondendo-se com o governo do Reich sobre assuntos exclusivamente políticos.

Segundo o jornal, Ernst Dorsch, alemão, era o líder da D. A. F. (*Die deutsche Arbeit-front*), “há muito tempo”. Por fim informava que Dorsch fora interrogado pelo DOPS e depois encaminhado para a Casa de Correção, para aguardar o avanço das investigações.

Dietrich comenta o caso da prisão de Dorsch em seu trabalho, mas segundo a autora

41 *Diário Popular*, 16 de janeiro de 1938, pág. 1.

42 *Diário Popular*, 18 de fevereiro de 1938, pág. 1.

43 *Diário Popular*, 25 de fevereiro de 1938, pág. 1.

ele não era somente o líder do DAF, mas também o chefe do NSDAP no Rio Grande do Sul⁴⁴. Segundo a autora,

depois da prisão de Dorsch foi detonada a desarticulação dos núcleos do partido do Rio Grande do Sul com a prisão de seus líderes. Em resposta a um enérgico protesto da embaixada no Rio de Janeiro ao governo brasileiro, os partidários foram soltos, mas tiveram que custear as despesas para voltar para casa e, a partir daquele momento, manter-se em contato com a polícia brasileira. Paralelamente, a Casa Alemã, onde funcionavam as atividades do partido [em Porto Alegre], foi fechada. Não demorou muito para se efetivar a proibição oficial em 18 de abril.⁴⁵

Como vimos, Gill⁴⁶ afirma que Gustav Wender, o líder nazista em Pelotas, foi preso por volta de 18 de abril, ou seja, dias depois do chefe estadual⁴⁷. Embora a nota informada pelo DP não cite a cidade, encontramos tanto Cachoeira do Sul quanto Rio Grande, as mais próximas geograficamente, relacionadas. O próprio Gustav Wender fora encaminhado para Rio Grande para que embarcasse para fora do país.

Na Alemanha, o período entre o final de 1937 e o início de 1938 significou colocar fora de ação os últimos empecilhos para o domínio completo de Hitler sobre o Estado.

Um desses empecilhos era situação da Áustria. Hitler ordenou que Papen agendasse uma reunião com Schuschnigg, o Chanceler Austríaco para o dia 12 de fevereiro. A ordem conquanto tenha partido de Hitler, foi sugestão de Papen, dispensado do cargo de vice-chanceler que ocupava no dia 2 daquele mês. Papen não poderia deixar a política nazista sem uma marca sua⁴⁸.

A reunião, ocorrida no dia 12, foi um ultimato: ou a Áustria cedia sua independência ou a Alemanha a ocuparia. Hitler deu um prazo de alguns dias para que o chanceler austríaco conseguisse a assinatura do presidente, Wilhelm Miklas. Enquanto isso, discursou no Reichstag em 20 de fevereiro declarando que a questão austríaca seria resolvida de qualquer forma. No dia 24, Schuschnigg rebateu o discurso do líder nazista, afirmando que a Áustria

44 DIETRICH, *Op. Cit.*, Nazismo tropical, pág. 82.

45 *Idem*, pág. 83.

46 GILL, *Op. Cit.*.

47 Veja-se o Capítulo 3 sobre o nacional-socialismo em Pelotas.

48 Na verdade, ele mesmo buscava um tratado entre a Alemanha e Áustria que satisfizesse Hitler a ponto de livrá-lo de uma vingança: a 25 de janeiro de 1937 a política austríaca descobrira planos nazistas que incluíam seu próprio assassinato - o que daria o motivo para uma intervenção armada alemã no território. O quanto antes Hitler estivesse satisfeito com a questão, Papen estaria livre de suas garras - momentaneamente.

não seria privada de sua liberdade.

O *Diário Popular* noticiou ambos eventos de fevereiro nos dias 18 e 26. No primeiro, anunciou que “o resultado final da nova situação [entre Alemanha e Áustria] será a união dos dois estados alemães”⁴⁹ e no segundo que “o governo austríaco manterá a independência do país”, conforme “discurso do Chanceler Schuschnigg”⁵⁰. Já no dia 3 de março, anunciava que “fracassou o golpe de estado nazista na Áustria”⁵¹ e que Hitler visitaria Roma, pois se considerava “abalado o eixo Roma-Berlim”⁵². Nada estava mais longe da verdade. Enquanto a imprensa imaginava os desenvolvimentos entre Alemanha e Áustria, Hitler enviou a Roma o príncipe Hesse para assegurar que Mussolini concordaria com a ação alemã, ao que o *Duce* italiano consentiu. A nova fronteira alemã seria mantida no Brenner e Hitler prometera-lhe firmar qualquer acordo que o líder fascista quisesse. Com o consentimento de Mussolini, mobilizou as tropas alemãs até a fronteira austríaca e através de Seyss-Inquart e seus seguidores, novamente distribuiu um novo ultimato. Schuschnigg cedeu e apresentou ao presidente Miklas sua renúncia, fazendo “o favor” a Hitler de pronunciar no rádio que o governo austríaco abdicava de suas funções por não querer o derramamento de sangue alemão. Contudo, disto estava distante o presidente Miklas, que foi abandonado por todos: ele negava-se a nomear Seyss-Inquart chanceler e não passaria seus poderes para o indicado de Hitler.

No dia 12, porém, Seyss-Inquart, seguindo orientação de Berlim, enviou à Alemanha um telegrama em que assinava como Chanceler e pedia ao Reich a proteção do exército alemão contra as desordens e a anarquia que reinavam na Áustria. A farsa, divulgada pela imprensa para o mundo, era a justificativa que Hitler necessitava para a invasão. Na manhã do dia 13, Hitler e sua comitiva eram recepcionados em Linz, sua cidade natal, como salvadores da Áustria. A lei de anexação foi elaborada naquele mesmo dia e publicada. A Áustria tornava-se uma província alemã e novas eleições para o Reichstag seriam convocadas. Miklas, sem alternativas viáveis, assinou sua demissão.

49 *Diário Popular*, 18 de fevereiro de 1938, pág. 1.

50 *Diário Popular*, 26 de fevereiro de 1938, pág. 1.

51 *Diário Popular*, 3 de março de 1938, pág. 1.

52 *Diário Popular*, 12 de março de 1938, pág. 1.

No dia 13, repercutindo a invasão iniciada no dia anterior, o DP divulgou em várias notas que a Áustria perdera a sua independência⁵³. A notícia ocupou metade das manchetes de capa do dia. No dia 15, informava que “Hitler está em Viena – o presidente Miklas passa o governo à Inquart”⁵⁴.

No dia 16, reproduziu trecho de um artigo divulgado pelos telégrafos em que Hitler concedera entrevista a um enviado do *Daily Mail*, inglês⁵⁵. Se basearmos nossa opinião na teoria de que a imprensa mundial cedia às tendências do jornalismo britânico, que convergia para as cessões às exigências nazistas, veremos que o DP tomara um rumo diferenciado. Neste artigo, quando o entrevistador questionava sobre o posicionamento do líder nazista em relação a nota de protesto franco-britânica, Hitler respondeu:

Este povo aqui é alemão. A nota de protesto enviada por outros países e relativo às minhas medidas com este povo não tem mais senso do que uma nota do governo do Reich protestando contra as relações do governo britânico com a Irlanda. Asseguro-vos com toda a sinceridade que ainda há quatro dias não duvidava de tudo o que se devia passar aqui hoje, ou que a Áustria iria ser incorporada ao Reich, como se deu agora.

Sobre a motivação para a medida intempestiva de cruzar a fronteira com suas divisões armadas, Hitler comentou, segundo o jornal, que:

Agi assim porque fui enganado pelo sr. Schuschnigg. A traição é uma coisa que jamais suportarei. Quando estendo a mão ou empenho minha palavra em um negócio qualquer, respondo por meus atos e espero de qualquer um que conclua um acordo comigo que faça outro tanto. Combinei com o sr. Schuschnigg que este deveria por temo a opressão exercida contra a maioria do povo do seu país. (...) Contudo, bem ao contrário, o sr. Schuschnigg tentou fazer passar o plebiscito que tinha previsto para seu país.

Não é novidade, pelo menos desde a publicação de *Ascensão e Queda*, que a medida tomada por Schuschnigg de convocar um plebiscito nacional não foi nem de longe bem recebida pelos círculos diplomáticos de Berlim, sequer por Londres e Paris. A medida precipitou as negociações que estavam sendo levadas a termo por que tirou de Hitler a custosa comedição que tinham-lhe garantido os ministérios inglês e francês. Oportunamente, Hitler usou o argumento para justificar sua atitude:

A princípio recusei-me a crer nesta notícia. Enviei então um homem de confiança a Viena

53 *Diário Popular*, 13 de março de 1938, pág. 1.

54 *Diário Popular*, 15 de março de 1938, pág. 1.

55 *Diário Popular*, 16 de março de 1938, pág. 1. A entrevista é também citada por EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 732. A entrevista foi dada em 12 de março ao repórter britânico Ward Price.

para constatar se isto poderia ser verdade. Este homem de confiança informou-me que isto correspondia aos fatos. E por isso decidi agir, com o resultado que no mesmo dia em que Schuschnigg pensava organizar o seu plebiscito eu realizei a união da Áustria com a Alemanha. Esta união será submetida a um outro plebiscito, que será nacional, e vereis o resultado. Haverá uma maioria esmagadora, como no Sarre.

Disto Hitler parecia estar convencido ou fazer parecer que estava. Sua fala seguinte, segundo o correspondente, foi neste sentido. E foi mais além: além de salvar os oprimidos, salvou também os opressores!

Sofri durante muito tempo, por ver oprimido e sofrido o povo ao qual pertencço por nascimento. Uma minoria de 10% oprimia uma maioria de 90%. Pus fim a este estado de coisas e fiz mesmo mais do que isto, impedindo a vingança da maioria contra os seus opressores. Espero que o mundo compreenda que esta obra de paz que realizei aqui, pois, se eu não tivesse intervenido e se o governo Schuschnigg tivesse tentado executar a sua farsa de plebiscito, teríamos assistido aqui a uma revolução sangrenta. A Áustria poderia então, muito facilmente, ter se tornado uma segunda Espanha, no próprio coração da Europa.

Como era de praxe nos discursos do Führer, o encerramento de qualquer fala, após demonstrar a opressão e justificar a revolta, era ameaçar. Não foi diferente neste caso. Hitler justificara a anexação por estar o povo austríaco sendo “oprimido” por uma minoria (também austríaca), mas sua “obra de paz” redimira a todos colocando-os sobre o mando nazista. Assim o fazia com todos os oprimidos pelo mundo (supostamente os oprimidos alemães).

Observe minhas relações com a Polônia. Estou inteiramente disposto a conceder acesso ao mar à Polônia, um país com 33 milhões de habitantes. Opinamos que esse acesso ao mar deve ser feito por meio de um corredor aberto em território alemão. Ora, nos compreendemos o que isto significa para a Polônia. Alemães vivem sob governo polonês e poloneses vivem sob o governo alemão. Se os dois países entrassem em disputa, cada um deles oprimiria as suas minorias. É, portanto, muito preferível resolver nossas divergências por acordo. Espero que todas as nações reconheçam, diante dos acontecimentos que vêm de ocorrer na Áustria, como é tolice querer oprimir as minorias nacionais. Aguardai um pouco e vereis o que farei pela Áustria.

O recado, conforme se verificaria nos meses seguintes, não era (embora mais tarde se tornasse) dirigido à Polônia, mas sim a Tchecoslováquia. Mas naquele momento as emoções dos últimos acontecimentos pareceu deixá-lo atônito. No dia 17, o DP classificava a anexação como “golpe” e dava a repercussão dos acontecimentos na imprensa londrina⁵⁶. Também noticiava o início do êxodo em massa de judeus: “Em Viena, diante do consula-

56 *Diário Popular*, 17 de março de 1938, pág. 1.

do polonês, os judeus fazem uma longa coluna, procurando obter e visar os passaportes. Tratam-se principalmente de judeus de nacionalidade polonesa”. Assim que a anexação foi tornada legal, Hitler tratou de, da mesma forma como agira em casos polêmicos semelhantes, como quando assumira a presidência do Reich ou quando ocupara a Renânia, chamou um plebiscito para obter o voto popular. No dia 23, o DP divulgava que “quem não votar pelo Führer será considerado um traidor”⁵⁷.

No dia 30, um pequeno texto divulgado na seção internacional dizia ser Hitler uma “ameaça ao mundo inteiro”. Citava trechos breves de seu último discurso, em que enviava aos países estrangeiros suas ameaças:

Hitler reiterou no seu discurso proferido no Sport Palast a sua afirmação de que a Alemanha não ficará displicente, quando os alemães forem torturados, acrescentando: “eu faço advertências, depois não finjam surpresa”.

Em outra parte do seu discurso, o führer frisou que todos os alemães residentes no estrangeiro tem o dever de acompanhar os acontecimentos de sua pátria, acrescentando: “embora os governos estrangeiros queiram sufocar-se esse direito dos nossos patrícios, a Alemanha saberá protegê-los contra qualquer atentado direto”.⁵⁸

A edição do dia 31 de março foi a última entre os sete primeiros meses de 1937. Para adequar-se a nova lei nacional que coibia a associação entre os jornais e os partidos políticos, o jornal deixou de circular entre abril e julho de 1937.

O jornal reaparece somente em 3 de agosto, sob direção de Djalma de Matos. Reaparece já como “órgão dos interesses gerais” – propriedade e direção da Gráfica do *Diário Popular* Ltda. O número da edição é 13, o que pressupõe que os 12 números anteriores não foram colecionados pela hemeroteca. A separação dos textos, retornando a um modelo muito anterior, é feita por linhas entre as colunas em praticamente todas as seções escritas.

Em relação a Alemanha, o jornal noticiou em 9 de agosto indícios de conflitos entre alemães sudetos e tchecos⁵⁹. No hiato de desaparecimento do jornal, o leitor “perdera” o mais recente movimento político e militar alemão: a Tchecoslováquia. Logo após a vitoriosa campanha de anexação austríaca, Hitler convocou o Estado-Maior do exército e colocou o “Caso Verde” em ação – a campanha militar para ocupação das zonas de ocupação alemã

57 *Diário Popular*, 23 de março de 1938, pág. 1.

58 *Diário Popular*, 30 de março de 1938, pág. 1.

59 *Diário Popular*, 9 de agosto de 1938, pág. 1.

na naquele país, delimitando a data para o início das operações em 1º de outubro de 1938.

No plano regional, o governo brasileiro tomou diversas medidas para “nacionalizar” as regiões coloniais e “abrasileirar” os estrangeiros imigrados e seus descendentes. “A Campanha de Nacionalização estadonovista pretendia dissolver as diferenças de raça, as quais seriam oriundas da política imigratória iniciada no Império”⁶⁰ e, no sul por país, conforme relata Gertz, “uma das ações mais enérgicas na área educacional foi a intervenção no sistema de escola particulares”, que, segundo ele, por si só mereceria um livro⁶¹.

Em Pelotas, a campanha chegou ao *Diário Popular* logo em sua reaparição, já sob a direção de Djalma de Matos. À medida que criava fôlego, passou a ser discutida proficuamente pelo jornal e, ao mesmo tempo, defendida por ele, através de artigos assinados de seus colaboradores. O principal deles, chamado Pedro Ruas, enviava os textos direto de Porto Alegre, em especial para o *Diário Popular*. Entre o início de agosto e o fim de setembro, encontramos os exemplos mais reveladores de como a “nacionalização” era vista por uma parte da sociedade e como o jornal a divulgava.

No dia 21 de agosto, encontramos o primeiro destes artigos, intitulado “A nacionalização do ensino”⁶².

Os pelotenses já devem conhecer as declarações feitas, em Cruz Alta, pelo dr. Ney Brito, diretor do serviço de fiscalização das escolas estrangeiras, acerca de fatos que acaba de observar. Fê-los aquele distinto funcionário da Instrução Pública, ao rádio. Saiu ele, há 20 dias, de Porto Alegre, afim de sindicarem as condições em que se acham funcionando as referidas escolas, após a entrada em vigor do decreto de nacionalização do ensino. Verificou, infere-se das suas declarações, fatos sobremaneira graves, como, por exemplo, o desconhecimento, da parte de copiosas crianças brasileiras, frequentadoras de escolas estrangeiras, da bandeira nacional.

Pode assegurar-se, não obstante o dr. Ney Brito haver silenciado sobre este pormenor, aquelas crianças distinguirem as bandeiras italiana e alemã, de qualquer outras, e lhes cantam a mais fervente veneração...

Fatos desse já não espantam, porque não há, no Rio Grande, quem ignore a que grau de ousadia chegara a desnacionalização dos escolares brasileiros, nas escolas mantidas, no Estado, por governos europeus.

Como o leitor pode perceber, o articulista “especialmente” convidado pelo DP não era de meias palavras: sua atitude era partir para o ataque antes de qualquer outra coisa. As

60 LEMOS, *Op. Cit.*, pág. 23.

61 GERTZ, *Op. Cit.*, O perigo alemão, pág. 65.

62 *Diário Popular*, 21 de agosto de 1938, pág. 3.

declarações do encarregado das fiscalizações não bastavam, como veremos:

Relatarei, agora, aos leitores do “Diário Popular”, uma ocorrência verificada em São Leopoldo. Serve de evidenciar quão desenvolto se fizera o atrevimento, senão de todos, pelo menos de alguns professores estrangeiros, no estadearem a sua obediência aos interesses políticos de nações do Velho Mundo. Na mencionada cidade, um austríaco que votou contra a anexação da Áustria, à Alemanha, queixou-se a polícia de que o diretor de uma escola alemã aconselhara aos professores desse estabelecimento de ensino que boicotassem a casa comercial do queixoso. Interrogado pelo delegado de polícia, o diretor da escola declarou que, de fato, assim procedera, o que fizera no cumprimento de ordens do governo de sua pátria. E acrescentou que nascera no Brasil, mas naturalizara-se alemão!

De um professor desta casta, que exerce magistério na terra onde nasceu, havendo, entretanto, a repudiado, naturalizando-se alemão, que se podia esperar, quanto a educação cívica de seus alunos, nossos compatriotas?

Os fatos que estão vindo à tona, tanto como os que já se conheciam, demonstram, à farta, que a nacionalização do ensino corresponde a uma necessidade criada por abusos audazes, utilizando os quais os professores estrangeiros afogavam, na alma infantil, o amor da pátria.

Uma semana mais tarde, um novo artigo, com o mesmo título, apareceu no DP, do mesmo autor⁶³. Nesta investida, fez a comparação com o que os nazistas, na Polônia, estavam fazendo com a nacionalização de Danzig, de forma violenta, questionando a coerência dos apoiadores alemães e demonstrando que aqui se fazia o mesmo, porém sem a violência de lá.

Intensificando a sua fiscalização e a sua conduta em prol dos objetivos “cívicos” do governo estadual, no dia 28 Pedro Ruas atinge o jornal novamente. Tratava-se de descrever o que o Diretor do Serviço de Fiscalização, o já citado Dr. Ney Brito, encontrara em uma visita que fizera por todo o interior gaúcho. Novamente, os dados do fiscal não lhe valiam: para o ele, Ney Brito era comedido diante das atitudes que realmente deveriam ser tomadas pelo governo, contudo deixa o posicionamento ambíguo quanto aos seus verdadeiros posicionamentos:

O nosso intento, ao tracejarmos esta nota, é menos ocupar-nos dos fatos observados pelo referido funcionário, do que de uma declaração a ele por nós enviada. A de que se utilizara de meios mesários para eximir as escolas estrangeiras, aos erros nelas praticados. Com pertinência acetinada de brandura, o serviço de fiscalização irá procedendo a nacionalização do ensino, até lograr que nenhuma escola particular deforme as almas infantis, despojando-a da brasilidade. os propósitos do sr. dr. Ney Brito, que, aliás, os adotou em harmonia com o pensamento do secretário da Educação, reputamo-los assisados. À primeira vista, parece que o uso de meios drásticos seria recomendável, para a extirpação dos abusos de professores estrangeiros. Mas, examinadas as origens dos abusos, todos decorrentes da situação

63 *Diário Popular*, 23 de agosto de 1938, pág. 3.

criada pela falta de escolas públicas, decênios a fio, em largas zonas do Estado - as onde se acardumaram os imigrantes - verifica-se que a repressão violenta, agora, sebetaria [sic] de matizes de iniquidade.

Mais: tomaria o aspecto de perseguição aos nossos patrícios de sangue italiano ou alemão. A transigência decorosa, acompanhada de medidas que, não subitamente, mas aceleradamente, renovam os abusos, transformará os colégios estrangeiros, amoldurando-os [sic] aos interesses da nossa pátria.

Afortunadamente para o Rio Grande, a nacionalização do ensino não assumiu o caráter de xenofobia, assinalando-se pelo esforço tenaz e, do mesmo passo, tolerante, em afeiçoar as escolas estrangeiras, as conveniências do Brasil, na formação cívica da sua juventude.⁶⁴

Mais tarde, já na metade de setembro, ele retoma à carga, desta vez posicionando-se com maior clareza:

Não obstante haver a Secretaria da Educação, como acentuamos, em nota enviada ao “Diário Popular”, revestido de moderação os seus esforços para executar a lei da nacionalização do ensino, algumas escolas tem-lhe repudiado as medidas. Sete, italianas, preferiram desaparecer as exigências legais. As alemãs, em número superior a mil, registraram-se, mas nem todas quiseram afeiçoar-se àquelas exigências. Ao dr. Ney Brito, na recente excursão pelo interior do Estado, afim de examinar as condições em que funcionavam as escolas estrangeiras, depararam-se abundantes irregularidades, como, por exemplo, esta: escolas há, onde os alunos ignoram, integralmente, o idioma nacional, tem por bandeira da sua pátria a germânica e consideram Adolf Hitler presidente da República do Brasil. Esse fato e outros da mesma gravidade provam que professores alemães continuam, estrangeiros, a acervejar [sic] de germanismo os seus discípulos.⁶⁵

Fica claro, como já se encaminhava, a perseguição ao elemento “alemão”. Não eram as escolas estrangeiras os verdadeiros problemas (os italianos haviam largado a toalha e desaparecido), mas os alemães, teimosos e atrevidos:

A desobediência não ficou nisso. Pompeia maior atrevimento. A polícia descobriu acharem-se vários colégios alemães concertados para se darem, como realmente, o fazem, a propaganda do nazismo. Acandilha tal movimento o professor Fritz Meyer, diretor da Escola Normal Evangélica de São Leopoldo.

A transformação de escolas em focos de irradiação do nazismo, denunciada pelo chefe de polícia ao secretário da Educação, motivou a investidura de s. ex., pelo interventor federal, em poderes especiais para reprimir os abusos dos professores estrangeiros. A imprensa informa que o dr. Coelho de Souza, ordenará o fechamento das escolas que se insurgem contra a lei de nacionalização do ensino. Quanto a Escola Normal Evangélica de São Leopoldo, s. ex. adotará estas providências: exigirá a substituição do diretor e a inclusão, no corpo docente, de duas professoras indicadas pelo Governo do Estado.

Alguns dias mais tarde, encontramos novo artigo⁶⁶ e, desta vez, o tema torna-se mais

64 *Diário Popular*, 28 de agosto de 1938, pág. 3.

65 *Diário Popular*, 14 de setembro de 1938, pág. 3.

66 *Diário Popular*, 22 de setembro de 1938, pág. 3.

pessoal do que antes:

Das providências adotadas pela Secretaria da Educação, acerca do sr. Frantzmeyer, diretor da Escolas Normal Sinodal, de São Leopoldo, colige-se que ele será expulso do país, depois de haver sido exonerado, por ordem do governo do Estado, da direção daquele estabelecimento de ensino. À vista dos atos e palavras do professor germânico, será justo o decreto que o expelirá do Brasil.

Há uns 20 dias comentamos, em nota escrita para o “Diário Popular”, uma ocorrência verificada em São Leopoldo, demonstrativa de que um austríaco, proprietário de uma flamberia, vinha sendo acossado, ali, por um boicote, em punição do fato de haver votado contra a anexação da Áustria à Alemanha. O movimento de perseguição comercial ao austríaco encabeçava-o, dissemos, um professor, a quem não nomeamos. Pois bem: esse professor é o sr. Frantzmeyer. Indo à sua presença o delegado de polícia, em virtude de queixa da vítima da perseguição, arrogante declarou o diretor da Escola Normal Sinodal que, de feito, aconselhara aos demais professores, seus subordinados, como aos seus alunos, que deixassem de comprar na fiambreteria do austríaco. Alegou, para justificar o seu procedimento, que aquele falava mal da sua pátria e que, perseguindo o comerciante, cumpria ordens do seu governo. Como a autoridade o soubesse nascido no Brasil, perguntou-lhe porque se declarava alemão, respondeu: “Nasci no Brasil, mas fiz o serviço militar na Alemanha e naturalizei-me alemão”. No decurso da palestra com o delegado de polícia, o sr. Frantzmeyer revelou o seu fanatismo nazista, nesta frase: “Só há uma coisa que temo, no mundo: desagradar a Adolf Hitler”.

Este comentário em particular parece ter definido a sentença de Frantzmeyer, não somente com o governo estadual, mas com o articulista do DP: fora bem feito tê-lo expulso do país.

Apesar de qualquer outra ironia, a campanha institucionalizada no estado pelo poder executivo estadual atingia, naquele momento, também a cidade. Não à toa o jornal dedicava-lhe o espaço de suas páginas, no que parecia ser uma decisão da direção da folha, de Djalma de Matos. Como vimos, esse rompimento mais decisivo com qualquer simpatia nazista se verificara com Guilherme Schulz, antes que esse abandonasse a direção do jornal. Sua filiação a UDN, posteriormente, em Santa Vitória do Palmar⁶⁷, por si só é um indício precioso da orientação política. Djalma de Matos parecia seguir a mesma orientação, neste sentido. Mas será que estes posicionamentos estariam agradando ao círculo conservador da cidade? O jornal dava passos largos para aproximar-se do regime e, pouco a pouco, todas as dificuldades eram retiradas. Assim como Guilherme Schulz, Djalma de Matos parecia ser uma destas dificuldades. Em outubro, como vimos, foi desligado e o jornal passou a ter uma redação mista, sem destacar a diretoria. Neste meio tempo os acontecimentos na

67 Veja-se o Capítulo 1.

Europa precipitavam-se à política.

Ainda em agosto, a campanha era política e propagandística em prol da Alemanha. Através das lideranças nazistas tchecas, o Reich buscava atrair o apoio internacional para a situação das minorias alemãs sudetas através de ataques forjados ou premeditadamente provocados. No dia 13, o DP inseria nota recebida pela seção de telegramas que destacava que a situação tcheco-alemã se agravava⁶⁸, enquanto no dia 17 informava que o exército alemão fazia grandes manobras de mobilização⁶⁹.

Se com a ocupação da Renânia o DP resolvera afastar-se de um comportamento elogioso ao estado hitleriano, após a anexação da Áustria e diante de nova possibilidade de agressão, o posicionamento era hostil. Isso, como veremos adiante, fora influenciado pelo posicionamento mais geral da imprensa internacional, que via uma nova guerra na Europa como apenas uma questão de tempo.

No dia 26, o DP noticiou que “a questão tcheco-sudeta constitui o ponto máximo do perigo [de guerra] na Europa”⁷⁰ e, no dia 30, que “a situação europeia transformou-se noutro agudo período de ansiosidade”⁷¹. Também a imprensa alemã nazista agitava as panfletagens jornalísticas, como se pode verificar com a nota enviada de Berlim na mesma edição do dia 30 de agosto, que dizia que “nenhum alemão que vive no estrangeiro deve esquecer que sempre, onde quer que esteja, é um pedaço da Alemanha”⁷² – o que não deixava de ser também um aviso.

Com o congresso de Nuremberg ocorrendo na Alemanha, além da nota divulgada em 7 de setembro em que Hitler recebera condecorações da cidade de Nuremberg⁷³, somente se comentou sua declaração feita no discurso de encerramento, no dia 12, em que apesar das crescentes negativas tchecas de ceder a qualquer pressão, Hitler limitou-se a dizer somente que a Alemanha não se inclinaria “nunca mais sob a vontade estrangeira, o juro

68 *Diário Popular*, 13 de agosto de 1938, pág. 1.

69 *Diário Popular*, 17 de agosto de 1938, pág. 1.

70 *Diário Popular*, 26 de agosto de 1938, pág. 1.

71 *Diário Popular*, 30 de agosto de 1938, pág. 1.

72 *Idem, ibidem*.

73 *Diário Popular*, 7 de setembro de 1938, pág. 1.

perante Deus”⁷⁴. De fato, esperava-se diante das negociações em curso frenético em vista do prazo de 1º de outubro estar-se esgotando, que Hitler faria a declaração de guerra em Nuremberg, onde a plateia grandiosa de seu partido dar-lhe-ia grande respaldo em relação a opinião das populações francesas e inglesas, agora as principais interessadas em qualquer abalo da paz na Europa. Mas isto não acontecera e, no mesmo dia 12, enquanto Hitler discursava em Nuremberg, o Primeiro-Ministro inglês, Neville Chamberlain, enviou nota a Berlim dispondo-se a reunir-se com Hitler.

A imprensa – e mesmo Hitler – receberam as informação com grande surpresa⁷⁵, no dia 14, quando o encontro foi tornado público. No dia 15, o DP noticiou o recebimento da informação dizendo que “a notícia da visita de Chamberlain a Adolf Hitler causou grande sensação em Berlim”⁷⁶ e, no dia seguinte, informou que a reunião aconteceria na quarta-feira, 22 de setembro, incluindo a presença de Daladier e Mussolini⁷⁷. A reunião aconteceu, mas foi um encontro exclusivo entre Chamberlain e Hitler em Bergstesgarden, que retornou à Inglaterra decidido já que a Tchecoslováquia deveria aceitar as exigências de Hitler.

Como se sabe, Benes rejeitou as propostas britânicas e Chamberlain voltou a reunir-se com Hitler em Godesberg, no dia 22. Deste encontro um ultimato foi elaborado por Hitler e endereçado aos tchecos. O DP noticiou no mesmo dia que Hitler exigiria a retiradas das tropas do exército tcheco de todo o território sudeto alemão⁷⁸, mas os verdadeiros pontos da reunião somente chegaram ao público no dia 27. Neste dia, uma pequena nota enviada de Londres esclarecia que Hitler havia entregue a Chamberlain um mapa em anexo ao ultimato, onde estavam “assinaladas à tinta vermelha regiões que ‘devem ser cedidas imediatamente’ e com tinta verde as ‘onde deverá realizar-se o plebiscito’”⁷⁹. Na Alemanha, até aquele momento, Hitler estava disposto a usar a força para controlar a região dos sudetos.

À noite do dia 26, no Sportpalast de Berlim, Hitler fizera um discurso que trouxe os mais sombrios temores de guerra. O prazo dado a Chamberlain em Godesberg expirava às

74 *Diário Popular*, 13 de setembro de 1938, pág. 1.

75 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e Queda, vol. II, pág. 154.

76 *Diário Popular*, 15 de setembro de 1938, pág. 1.

77 *Diário Popular*, 16 de setembro de 1938, pág. 1.

78 *Diário Popular*, 22 de setembro de 1938, pág. 1.

79 *Diário Popular*, 27 de setembro de 1938, pág. 1.

14 horas do dia 28 e nada até aquele momento havia sido decidido. O DP resumiu no dia seguinte, 27, as falas de Hitler.

No dia 28, ao findar-se o prazo e de conhecimento que a Inglaterra mobilizara sua frota no Atlântico Norte, assim como a França o fizera com suas tropas de terra e ambas aconselharam a Tchecoslováquia que fizesse o mesmo, Hitler aceitou a última tentativa inglesa de pacificação, que aconselhava uma reunião, para o dia 29, entre os líderes de governo ingleses, franceses e de um mediador entre ambos: Mussolini.

No dia 29, o DP noticiou que Hitler havia aceito o *Duce* como mediador na questão dos sudetos⁸⁰ e, no dia 30, que o acordo havia sido assinado, assegurando a paz na Europa⁸¹. O acordo firmado, como foi revelado após o fim da Segunda Guerra, havia sido redigido pelos próprios alemães e enviado a Mussolini, por telefone, na madrugada de 28 para 29 de setembro e era uma cópia do ultimato de Godesberg, que havia sido rejeitado pela Tchecoslováquia. Chamberlain e Daladier acordaram com Hitler o Acordo de Munique, como ficou conhecido, sem a presença de nenhum representante da Tchecoslováquia na reunião – estes foram informados, após, pelo premier francês em reunião à parte. O acordo previa a desocupação do território sudeto até 7 de outubro e até 10 para as regiões em disputa por plebiscito. Os tchecos não seriam recompensados de nenhuma forma.

No mesmo dia, um artigo sem assinatura foi publicado, ironizando a atuação de Mussolini no acordo⁸². Parece ser, assim como era comum, um editorial do jornal.

Mussolini manifestou há tempos a esdrúxula opinião de que, para haver paz duradoura, necessário era que as nações se armassem, porque, tornando-se fortes, respeitar-se-iam umas às outras. E muita gente de raciocínio ligeiro e superficial entendeu, para logo, que o duce, em assim opinando, revelava-se um estadista de ampla e extraordinária visão.

Ironicamente, a “gente de raciocínio ligeiro” incluía, de certo, o antigo diretor do jornal, Joaquim Luís Osório, como vimos, que em 1924 louvava a chegada do fascismo de Mussolini ao poder na Itália.

Regionalmente, a investida a favor da campanha de nacionalização não havia sido

80 *Diário Popular*, 29 de setembro de 1938, pág. 1.

81 *Diário Popular*, 30 de setembro de 1938, pág. 1.

82 *Idem, ibidem*.

encerrada. Pedro Ruas, novamente atacando as posições “pró-alemãs” que porventura ainda resistissem, publicara no dia 24 de setembro suas considerações sobre a campanha alemã em relação da Tchecoslováquia⁸³:

Os acontecimentos da Tchecoslováquia, provocados pela interferência da Alemanha, na política interna daquele país, deve servir-nos de lição, a nós brasileiros, visto haveremos impreviavelmente acardumado alemães, nos Estados do sul do Brasil. Agulhando os sudetos a exigirem privilégios, alguns justos, mas os demais, absurdos, Hitler buscou o pretexto para incorporar um trecho do território tcheco, à Alemanha, e só não executou, ainda, a sua traça, porque vacila em atear a guerra, em face dos preparativos da Inglaterra e da França, para defenderem a soberania da Tchecoslováquia. Não é absolutamente idêntica a situação dos sudetos e a dos alemães residentes em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas, no julgamento de Hitler, diluir-se-á a diferença de situações, por meio de uma alegação capciosa, como as do lobo da fábula, quando já tinha os dentes e o estômago aparelhados para a devoração do cordeiro inocente. Reiteradamente vem o ditador germânico frisando que cumpre ao Reich defender as minorias alemãs. Se se encasquetar na cachola imperialista que há uma minoria alemã, no sul do Brasil, vê-lo-emos contra nós espumear ameaças semelhantes as que dele recebe o governo tcheco e aprestar uma investida, a ferro e fogo, contra a nossa pátria.

Note-se como o clima de iminência de um conflito armado na Europa repercutia no Brasil e, diante da situação particular vivenciada no Rio Grande do Sul, produzia o aumento das pressões sobre as minorias étnicas. Pedro Ruas estabelece o paralelo entre elas e, mesmo considerando as diferenças, apologiza o medo de uma “ação semelhante” de Hitler em relação ao país. Daí a necessidade de reforçar os pontos de vista que expressara nos dias anteriores.

No dia 30 de setembro os resultados do acordo entre Inglaterra, França e Alemanha já eram conhecidos. Pedro Ruas não perdeu tempo para reforçar sua crítica ao governo nazista, sem desta vez voltar-se para a nacionalização. A crítica, na verdade, dividiu-se entre os dois fascistas, Hitler e Mussolini e, sem menor importância, também recaiu na Liga das Nações e nos governos democráticos da Europa:

Roncar, eis o melhor recurso para obter vitória, nas questões internacionais europeias. Roncar, não na cama, senão fora dela, ou, melhor dito, às orelhas dos diplomatas e dos governantes. O ronco está sendo utilizado, com efeitos prodigiosos, pelos ditadores fascistas. Haja vista aos milagres que operaram os roncões do sr. Benito Mussolini, quando conquistava, a ferro e a fogo, a Abissínia. A Liga das Nações julgou a Itália nação agressora, mas, no instante em que lhe cumprir empregar, em favor da nação agredida, sanções econômicas e marciais, o Duce despediu, do peito, um trovão. Reagira, declarou ele, se tentassem deter a marcha do

83 *Diário Popular*, 24 de setembro de 1938, pág. 3.

exército italiano sobre Adis Abeba.

Sobre Hitler, mais adiante, diz ter seguido a mesma tática do líder italiano:

O sr. Adolf Hitler, colega, em ditadura, do sr. Benito Mussolini e seu aliado, observou que o segredo dos triunfos diplomáticos do Duce está, não no seu cérebro, mas nos seus gorgomilos, e aprendeu, também, a roncar mais ruidosamente, acordado do que dormido. Com um ronco, logrou que a França e a Inglaterra, que tinham o dever, em virtude de tratados, de propugnar a inviolabilidade das fronteiras da Tchecoslováquia, forçassem esta a concordar com a mutilação do seu território, parte do qual o imperialismo alemão pretende tragar.

Finalizava com um comentário em que a Liga das Nações era satirizada, juntamente com os governos fascistas:

O leão, em face das tremuras que causou as roncarias dos ditadores italiano e alemão, as mais poderosas nações da Europa, já deve ter-se convencido de que não tardará a perder o título, que lhe deram os homens, de rei dos animais. A coroa de tal reino, à vista do poderio que, no mundo, exercem os que sabem roncar, mais do que à cabeça do felino, se ajusta a de um suíno.⁸⁴

No dia 1º de outubro, chamou de “erro imperdoável (...) com que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do sul, foi haver-se consentido na formação lenta, por oitenta dilatados anos, de fortes grupos de população que ficou irredutivelmente germânica, sem a menor fusão com as populações brasileiras”⁸⁵.

Em relação a ocupação dos sudetos na Tchecoslováquia, o DP publicou editorial no dia 10 de outubro, assinado pelo antigo diretor, Djalma de Matos⁸⁶. O texto, claramente anti-hitlerista e de fundo acusatório, inicia por denunciar a demagogia pacifista do discurso do *führer*:

Arengando, há poucos dias em Sarrebruck, a população daquela região da Prússia renana, Adolf Hitler disse, em essência que conquanto o Reich tivesse conseguido a anexação dos sudetos, e com ela a paz na Europa, deviam os alemães estar alerta, armarem-se e fortificar-se a cada vez mais, porque ante a organização democrática dos regimes governamentais da Inglaterra e da França, com a mudança de homens no poder, não se pode esperar continuidade na orientação da política internacional destes referidos países.

Motivos, sobrados motivos tem o senhor da Alemanha em assim pensar, porque, se o governo de seu país, que se resume na sua vontade unipessoal, despótica, incontrastável, tem tido critério tão variável nas relações internacionais, muito menos estabilidade de opinião deve esperar dos governos democráticos em que os homens se revezam nos postos governamentais.

84 *Diário Popular*, 30 de setembro de 1938, pág. 3.

85 *Diário Popular*, 1º de outubro de 1938, pág. 3.

86 *Diário Popular*, 10 de outubro de 1938, pág. 3.

Em seguinte, citando um artigo de Assis Chateaubriand, Djalma de Matos relembra as falsas promessas feitas por Hitler a Áustria, todas elas registradas e desconsideradas:

No seu discurso do Reichstag, em 21 de maio de 1935, o chanceler Hitler, espontaneamente, fazia sobre a Áustria a declaração histórica (...) Ele não pensava interferir, e declarou-o textualmente, nos negócios internos da Áustria, anexá-la ou fazer um “anschluss”. A 30 de janeiro de 1937 era mais explícito. Garantia a Europa que “o período das chamadas surpresas havia passado”. Em junho do ano anterior, a Alemanha havia assinado uma convenção, obrigando-se a respeitar a independência da Áustria, e a 12 de fevereiro deste ano reafirmava-a. Dias depois as tropas nazistas invadiam a Áustria.

Diante disto, conclui que

(...) é bem compreensível que Hitler se encha de cuidados e desconfianças quanto à segurança da tão decantada paz de Munique, que tudo leva a crer que virá a servir de tema a ironia internacional, desbancando a clássica “paz de Varsóvia”.
Bom julgador por si julga os outros.

Este fora o último artigo de Djalma de Matos, que no dia 20 daquele mês deixaria a direção do DP. Ainda no dia 16, o jornal informara que o Brasil havia rompido relações diplomáticas com o Reich⁸⁷, consequência da crise instaurada pelas proibições do governo de Vargas as entidades alemãs.

No dia 13, noticiou que a campanha anti-semita na Alemanha adquirira contornos dramáticos⁸⁸, com a “descoberta” de um plano para assassinar Hitler, quando o governo do Reich assinara um decreto proibindo assistência aos judeus nas escolas alemãs⁸⁹.

O quadro de “contornos dramáticos” fora, na verdade, a “Noite dos Cristais quebrados”, motivada pelo assassinato do embaixador alemão na França. A ação “espontânea” por parte da população alemã culminou em incêndios e destruição de propriedades judaicas, incluindo especialmente lojas de departamento e residências. Segundo Shirer, a ação foi planejada. Tanto as SS de Himmler quando o SD de Heydrich estiveram envolvidos. O alvo eram todos os judeus, especialmente os ricos. Ele resume em mais de 7500 lojas destruídas e aproximadamente 36 judeus mortos⁹⁰, assim como mais de 30 mil presos

87 *Diário Popular*, 16 de outubro de 1938, pág. 1.

88 *Diário Popular*, 13 de novembro de 1938, pág. 1.

89 *Diário Popular*, 15 de novembro de 1938, pág. 1.

90 SHIRER, *Op. Cit.*, Ascensão e queda, vol. II, págs. 216-218. Evans, contudo, vai mais adiante, e afirma que o relatório oficial nazista contava 91 mortos, mas que o número final, contando-se os suicídios de mais de 300, somaram entre mil e duas mil mortes. EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 663.

entre 9 e 10 de março e enviados para campos de concentração em Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen⁹¹.

No dia 22, o DP noticiou que a Alemanha e a Tchecoslováquia haviam firmado um acordo de limitação de fronteiras⁹². No dia 24, novamente sobre os judeus, as notas do telégrafo davam conta que o “problema dos judeus na Alemanha continua a preocupar seriamente o mundo”⁹³ e no dia 6 de dezembro, finalmente noticiou que Hitler havia decretado, através do Parlamento, a exclusão completa dos judeus da vida econômica da Alemanha⁹⁴.

O decreto, contudo, foi promulgado em 12 de novembro, determinando que fossem banidos de todas as atividades remuneradas na Alemanha. Uma multa pela Noite dos Cristais quebrados foi aplicada a todos os judeus, conforme as declarações de bens feitas anteriormente. As lojas seguradoras tiveram os pagamentos confiscados pelo estado nazista⁹⁵.

Em 1º de janeiro de 1939, o DP publicou nota do noticiário internacional em que Goebbels fazia um levantamento de todas as conquistas alemãs naquele ano, dizendo que “o ano de trinta e oito ficará imperecível na história alemã”⁹⁶. De fato, a anexação austríaca e a ocupação da Tchecoslováquia registraram as maiores vitórias nazistas em questão de política internacional até aquele momento. Os rumores no início daquele ano buscavam cobrir o que estaria sendo planejado no Chancelaria do Reich para as próximas ações do governo: do dia 17 de janeiro até o início de fevereiro, as notas seriam todas neste sentido. No dia 31, após um discurso no Reichstag, o DP divulgou os pontos em que Hitler atacava as democracias, elecando suas reivindicações:

- A Alemanha denunciará a tomada, pelo tratado de Versalhes, de suas colônias por outras potências;
- A Alemanha e a Itália estarão sempre unidas na defesa de interesses comuns;
- A Alemanha necessita de colônias para poder atender à sua expansão econômica;
- A Alemanha continuará aumentando seus armamentos;

91 EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, pág. 664.

92 *Diário Popular*, 22 de novembro de 1938, pág. 1.

93 *Diário Popular*, 24 de novembro de 1938, pág. 1.

94 *Diário Popular*, 6 de dezembro de 1938, pág. 1.

95 EVANS, *Op. Cit.*, O Terceiro Reich, págs. 668-670.

96 *Diário Popular*, 1º de janeiro de 1939, pág. 1.

- A Alemanha continuará a aumentar as relações econômicas com a América do Sul.⁹⁷

No 15 de março, os leitores foram surpreendidos, assim como o restante do mundo, com a notícia de que tropas alemãs haviam invadido, na noite do dia anterior, a Tchecoslováquia⁹⁸. Na manhã do dia 16, estavam em Praga. A notícia fora antecipada e no mesmo dia o DP a divulgava⁹⁹, assim como que o novo território criado, da Morávia, havia sido ocupado por tropas alemãs¹⁰⁰. A ação resultou na criação dos Protetorados da Morávia (na parte eslovaca) e Boêmia (na parte tcheca). No dia 17 de março, divulgou-se que o território da nova Tcheco-Eslováquia fora incorporado economicamente ao Reich, sem perder seu caráter administrativo próprio, e que a Alemanha continuava em prática seu programa expansionista, já sem segredos ou reservas de ninguém¹⁰¹.

As reações provocadas diante das potências ocidentais foi comentado no dia 21, mas sem grandes alardes¹⁰². Neste meio tempo, a Alemanha, através de posições de força cada vez mais exigentes, pressionava a Lituânia e a Dinamarca para obter as zonas do Memel e do Schleswig-Holstein, perdidas após o fim da Primeira Guerra e que, com o fim de Versalhes, julgava que deveriam retornar. A questão lituana foi mais complicada e um acordo definitivo somente foi alcançado em 23 de março. No dia 22, o DP afirmava que a entrega do Memel era esperada a qualquer momento, em Berlim¹⁰³, o que se confirmou na edição do dia 23, quando informou que o Memel havia sido entregue às forças alemãs, “devido a uma ameaça de Hitler”¹⁰⁴, e no dia 24, quando dava os detalhes finais do acordo¹⁰⁵.

No *Diário Popular*, já não era mais possível encontrar-se artigos expressivos sobre a situação europeia. A crise tcheco-alemã de 1938 parecia ter desgastado os posicionamentos, primeiro pelo perfil direcionado por Guilherme Schulz e depois por sua continuação com Djalma de Matos. A saída de ambos deixou Pedro Campos, principal redator, na chefia dos esforços de publicação e, no que pude perceber, também na comedição dos ânimos do

97 *Diário Popular*, 31 de janeiro de 1939, pág. 1.

98 *Diário Popular*, 15 de março de 1939, pág. 1.

99 *Diário Popular*, 16 de março de 1939, pág. 1.

100 *Diário Popular*, 16 de março de 1939, pág. 1.

101 *Diário Popular*, 17 de março de 1939, pág. 1.

102 *Diário Popular*, 21 de março de 1939, pág. 1.

103 *Diário Popular*, 22 de março de 1939, pág. 1.

104 *Diário Popular*, 23 de março de 1939, pág. 1.

105 *Diário Popular*, 24 de março de 1939, pág. 1.

jornal. A campanha de nacionalização, que seguia em plena marcha, sofreu um refreamento também por parte do governo gaúcho em sua vertente mais radical. O interventor Cordeiro de Farias limitou as ações mais enérgicas prevendo perder o controle sobre os agentes públicos e, com essa medida, amainou o clima de confronto. O resultado foi percebido nos editoriais do DP, que perderam o foco nacionalista e racial e trataram de outros assuntos.

No final de março, o DP noticiou que a Alemanha continuaria ao lado da Itália, “aconteça o que acontecer”, com o selamento do Pacto de Aço entre as duas potências fascistas¹⁰⁶ e que os governos europeus consideravam a Polônia como a “próxima vítima” da Alemanha¹⁰⁷. O cenário para a ruptura do pacto de não-agressão com os poloneses já estava sendo preparado pela imprensa nazista. No dia 29, de Berlim noticiava-se que o Reich considerava as manifestação anti-alemãs, na Polônia, como a quebra do acordo de 1934¹⁰⁸. As supostas “manifestações anti-alemãs” na Polônia eram, na verdade, uma criação particular da máquina de Goebbels para colocar a opinião pública do Reich ao lado das iniciativas do Governo, como destacam Evans e Shirer.

No dia 4 de abril, um artigo na seção internacional justificava as atitudes de Hitler frente a Europa, dizendo que se a Alemanha tivesse dependido da Liga das Nações, nada haveria para o povo alemão¹⁰⁹. Também colocava a Inglaterra como promotora da guerra, ao interferir continuamente nas questões internas da Alemanha. Se a Alemanha não interferia nas questões inglesas, por que aqueles estavam sempre metidos nos assuntos alemães, questionava Hitler.

Na semana do aniversário de Hitler, o governo decidiu colocar ao alcance das lentes dos fotógrafos de todo o mundo o exemplo de seu poderio militar, com um desfile na frente do Parlamento no dia 20 de abril. No dia 14, o DP noticiou que a capital preparava-se para comemorações¹¹⁰ e, no dia 21, afirmava que “os alemães de todo o mundo testemunharam fidelidade a Hitler, na data de seu 50° aniversário”¹¹¹.

106 *Diário Popular*, 26 de março de 1939, pág. 1.

107 *Diário Popular*, 28 de março de 1939, pág. 1.

108 *Diário Popular*, 29 de março de 1939, pág. 1.

109 *Diário Popular*, 4 de abril de 1939, pág. 1.

110 *Diário Popular*, 14 de abril de 1939, pág. 1.

111 *Diário Popular*, 21 de abril de 1939, pág. 1.

No dia 29, novo artigo trazia declarações de Hitler, no que buscava justificar sua política expansionista: todos os territórios ocupados pertenciam, por direito, a Alemanha¹¹². No início de maio, novas notas davam conta do distanciamento entre alemães e poloneses: no dia 6, o jornal dizia que a Polônia não estava disposta a “solucionar pacificamente” a questão com o Reich¹¹³; no dia 9, o Pacto de Aço foi ratificado em Milão, entre Alemanha e Itália, noticiando-se que o bloco Roma-Berlim era tido como o fator dominante na Europa¹¹⁴, e, finalmente, no dia 16 o jornal considerava como “iminente um ataque contra Danzig”¹¹⁵.

Os três meses antes do início da Guerra foram marcados por diversas especulações no jornal. Em junho, noticiou boatos sobre a atitude inglesa diante das aspirações alemãs¹¹⁶ e que seria iminente a reincorporação de Danzig ao Reich¹¹⁷. No dia 14 de junho, o DP divulgou nota em que dizia que o governo brasileiro havia reatado as relações com o governo nazista, sendo reaberta a sede da representação diplomática no Rio de Janeiro¹¹⁸. Até o fim do mês, divulgou que a Alemanha ativara os trabalhos de fortificação nas fronteiras com a Polônia¹¹⁹ e que já não haviam esperanças de uma solução amigável entre Varsóvia e Berlim¹²⁰. Contudo, em julho, o noticiário internacional divulgado pelo DP focou-se nas negociações, divulgando que uma rodada de negociações seria feita entre 20 e 30 de julho¹²¹. No dia 14 de julho o jornal divulgou que Hitler já se encontrava na cidade de Danzig¹²² e que o líder alemão declarara que a cidade voltaria a Alemanha sem guerra¹²³ e sem derramamento de sangue¹²⁴.

Agosto foi o mês decisivo para a Europa. O *Diário Popular* divulgou diversas notas em torno do agravamento das negociações. No dia 25, o jornal afirmou que “a Alemanha

112 *Diário Popular*, 29 de abril de 1939, pág. 1.

113 *Diário Popular*, 6 de maio de 1939, pág. 1.

114 *Diário Popular*, 9 de maio de 1939, pág. 1.

115 *Diário Popular*, 16 de maio de 1939, pág. 1.

116 *Diário Popular*, 11 de junho de 1939, pág. 1.

117 *Diário Popular*, 13 de junho de 1939, pág. 1.

118 *Diário Popular*, 14 de junho de 1939, pág. 1.

119 *Diário Popular*, 21 de junho de 1939, pág. 1.

120 *Diário Popular*, 28 de junho de 1939, pág. 1.

121 *Diário Popular*, 1º de julho de 1939, pág. 1.

122 *Diário Popular*, 14 de julho de 1939, pág. 1.

123 *Diário Popular*, 19 de julho de 1939, pág. 1.

124 *Diário Popular*, 22 de julho de 1939, pág. 1.

não cederá um milímetro nas suas exigências”¹²⁵ e que esperava-se para 27 de agosto uma proclamação do Führer¹²⁶. A proclamação saiu em 29, quando noticiou-se que Hitler declarava a Daladier, representante britânico, ser impossível uma solução pacífica com a Polônia¹²⁷. No dia seguinte, apostava-se que ainda haveria espaço para novas manobras e que a interpretação aceita era a de que Hitler havia deixado a porta aberta para novas conversações¹²⁸. Contudo, no dia 31, uma nota enviada de Berlim dizia que a “Alemanha estava preparada para qualquer eventualidade”¹²⁹. No dia 1º de setembro, as 4:30h pelo horário de Berlim, as tropas nazistas cruzaram a fronteira polonesa - as notas que confirmavam a agressão e o início das hostilidades chegaram ao público de Pelotas através do *Diário Popular* no dia 2 de setembro, quando o jornal circulou em duas edições.

*

Conforme Ana Dietrich, enquanto antes de 1937 “algumas autoridades regionais compareciam aos encontros nazistas e chegavam até fazer discurso apoiando o governo alemão”¹³⁰ - como é possível mesmo verificar-se em Pelotas, depois da Lei de Segurança Nacional (a “Lei Monstro”, segundo o DP) as hostilidades contra os fascistas de um modo geral foram fomentadas por elementos nacionalistas mais radicais. Em Pelotas, conforme o livro de José Fachel, ao analisar o motivo de fundo das perseguições ocorridas na cidade e na região em 1942 após a declaração de guerra brasileira ao Eixo, a revista *Vida Policial*

havia noticiado, em abril de 1942, a existência de organizações nazistas em Pelotas, e de fato existiram nazistas na região, mas o uso de fatos anteriores à guerra, a generalização e os exageros da polícia criaram uma situação de hostilidade aos teuto-brasileiros.¹³¹

Estas “organizações nazistas”, que não encontram maiores detalhes do que aqueles que asseguram sua existência, foram o foco gerador dos “nazistas” que, perseguidos pelo

125 *Diário Popular*, 25 de agosto de 1939, pág. 1.

126 *Diário Popular*, 27 de agosto de 1939, pág. 1.

127 *Diário Popular*, 29 de agosto de 1939, pág. 1.

128 *Diário Popular*, 30 de agosto de 1939, pág. 1.

129 *Diário Popular*, 31 de agosto de 1939, pág. 1.

130 DIETRICH, *Op. Cit.*, O nazismo tropical, pág. 173.

131 FACHEL, *Op. Cit.*, pág. 229.

estado e pela população, foram alvos das manifestações populares verificadas na cidade.

Sobre as violências ocorridas, o autor destaca que

Uma análise apressada poderia conceber estas violências apenas como reflexos da Segunda Guerra, quando o Brasil, junto com os “aliados”, luta contra o “eixo nazi-fascista”, mas foram batalhas culturais, econômicas e militares, que tornam pertinente o sobrenome mundial àque-la guerra. Isso não significa que, a exemplo da Europa, Ásia e África, tenham ocorrido bata-lhas militares espetaculares, ou que os nazistas tivessem efetivamente articulado a propalada “quinta coluna”, mas que outras formas de disputas expandiram a guerra.¹³²

As disputas foram orientadas pela política de Vargas, que se colocou do lado norte americano. Como um efeito cascata, o Estado foi organizado para combater o fascismo e agiu de maneira incisiva sobre as atividades que não fossem condizentes com a ideologia do Estado Novo. A motivação, segundo Fachel, estava na pressão econômica e militar dos Estados Unidos. O governo,

precisando de financiamento para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda, da manu-tenção das exportações para os aliados e na eminência de sofrer uma ocupação no nordeste brasileiro, Vargas foi coagido a se definir. Ao lado da cedência de bases no Rio Grande do Norte e da posterior subordinação da FEB aos norte-americanos, o governo brasileiro, num aparente absurdo, decretou violenta repressão aos nazi-fascistas ligados aos governos do eixo.¹³³

Em 1937, quando o ápice dessas pressões se materializou no encontro entre o minis-tro das relações exteriores e agendou o encontro de Vargas e Roosevelt, o país endureceu. Já em 1936, em decorrência da Intentona Comunista, fora criado o Tribunal de Segurança Nacional. Segundo Marlene de Fáveri,

O tribunal de Segurança Nacional foi instituído, através da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, como um tribunal de exceção (desligado do sistema judiciário regular), como um instrumento de defesa do Estado a pretexto de punir os “rebeldes” da Intentona Comunista (novembro de 1935). Pensado para ter vigência temporária, durou até 1945. Com o golpe do Estado Novo e o Decreto-lei n. 431, de 18 de maio, o presidente e o ministro da Guerra esta-beleceram os artigos de providências penais, definindo novas figuras criminais. O Tribunal de Segurança Nacional julgava os seguintes casos: a) crime contra a integridade do Estado, b) contra as instituições, e c) crime contra a economia popular.¹³⁴

Quando o Estado Novo chegou, as atividades de policiamento e cerceamento das liberdades se intensificaram. A mesma autora resume o quadro da seguinte forma:

A constituição de 1937, absolutamente autoritária e centralizadora, deu a Getúlio Vargas ple-

132 *Idem*, pág. 29.

133 *Idem*, pág. 37.

134 FAVERI, *Op. Cit.*, pág. 97.

nos e absolutos poderes de gerir a seu gosto as leis do país. Governando por decretos, excluiu o mandado de segurança (instrumento das liberdades públicas) e, do “estado de sítio” anterior passou-se a um “estado de emergência”, onde todos os atos praticados pelas autoridades da República – presidente, governadores, prefeitos municipais – seriam considerados de “interesse de segurança do Estado”, portanto, legais. Estava pronto o cenário para as medidas repressivas: os decretos de imposição, liberdades cerceadas, garantias individuais negadas. Com a repressão à língua, os incautos falantes e delatados por um vizinho eram então enquadrados na Lei de Segurança Nacional como criminosos que atentavam contra a segurança do Estado. (...) o que parecia trivial ou frugal, costume cotidiano, virou crime. E, claro, a população se dividiu, grosso modo, entre delatores e delatados.¹³⁵

Dietrich, por outro lado, em relação a estas mesmas perseguições, afirma que

Entre 1933 e 1937, o governo teria “fechado os olhos” à expansão do nazismo no Brasil sem adotar quaisquer medidas para a interrupção de suas atividades (...). Entre 1938 e 1942, apesar de o governo brasileiro ter tomado uma série de medidas de controle da comunidade alemã, as relações entre o Brasil e a Alemanha se mostraram ambíguas, visto que várias das reivindicações dos órgãos diplomáticos alemães foram atendidas. Somente em 1942, com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, é que teria se efetivado, de fato, uma repressão aos partidários do nazismo no Brasil.¹³⁶

Fachel ainda destaca que, neste período anterior a 1942, “a persistência de alguns descendentes de alemães em altos cargos, como Filinto Müller e Gaston Englert, foi usada como argumento para acobertar as perseguições.

A atividade dos partidários fascistas em Pelotas, por outro lado, foi registrada pelo *Diário Popular* até o final da década de 1930. As perseguições aos “quinta-colonistas” tiveram início, de certa forma, antes de 1942, já com a campanha de nacionalização – quando a violência era menos física do que depois. O jornal mudou seu posicionamento sensivelmente depois de 1937 e buscou alinhar-se com o Estado Novo, tanto através de sua adequação legal como pela escolha de diretores que se encaixassem com o perfil. Os grandes destaques foram, como visto, as atuações de Guilherme Filho e Djalma de Mattos, que marcaram a virada para a oposição ao fascismo. Conforme destaca Roney Cytrynowicz, 1937-1945 foram anos decisivos para a implantação de uma comunidade etnicamente ativa e para a sedimentação de uma identidade judaico-brasileira¹³⁷ e pode-se especular que até

135 *Idem*, pág. 98.

136 DIETRICH, *Op. Cit.*, Caça às suásticas, pág. 64.

137 CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, págs. 393-423, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/3cytrynowicz_artigo.pdf. Acessado em 10 de julho de 2012.

que ponto as pressões sofridas pelo próprio jornal, não publicadas, não foram fundamento para a mudança de perfil – como demonstra o caso da Hamburg Linie e do artido de A.D. e sua resposta¹³⁸.

Quando a guerra atingiu as páginas do jornal, seus redatores já estavam preparados para repudiar tanto a Hitler como a seus seguidores pelo mundo, incluindo, desta forma, também os “nazistas locais”. A relação com estes, contudo, era delicada porque, passados os anos de afinidade mais generalizada, quanto mais a Alemanha se tornava belicosa, mais tendiam a afastar-se das associações nazistas. Não há, até o momento em que escrevo, uma análise sobre o período entre a declaração de guerra e os relatos das perseguições na cidade, que analise como a situação desde 1939 evoluiu até a “comoção popular” de 1942, mas é possível que se especule que as bases para esta já estavam dadas em setembro daquele ano.

138 Veja-se o Capítulo 2.

Considerações finais

Buscamos, através desta dissertação de mestrado em história, analisar como o nazi-fascismo foi reproduzido e entendido por um dos principais órgãos de imprensa de Pelotas entre o início da década de 1920 e o final da década seguinte. Vimos que o *Diário Popular*, ao longo deste período, foi dirigido por pessoas ligadas, inicialmente, ao Partido Republicano Rio-Grandense, destacadamente Pedro Vergara, Luís Pennafiel e Joaquim Luís Osório. Posteriormente, foi dirigido por “jornalistas independentes”, ligados a Faculdade de Direito de Pelotas (como professores e ex-alunos) que traziam de bagagem o conservadorismo político da República Velha. Entre estes, tiveram ação destacada Guilherme Schulz Filho, Djalma de Matos e Pedro Campos.

Conforme os anos avançaram, o jornal passou por significativas reformulações, principalmente em relação a sua composição gráfica. O *Diário Popular*, embora com características conservadoras em todo o período analisado, jamais foi um jornal “ultrapassado”. Manteve-se sempre acompanhando as inovações técnicas e, por certo, é possível afirmar-se que foi um dos mais “modernos” presentes na cidade, apresentando uma tiragem constante – interrompida por suas relações políticas e algumas vezes por questões logísticas, boa apresentação visual e inovação tipográfica.

A relação com o fascismo deu-se logo de início da pesquisa, com relativa intensidade em 1924 e notoriamente a partir de 1933, quando Hitler apresentou-se no jornal como o novo Chanceler alemão. O primeiro tipo de fascismo a ocupar as páginas do jornal foi o modelo italiano, cultivado e propagandeado na cidade através de imigrantes da colônia italiana em Pelotas. O Partido Nacional Fascista foi fundado provavelmente em 1924 e atuou na década seguinte até ser extinto, possivelmente com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em 1937. Seu líder nos anos iniciais, Ernesto Ronna, professor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, contou com franca simpatia dos diretores do jornal e deixou, quando de sua morte, esta mesma simpatia transferida para José (ou Giuseppe) Oliosi, que se tornou o Secretário-Geral da seção. O Fascio de Pelotas esteve ligado, desde o início,

a *Sociedae Italiana* e provavelmente dependeu de seus sócios e simpatizantes para atrair para si os seus próprios integrantes.

Por outro lado, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães em Pelotas foi organizado muito mais tarde e certamente após a nomeação de Hitler como Chanceler alemão. Os primeiros indícios surgem somente em 1935, apesar de que, no ano anterior, haja o registro fotográfico da bandeira nazista utilizada como bandeira nacional alemã pelos colonos alemães da cidade na comemoração do tradicional do Dia do Colono. O *Diário Popular* não manteve, contudo, a mesma cordialidade que com “os italianos” ou esses, de outra forma, não procuraram o jornal com tanta intensidade como aqueles. As reuniões nazistas, da mesma forma, aconteceram em algumas associações de descendentes alemães, como o Colégio Alemão e Clube Germânia, atuando de forma semelhante igualmente quanto a captação de sócios e simpatizantes. Por outro lado, o NSDAP de Pelotas teve registrado pelo jornal aspectos únicos, como os locais e dias de suas reuniões, os trajes utilizados, os ritos dos cerimoniais e o público que comparecia. Embora os indícios sejam poucos, são capazes de dar aos pesquisadores pontos de partida para aprofundamento.

Em ambos os casos, tanto fascistas italianos quanto fascistas alemães parecem ter, inicialmente, buscado cultuar a “ideia nacional” vigente em seus países natais, sem os fins pretendidos por aquelas ideologias. O uso da bandeira nazista, em 1934, não parece remeter ao Partido Nazista alemão, mas sim a Alemanha. Da mesma forma, em vista dos poucos dados, podemos entender que os italianos também assim procederam. Contudo, já em 1924, a concepção fascista avançava além da concepção puramente nacional, como demonstrou o jornal ao reproduzir a fala de Joaquim Luís Osório, então candidato a reeleição à Câmara Federal. Quando as concepções ideológicas mais claras ou mais bem acabadas do fascismo foram também concebidas (apropriadas) pelos brasileiros (descendentes ou não), auxiliados pela própria ideologia do Estado então instituído à partir de 1930 e consolidado nos anos seguintes, os fascistas de Pelotas encontraram-se em dificuldades para manter suas associações em funcionamento e, de maneira geral, foram desarticulados pela Delegacia de Polícia da cidade, sofrendo perseguições, prisões e expulsões do país. O período crítico, como vimos, foi após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em 1942.

O *Diário Popular* foi “porta-voz” de Hitler no início dos anos 1930, transcrevendo discursos do líder nazista quase na íntegra, o que raramente fizera com outros líderes mundiais nos anos anteriores. Desta forma, propiciou os primeiros contatos com a ideologia nazista através de um de seus principais ideólogos, além de concorrer para a mistificação da figura do “chefe” alemão. Tradicionalmente, como foi perceptível nos anos 1920 e notoriamente com a morte do antigo presidente alemão, Paul von Hindenburg, o jornal valorizava os personagens do antigo Império Alemão, do Kaizer, dos Príncipes e, da mesma forma, de “industrialistas” alemães, como os Krupp e os Thyssen. O movimento fora o de remeter a um passado grandioso de uma Alemanha também grandiosa, o mesmo sendo feito em relação aos italianos, em diversas vezes, quando a figura do rei representa a nação.

Após a ascensão de Hitler, a representação da Alemanha passa a ser associada ao novo líder, mas é notável a cisão entre o antigo modelo preterido pelo jornal (o imperial) e o novo. Hitler empolgou nos meses iniciais, quando obteve do *Diário Popular* dedicada atenção. A medida que o noticiário passou a cobrir o antissemitismo e as barbáries cometidas contra judeus e minorias, com o fechamento político, a extinção virtual da democracia e, um pouco depois, a projeção internacional belicosa e demagógica promovida pelo Estado, o jornal recuou. Acompanhando o cenário político nacional (embora o cenário local fosse favorável), retrocedeu da aproximação inicial e não tardou a distanciar-se cada vez mais. Já em meados de 1937 é possível afirmar-se que o *Diário Popular* não nutria mais afinidades com o nazismo, embora ainda permitisse os elogios às pessoas ligadas a ele na cidade. O mesmo foi feito com o fascismo italiano, embora a relação do jornal com este tenha sido menos traumática.

O nazi-fascismo surgiu como uma nova tendência da política europeia nos anos 1920 e encontrou no *Diário Popular* um palco para sua divulgação. Nos anos 1930, orientado pelo Estado brasileiro, o jornal manteve cautela e distância e finalmente, no início da década seguinte, passou a perseguir nazistas e fascistas. Espero que esta dissertação seja um começo para futuras pesquisas, ao mesmo tempo em que se insere na historiografia sobre o fascismo e o nazismo no Brasil, a partir de um objetivo e recorte específicos, o nazi-fascismo nas páginas do *Diário Popular* na cidade de Pelotas.

Lista de fontes

Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense

Jornal Diário Popular (jan. 1923 – set. 1939)

Jornal A Opinião Pública (anos diversos)

Jornal O Libertador (anos diversos)

Bibliografia

- ANDRADE, Marçal Ferreira de. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. *In*: CARDOSO, Rafael (org). **O design brasileiro antes do design**: aspectos da história gráfica, 1870-1960. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- ANJOS, Marcos Hallal. Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária: UFPel, 2000.
- ARAÚJO, George. Uma revolução que não deve ser esquecida: Alemanha, 1918 - 1923. *In*: **História Social**, Revoluções no Século XX, n. 17, 2009, págs. 49-73.
- AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *In*: **Mediação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, jul./dez. de 2009.
- BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, UEM, v. 9. n°1, 2005.
- BASTOS, Lúcia Maria. MOREL, Marcos. FERREIRA, Tania Maria. (org.) **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.
- BECKER, Jean-Jacques. **O Tratado de Versalhes**. Tradução Constanca Egrejas. São Paulo: Editora Udesp, 2011.
- BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. *In*: **V Encontro Nacional de Pesquisadores em jornalismo**, novembro de 2007. Disponível em http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/coordenada_6_.marcia_benetti.pdf. Acessado em 11 de maio de 2013.
- BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1942. *In*: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.40, v.2, 1997, págs. 106-130.
- BROCCA, Lionei A. **As perseguições aos “Súditos do Eixo” através das páginas do jornal Correio do Povo durante a Segunda Guerra Mundial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFRGS, 2010.
- CAETANO, Rosendo. **As SA e o expurgo de 1934**: Ascensão e queda de Ernest Röhm. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História). UFPel, 2010.
- CAIDIN, Martin. **Me-109**, o caça magistral. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1976.
- CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, pág. 108.

- _____, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.
- COLLARO, Antonio Celso. **Projeto gráfico**: teoria e prática da diagramação. 4. ed. São Paulo: Summus, 2000.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/3cytrynowicz_artigo.pdf. Acessado em 10 de julho de 2012.
- DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas**. O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2007.
- _____, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.
- DOGENSKI, Larissa Coppati. **Um pelotense na política nacional**: a trajetória de Alexandre Cassiano do Nascimento (1859-1912). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFPel, 2010.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *In*: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, s/d, n. 13.
- EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Ed. UFPel, 2002.
- FERREIRA, Paulo Henrique de Oliveira. O jornalismo *on line*: do telégrafo à internet móvel. *In*: **Revista de Estudos de Jornalismo**, Campinas, n. 6, v. 1, jan./jun. 2003. Disponível em <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/wp-content/files-site-antigo/others/ojornalismoonlinedotelegrafoointernetmovel.pdf>. Acessado em 22 de julho de 2007
- FEST, Joachim C. **Hitler**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, 2ª Ed., vol. 1.
- FRAGA, Gerson. **Branco e Vermelho**: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do

- jornal Correio do Povo (1936-1939). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: 2004.
- GALLAND, Adolf. **The first and the last: The Rise and Fall of the German Fighter Forces, 1938-1945**. Nova Iorque: Ballantine Book, 1957.
- GAY, Peter. **A cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GERTZ, René E. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- GILL, Lorena Almeida. **Clientelchiks: os judeus da prestação em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária, 2001.
- GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira do início do século XX. *In: Artcultura*, v. 11, n. 18, Uberlândia, 2009, págs. 227-240.
- GUTIERREZ, Ester J. B.. Negros, **charqueadas, olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL/Livraria Mundial, 1993.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.
- JÚNIOR, José Ferreira. **Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual**. S/d, Google Books, s/l.
- KERSHAW, Ian. **Hitler 1889-1936: Hubris**. Londres, Penguin Books, 2001 [1998].
- KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991 [1977], 3ª ed..
- KRAUSE, Silvana. A diversidade de comportamento político das zonas coloniais alemãs no sul do Brasil: indícios sob uma perspectiva histórica. *In: Textos de História*, vol. 16, n. 2, 2008.
- LITTLEJOHN, David. **The SA 1921-1945: Hitler's Stormtroopers**. Botley: Osprey Publishing Ltd, 2001 [1990], 7a. ed..
- LONER, Beatriz Ana. GILL, Lorena Almeida. MAGALHÃES, Mário Osório (org). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012. 2ª ed..
- _____, Beatriz Ana. Jornais Pelotenses Diários na República Velha. *In: Ecos Revista*, n. 2. Pelotas: UCPel, 1988, p. 11-12.
- LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla. (org.) Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

- MÜLLER, Dalila. A municipalização do Grande Hotel em Pelotas/RS vista por dois Órgãos da Imprensa: Diário Popular e O Libertador. *In: IX Encontro Estadual de História, Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul - ANPUH-RS: Vestígios do Passado, a história e suas fontes.* Disponível em http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212186980_ARQUIVO_MunicipalizacaoGrandeHotel.pdf, acessado em 13 de agosto de 2012.
- PAILLARD, Georges. ROUGERIE, Claude. **Reinhard Heydrich**, o violinista da morte. São Paulo: Nova Época, s/d [1970].
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PRICE, Alfred. **Luftwaffe**, a arma aérea alemã. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1974.
- PROUST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RUDIGER, Francisco. **Tendência do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines. Estudo Iconológico das fachadas arquitetônicas**. Pelotas 1870-1930. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- SHIRER, William. **Diário de Berlim**. Rio de Janeiro: Ed. Record, s/d, vol. 1.
- _____, William. **Fim do Diário de Berlim**. Rio de Janeiro: Ed. Record, s/d [1947].
- _____, Willian. **Ascensão e Queda do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1962. 4 volumes.
- SOBRINHO, Danilo Angrimani. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- TAYLOR, A. J. P. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- TOLSTOY, Nikolai. **A noite das longas facas**. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1976.
- TREVOR-ROPER, Hugh R. **Os últimos dias de Hitler**. São Paulo: Flamboyant, s/d [1947].
- _____, Hugh. R. **Hitler's Table Talk 1941-1944: Secret Conversations**. s/l, Amazon, s/d .
- URBANKE, Axel. **Luftwaffe im focus**. Osnabrück: Druck- und Verlagshaus Fruomm, 2002.
- WYKES, Alan. **As reuniões de Nuremberg**. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1978.

